

DOI: 10.2932/21845/
ISSN: 2177-8574

SCIENTIFIC MAGAZINE

<http://scientificmagazine.org/en>
E-mail: scientificmagazine@hotmail.com

Ano: 2023- V. 17. -Nº 155/ Outubro/2023

O CONTADOR COMO ALIADO FUNDAMENTAL: DESCOBRINDO A IMPORTÂNCIA PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

**A RELEVÂNCIA DO
CONTROLE INTERNO
NA PREVENÇÃO DE
FRAUDES
FINANCEIRAS**

**OS DIREITOS DA
MULHER NO PERÍODO
DA LICENÇA
MATERNIDADE**

**CONTABILIDADE E
EMPREENDEDORISMO**

**APROVEITAMENTO DE
CRÉDITO DO ICMS
SOBRE O ATIVO
IMOBILIZADO NO
ESTADO DE RONDÔNIA**

**PERÍCIA CONTÁBIL
NAS ORGANIZAÇÕES**

publons

ISSN

INTERNATIONAL
STANDARD
SERIAL
NUMBER
INTERNATIONAL CENTRE

Even3
Publicações



ISSN: 2177-8574



Google
Académico



R454

Revista Scentic Magazine [recurso eletrônico] / [Editores chefe] Prof.^a Mestre Fabiana Catellan Erich, Prof^o Dr. Walmir Chagas - Ano: XXI, V. 18. -Nº 156/ outubro 2023. São Paulo -SP. 293 Fls. Color.

Publicação: Mensal

Modo de acesso: <http://scientificmagazine.org/en>

ISSN: 2177-8574 (on-line)

DOI: [10.29327/218457](https://doi.org/10.29327/218457)

Ano de publicação: 2023

1.Educação. 2. Ciência. 3.Pesquisa. 4. Tecnologias.

SCIENTIFIC MAGAZINE

Ano: 2023- V. 17. -Nº 156/ Outubro/2023
São Paulo. SP.
Publicação: Mensal
DOI: [10.29327/218457](https://doi.org/10.29327/218457)

Publicação contínua

E-mail: scientificmagazine@hotmail.com
ISSN: 2177-8574
Versão online
Resumo português
Resumo inglês
Anual: 2006-2008. Semestral: 2009-2016.
Quadrimestral: 2017- Mensal: 2018

PERIODICIDADE

Mensal

IDIOMA

A revista aceita artigos em português e espanhol, as línguas oficiais do MERCOSUL

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Rubens Ranzinny
Aparício Francis Ribeiro

SITE DA REVISTA

<http://scientificmagazine.org/en>

CONTATO:

E-mail: scientificmagazine@hotmail.com
<http://scientificmagazine.org/en>

DIRETORES

Prof. Ms. Mauricio Furlanetto
Prof. Dr. Jonas Ferreira Soutto

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins
Prof. Dr. Fabio Marques Barros
Prof. Dr. José Contenatto
Prof. Dr. Luiz Paulo Barbosa
Prof. Dr. Marcos Silvestre Trivellato
Prof. Ms. Demetrio Casanova Mamani
Prof. Ms. Fábio Sabino de Sousa
Prof. Ms. Jair Pereira da Cruz
Profª Ms. Mara Cristina da Conceição
Profª. Doutoranda Rosana Erenice X. da Silva Lucas
Profª. Dra Paula Lerner Marques
Profª. Dra. Maria Antônia Costa Pereira
Dra. Juliana Luz Rodrigues

SECRETÁRIOS/EDUCACIONAIS Ms.

André Luís
Ms. Francisca Lira Schummer

RELAÇÕES PÚBLICAS

Fabiana Catellan Erich
Walmir Chagas
Luiz Carlos Fabian

REVISÃO:

Joel Farias Pettiere
Angela Costa Filage
Marcondes Ferreira Lopes

ORGANIZADORES

Profª Ms. Fabiana Holler Baptista
Profª Ms. Luizete Moreira da Fonseca

COMISSÃO CIENTÍFICA

Doutoranda Célia Garcias dos Santos
Profª Ms. Fabiana Holler Baptista
Profº Ms. César Henrique Marson de Andrade
Profº Esp. Cleiton Luiz de Souza Bertocco

B.Sc. Alessandra dos Santos Macedo
B.Sc. Arícia Gabrielli Alves Bastos Dilli
B.Sc. Gabrielle de Paida Macaubas Cavalheiro
B.Sc. Jackeline Silva dos Santos
B.Sc. Jéssica Jeane Batista Martins Freitas
B.Sc. Leonir Gabriel Costa de Oliveira
B.Sc. Lucas Varela Silva
B.Sc. Simone Neres Pereira Willmbrink
B.Sc. Thayara de Lima Cardoso
Profª Esp. Ana Cristina Martins Silva
Profª Esp. Cleonice Faria da Silva Batista
Profª Esp. Elaine de Oliveira
Profª Esp. Nair Faria da Silva
Profª Esp. Raysla Nathieli Oliveira de Jesus
Profª Esp. Sebastiana Divina de Oliveira
Profª Esp. Wagner Marques dos Santos
Profª Esp. Valdinéia Marques dos Santos
Profª Ms. Andréa Rodrigues Carlos da Costa
Profª Ms. katia Monteiro Gama Fontenelle

EDITORIAL

A SCIENTIFIC MAGAZINE (On-line) com registro no **ISSN: 2177-8574**, composta pelo Conselho Editorial de pareceristas ad hoc e consultores sobre compreensibilidade, sendo publicada ininterruptamente desde 2006. É uma publicação eletrônica, mensal de caráter acadêmico, que tem o intuito de promover a divulgação de pesquisas, cumprindo a tríplice missão de proporcionar ensino, pesquisa e extensão de modo indissociável. Incentivando pesquisas e procura o envolvimento da comunidade acadêmica, tanto em nível de graduação pós-graduação *latu sensu* e estrito *sensu* de interesse social, educacional, científico ou tecnológico.

Na busca pela cientificidade a **SCIENTIFIC MAGAZINE** procura manter a periodicidade e regularidade de publicação da revista; seguindo convenções editoriais internacionais (para facilitar a recuperação dos artigos originais em qualquer lugar); submeter os artigos enviados para análise e revisão aos pares (*peer review*); dar caráter de internacionalidade à revista, globalizá-la (com publicação de artigos científicos em outras línguas, como inglês, e citar artigos de autores de outros países) permite a editores, localizar estas publicações, por meio do *International Standard Serial Number* e DOI - *Digital Object Identifier* (Identificador de Objeto Digital), é um padrão de números e letras que identificam publicações.

A revista aceita artigos originais, não publicados anteriormente, bem como de autores da comunidade científica nacional e internacional. Publicam artigos, notas científicas, relatos de pesquisas, estudos teóricos, relatos de experiência profissional, resenhas e revisão de literatura nas diversas áreas do conhecimento científico, sempre a critério de sua Comissão Editorial e de acordo com o formato dos artigos publicados

Equipe Científica

SUMÁRIO

O CONTADOR COMO ALIADO FUNDAMENTAL: DESCOBRINDO A IMPORTÂNCIA PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL	7
Alessandra dos Santos Macedo.....	7
César Henrique Marson de Andrade.....	7
Fabiana Holler Baptista.....	7
CONTABILIDADE E EMPREENDEDORISMO	32
Arícia Gabrielli Alves Bastos Dilli.....	32
Fabiana Holler Baptista	32
A RELEVÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA PREVENÇÃO DE FRAUDES FINANCEIRAS.....	48
Gabrielle de Paída Macaubas Cavalheiro.....	48
Fabiana Holler Baptista	48
A ÉTICA NA FORMAÇÃO E CONDUTA DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE	71
Jackeline Silva dos Santos	71
Fabiana Holler Baptista	71
EDUCAÇÃO FINANCEIRA E QUALIDADE DE VIDA	90
Leonir Gabriel Costa de Oliveira.....	90
Fabiana Holler Baptista.....	90
A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA EXPRESSÃO CRIATIVA.....	113
Raysla Nathieli Oliveira de Jesus	113
Cleonice Faria da Silva Batista.....	113
Ana Cristina Martins Silva	113
Nair Faria da Silva	113
ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CONTABILIDADE: ESTUDO SOBRE OS PRINCÍPIOS ÉTICOS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS	130
Lucas Varela Silva	130
Fabiana Holler Baptista	130
OS DIREITOS DA MULHER NO PERÍODO DA LICENÇA MATERNIDADE.....	164
Simone Neres Pereira Willmbrink.....	164
César Henrique Marson de Andrade	164

Fabiana Holler Baptista	164
PERÍCIA CONTÁBIL NAS ORGANIZAÇÕES	185
Thayara de Lima Cardoso	185
Fabiana Holler Baptista	185
A IMPORTÂNCIA DA BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	203
Valdinéia Marques dos Santos	203
Vagner Marques dos Santos	203
Elaine de Oliveira	203
Sebastiana Divina de Oliveira	203
APROVEITAMENTO DE CRÉDITO DO ICMS SOBRE O ATIVO IMOBILIZADO NO ESTADO DE RONDÔNIA	225
Jéssica Jeane Batista Martins Freitas	225
Cleiton Luiz de Souza Bertocco	225
Fabiana Holler Baptista	225
ABORDANDO A DISCALCULIA: ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR A APRENDIZAGEM MATEMÁTICA	253
Célia Garcias dos Santos	253

O CONTADOR COMO ALIADO FUNDAMENTAL: DESCOBRINDO A IMPORTÂNCIA PARA O MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Alessandra dos Santos Macedo¹
César Henrique Marson de Andrade²
Fabiana Holler Baptista³

RESUMO

A categoria do microempreendedor individual (MEI), como forma de constituição empresarial foi criada para formalizar as pessoas autônomas, lhes proporcionando direitos e deveres para o melhor desempenho do seu negócio. Este artigo tem como objetivo abordar a importância do contador para o microempreendedor individual destacando como esse pode auxiliar na gestão do seu negócio, mesmo não sendo obrigatório ao microempreendedor pela legislação de acordo com a lei complementar 128/2008 os serviços do contador. A contabilidade é uma ferramenta muito importante para o mundo dos negócios, com o auxílio do contador ao microempreendedor individual pode ter benefícios, além disso, o contador pode contribuir para o crescimento e o sucesso do empreendimento, oferecendo serviços de consultoria, planejamento Tributário, análise de viabilidade, controle orçamentária e assessoria empresarial. O contador pode ajudar o microempreendedor a tomar decisões mais assertivas e estratégicas para seu negócio, e com isso esse profissional é de extrema importância para o planejamento financeiro e na diminuição de riscos, auxiliando nas obrigações fiscais e contribuindo no sucesso a longo prazo do empreendimento. Para a realização dessa pesquisa, foram coletadas valiosas informações disponibilizadas no Google Acadêmico, Scielo e sites do governo. Foram utilizadas publicações a partir de 2006 para maior aproveitamento da pesquisa e estudo das novas mudanças para o microempreendedor individual (MEI).

Palavras-chave: Microempreendedor. Contador. Gestão.

ABSTRACT

The category of individual microentrepreneur (MEI), as a form of business formation, was created to formalize self-employed people, providing them

¹**Graduação:** Bacharel em Ciências Contábeis, FAVOO/ Cooperativa Educacional de Vilhena. alessandraklebermacedo353@gmail.com.

²**Orientador: Graduação:** Bacharel em Ciências Contábeis, CESD/ Centro de Ensino Superior de Dracena. **Pós-graduação:** Especialista em Gestão Econômica e Financeira, CESD/ Centro de Ensino Superior de Dracena. Mestre do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, UNIJUI/ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. **Mestrado** Interinstitucional com a Faculdade FAVOO(Coop). cesar@coopevi.com.br

³**Orientadora: Graduação:** Bacharel em Economia, UNEMAT/ Universidade Estadual do Mato Grosso. **Pós-graduação:** Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, FAMA / Faculdade da Amazônia. **Mestrado:** em Ciências da Educação, UDS / Universidad de Desarrollo Sustentable. fabianahollerbaptista@gmail.com

with rights and duties for the best performance of their business. This article aims to address the importance of an accountant for individual micro-entrepreneurs, highlighting how they can help manage their business, even though the services of an accountant are not mandatory for micro-entrepreneurs under legislation in accordance with complementary law 128/2008. Accounting is a very important tool for the business world, with the help of an accountant the individual micro-entrepreneur can have benefits, in addition, the accountant can contribute to the growth and success of the enterprise, offering consultancy services, tax planning, analysis feasibility, budget control and business advice. The accountant can help microentrepreneurs make more assertive and strategic decisions for their business, and this professional is extremely important for financial planning and reducing risks, helping with tax obligations and contributing to the long-term success of the enterprise. To carry out this research, valuable information was collected from Google Scholar, Scielo and government websites. Publications from 2006 were used to make greater use of the research and study of new changes for the individual microentrepreneur (MEI).

Keywords: Microentrepreneur. Accountant. Management.

1. INTRODUÇÃO

Com o objetivo de diminuir a informalidade no Brasil, o Governo Federal promulgou em dezembro de 2006, o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte por meio da Lei Complementar nº 123/2006. Posteriormente, em julho de 2009, a Lei Complementar nº 128/2008 alterou a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, introduzindo a categoria do Microempreendedor Individual (MEI), fornecendo todo o respaldo legal, segurança jurídica e obrigações para microempresas e trabalhadores autônomos. Isso permitiu que eles obtivessem um CNPJ gratuitamente, tributações reduzidas, emissão de nota fiscal, direitos e benefícios previdenciários, declaração simplificada de faturamento, com a obrigação de um faturamento máximo de R\$ 81.000,00 por ano e o registro de apenas um funcionário.

Essa iniciativa simplificou o processo de formalização de negócios anteriormente operando na informalidade, resultando em cerca de 8 milhões

de inscrições no Portal do Empreendedor até o final de 2018. Esse Portal integra a Rede simples, um sistema abrangente de abertura e registro de empresas que agiliza a formalização, promove o compartilhamento de dados e informações e oferece serviços específicos para MEIS (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2019).

Empreender no Brasil frequentemente está ligado à necessidade de gerar renda, mas também exige características como coragem, inovação e inquietude (Rodrigues, 2008). A escassez de recursos financeiros não deve desencorajar futuros empreendedores conforme destaca Degen (1989). Nesse sentido, Boeira et al., (2015) ressalta que chave para o sucesso empresarial em um mercado competitivo é a busca constante pela excelência nas atividades.

Para os autores Gimenez (2006) e Rodrigues (2008), o empreendedorismo é um tema de grande interesse para pesquisadores devido aos benefícios que pode proporcionar. Novos empreendimentos, contribuem para o desenvolvimento econômico e social em áreas carentes, como também estimula à ação empreendedora possibilitando o crescimento e a adaptação das organizações às mudanças na sociedade, gerando valor nos âmbitos individual, organizacional e social.

A Lei 10.406 de janeiro de 2002 (CÓDIGO CIVIL) isenta o MEI da necessidade de contratar um escritório contábil para orientações sobre como ter uma gestão financeira eficaz para o sucesso do empreendimento, fornecendo todas as informações necessárias de forma clara e esclarecedora para a tomada de decisões da empresa.

Neste artigo, investigaremos detalhadamente como a parceria entre o contador e o MEI pode ser um diferencial significativo, auxiliando nas complexidades dos negócios, orientando em situações fiscais e abrindo portas para o crescimento sustentável. Exploraremos como o conhecimento

de um contador pode transformar a trajetória de um MEI, mostrando-lhe a prosperidade financeira a longo prazo.

2 O PAPEL DO CONTADOR NA GESTÃO CONTÁBIL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

O contador desempenha um papel crucial na gestão das empresas, sendo responsável por várias funções importantes. Sua origem remonta à necessidade de controlar e registrar transações financeiras. A contabilidade tem raízes antigas, com sistemas contábeis rudimentares datando de civilizações antigas como os egípcios, babilônios e romanos, onde eles mantinham registros de transações comerciais e de propriedade. No entanto, a contabilidade moderna começou a se desenvolver durante a Revolução Industrial no século XVIII e XIX. O aumento da complexidade das empresas e das transações financeiras levou à necessidade de sistemas contábeis mais estruturados (Pereira, 2017).

O frei e matemático italiano Luca Pacioli (1445-1517) é frequentemente considerado o "Pai da Contabilidade Moderna". Em 1494, ele publicou o livro "Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalita", que incluía um tratado detalhado sobre métodos de contabilidade de dupla entrada. Esse sistema revolucionou a contabilidade e ainda é base dos princípios contábeis modernos (Borges, 2013).

David (2019) comenta que a contabilidade evoluiu em resposta às mudanças nas práticas comerciais, regulamentações governamentais e avanços tecnológicos. Ela se tornou uma ciência altamente especializada em analisar os fatos de natureza econômico-financeira de uma instituição, onde se destaca em diferentes ramos, como contabilidade financeira, contabilidade de custos, auditoria entre outros.

Segundo Peleias (2007), no Brasil, a história da contabilidade começa com as atividades coloniais e os gastos públicos. Em 1770, foi criada a primeira regulamentação dessa profissão no país, expedida diretamente pelo rei de Portugal Dom José. Nessa mesma época o profissional de contabilidade no Brasil era conhecido como "Guarda-livros". Em 1870, a contabilidade foi considerada a primeira ocupação liberal regulamentada, por meio do Decreto Imperial nº4.475, tendo uma ação mais fiscal do que econômica. As atuações eram ligadas ao Erário Régio, ao Tesouro Nacional e ao Banco do Brasil.

Com o decorrer dos anos, tornou-se essencial que os profissionais possuíssem um curso de comércio para serem contratados, além de ser necessário dominar o Português e o Francês, e ter uma caligrafia impecável. Mais tarde, a competência em datilografia se tornou um requisito adicional. Em 1932, no dia 8 de fevereiro, foi criado o Decreto Federal nº21033, que estabeleceu condições para o registro dos profissionais do setor. Isso fez com que a profissão se ligasse à formação escolar, para aqueles que desejassem seguir a carreira (Peleias, 2007).

A importância da contabilidade tem crescido progressivamente, especialmente no cenário global, onde o progresso da tecnologia tem capacitado os profissionais dessa área a buscar maneiras cada vez mais eficazes de aprimorar a qualidade dos serviços que oferecem. A contabilidade tem experimentado transformações significativas, notadamente devido aos avanços tecnológicos na era digital. Essas mudanças frequentes e velozes frequentemente se apresentam como desafios para esses profissionais, uma vez que novas ferramentas continuamente surgem e modificam a maneira como a contabilidade é conduzida (Fermin, 2021).

Em resumo, como destaca Moraes (2019), a parceria com um contador, embora não seja obrigatória para o microempreendedor individual, pode oferecer benefícios significativos na gestão de questões fiscais e legais,

incluindo a emissão de notas fiscais e o cumprimento de obrigações trabalhistas. Além disso, esse profissional tem um papel crucial na gestão financeira, assegurando a organização das finanças, fornecendo análises financeiras detalhadas e contribuindo para uma visão estratégica que auxilia na tomada de decisões.

Pizzolato (1997, p. 4) explica que:

[...] A contabilidade é um órgão natural para fornecer relatórios de dados de acompanhamento, para serem avaliados pelos gerentes correspondentes. Tais relatórios podem ser periódicos ou eventuais: os primeiros servem a avaliação de rotina e os outros têm objetivo específico e transitório como, por exemplo, avaliar um determinado processo, uma estratégia de mercado, um desempenho regional etc.

A contabilidade na concepção de Bugarim (2014) é fundamental para o funcionamento eficiente das empresas e para a tomada de decisões acertadas. Sua evolução durante a história reflete a crescente complexidade das transações comerciais e a necessidade de registros financeiros precisos e padronizados.

2. 1 O impacto da assessoria contábil na tomada de decisão do microempreendedor individual

A contabilidade desempenha um papel crucial no avanço dos negócios do Microempreendedor Individual. Para o autor De Araújo (2021), o contador, na qualidade de especialista, assume a gestão das finanças da empresa, fornecendo informações vitais e orientando decisões estratégicas, com o objetivo de impulsionar o crescimento do empreendimento sem expô-lo a desafios fiscais.

Já na visão de Fermin (2021), a contabilidade, assim, se revela uma ferramenta de alto valor para o microempreendedor individual. No entanto, muitos não exploram plenamente esse recurso, muitas vezes confinando seu uso à esfera fiscal. A falta de compreensão acerca da importância da

contabilidade e do seu potencial para a administração de empresas é um fator que contribui significativamente para a subutilização dessa valiosa ferramenta.

Desde o registro inicial no Portal do Empreendedor, o contador pode prestar assistência ao microempreendedor, fornecendo orientações sobre os requisitos, benefícios, bem como as obrigações legais e fiscais a serem cumpridas. Essa atuação prévia ajuda a evitar problemas fiscais e multas, possibilitando que o MEI opere de forma legítima. O microempreendedor já desfruta de algumas vantagens, como o pagamento simplificado de impostos e acesso a benefícios previdenciários.

Segundo Chupel (2014) os serviços que um contador pode oferecer ao microempreendedor individual incluem:

- Orientação na abertura e encerramento da empresa no CNAE apropriado.
- Emissão da permissão para a emissão de notas fiscais.
- Emissão mensal da guia de pagamento do imposto devido (DAS).
- Apresentação anual da declaração de faturamento (DASN).
- Entrega da declaração do Imposto de Renda (IRPF).
- Contratação e registro de funcionários (quando necessário).
- Cálculo da guia de FGTS (quando aplicável).
- Acompanhamento do limite de faturamento.
- Assessoria na transição de MEI para ME (Microempresa).
- Otimização da estrutura tributária.
- Auxílio na obtenção de crédito, financiamento ou empréstimos.

- Apoio no planejamento financeiro e na organização do fluxo de caixa.

Esses representam apenas alguns dos serviços que um contador pode disponibilizar a um microempreendedor individual, sendo que outros podem variar de acordo com as necessidades e particularidades de cada negócio.

2.2 A contabilidade gerencial

A contabilidade gerencial, uma ramificação da contabilidade, tem como finalidade prover informações úteis para o planejamento, decisões e controle das atividades de uma organização. Para o microempreendedor individual, que opera de maneira autônoma e tem um faturamento de até R\$ 81 mil por ano, a contabilidade gerencial pode se tornar uma ferramenta estratégica indispensável para melhorar o desempenho de seu negócio.

De acordo com Marques (2018), por meio da contabilidade gerencial, o microempreendedor pode realizar análises completas que abrangem custos, receitas, lucros, fluxos de caixa, indicadores financeiros e não financeiros, orçamentos, projeções e variações relacionadas ao seu empreendimento.

Essas informações no entendimento de Fermin (2021), dão ao microempreendedor a habilidade de identificar oportunidades e ameaças no mercado, avaliar a viabilidade e a lucratividade de seu negócio, definir objetivos e metas, elaborar planos de ação e monitorar os resultados. Assim, a contabilidade gerencial pode contribuir efetivamente para o sucesso e a sustentabilidade do microempreendedor a longo prazo.

Martins (2021, p. 5) destaca que:

[...] Devido ao crescimento das empresas, com o consequente aumento da distância entre administrador e ativos e pessoas administradas, passou a Contabilidade de Custos a ser encarada como uma eficiente forma de auxílio no desempenho dessa missão, a gerencial. É importante ser lembrado que essa nova visão por

parte dos usuários de Custos não data de mais que algumas décadas, e, por essa razão, ainda há muito a ser desenvolvido. É também importante ser constatado que as regras e os princípios geralmente aceitos na Contabilidade de Custos foram criados e mantidos com a finalidade básica de avaliação de estoques, principalmente para usuários externos, e não para fornecimento de dados à administração. Por essa razão, são necessárias certas adaptações quando se deseja desenvolver bem esse seu outro potencial; potencial esse que, na grande maioria das empresas, é mais importante do que aquele motivo que fez aparecer a própria Contabilidade de Custos.

Ademais, enfatiza Fermin (2021), que a contabilidade gerencial foca na análise de custos e finanças, fornecendo informações vitais para o processo de tomada de decisões internas na empresa. Ela também permite que a empresa avalie sua posição competitiva no mercado financeiro, o que ajuda na projeção de negócios, levando em conta fatores tanto internos quanto externos.

2.3 Contabilidade de custos

Para Santos (2022), a contabilidade de custos voltada para o microempreendedor individual constitui um segmento especializado da contabilidade que concentra seus esforços na identificação, mensuração e análise dos custos associados à atividade econômica desempenhada por este empreendedor. Seu propósito primordial é o fornecimento de informações de substancial relevância para subsidiar processos de planejamento, controle, avaliação do desempenho do empreendimento e embasar decisões estratégicas.

Nesse sentido, ressalta Granzotto (2015) que a contabilidade de custos apresenta relevante utilidade para o microempreendedor individual, desempenhando um papel multifacetado que abrange desde a determinação dos preços de venda de produtos ou serviços, considerando tanto os custos diretos quanto os indiretos, as margens de lucro desejadas e a competição de mercado, até o acompanhamento e a gestão das despesas vinculadas a elementos como matérias-primas, mão de obra, energia, aluguel, impostos,

dentre outros. Esse processo visa à minimização de desperdícios e à otimização de recursos

Além disso, Andrade (2014) sinaliza que a contabilidade de custos permite o acompanhamento da lucratividade do negócio, através do cálculo do lucro ou prejuízo em intervalos temporais específicos, relacionados a produtos ou serviços, bem como a comparação entre resultados projetados e efetivamente alcançados, possibilitando a identificação de causas de variações e o estabelecimento de medidas corretivas ou preventivas.

Nodari (2023), descreve que para implementar a contabilidade de custos no contexto do microempreendedor individual, um conjunto de procedimentos se faz necessário. Estes procedimentos englobam a classificação dos custos em categorias como fixos ou variáveis, diretos ou indiretos, dependendo de sua relação com o volume de produção ou vendas. Adicionalmente, implica o registro detalhado dos custos em um sistema de informação contábil, fazendo uso de documentos como notas fiscais, recibos, extratos bancários, entre outros.

A apropriação dos custos aos produtos ou serviços ocorre mediante a aplicação de critérios como rateio proporcional, absorção ou atividade. O cálculo dos custos totais e unitários dos produtos ou serviços é realizado por meio da adoção de métodos, como o custeio por ordem, custeio por processo ou o Custeio Baseado em Atividades (ABC). Finalmente, a elaboração de relatórios gerenciais, que apresentam de maneira sistematizada os custos e os resultados do empreendimento, incorpora indicadores como ponto de equilíbrio, margem de contribuição ou rentabilidade (Martins, 2021 p. 77).

O método de Custeio Baseado em Atividades (ABC) emerge como uma abordagem metodológica que propõe o rastreamento minucioso dos custos associados às atividades realizadas por uma empresa e a avaliação da correlação dessas atividades com a geração de receita e o consumo de recursos. O propósito central deste método consiste na redução das

distorções provocadas pela adoção de alocações arbitrárias de custos (Martins, 2003).

O método ABC detém particular relevância para organizações que almejam uma compreensão mais precisa dos custos envolvidos em suas atividades e processos, permitindo, conseqüentemente, que tomem decisões mais embasadas acerca da gestão de seus recursos financeiros. Desse modo, revela-se como uma ferramenta de substancial valor para contribuir com o crescimento e sucesso do microempreendedor individual (Nodari, 2023).

Martins (2003, p. 22) resume:

[...] A Contabilidade de Custos acabou por passar, nessas últimas décadas, de mera auxiliar na avaliação de estoques e lucros globais para importante arma de controle e decisão gerenciais. Com o significativo aumento de competitividade que vem ocorrendo na maioria dos mercados, sejam industriais, comerciais ou de serviços, os custos tornam-se altamente relevantes quando da tomada de decisões em uma empresa.

Em suma, a Contabilidade de Custos evoluiu significativamente, passando de uma ferramenta auxiliar na avaliação de estoques e lucros para um elemento crucial no controle e decisões gerenciais. Com a competitividade crescente em vários mercados, os custos se tornaram um aspecto extremamente importante nas decisões empresariais.

2.3.1 Custos diretos e custos indiretos

De acordo com Dos Santos Santana (2021), os custos diretos são aqueles que podem ser diretamente atribuídos à produção de um serviço. Eles incluem custos como matéria-prima, mão de obra direta e outros custos que estão diretamente relacionados à produção. Os custos indiretos, por outro lado, são aqueles que não podem ser diretamente atribuídos à produção de um produto ou serviço. Eles incluem custos de aluguel, seguros, salários de funcionários que estão diretamente envolvidos na produção.

O entendimento dos custos diretos e indiretos é crucial para o microempreendedor individual por vários motivos, primeiro ajuda a determinar o preço de venda dos produtos ou serviços, segundo permite ao microempreendedor calcular o ponto de equilíbrio do negócio, ou seja, o volume de vendas necessário para cobrir todos os custos, e terceiro fornece esclarecimentos valiosos para a tomada de decisões estratégicas, de como expandir o negócio, investir em novos equipamentos, entre outros (De Oliveira, 2023).

2.3.2 Custos fixos e Custos Variáveis

Segundo Andrade (2014), os custos fixos são aqueles que não variam com o volume de produção ou vendas. Eles são incorridos independentemente de o negócio estar operando em sua capacidade máxima ou não. E os custos variáveis são aqueles que mudam proporcionalmente ao volume de produção ou venda. Quanto mais produtos um microempreendedor produz ou vende, maiores serão seus custos variáveis.

2.4 Gestão de Custos para o Microempreendedor Individual (MEI)

A Gestão de Custos para Gazzoni (2003) é uma parte crucial para o sucesso de qualquer negócio, e isso é importante para o microempreendedor individual, com recursos limitados e uma margem de erro pequena, a gestão eficaz dos custos pode ser a diferença entre o sucesso e o fracasso do negócio. Essa gestão envolve o processo de planejamento e controle do orçamento de um negócio, isso inclui a identificação de custos, a análise de custos variáveis e fixos, e a implementação de estratégias para reduzir custos.

Ainda na visão do autor, ao minimizar custos, o microempreendedor pode maximizar lucros, isso é especialmente importante, pois os microempreendedores operam com margens de lucros menores. A gestão de

custos também ajuda prever despesas futuras, o que é importante para o planejamento financeiro, e ao gerir eficazmente os custos, o microempreendedor pode oferecer preços competitivos, o que pode ajudar a ganhar uma vantagem no mercado (GAZZONi, 2003).

Para Bergamo (2022) ao microempreendedor deve criar um orçamento detalhado que inclui todas as despesas previstas, isso ajudará a identificar áreas onde pode economizar, e negociando preços com os fornecedores pode ser capaz de reduzir custos. Como também, deve sempre procurar maneiras de melhorar a eficiência operacional, isso pode incluir a implementação de novas tecnologias ou a melhoria dos processos existentes, também deve realizar regularmente uma análise de custos para identificar áreas onde os custos podem ser reduzidos (BERGAMO, 2022).

Na explicação de Martins (2021, p. 279):

[...] A expressão “Gestão Estratégica de Custos” vem sendo utilizada nos últimos tempos para designar a integração que deve haver entre o processo de gestão de custos é o processo de gestão da empresa como um todo. Entende-se que essa integração é necessária para que as empresas possam sobreviver em um ambiente de negócios crescentemente globalizado e competitivo. Para sobreviver nesses mercados cada vez mais competitivos, a empresa precisa perseguir e alcançar altos níveis de qualidade, eficiência e produtividade, eliminando desperdícios e reduzindo custos. Assim, é necessário que os gestores recebam informações precisas, tempestivas e atualizadas para um apoio eficaz ao processo decisório.

A gestão de custos é uma habilidade essencial para o microempreendedor individual, ao entender e controlar os custos, o microempreendedor pode melhorar a rentabilidade e garantir o sucesso na gestão a longo prazo do seu negócio.

2.5 A importância do microempreendedor individual (MEI)

Mantovani (2020), relata que o Microempreendedor Individual (MEI) foi instituído no Brasil no ano de 2008 por intermédio da Lei Complementar nº 128, a qual introduziu modificações na Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas. Este empreendimento tinha por escopo conferir formalização a um vasto contingente de trabalhadores que, até então, exerciam suas atividades de maneira informal, carecendo, por conseguinte, de proteção jurídica e acesso aos benefícios oferecidos pelo sistema de Previdência Social

A partir do dia 1º de julho de 2009, com a efetivação da referida Lei, o Portal do Empreendedor passou a operar em âmbito nacional, facilitando o registro de interessados como MEIS de modo ágil e descomplicado através da internet. Isso possibilitou a emissão de notas fiscais e o acesso a vantagens previdenciárias, tais como salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-reclusão e pensão por morte (MANTOVANI, 2020).

Desde sua concepção, o MEI passou por diversas evoluções, incluindo o incremento do limite de faturamento anual, que, inicialmente, era de R\$ 36 mil e, em 2023, atingiu a cifra de R\$ 81 mil. Além disso, houve inclusões e exclusões de algumas atividades permitidas e a criação de linhas de crédito específicas destinadas aos microempreendedores individuais (Santos, 2023).

Em 31 de dezembro de 2021, a Lei Complementar 188/2021 foi promulgada, regulamentando a figura do MEI caminhoneiro. Esta lei viabilizou o registro de transportadores autônomos de carga como microempreendedores individuais (MEI), estabelecendo um limite específico para a receita bruta e uma alíquota diferenciada de contribuição previdenciária. Ademais, a lei instituiu uma tabela exclusiva para o MEI caminhoneiro, contemplando quatro atividades permitidas: transporte municipal, intermunicipal, interestadual e internacional de cargas, transporte de produtos perigosos e transporte de mudanças (SEBRAE, 2023).

Em um período um pouco superior a uma década, o MEI emergiu como a modalidade empresarial mais comum no Brasil, congregando mais de 15 milhões de empreendedores regularmente registrados. Esta inovação simplificou substancialmente o processo de estabelecimento de empreendimentos, tornando-o mais acessível e conferindo uma maior segurança jurídica e social aos indivíduos que optaram por uma carreira independente (SEBRAE, 2023).

É relevante observar que, em 2020, o número de MEIs no Brasil experimentou um notório incremento. Do total de 3.359.750 empresas registradas nesse período, 2.663.309 eram MEIs, refletindo um crescimento de 8,4% em relação a 2019. No término do terceiro quadrimestre de 2020, o país contava com 11.262.383 MEIs ativos, representando atualmente 56,7% do total de empreendimentos em atividade no Brasil (BRASIL, 2022).

O Microempreendedor Individual é uma categoria empresarial simplificada que oferece uma série de benefícios, incluindo a capacidade de emitir notas fiscais, participar de licitações, vender para o setor público e acessar linhas de crédito. Não se restringe apenas a profissionais autônomos, como pedreiros, carpinteiros, cabeleireiros, manicures e jardineiros, mas também abrange diversos pequenos comerciantes, como mercearias, bares ambulantes e uma ampla variedade de pequenos empreendedores (De Farias, 2022).

2.6 Obrigações acessórias do microempreendedor individual (MEI)

De acordo com Andrade (2014), o microempreendedor individual (MEI), é uma figura jurídica criada para formalizar o trabalho de milhões de trabalhadores brasileiros, no entanto, mesmo com a simplificação dos processos, existem algumas obrigações acessórias que o microempreendedor deve cumprir. São algumas delas:

●**Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-SIMEI):** Todo microempreendedor deve entregar a Declaração Anual até o último dia do mês de maio do ano seguinte ao da apuração. Esta declaração inclui o valor total das vendas de mercadorias ou serviços realizados no ano anterior.

●**Emissão de Notas Fiscais:** O microempreendedor deve emitir nota nas vendas e nas prestações de serviços para pessoas jurídicas (empresas), independentemente do valor do serviço. No entanto, para o consumidor final pessoa física, a emissão de nota fiscal é opcional, a menos que o cliente solicite.

●**Pagamento do DAS-MEI:** O Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), é uma obrigação mensal que deve ser paga até o dia 20 de cada mês, o DAS é um valor fixo que inclui os tributos devidos pelo microempreendedor, como INSS, ICMS ou ISS.

●**Livro Caixa:** Embora não seja obrigatório, é altamente recomendável que o microempreendedor mantenha um livro caixa, este registro de todas as entradas e saídas do negócio pode ser uma ferramenta valiosa para a gestão financeira e para a preparação da DASN-SIMEI.

●**Contratação de Funcionário:** Se o microempreendedor optar por contratar um funcionário, ele deve cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias, como o pagamento do FGTS e do INSS do funcionário.

É importante lembrar que o não cumprimento dessas obrigações pode resultar em multas e até mesmo na perda do status de MEI. Portanto, é importante manter-se atualizado e em dia com essas obrigações, para isso, o apoio de um profissional de contabilidade pode ser muito útil.

2.7 Desenquadramento do microempreendedor individual (MEI)

A inadimplência entre os microempreendedores individuais tem crescido nos últimos anos devido a diversos fatores, incluindo a pandemia de Covid-19, a situação econômica do país e a educação financeira dos empreendedores. Segundo a Receita Federal, os MEIs com dívidas junto à Receita Federal do Brasil ou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional receberão um termo de exclusão do Simples Nacional, juntamente com a relação de pendências, a partir de setembro de 2023. A existência de débitos pode resultar na exclusão do regime tributário simplificado, que oferece benefícios como impostos significativamente menores e a capacidade de emitir nota fiscal (RECEITA FEDERAL, 2023).

Um estudo da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e do Serviço de Proteção ao Crédito mostrou que o número de inadimplentes no país começou a diminuir em julho de 2023, após ter aumentado desde janeiro do mesmo ano. O estudo sugere que a melhoria na renda das famílias, o progresso da vacinação e a retomada das atividades econômicas contribuíram para essa redução (BRASIL, 2023).

O número de empreendedores individuais no Brasil tem crescido rapidamente ao longo da última década. No entanto, o Sebrae alerta que 29% desses MEIs encerram suas atividades antes de completarem cinco anos e que a maior barreira é a falta de capacitação. O Sebrae aconselha o empreendedor sobre a importância de realizar um trabalho preliminar antes de formalizar sua empresa, conhecendo seu mercado, seus clientes, seus fornecedores e seus concorrentes (Santos, 2023).

Para Garcia (2022), um dos motivos que levam o microempreendedor individual à desclassificação do regime tributário simplificado é o excesso de receita bruta. O MEI tem um limite de faturamento anual de R\$ 81 mil, o que equivale a uma média mensal de R\$ 6.750,00. Se o microempreendedor individual ultrapassar esse limite em mais de 20%, ele será automaticamente

desclassificado do regime tributário simplificado e se tornará uma microempresa a partir do mês seguinte ao excesso. O microempreendedor também pode ser desclassificado se exercer atividades que não são permitidas para esse regime, se abrir uma filial ou participar de outra empresa como titular ou sócio, ou se contratar mais de um funcionário.

Esses motivos podem levar ao microempreendedor a perder os benefícios fiscais e previdenciários aos quais tem direito, como a isenção de impostos federais como o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL), o Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP), a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a Contribuição Patronal Previdenciária (CPP) e a contribuição mensal reduzida para o INSS (5% do salário mínimo) (Santos, 2023).

A inadimplência do MEI no Brasil em 2023 é um assunto complexo e desafiador que requer a atenção dos empreendedores, dos órgãos públicos e das entidades de apoio aos pequenos negócios. É necessário buscar soluções para regularizar as pendências tributárias, evitar a exclusão do Simples Nacional e garantir a sustentabilidade dos empreendimentos.

2.8 A falta de conscientização do microempreendedor individual (MEI)

A falta de conhecimento entre os microempreendedores individuais (MEIs) é um problema significativo que pode levar a complicações legais e financeiras. As áreas em que os microempreendedores mais frequentemente demonstram falta de conhecimento incluem (Santos, 2022):

- **Obrigações Fiscais e Contábeis:** Muitos MEIs não estão totalmente cientes de suas obrigações, que incluem a necessidade de emitir notas fiscais e pagar o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DASN-SIMEI).

- **Direitos e benefícios:** Alguns MEIs não estão totalmente cientes dos direitos e benefícios que acompanham a formalização, incluindo acesso a benefícios previdenciários, como aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade, entre outros.

- **Gestão financeira:** A falta de conhecimento sobre gestão financeira é outro problema comum. Muitos MEIs não mantêm um registro adequado de suas receitas e despesas, o que pode levar a problemas de fluxo de caixa e dificuldades para expandir o negócio.

- **Legislação Trabalhista:** Se o MEI optar por contratar um funcionário, ele deve estar ciente de cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias, como o pagamento do FGTS e do INSS do funcionário.

Para combater a falta de conhecimento dos MEIs, é importante que eles busquem educação e treinamento em gestão de negócios. Além disso, o apoio de um profissional de contabilidade pode ser extremamente valioso para ajudar a navegar pelas complexidades das obrigações fiscais e contábeis (Santos, 2022).

3. Metodologia

A construção do conhecimento sobre o tema em questão foi buscada através da consulta a teóricos e literatura especializada. A metodologia utilizada incluiu uma revisão bibliográfica, que envolveu a exploração de recursos como livros, revistas científicas, dissertações, teses e outras fontes de informação relevantes para o desenvolvimento deste tema. A importância do referencial bibliográfico reside no fato de que ele fornece a base conceitual essencial para a discussão e análise do tópico, sendo composto por contribuições de autores amplamente reconhecidos.

Lakatos (2017, p. 55) caracteriza a pesquisa científica bibliográfica como uma técnica de investigação que envolve a coleta de informações e dados disponíveis em obras impressas, como livros, artigos, teses e outros documentos relacionados a um tópico específico. Por meio da pesquisa bibliográfica, o pesquisador pode identificar a metodologia mais adequada para a realização de seu trabalho.

Segundo Demo (1997, p. 39), a pesquisa é mais do que uma mera atividade investigativa; ela também se manifesta como um diálogo, um processo de produção de conhecimento que envolve interações entre o pesquisador e o objeto de estudo, bem como a disseminação do conhecimento adquirido.

A pesquisa é, simultaneamente, um método de comunicação adequado e o conteúdo dessa comunicação, desde que seja produtiva. Aqueles que realizam pesquisas têm contribuições significativas para compartilhar, enquanto aqueles que não pesquisam estão limitados a reproduzir informações ou a simplesmente ouvir de forma passiva.

4. CONSIDERAÇÕES

Este artigo teve como objetivo destacar a importância do contador como um parceiro crucial para o Microempreendedor Individual (MEI), uma categoria de empreendedorismo que tem experimentado um crescimento significativo no Brasil nos últimos anos.

Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre os conceitos e características do Microempreendedor Individual, bem como os benefícios e obrigações associados a esta modalidade. Além disso, analisou-se o papel do contador como um profissional capaz de fornecer suporte ao MEI em várias áreas, como planejamento tributário, gestão financeira, contabilidade gerencial, contabilidade de custos, entre outras.

A análise dos dados coletados mostrou que o contador desempenha uma parceria estratégica de grande importância para o Microempreendedor Individual, pois pode contribuir para os processos de formalização, regularização, organização e expansão de seus negócios. O contador, portanto, tem a habilidade de orientar o MEI em relação às melhores práticas contábeis e fiscais, prevenindo possíveis sanções, penalidades e conflitos com as autoridades fiscais. Além disso, o contador fornece informações e relatórios que são ferramentas fundamentais para embasar a tomada de decisões, a avaliação dos resultados e a melhoria do desempenho das atividades empresariais do MEI.

Com base no exposto, conclui-se que o contador é um aliado de indiscutível importância para o Microempreendedor Individual, pois pode agregar valor significativo aos seus negócios e simplificar o processo de gestão. Portanto, recomenda-se que o Microempreendedor Individual procure os serviços de um contador qualificado e confiável, capaz de atender às suas necessidades e expectativas. Assim, o Microempreendedor Individual estará apto a aproveitar as vantagens inerentes a essa categoria e a se destacar em um mercado caracterizado pela alta competitividade.

5. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Stefani Pontes; BOFF, Caroline Dal Sotto. **Ferramentas de Planejamento para Tomada de Decisão Aplicadas a um Microempreendedor Individual (MEI)**. Revista de Contabilidade, Ciência da Gestão Financeira, v. 2, n. 1, p.57-58, 2014.

BERGAMO, Sany Amélia Padilha; PEREIRA, Tatiane Pietrobelli. **A Importância do Contador ao Microempreendedor Individual (MEI)**. Revista Eletrônica de Ciências Contábeis, v. 11, n. 2, p. 96-128, 2022.

BOEIRA, Bruno Fernandes.; SILVA, Aline; BRONZATTI, Barbara.; NORO, Greice.; TRINDADE, Tatiane. **A educação empreendedora e o sucesso empreendedor**. 2015. Convibra administração on line. 2015. Disponível em:

<http://www.Portaldoempreendedor.Gov.Br/Estatisticas>. Acesso em: 10 set. 2023.

BORGES, Erivan Ferreira et al. **da Retórica à Efetiva Influência da Escola Europeia no Contexto Histórico da Contabilidade e da Economia Mundial: O que Pensam Autores e Professores de Contabilidade Brasileiros**. 2013.

BRASIL, LEI COMPLEMENTAR 123/2006. **Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp123.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. LEI COMPLEMENTAR 147. **Altera a Lei complementar n. 123 de dezembro de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. **Institui o Código Civil**. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p.

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; OLIVEIRA, Oderlene Vieira de. **A Evolução da Contabilidade no Brasil: Legislações, órgãos de Fiscalização, Instituições de Ensino e Profissão**. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, v. 11, 2014.

CHUPEL, Jéssica Fernanda; SOBRAL, Elvio; BARELLA, Lauriano Antônio. **A Importância da Contabilidade para o Microempreendedor Individual**. Revista Eletrônica da Faculdade de Alta Floresta, v. 3, n. 2, 2014.

DA COSTA, Marcelo Lima; FEITOSA FILHO, Raimundo Ivan. **A Importância da Contabilidade no Processo de Desenvolvimento do Microempreendedor Individual (MEI)**. Revista Brasileira de Administração Científica, v. 10, n. 2, p. 154-163, 2019.

DAVID, Fernanda Calaça. **A História da Contabilidade: Origem e evolução**. 2019.

DE FARIAS, Debhora Souza. **As Vantagens e Desvantagens do MEI-Microempreendedor Individual**. Revista Processus Multidisciplinar, v. 3, n. 6, p. 21-27, 2022.

DE OLIVEIRA, Andressa Carvalho; MEINHARDT, Paulo Luiz. **Implantação da Contabilidade Básica e seus Controles dentro de um MEI**. Revista de Contabilidade Dom Alberto, v.12, n. 23, p.106-109, 2023.

DEGEN, Ronald. **O Empreendedor, fundamentos da iniciativa empresarial.** 8 ed. São Paulo: Makron, 1989.

DEMO, Pedro. **Princípio Científico e Educativo.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

DOS SANTOS SANTANA, Wesley et al. **Formação de Preço de Venda: Um Estudo de Caso Voltado para o Microempreendedor Individual do Ramo de Comércio.** Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE, v.7, n. 1, p.90-120, 2021.

FERMIN, Joicy Suziane Gomes. Et al. **A Contribuição do Contador para o Microempreendedor Individual. Revista Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.** Ano 06, Ed. 10, Vol. 03, pp. 145-163. Outubro. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/contabilidade/contribuicao-do-contador>. Acesso em: 21 de Out. 2023.

GARCIA, Débora Karina Rodrigues; ARAÚJO, Kesia Rodrigues; MIRANDA, Andréia Maria. **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI): Os Principais Fatores que Levam os Trabalhadores do Shopping Stilo, a Aderirem ou não ao regime Tributário Microempreendedor Individual.** QUALIA: a ciência em movimento, v.8, n.1, p. 50-72, 2022.

GAZZONI, Elizabeth Inez. **Fluxo de Caixa: Ferramenta de Controle Financeiro para Pequena Empresa.** Dissertação (Mestrado). 2003.

GIMENEZ, F., Machado, H., & Biazin, C. (1998). **A mulher empreendedora: um estudo de caso no setor de confecções.** Balas Proceedings, 1:311-322.

GRANZOTTO, Alberto; DE GREGORI, Roberto. **A Gestão de Custos nas Micro e Pequenas Empresas Silveirenses.** Revista Colombiana de Contabilidade, v. 3, n. 6, p. 135-152, 2015. GOV.BR. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/trabalho-e-previdencia/2021/03/cresceu-o-numero-de-p-individuais-em-2020> . Acesso em: 25 de Out. 2023

<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/brasil-tem-quase-15-milhoes-de-microempreendedoresindividuais,e538151eeal56810VgnVCM1000001b00320aRCRD> Acesso em: 19 de out. de 2023

LAKATOS, Eva Maria/ Mariana de Andrade Marconi. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MANTOVANI, Emanuel. **A Política Pública do Microempreendedor Individual como Instrumento de Precarização do Trabalho Feminino.** *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 6, n. 3, p. 35-56, 2020.

MARQUES, Tayrine Cristiane; CAVAZZANA, Airton; DOS SANTOS BASTOS, Matheus. **Contabilidade Gerencial como Ferramenta para Tomada de Decisões nas Micro e Pequenas Empresas.** Management accounting as a tool for decision making in the micro and small enterprises. *Revista Empreenda UniToledo Gestão, Tecnologia e Gastronomia*, v. 2, n. 2, 2018.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** -11. ed.-[3.Reimpr.]-São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos.** -9. ed.São Paulo: Atlas, 2003.

MORAIS, Maria Aparecida Silva; FEITOSA FILHO, Raimundo Ivan. **A Relevância do Contador para o Microempreendedor Individual (MEI).** *Id on Line Rev.Mult.Psic.*, 2019, vol. 13, n. 43, p.480-489.

NODARI, Cristine Hermann et al. **Diagnóstico da Educação Empreendedora na Gestão de Custos de Micro e Pequenas Empresas.** *Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo*, v. 8, n. 5, p. 94-133, 2023.

PELEIAS, Ivan Ricardo et al. **Evolução do Ensino da Contabilidade no Brasil: Uma Análise Histórica.** *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 18, p. 19-32, 2007.

PEREIRA, Janaina Trindade. **O papel do contador no processo de desenvolvimento e crescimento brasileiro.** *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento.* Edição, v. 4, p. 674-686,2017.Acesso em 30 de Out. 2023

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Leis e Decretos.** 2019. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao> Acesso em: 10 set. 2023.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. on line. 2016. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br> Acesso em: 10 set. 2023.

PORTAL SEBRAE. Disponível em:

PORTAL SEBRAE. Disponível em: <https://sebrae.com.br/site/PortalSebrae/artigos/mudancas-para-o-microempreendedor-individual-em-2023,41c4fc11c6d47810VgnVCM100001b00320aRCRD>. Acesso em: 10 set. 2023.

RECEITA FEDERAL (GOV.BR). Disponível em:
<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/receita-federal-alerta-microempreendedores-individuas-mei-para-necessidade-de-regularizacao>
Acesso em: 17 de Out. 2023.

RODRIGUES, Sofia. Manual Técnico do Formando: empreendedorismo. 2008.
Disponível em:
<http://www.anje.pt/system/files/items/73/original/Empreendedorismov10-final.pdf> Acesso em: 10 set. 2023.

SANTOS, Edileusa Pereira do Carmo et. al. **Vantagens e Benefícios Proporcionados ao Microempreendedor Individual**. 2023.

SANTOS, Jéssica Thais Oliveira; MARCELINHO, José Antônio. **A Importância da Contabilidade para o Microempreendedor Individual**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n.11, p. 495-512, 2022.

SANTOS, Ycaro Mendes Guimarães. Et al. **Carga Tributária e a Transição de Microempreendedor Individual para Microempresa**. 2023. Acesso em: 26 de out. de 2023.

SEBRAE-MEI **Caminhoneiro: regras gerais**. Disponível em:
<https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/mei-caminhoneiro-regras-gerais,f56bc9888d066810VgnVCM1000001b00320aRCRD> Acesso em: 24 de Out. de 2023.

CONTABILIDADE E EMPREENDEDORISMO

Árcia Gabrielli Alves Bastos Dilli⁴
Fabiana Holler Baptista⁵

RESUMO

Este artigo explora a relevância do empreendedorismo e da contabilidade no contexto do desenvolvimento social e econômico. Seu propósito é evidenciar como as práticas contábeis, sob a orientação de um contador especializado, podem auxiliar os empreendedores na concepção, gestão e tomada de decisões relativas aos seus empreendimentos. Além disso, aborda a sustentabilidade ambiental e a inovação como elementos distintivos dos empreendedores em um mercado competitivo. Utilizando uma metodologia bibliográfica, fundamentada em autores reconhecidos nas esferas de empreendedorismo e contabilidade, o estudo conclui que o empreendedorismo e a contabilidade estão intrinsecamente conectados, contribuindo para a geração de empregos, renda e a promoção da inovação na sociedade. Adicionalmente, destaca a contabilidade gerencial como uma ferramenta estratégica capaz de otimizar recursos, controlar custos e planejar aspectos tributários relevantes para os empreendedores.

Palavras-Chave: Empreendedorismo. Contabilidade. Práticas Contábeis.

ABSTRACT

This article explores the relevance of entrepreneurship and accounting in the context of social and economic development. Its purpose is to show how accounting practices, under the guidance of a specialized accountant, can assist entrepreneurs in the conception, management and decision-making related to their enterprises. In addition, it addresses environmental sustainability and innovation as distinctive elements of entrepreneurs in a competitive market. Using a bibliographic methodology, based on recognized authors in the spheres of entrepreneurship and accounting, the study concludes that entrepreneurship and accounting are intrinsically connected, contributing to the generation of jobs, income and the promotion of innovation in society. In addition, it highlights management accounting as a strategic tool capable of optimizing resources, controlling costs and planning relevant tax aspects for entrepreneurs.

Keywords: Entrepreneurship. Accounting. Accounting Practices.

⁴ Bacharel em Ciências Contábeis/Faculdade FAVOO (Coop). ariciaalves17@gmail.com

⁵ **Orientadora:** Bacharel em Economia, UNEMAT/ Universidade Estadual do Mato Grosso. Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, FAMA / Faculdade da Amazônia. Mestre em Ciências da Educação, UDS / Universidad de Desarrollo Sustentable. fabianahollerbaptista@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O empreendedorismo e a contabilidade, embora distintos em sua natureza, constituem dois pilares interconectados e fundamentais para o sucesso na gestão de novos empreendimentos. Em uma era marcada por uma busca incessante por oportunidades de inovação e por um ambiente econômico dinâmico, o empreendedorismo emerge como um tema de relevância incontestável.

É uma força impulsionadora que não apenas alimenta o espírito empresarial, mas também contribui substancialmente para o desenvolvimento econômico e a criação de empregos em qualquer nação. Conforme destaca Dornelas (2012, p. 28), o empreendedorismo representa a convergência de indivíduos e processos que, em conjunto, dão origem à transformação de ideias em oportunidades tangíveis, e a concretização bem-sucedida dessas oportunidades culmina na criação de empreendimentos prósperos.

Nesse contexto, a profissão contábil assume um papel de extrema importância, oferecendo expertise e práticas contábeis essenciais para a orientação e suporte do empreendedor em suas decisões financeiras e estratégicas. Este artigo tem como propósito analisar a imprescindibilidade da contabilidade no contexto do empreendedorismo, sublinhando que a contabilidade representa uma ferramenta crítica para o sucesso de qualquer empreendedor que almeja iniciar ou expandir suas operações em um mercado altamente competitivo.

A contabilidade, portanto, desempenha um papel multifacetado, auxiliando na fase de planejamento, organização, legalização, tributação e avaliação do desempenho de empreendimentos. Ela proporciona informações precisas e confiáveis que servem como base sólida para a tomada de decisões informadas, um aspecto crítico para o sucesso nos negócios.

A abertura de um novo empreendimento muitas vezes se depara com desafios consideráveis, como complexidades burocráticas, intensa concorrência e a necessidade de um planejamento financeiro sólido. A superação desses obstáculos requer o apoio de um profissional contábil qualificado, cujo conhecimento das normas e legislações vigentes é crucial para a eficiente gestão de recursos e otimização da carga tributária.

Portanto, torna-se evidente que a contabilidade emerge como uma aliada inestimável do empreendedorismo e da inovação. Apesar da importância crescente dessas áreas na atualidade, muitos empreendedores ainda subestimam a relevância da contabilidade em suas operações, o que pode resultar em erros que comprometem o sucesso de suas empresas, às vezes levando-as ao encerramento prematuro. Logo, é imperativo que os empreendedores adotem uma abordagem de planejamento estratégico que inclua uma assessoria contábil competente, capaz de orientar sobre as melhores práticas e soluções para uma gestão financeira e tributária eficaz.

Como afirmado por Marion (2009, p. 25), "A Contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões", constituindo-se como a linguagem dos negócios. Ela mede o desempenho das empresas e oferece diretrizes cruciais para a tomada de decisões estratégicas.

Assim, este estudo tem como objetivo central realizar uma revisão da literatura sobre a intersecção entre empreendedorismo e contabilidade, com foco nas publicações recentes que elucidam a relevância desse campo de estudo para os empreendedores que estão planejando iniciar seus próprios negócios.

A revisão explorará conceitos, características, desafios e oportunidades inerentes ao empreendedorismo e à contabilidade no contexto contemporâneo, bem como as principais ferramentas e estratégias que conduzem ao êxito empresarial. Por meio dessa análise, almejamos contribuir para a compreensão mais aprofundada e prática dessas temáticas,

fornecendo uma visão crítica e abrangente sobre sua interligação e importância crescente no cenário empresarial moderno.

2. EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

O empreendedorismo tem sido uma característica proeminente na história do Brasil, contudo, ganhou popularidade acentuada a partir da década de 1990, em conformidade com as mudanças econômicas observadas no país. Nesse período, houve uma ascensão significativa do movimento empreendedor no Brasil, especialmente com a fundação de entidades como o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e a Softex (Sociedade Brasileira para Exportação de Software). Antes disso, o empreendedorismo e a criação de pequenas empresas eram assuntos pouco discutidos (Dornelas, 2012, p. 14).

Ao longo dos anos, o interesse em empreender cresceu, impulsionado por diversos motivos, incluindo o desemprego, a busca por inovação em produtos ou serviços, e a simples oportunidade de ser o proprietário de um negócio próprio. Como resultado, o Brasil tornou-se um dos países mais empreendedores do mundo, conforme um estudo do Sebrae no relatório *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM). O país ocupa o quinto lugar no ranking global de empreendedorismo, conforme divulgado em 2022.

Um aspecto crucial do empreendedorismo é a habilidade de planejar e executar projetos de forma eficaz e criativa. Empreender envolve assumir riscos, mas também requer a busca por oportunidades e soluções para os desafios que surgem no percurso. Todavia, nem todos os empreendedores conseguem manter seus negócios por longos períodos de tempo, já que enfrentam diversos desafios que demandam habilidades administrativas e gerenciais. Conforme afirmado por Dornelas (2014, p. 20), "todo empreendedor precisa ser um bom administrador para obter sucesso, entretanto, nem todo bom administrador é um empreendedor".

Empreender é uma atividade repleta de oportunidades e benefícios, mas exige preparação e cuidado. Antes de iniciar um empreendimento, é crucial realizar uma pesquisa detalhada sobre o cenário econômico, obter informações sobre o mercado, os consumidores, os concorrentes e as tendências. Além disso, é essencial desenvolver um planejamento estratégico, financeiro e operacional, estabelecendo metas, objetivos, ações e recursos necessários para o sucesso do empreendimento.

Uma das vantagens de ser um empreendedor no Brasil é poder contar com o apoio do Sebrae, uma entidade privada criada para auxiliar o desenvolvimento e destaque das micro e pequenas empresas no mercado. O Sebrae oferece uma gama de serviços, como ferramentas de gestão, palestras, assessorias, orientações e capacitações, que podem auxiliar os pequenos empresários a superarem os desafios e aproveitar as oportunidades do empreendedorismo. Além disso, o Sebrae promove ações voltadas para a inovação, a sustentabilidade e a competitividade dos negócios brasileiros.

Ser empreendedor demanda enfrentar os desafios e incertezas do mercado, buscando soluções inovadoras e sustentáveis para os problemas dos consumidores. Um planejamento estratégico sólido, uma análise minuciosa das oportunidades e ameaças, e uma visão de longo prazo são fundamentais para o sucesso de um empreendedor. Além disso, é necessário ter paixão pelo que se faz, persistência para superar as dificuldades e a capacidade de aprender com os erros. Conforme definido por Dornelas (2001), o empreendedor é alguém capaz de identificar uma oportunidade e criar um negócio para capitalizá-la, assumindo riscos calculados.

Apesar dos desafios enfrentados, o empreendedorismo continua sendo promissor e oferece inúmeras oportunidades. Com a inovação e o avanço tecnológico, aliados à busca contínua por conhecimento, empreender no Brasil, um país rico em recursos, apresenta diversas possibilidades para

quem deseja iniciar seu próprio negócio. O Brasil dispõe de várias áreas promissoras para o empreendedorismo, como o turismo, um setor abundante em lugares e paisagens, a gastronomia, com sua diversidade de sabores culinários, e até mesmo na criação de produtos inovadores. O número de empreendedores está em ascensão, demonstrando o potencial do mercado brasileiro.

2.1 Empreendedorismo Sustentável: Lucro Com Responsabilidade Ambiental

O empreendedorismo sustentável é, aquele que beneficia a sociedade ao impulsionar o desenvolvimento econômico, gerar renda e criar empregos, também oferece uma plataforma para inovação e soluções criativas para as necessidades do mercado. No entanto, vai além do lucro, incorporando a sustentabilidade. De acordo com Antunes (2002), empreender de forma sustentável envolve a adoção de uma visão ampla e responsável em relação ao impacto que o negócio pode causar no meio ambiente e na comunidade. A abordagem sustentável do empreendedorismo não apenas promove a prosperidade econômica, mas também considera o desenvolvimento sustentável e os benefícios sociais e ambientais associados a ele (Ribeiro, 2015).

Empreender de maneira sustentável significa adotar uma visão consciente do impacto ambiental e comunitário de um negócio. Essa abordagem ao empreendedorismo promove não apenas a prosperidade econômica, mas também o desenvolvimento sustentável e seus benefícios sociais e ambientais. O empreendedor que valoriza os princípios e valores de sua empresa também deve se preocupar com a sustentabilidade de seus negócios e produtos (Barros, 2018). Ele precisa adotar uma perspectiva que vá além dos lucros imediatos e leve em consideração o impacto social e ambiental a longo prazo (Lima *et al.*, 2006). Essa preocupação não se limita a si mesmo, mas se estende à sociedade como um todo e ao futuro do meio ambiente.

A sustentabilidade é uma questão que desperta o interesse de muitas pessoas, especialmente dos jovens, que estão cada vez mais conscientes das questões ambientais (Santos, 2013). Desafios como o aquecimento global, o desmatamento e a má gestão de resíduos não recicláveis exigem uma abordagem mais responsável. Portanto, o empreendedor que busca inovar em produtos não deve considerar apenas o volume de vendas, mas também o impacto ambiental que esses produtos podem gerar (Rezende, 2008).

Em vez de se concentrar exclusivamente nos resultados financeiros, o empreendedor com uma visão sustentável procura oferecer produtos inovadores que minimizem os impactos ambientais e sejam benéficos a longo prazo (Moraes *et al.*, 2014). Essa abordagem não apenas agrega valor aos produtos ou serviços oferecidos, mas também ressoa positivamente junto a um público cada vez mais atento aos princípios de sustentabilidade. Empresas que negligenciam essa dimensão correm o risco de perder vendas e enfrentar desafios em sua reputação (Camargo, 2021).

2.2 A importância do MEI para os empreendedores

Empreender é um processo que oferece soluções inovadoras para atender às demandas do mercado de negócios. Muitos indivíduos iniciam suas jornadas empreendedoras como trabalhadores autônomos, transformando suas ideias inovadoras em projetos de negócios. No entanto, a complexidade burocrática e os custos associados à formalização de uma empresa muitas vezes adiam a realização desses sonhos.

Nesse contexto, o Microempreendedor Individual (MEI), um regime tributário simplificado, facilita a formalização de empreendedores autônomos que aspiram a iniciar seus próprios negócios. O MEI, estabelecido pela Lei Complementar nº 128 de 2008, permite que trabalhadores autônomos obtenham um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), tenham acesso a benefícios previdenciários e facilitem a emissão de notas fiscais.

O Microempreendedor Individual, que tem um limite de faturamento anual de 81 mil reais, pode contratar um funcionário e participar de licitações públicas. Essa iniciativa promove a formalização e a geração de renda para milhões de brasileiros que anteriormente trabalhavam na informalidade. Para auxiliar nesse processo, o empreendedor pode contar com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), que oferece orientação gratuita sobre como abrir e gerenciar um MEI, além de fornecer cursos, palestras e consultorias.

O SEBRAE também auxilia o empreendedor a se capacitar e a identificar oportunidades de mercado, contribuindo para seu sucesso e crescimento. Ao se tornar um MEI, o empreendedor pode iniciar suas atividades imediatamente, sem burocracia, e com uma tributação reduzida. Além disso, o empreendedor contribui para o desenvolvimento econômico e social do país, gerando renda e emprego para si e para outras pessoas.

O empreendedorismo estimula a competitividade, a produtividade e a qualidade dos produtos e serviços oferecidos ao mercado. Portanto, o empreendedorismo é um fator de transformação e progresso para o ambiente em que está inserido. Como afirmado pelo autor Joseph Shumpeter (1942), um empreendedor é alguém que perturba a ordem econômica existente ao introduzir novos produtos e serviços, criar novas estruturas organizacionais ou explorar novos recursos e materiais.

2.3 Contabilidade e profissional contábil: pilares do sucesso empresarial

A contabilidade é uma área de conhecimento que oferece diversos serviços para os empreendedores e suas empresas, auxiliando-os no cumprimento das obrigações fiscais e tributárias, bem como no planejamento e na gestão do negócio. Para isso, o contador, como profissional competente e atualizado com a legislação, atua como um parceiro do empresário, gerando informações relevantes para a tomada de decisão. Nesse contexto, a

contabilidade pode ser entendida sob diferentes perspectivas, conforme os autores a seguir.

Gonçalves (2009, p. 22) conceitua a contabilidade como uma atividade que produz informações para diversos fins, tais como fiscais, tributários, consultoria, auditoria, perícia, entre outros. Marion (2012, p. 22) caracteriza a contabilidade como uma ciência que estuda o patrimônio das entidades e busca controlar, registrar e medir o resultado das atividades econômicas que elas realizam, fornecendo dados úteis para os gestores tomarem decisões. Iudícibus (2010, p. 25) define a contabilidade como uma arte que utiliza técnicas e métodos para captar, mensurar, interpretar e comunicar os dados econômicos das entidades, permitindo a avaliação de seu desempenho e a tomada de decisão racional.

O contador profissional é um aliado importante do empresário, mesmo que não esteja dentro da empresa. Ele presta seu serviço de consultoria e cuida da parte fiscal e tributária, auxiliando o empreendedor em seu dia a dia com dúvidas e orientações. O contador mostra o planejamento tributário e o custo e o lucro da empresa, trazendo mais segurança para o negócio. Além disso, ele cuida da folha de pagamento dos funcionários da empresa, seguindo a legislação trabalhista. Segundo Fonseca et al. (2010, p. 2), “o papel do contador passa a assumir novas características, que junto aos gestores planeja quais ações deverão ser tomadas e quais controles serão utilizados, cabendo-lhe a explicação e interpretação dos fenômenos patrimoniais além de manter a empresa cada vez mais competitiva, garantindo seu sucesso.”

O sucesso de um empreendimento depende de vários fatores, entre eles, a gestão fiscal e contábil. O empresário que busca crescer no mercado de negócios deve estar atento à situação fiscal de sua empresa, conhecer os impostos que paga diariamente e manter uma boa comunicação com seu contador. O contador, por sua vez, deve orientar o empresário sobre o

planejamento adequado dos custos que o crescimento vai gerar, bem como fornecer relatórios e comunicados que auxiliem na tomada de decisões.

Nesse sentido, Souza (2008, p. 37) afirma que:

[...] a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e sumarizando-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Portanto, a contabilidade é uma ferramenta essencial para o sucesso empresarial, pois permite uma gestão eficiente e transparente do patrimônio das entidades.

2.4 A relevância da contabilidade no empreendedorismo

A contabilidade é essencial no ambiente empresarial, independentemente do tamanho da organização, permitindo ao empreendedor ou empresário uma visão precisa e completa da situação financeira, patrimonial e fiscal da empresa, além de orientar a implementação de melhores práticas e estratégias para otimizar os resultados (SEBRAE, 2014; Martins; Gelbcke, 2018). Além disso, ela desempenha um papel crítico na conformidade com as obrigações legais e fiscais, ajudando a evitar multas, penalidades e problemas fiscais (Marion, 2017).

Segundo o SEBRAE (2014), a contabilidade moderna vai além dos simples registros contábeis, sendo uma ferramenta valiosa para a tomada de decisões, fornecendo informações significativas para o processo de gestão empresarial. Por meio da contabilidade, o empresário pode avaliar a saúde financeira da empresa, fazer projeções futuras e planejar e executar atividades de maneira mais estratégica.

A abertura de uma empresa no mercado apresenta um conjunto de desafios e exigências burocráticas (Barros, 2013). Nesse contexto, o empreendedor deve realizar um planejamento detalhado e contar com o

apoio de um profissional contábil qualificado. O contador desempenha um papel vital, auxiliando o empreendedor na escolha do regime tributário mais adequado, no cálculo de impostos e obrigações fiscais, bem como na gestão dos custos relacionados à força de trabalho e outros aspectos operacionais (Silva, 2020).

Adicionalmente, o contador é um guia confiável para questões relacionadas à infraestrutura, localização, ativos fixos, custos de produção e estratégias de marketing (Oliveira, 2015). A orientação do contador pode contribuir para a economia de recursos e prevenir futuros problemas fiscais. Além disso, ele desempenha um papel crucial na estimativa dos impostos a serem pagos, proporcionando ao empreendedor uma visão mais clara e detalhada das obrigações fiscais e, assim, auxiliando na gestão do fluxo de caixa (Barros, 2013).

Portanto, a contabilidade, conforme definido por Barros (2013), é a ciência social responsável pelo registro e controle de transações econômicas, financeiras e administrativas, visando fornecer informações econômicas, financeiras, físicas e produtivas às partes interessadas, permitindo uma visão abrangente da entidade sujeita à contabilização. Com base no exposto, a contabilidade desempenha um papel central na administração de empresas, oferecendo confiabilidade e clareza nas informações financeiras e gerenciais, sendo uma aliada essencial na tomada de decisões e contribuindo para o sucesso sustentável dos empreendimentos (AZEVEDO, 2014).

2.5 Contabilidade gerencial e tomada decisões do empreendedor

A contabilidade representa um elemento crucial na administração empresarial, especialmente para empreendedores que buscam precisão no planejamento tributário e transparência nas suas obrigações fiscais e no pagamento de impostos (Souza, 2008, p. 19). Além disso, oferece uma gama de benefícios que facilitam a tomada de decisões fundamentais no dia a dia das organizações.

Essa relevância se evidencia, em particular, nas empresas que realizam a comercialização de produtos, pois necessitam estabelecer preços de venda precisos, identificar custos associados e prever a lucratividade final. Nesse contexto, a contabilidade gerencial desempenha uma função importante ao permitir que empreendedores, em colaboração com seus contadores, conduzam análises detalhadas desses aspectos, resultando em maior segurança e rentabilidade para seus empreendimentos.

Conforme destaca Souza (2008), tanto a contabilidade gerencial quanto a financeira desempenham um papel crucial na distribuição de recursos escassos. Enquanto a contabilidade financeira constitui a principal fonte de informações relacionadas à distribuição de recursos, a contabilidade gerencial fornece dados que guiam gestores na distribuição de recursos, nas operações internas e nas decisões sobre quais produtos vender, para quem, quando e onde.

Segundo Iudícibus (1998), a contabilidade gerencial, em sua amplitude, direciona-se especialmente à gestão empresarial, buscando oferecer informações que se integrem de maneira válida e eficiente ao processo decisório dos administradores. Nesse sentido, a contabilidade gerencial torna-se uma ferramenta essencial para empreendedores que almejam manter um controle eficaz de suas empresas, possibilitando a avaliação da situação financeira, patrimonial e tributária da organização.

Como resultado, a contabilidade gerencial emerge como um componente crucial para o êxito do empreendedor, facilitando o monitoramento e a análise do desempenho financeiro do negócio, além de embasar decisões estratégicas em informações confiáveis (Marion, 2008, p. 23). Isso envolve aspectos como controle do fluxo de caixa, elaboração de demonstrações financeiras, gestão de custos e avaliação de resultados.

Dessa forma, na concepção de Marion (2008), o empreendedor adquire uma compreensão aprofundada dos elementos contábeis que impactam suas

atividades diárias, possibilitando a conquista de vantagens competitivas no mercado. Conforme observado por Marion (2008, p. 23), “a contabilidade desempenha um papel valioso na administração ao coletar e mensurar dados econômicos, registrando-os em relatórios que direcionam o processo decisório”.

3. METODOLOGIA

Este estudo tem como propósito investigar a interligação entre empreendedorismo e práticas contábeis, explorando o papel desempenhado pela contabilidade no desenvolvimento do empreendedor. A abordagem metodológica adotada foi a revisão bibliográfica, caracterizada pelo exame e análise de obras publicadas que abordam o tema em questão.

Para este fim, fontes como o SEBRAE, entidade de apoio e estímulo ao empreendedorismo no Brasil, foram consultadas. Destacam-se, entre os autores explorados, Dornelas (2007) e Dornabela (2023), cujas obras oferecem uma visão abrangente e atualizada sobre o empreendedorismo, abordando conceitos, características, tipologias, processos e desafios.

Segundo Dornelas (2007, p. 17), "o empreendedor é aquele que promove a concretização de ações, antecipando-se aos eventos e possuindo uma visão prospectiva da organização". Enquanto Dornabela (2023, p. 23) afirma que "o empreendedorismo é a arte de converter ideias em empreendimentos comerciais".

A revisão bibliográfica concentrou-se em conteúdos publicados recentemente, direcionando-se para capturar as tendências e inovações no âmbito do empreendedorismo e da contabilidade. A análise dos dados foi realizada qualitativamente, baseando-se em categorias e critérios previamente estabelecidos. Os resultados alcançados foram apresentados e discutidos de maneira crítica e reflexiva, destacando as principais contribuições e limitações deste estudo.

5. CONSIDERAÇÕES

O propósito deste artigo foi evidenciar a interconexão entre o empreendedorismo e a contabilidade, ressaltando sua mútua interdependência. O empreendedorismo figura como um tema contemporâneo de relevância significativa, em virtude do interesse crescente de indivíduos em estabelecerem seus próprios empreendimentos, visando contribuir para o avanço econômico e social. Todavia, tal empreendimento engloba desafios e riscos inerentes, cenário no qual a contabilidade emerge como uma aliada crucial. O profissional contábil se posiciona como um orientador fundamental ao empreendedor, oferecendo suporte em âmbitos financeiros, tributários, legais e gerenciais, capacitando-o a realizar escolhas mais acertadas e sustentáveis.

Logo, conclui-se que o empreendedorismo e a contabilidade apresentam uma relação simbiótica, capaz de gerar benefícios recíprocos aos envolvidos. Adicionalmente, a discussão abordou a importância de os empreendedores direcionarem sua atenção não apenas para lucratividade, mas também para a sustentabilidade e inovação, considerando o impacto ambiental de suas operações. A contabilidade oferece ferramentas e práticas facilitadoras para o gerenciamento eficaz de recursos, custos e obrigações tributárias, viabilizando um planejamento financeiro e estratégico mais eficiente ao empreendedor.

O estudo também enfatizou a relevância do Microempreendedor Individual (MEI) como uma alternativa para indivíduos que aspiram a empreender, mas enfrentam preocupações relacionadas à burocracia e aos custos. O MEI possibilita a formalização do empreendedor, conferindo-lhe um CNPJ e o acesso a benefícios fiscais e previdenciários.

Por conseguinte, conclui-se que a contabilidade figura como uma esfera essencial para o empreendedorismo, disponibilizando informações e orientações determinantes que podem influenciar a distinção entre o sucesso

e o fracasso de um empreendimento. Recomenda-se, portanto, que empreendedores busquem continuamente o suporte de um profissional contábil qualificado.

6. REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. **Empreendedorismo e sustentabilidade: um enfoque estratégico**. Revista de Administração Mackenzie, 2002. 3(1), 13-34.

AZEVEDO, A. R. **Contabilidade Básica**. Saraiva, 2014.

BARROS, M. F. **Sustentabilidade e empreendedorismo no Brasil: um estudo das práticas em empresas de pequeno e médio porte**. Revista Brasileira de Gestão de Negócios, 2018. 20(4), 414-433.

BARROS, R. J. **Manual de Contabilidade Empresarial**. Atlas, 2013.

CAMARGO, L. S. **Sustentabilidade e inovação no empreendedorismo: análise de casos brasileiros**. Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, 2021. 7(4), 70-89.

DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. Cultura Editores Associados, 1999.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

GONÇALVES, Edson. **Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2009.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade Gerencial**. Atlas, 1998.

LIMA, J., Costa, S., & Pimentel, G. **Sustentabilidade e empreendedorismo no Brasil: um estudo exploratório**. Anais do Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, Salvador, BA, Brasil. 2006.

MARION, J. C. (2008). **Contabilidade Empresarial**. Atlas, 2008.

MARTINS, E., & Gelbcke, E. R. **Contabilidade de Custos**. Editora Atlas, 2018.

OLIVEIRA, L. A. **Contabilidade Empresarial: Contabilidade Introdutória e Intermediária**. Saraiva, 2015.

REZENDE, R. **Sustentabilidade, inovação e empreendedorismo: o caso de uma empresa de software no Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

RIBEIRO, P. **Empreendedorismo Sustentável: Princípios e Práticas para o Desenvolvimento de Negócios com Impacto Social e Ambiental**. Campus, 2015.

SANTOS, F. M. **Empreendedorismo e Sustentabilidade: Um Estudo de Caso das Práticas Sustentáveis em Empresas Brasileiras**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2013.

SCHUMPETER, J. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper and Brochers, 1942.

SEBRAE (2014). **Como Utilizar a Contabilidade na Sua Empresa**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/oito-dicas-para-a-organizacao-contabil-da-sua-empresa,5cac438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD> . Acessado em 25 de outubro de 2023.

SEBRAE. **Conheça mais sobre o papel do contador** - Sebrae. Sebrae, 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ms/sebraeaz/conheca-mais-sobre-o-papel-do-contador,e37028bd1363e710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 05 nov. 2023.

SEBRAE. **O relatório da Global Entrepreneurship Monitor (GEM) 2021**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebrae50mais50/noticias/pesquisa%20mundial%20de%20empreendedorismo%20divulgada%20no%20projeto%20sebrae%2050mais50> . Acessado em 05 de outubro 2023.

SILVA, A. A. **Manual de Contabilidade Empresarial: Aplicada ao Novo Código Civil**. Atlas, 2020.

SOUZA, A. M. (2008). **Contabilidade Empresarial: Teoria e Prática**. Atlas, 2008.

A RELEVÂNCIA DO CONTROLE INTERNO NA PREVENÇÃO DE FRAUDES FINANCEIRAS

Gabrielle de Paida Macaubas Cavalheiro⁶
Fabiana Holler Baptista⁷

RESUMO

Este estudo teve como propósito realçar a importância da auditoria interna em entidades financeiras para a prevenção de fraudes. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica, utilizando livros, artigos acadêmicos, decisões do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, além de suas respectivas leis. O interesse neste assunto surgiu da necessidade de compreender a importância do sistema de controle interno nas organizações, independentemente do seu tamanho ou setor. Consiste em um conjunto de práticas e processos internos destinados a monitorar, avaliar e melhorar as operações e controles internos de uma empresa. Durante o estudo, discutiu-se o que é o controle interno, sua relevância, os benefícios desse sistema quando alinhado à contabilidade, como esse método auxilia na prevenção e como deve ser implementado perante o Banco Central para minimizar riscos, especificamente o risco operacional. Adicionalmente, foi apresentado o conceito de fraudes e foram relatados casos de instituições que foram liquidadas como resultado dessas ações.

Palavras-chave: Controle interno. Instituições. Fraudes.

ABSTRACT

This study aimed to highlight the importance of internal auditing in financial entities for fraud prevention. The methodology adopted was bibliographical research, using books, academic articles, decisions from the National Monetary Council and the Central Bank of Brazil, in addition to their respective laws. The interest in this subject arose from the need to understand the importance of the internal control system in organizations, regardless of their size or sector. It consists of a set of internal practices and processes designed to monitor, evaluate and improve a company's operations and internal controls. During the study, we discussed what internal control is, its relevance, the benefits of this system when aligned with accounting, how this method helps in prevention and how it should be implemented before the Central Bank to minimize risks, specifically operational risk. Additionally, the concept

⁶ Bacharel em Ciências Contábeis/Faculdade FAVOO (Coop). gabriellep@coopevi.com.br

⁷ **Orientadora:** Bacharel em Economia, UNEMAT/ Universidade Estadual do Mato Grosso. Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, FAMA / Faculdade da Amazônia. Mestre em Ciências da Educação, UDS / Universidad de Desarrollo Sustentable. fabianahollerbaptista@gmail.com

of fraud was presented and cases of institutions that were liquidated as a result of these actions were reported.

Keywords: Internal control. Institutions. Fraud.

1. INTRODUÇÃO

Nas palavras de Imoniana e Nohara (2015), a supervisão interna em entidades financeiras é crucial para evitar fraudes e pode ser vista como um elemento indispensável das atividades gerenciais de uma organização. Ela possibilita uma avaliação constante da realização dos objetivos estratégicos e operacionais.

Entender a função do controle interno nas instituições financeiras se tornou essencial, considerando o crescimento do mercado financeiro e a evolução dos métodos fraudulentos ao longo dos anos. Assim, a pesquisa sobre este assunto é extremamente relevante hoje em dia, pois ilustra como a supervisão interna pode contribuir para a prevenção de fraudes. No entanto, poucos autores abordam este assunto, entre eles, se destaca Dias (2006, p. 3) que oferece a seguinte interpretação sobre controles internos:

[...] O sistema de controles internos adotados em uma organização representa o conjunto de procedimentos ou atos que possibilitem segurança quanto aos aspectos lógicos e técnicos do processo, identificando, através de sua adoção, o cumprimento das linhas hierárquicas de autoridade, limite de alçada estabelecida e efetiva execução do fluxo das operações (Dias 2006. p.3).

Com a sua implementação, é possível garantir a conformidade com as linhas de autoridade hierárquica, o cumprimento dos limites de alçada estabelecidos e a execução eficiente do fluxo operacional. Crepaldi & Crepaldi (2016) indicam que o controle interno pode ser compreendido como todas as táticas adotadas pelas empresas com a finalidade de reduzir riscos e otimizar processos. Portanto, é inútil para uma instituição financeira implementar um sistema de controle interno de alta qualidade se não existir alguém que verifique regularmente se todos os colaboradores estão aderindo

às diretrizes estipuladas pelo sistema, ou se o sistema precisa ser ajustado às novas situações.

O termo fraude se tornou conhecido em meio a grandes controvérsias, não apenas em instituições financeiras, mas também em diversas empresas de capital aberto. Sendo definida como a ação, deliberada ou não, de obter benefícios para alcançar metas específicas. Portanto, pode ser tanto proposital quanto não proposital, conforme explicado por Assis (2021).

Dessa forma, fica evidente que o controle interno é fundamental para a prevenção de fraudes. Assim, existe a probabilidade de reduzir o risco associado a isso, ajudando a instituição a atingir altos níveis de confiabilidade e transparência entre seus usuários agregando valor para a mesma. Portanto, o escopo desta pesquisa é conduzir uma revisão literária fundamentada em materiais bibliográficos divulgados no último decênio, com o propósito de enfatizar a importância da supervisão interna e elucidar porque as organizações deveriam implementar este procedimento.

2. CONTROLE INTERNO EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

A obrigatoriedade do controle interno é mais antiga do que se imagina, com o passar do tempo, esse sistema tem sido cada vez mais adotado e ganhado relevância dentro das instituições. Conforme destacam os autores D'Ávila e Oliveira (2002, p. 15-16):

[...] Durante a primeira metade do século passado, o controle do caixa era tido como principal elemento de preocupação. Para tanto, bastava a centralização do caixa nas mãos de algum funcionário de confiança ou do próprio dono do negócio, para que se tivesse a sensação de controles efetivos. Com a evolução do sistema bancário, e o uso em maior escala de meios de pagamento através de bancos, o conceito de caixa foi ampliado para “disponibilidades” para abranger recursos em espécie e depositados em contas bancárias. Talvez a primeira mudança importante sobre controles internos, tenha ocorrido o surgimento da percepção de que informações confiáveis são um meio indispensável de controle (D'ÁVILA E OLIVEIRA 2002, p. 15-16).

O controle interno estabelece critérios usados frequentemente pelas empresas para promover a obtenção de resultados positivos em suas operações, protegendo seu patrimônio, salvaguardando bens e direitos em situações de possíveis fraudes, tornando assim as informações mais transparentes, íntegras e confiáveis. Segundo Ribeiro e Coelho (2018, p. 110):

[...] é o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis da governança, administração e outros funcionários para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis (RIBEIRO E COELHO 2018. p. 110).

Este procedimento é implementado para que as organizações possam atenuar e prevenir potenciais riscos e perdas que possam afetar os negócios, gerando maior confiança para aqueles que utilizam as informações fornecidas pela instituição. Segundo a perspectiva do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA), o controle interno é caracterizado como um sistema de gestão que tem como objetivo proteger os ativos da empresa, prover informações apropriadas, incrementar a eficiência operacional da organização e promover a adesão e respeito às políticas administrativas. Diante disso, torna-se necessário que todas as empresas utilizem esse sistema, uma vez que é uma maneira de garantir que todas as etapas do processo sejam realizadas de forma confiável, sendo sempre revisado e atualizado para estar em conformidade com o cenário da instituição.

Segundo Assis (2009, p. 30):

[...] Isso significa que um adequado sistema de controle interno assume fundamental importância para atingir resultados mais favoráveis, pois erros e desperdícios são mais frequentes quando não existem procedimentos de controles internos ou quando existem, mas são negligenciados (Assis 2009. p. 30)

É fundamental destacar que as empresas que adotam controles internos em suas operações terão um entendimento exato de sua situação presente. Portanto, é imprescindível um planejamento eficiente para assegurar a

aderência a esses controles e uma perspectiva estratégica para a aplicação da gestão.

Seguindo a análise de Marques (2010, p.60), o controle interno pode ser percebido como o esquema organizacional e o conjunto coordenado de métodos e medidas que a empresa adota para proteger seu patrimônio, garantir a exatidão e a confiabilidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e estimular a conformidade com as políticas definidas pela gestão. Isso indica que esse processo interno é estabelecido com o objetivo de validar a autenticidade e a integralidade das informações de instituições financeiras ou de qualquer outra entidade.

Seguindo o raciocínio de Bergamini Júnior (2015), cada organização tem objetivos operacionais específicos conforme suas atividades, utilizando diferentes procedimentos de controle interno devido ao seu segmento, volume de operações e riscos. Portanto, não existe um único modelo padrão de controle.

2.1. Objetivos do controle interno

A finalidade do controle interno pode ser estabelecida e avaliada de acordo com os sistemas contábeis, considerando aspectos como a magnitude e a complexidade da organização. Quanto mais extensa a organização, mais sofisticado deve ser o sistema de controle interno. Isso se refere à análise e avaliação do ambiente, bem como à maneira como a administração deve implementar os relatórios e métodos de medição que refletem o período atual da instituição.

Assi (2009, p. 30) defende que o controle interno deve ter uma natureza preventiva, deve ser continuamente monitorado, verificado e revisado para atingir o objetivo principal. Assim, reduz-se a possibilidade de erros ou

tentativas de fraudes quando tratados com a devida importância, gerando maior confiança nas informações e dados produzidos pelo sistema.

Ademais, é relevante notar que a responsabilidade de proteger o ativo, o patrimônio e prevenir erros e fraudes recai sobre a administração, mesmo que delegue funções específicas de gestão a terceiros. É essencial realizar manutenções periódicas no sistema de controle interno para garantir sua execução correta, assegurando assim a qualidade e eficácia do sistema, conforme determinado pela Resolução nº 4.968 de 2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Ribeiro e Coelho (2018, p. 111) enfatizam que “É necessário que o controle interno seja eficaz (possibilitar que sejam feitas as tarefas que precisam ser realizadas) e eficiente (possibilitar que as tarefas que precisam ser realizadas sejam feitas com o menor esforço possível)”. Dessa forma, os resultados das demonstrações contábeis são devidamente reconhecidos com credibilidade, não apenas entre seus dirigentes, mas também entre os usuários externos que têm interesse direto ou indireto nos resultados da organização.

Silva (2017) destaca que os benefícios de um controle interno eficaz podem ser resumidos da seguinte maneira: O controle interno ajuda a proteger os ativos da empresa contra uso inadequado, roubo, acidentes, entre outros; Auxilia na execução de políticas gerenciais para atingir as metas da empresa; Facilita o trabalho do auditor ao permitir a identificação de erros e fraudes nos registros contábeis; Ajuda a aumentar a precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras e dos registros contábeis; Promove a regulamentação do trabalho do pessoal através da divisão de tarefas de forma científica, tornando o trabalho diário mais eficiente; Auxilia a administração na criação e implementação de planos eficazes, fornecendo informações precisas e factuais; Exerce uma pressão moral sobre a equipe.

2.2. O Controle Interno Alinhado a Contabilidade

Conforme sugerido pelo conceito de controle interno, uma distinção pode ser feita entre controles contábeis e controles administrativos, conforme mencionado por Attie (1985, p. 61):

[...] Controles Contábeis compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos relacionados com a salvaguarda do patrimônio da propriedade dos registros contábeis. Controles Administrativos – compreendem o plano de organização, bem como os métodos e procedimentos relacionados com a eficiência das operações, voltadas para a política de negócios da empresa e, indiretamente, com os registros financeiros (ATTIE, 1985, p. 61).

Entender essa diferenciação é fundamental, pois há uma assimetria notável entre esses conceitos. Os controles contábeis são os que se concentram no patrimônio e nos registros contábeis, enquanto os controles administrativos são direcionados para as atividades operacionais da empresa. Attie (2000) ressalta que a precisão e a confiabilidade dos relatórios contábeis gerados pelas empresas devem ser preparadas de maneira adequada. Isso possibilita que as decisões sejam tomadas de forma confiável e que representem com exatidão os eventos que ocorreram na empresa.

[...] Uma empresa necessita constituir, para si, sistemas que lhe garantam conhecer os atos e eventos ocorridos em cada um dos seus segmentos. Os efeitos ocorridos através da realização de cada ato devem ser escriturados e levados, em tempo hábil, ao conhecimento dos administradores (ATTIE, 2000, p. 119).

Através da Resolução nº 321/72 do Conselho Federal de Contabilidade, estabelece-se que a gestão é responsável pelo sistema de controle interno e pelas informações contábeis, abrangendo o plano de organização e o conjunto coordenado de métodos e medidas adotados pela empresa para proteger seu patrimônio, assegurando a exatidão e a confiabilidade de seus dados contábeis, além de promover a eficiência operacional (BRASIL, 1972). Assim, o controle interno deve ser visto como um elemento essencial na contabilidade. Quando bem alinhados, a probabilidade de perdas e erros nos

registros contábeis pode diminuir significativamente. Desta forma, a instituição pode utilizar este recurso importante para alcançar seus objetivos.

2.3. Como essa ferramenta auxilia na prevenção de fraudes

Diante das constantes mudanças e do crescimento das organizações, bem como dos escândalos que envolvem grandes empresas, não apenas no setor financeiro, mas em um contexto mais amplo, que inclui fraudes em seus registros contábeis, documentos e arquivos, tornou-se essencial a implementação de um sistema de controle interno eficaz para combater irregularidades.

Segundo a Norma Brasileira de Contabilidade TI 01 de 2003, fraude é um termo que se refere a uma ação intencional de omissão e/ou alteração de transações e operações, falsificação de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, seja em termos físicos ou monetários. É perceptível que o controle interno está conectado com todas as partes da instituição. É importante destacar que a responsabilidade pelo seu bom funcionamento é de todos os membros da organização, desde a diretoria até os colaboradores da base.

Peter e Machado (2003. p. 05) afirmam que existem princípios de controle interno que auxiliam na prevenção de fraudes. Estes princípios incluem: relação custo/benefício; qualificação adequada, treinamento e rodízio de funcionários; delegação de poderes e determinação de responsabilidades; segregação de funções; instruções formalizadas; controles sobre as transações; e aderência às diretrizes e normas legais.

Esses princípios permitem minimizar a probabilidade de falhas ou desvios no cumprimento de objetivos e metas, garantir decisões mais rápidas e objetivas, verificar o respeito às linhas hierárquicas de autoridade, garantir o cumprimento dos limites estabelecidos, executar efetivamente o fluxo das

operações, disciplinar e formalizar ações, procedimentos e instruções através de instrumentos eficazes, acompanhar os fatos contábeis, financeiros e operacionais para garantir que sejam realizados por meio de atos legítimos e assegurar a observância das diretrizes, planos, normas, leis, regulamentos e procedimentos administrativos internos.

Portanto, fica claro que o controle interno é fundamental para a prevenção de fraudes. Assim, há a possibilidade de reduzir o risco associado a isso, ajudando a instituição a atingir altos níveis de confiabilidade e transparência entre seus usuários agregando valor para a mesma.

2.4 O papel do controle interno perante o banco central

Para um entendimento maior sobre o que são instituições financeiras compreende a Lei n.º 4.595/64 em seu Art. 17 como:

[...] Consideram-se Instituições Financeiras, para efeito da legislação em vigor, as pessoas jurídicas e privadas, que tenham como atividades principal ou acessória a coleta, a intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em toda moeda nacional ou estrangeira e a custódia de valores de propriedades de terceiros (BRASIL, 1964).

Todas as instituições financeiras brasileiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem seguir a resolução n.º 2.554/1998, esta resolução foi um marco importante de como deveria ser a implementação e implantação do sistema de controle interno, em seu artigo 1º descreve que:

[...] Determinar às instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil a implantação e a implementação de controles internos voltadas para as atividades por elas desenvolvidas, seus sistemas de informações financeiras, operacionais e o cumprimento das normas legais e regulamentares a elas aplicáveis (BACEN, 1998, p. 1).

A presente resolução contém sete artigos em seu conteúdo, nele pode-se evidenciar as seguintes facetas:

- I- O controle interno deve ser efetivo e consistente com a natureza, complexibilidade e o risco das operações por ela realizada independente de seu porte;
- II- A diretoria é responsável pela implantação e implementação do controle interno, e todos os colaboradores devem ter acesso a este sistema, visto que dessa forma todos tenham conhecimento de cada função, responsabilidades e os níveis hierárquicos da instituição.
- III- O controle interno ter um nível de efetividade excelente deve sempre ser revisado e atualizado, dessa forma ocorrerá uma análise de novos riscos e os não apontados anteriormente, dessa forma faz necessário que a auditoria interna esteja alinhada e atuando juntamente com o controle interno.
- IV- Vale lembrar que diante de todos os pontos mencionados a diretoria deve promover a cultura do controle interno, padrões éticos e integridade de seus colaboradores.
- V-

Vale ressaltar que a Resolução nº 2.554 de 1968 foi revogada em 21 de novembro de 2021 e substituída pela Resolução nº 4.968. Esta nova resolução detalha os objetivos do controle interno, suas características, os relatórios produzidos e a responsabilidade da gestão. Em contrapartida as Instituições Financeiras e outras instituições devem seguir a Resolução nº 3.380/2006 na qual dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional. Entende-se como risco operacional mediante a resolução:

[...] Define-se como risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. (BACEN, 2006, p. 1)

A resolução nº 3.380/2006 classifica o risco operacional em oito categorias distintas, a saber:

- a) Fraudes internas: referem-se a atos fraudulentos cometidos por funcionários com o objetivo de obter benefícios próprios ou de terceiros. Exemplos incluem o uso indevido de informações e a manipulação de contas;
- b) Fraudes externas: são cometidas por indivíduos não associados à instituição. Exemplos incluem a emissão de boletos falsos e golpes em redes sociais que envolvem a instituição;
- c) Reivindicações trabalhistas e segurança inadequada no local de trabalho: referem-se a perdas resultantes de contratos inconsistentes ou violações das leis trabalhistas. Exemplos de reivindicações trabalhistas incluem horas extras não remuneradas,

demissões injustas, enquanto exemplos de segurança inadequada incluem acidentes de trabalho e doenças ocupacionais;

d) Práticas inadequadas relacionadas a clientes, produtos e serviços: são perdas resultantes de falhas não intencionais ou negligentes no cumprimento de uma obrigação com o cliente relacionada a um produto ou serviço. Exemplos incluem a venda casada de produtos e o envio de cartões de crédito sem a permissão dos clientes;

e) Danos aos ativos físicos próprios ou utilizados pela instituição: referem-se a danos aos ativos físicos causados por desastres naturais ou eventos externos. Exemplos incluem a explosão de caixas eletrônicos, ataques de vandalismo e inundações;

f) Situações que resultam na interrupção das atividades da instituição: são eventos que causam interrupções nas atividades da instituição, como a falta de colaboradores ou falta de energia;

g) Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI): são eventos causados por falhas nos sistemas de TI. Exemplos incluem erros na preparação de backups e falta de proteção dos firewalls;

h) Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou na gestão das atividades da instituição: ocorrem quando há falhas na gestão, execução das atividades e no cumprimento dos prazos, comprometendo o funcionamento normal dos processos. Exemplos incluem perda de prazos para recolhimento de impostos, falhas no atendimento ao cliente e indisponibilidade do sistema.

Desta forma faz necessário que a estrutura de controle esteja alinhada com a atividade exercida, produtos, serviços e seus processos. Em casos que o Banco Central note que tal prevenção não esteja ocorrendo de maneira correta poderá:

- i. Determinar a adoção de controles adicionais, nos casos de inadequação ou insuficiência dos controles de risco operacional implantados pelas instituições mencionadas no art. 1º da mesma resolução
- ii. Imputar limites operacionais mais restritivos à instituições que deixar de observar, no prazo estabelecidos, a determinação de que trata o inciso I.

Por fim é importante destacar que ambas as resoluções presumem como deve ser a conduta do controle interno e como deve ser analisado cada situação, ajudando na prevenção e mitigação dos riscos relacionados a perdas e possíveis casos de fraudes.

2.5. Fraudes

Ribeiro e Coelho (2018) caracterizam fraude como uma ação deliberada de um ou mais indivíduos da gestão, dos encarregados da governança, funcionários ou terceiros, que envolve engano para obtenção de vantagem injusta ou ilegal. É relevante salientar que as fraudes podem ocorrer de maneira não intencional. O autor ainda esclarece que as fraudes podem surgir devido a incentivos ou pressões para atingir metas impostas por fontes internas ou externas e enganar os usuários dessas instituições.

Baraldi (2018) ressalta que a fraude representa um risco para qualquer instituição financeira. Com a globalização, os mecanismos e o sistema financeiro evoluíram e, como consequência, surgiram novos métodos fraudulentos. Portanto, é possível sofrer perdas significativas de ativos devido a atividades fraudulentas. Em alguns casos, essas perdas podem levar à falência. Assim, os responsáveis pela gestão devem intensificar seus esforços para criar um ambiente onde a fraude seja menos provável de ocorrer, evitando um ambiente de controle deficiente, manipulação de mercado, omissão e ocultação das demonstrações contábeis.

As fraudes em instituições financeiras no Brasil são mais antigas que a própria independência, conforme afirmam Coradi e Mondo (2016). Tudo começou com a chegada da família real em 1808, que estava habituada a todas as luxúrias e vislumbres da vida real. Como resultado, o Reino Unido forneceu 600 mil libras em empréstimos para auxiliar a família real por um tempo. D. João VI criou a primeira instituição financeira com custos e feituças do Estado Nacional. O objetivo era financiar as luxúrias e despesas da corte. A emissão de moeda ficava por conta da instituição e os produtos em posse da coroa.

Em 11 de dezembro de 1809 foi inaugurado o primeiro Banco do Brasil, que já nasceu com indícios de fraudes. Diante desse cenário, houve um aumento da inflação, prejudicando a população. Após a independência, os fatores da má formação resultaram em várias dívidas com outros países. Por

volta de 1829, o banco já se encontrava em estado de falência. A administração tinha seu sistema de fraude, onde os diretores e acionistas conseguiam empréstimos e financiamentos com taxa de juros a 6% e repassava a 24%. Foi acordado que seriam pagos altos valores de dividendos anuais na faixa de 18%. Com a posse de Dom Pedro I e diante da gestão fraudulenta, foi sancionada uma lei que determinava o fechamento do Banco do Brasil.

2.6. Banco Comind

O Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, também conhecido como COMIND, foi fundado em 20 de dezembro de 1889. Com a Proclamação da República, surgiu a demanda por uma instituição que proporcionasse crédito para apoiar as atividades agrícolas e industriais do estado. De 1919 a 1923, o COMIND auxiliou o Governo e a União na comercialização do estoque de café adquirido por Altino Arantes. No entanto, em 6 de março de 1985, pouco antes de seu centenário, boatos envolvendo o COMIND prejudicaram suas relações comerciais com bancos estrangeiros. A instituição não conseguiu renovar os termos de suas dívidas, afetando sua liquidez (CORADI; MONDO, 2016).

A gestão foi identificada como um fator chave para a falência do banco, devido aos conflitos internos de interesse. Conforme comparações feitas por Silva (1990), a administração excessivamente centralizada e as aquisições agressivas, em comparação com outras instituições, foram fatores determinantes para a falência. Em novembro de 1985, o Banco Central interveio e liquidou a instituição. Coradi e Mondo (2016) mencionam que um relatório de auditoria externa indicou que as demonstrações contábeis não refletiam com precisão a situação financeira e os resultados do semestre, levantando suspeitas de possíveis fraudes.

2.7. Banco Santos

A Corretora de Valores Santos, fundada em 1969, deu origem ao Banco Santos. Em duas décadas, a corretora se transformou no Banco Santos, que experimentou um crescimento massivo, com foco em tecnologia e marketing, como descrito por Coradi e Mondo (2016). Ao longo de seis anos, o lucro médio alcançado era de US\$ 8,16 milhões e o patrimônio estimado era de US\$ 37 milhões. Com essas realizações, o banco se classificou como um banco de médio porte. O crescimento continuou e, em 1997, a rentabilidade era de 19%, o lucro era de R\$ 20,19 milhões e os ativos atingiam R\$ 1,5 bilhão. Em 1998, a *Price-Waterhouse*, uma das melhores empresas de auditoria, emitiu uma opinião sem ressalvas sobre o banco.

Os problemas parecem ter começado após a venda total das ações da E-Financial – Tecnologia e Serviços Ltda, responsável pela tecnologia do grupo. Esta operação beneficiou a empresa controladora Procid Participações e Negócios S/A no valor de R\$ 51 milhões. Esta transação gerou um lucro estimado em R\$ 50,012 milhões. A *Ernst & Young* Auditores Independente emitiu um relatório de auditoria sem ressalvas em 31 de janeiro de 2001. Após a operação, a mesma empresa examinou o balanço patrimonial consolidado do Banco e das controladoras e obteve o mesmo relatório sem ressalvas.

Coradi e Mondo (2016) relatam que a transação envolvendo a venda de uma empresa do Grupo Santos para seu controlador, Edemar Cid Ferreira, pode estar relacionada à tentativa de esconder um prejuízo no banco. O banco, que vinha registrando lucros consistentes de cerca de 20% do seu patrimônio líquido, conseguiu registrar um lucro não operacional graças a essa transação. Como resultado, as contas do banco permaneceram positivas.

Em 4 de maio de 2005, foi anunciada a liquidação do banco. Posteriormente, em 20 de setembro do mesmo ano, a falência foi declarada pelo juiz Caio Mendes de Oliveira da 2º Vara de Falências e Recuperação

Judiciais de São Paulo. Após a intervenção, Edemar Cid Ferreira contratou a empresa Valora para propor uma solução ao Banco Central. A proposta foi rejeitada pelo Banco Central que exigiu o acordo de todos os credores. Como resultado, o banco foi liquidado.

Segundo uma reportagem do jornal O Globo em 13 de dezembro de 2006 citada por Coradi e Mondo (2016), Edemar foi acusado de vários crimes além dos originais. As acusações incluíam gestão fraudulenta, evasão de divisas, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha.

2.8. Banco Panamericano

O Banco Panamericano, criado por Senor Abravanel, mais conhecido como Silvio Santos, foi administrado pelo Grupo Silvio Santos de 1990 a 2011. A instituição focava em financiamento de varejo e veículos, cartões de crédito, empréstimos pessoais e descontos de duplicatas. Com mais de 28.000 parceiros comerciais, o banco estava presente em todas as capitais e principais cidades do Brasil.

Segundo Coradi e Mondo (2016), o Grupo Silvio Santos adquiriu o controle acionário da Real Sul S/A em 21 de fevereiro de 1969. A Real Sul, uma empresa que operava no mercado desde 1963, estava localizada em São Caetano do Sul. Em 1990, a empresa se transformou na Baú Financeira S/A e, após receber autorização para operar como banco múltiplo, passou a ser chamado de Banco Panamericano SA.

Há uma percepção de que os controles internos são custos altos que podem ser simplificados ou até eliminados, sob o argumento de que conhecemos bem nossas operações. No entanto, grandes organizações dependem de várias áreas, pessoas e sistemas. São entidades vivas e complexas que, sem mecanismos bem projetados e atuantes em tempo real,

acabam falhando fatalmente mais cedo ou mais tarde. Foi essa a situação que levou Silvio Santos a ver seu banco ser arruinado.

Coradi e Mondo (2016) relatam que os problemas do Banco Panamericano, desconhecidos pelo público em geral, foram revelados na imprensa em 2008. Isso aconteceu com a entrada da Caixa Econômica Federal na sociedade do banco, um reflexo da crise que afetou o mundo inteiro. Apesar disso, a Caixa Econômica Federal adquiriu 49% das ações do Banco Panamericano no final de 2009. Em sua argumentação, os autores destacam que, em novembro de 2010, o Banco Panamericano buscou o Fundo Garantidor de Crédito (FGC) para receber 2,5 bilhões de reais.

Um dos fatores que levaram à falência do Banco Panamericano foi a transferência de sua carteira de crédito para outros bancos sem o registro adequado dessas operações. Essa prática fraudulenta representava cerca de 40% dos ativos do banco, totalizando na época 6,5 bilhões. Segundo Coradi e Mondo (2016), o déficit insuperável nas contas do Banco Panamericano impossibilitou sua continuidade como instituição financeira.

Hoje em dia, o Banco Panamericano, agora conhecido como Banco Pan, é propriedade exclusiva do BTG Pactual e da Caixa Econômica Federal. Conforme demonstrado em suas demonstrações financeiras do segundo semestre de 2015, o BTG Pactual detém 51% das ações enquanto a Caixa Econômica Federal possui uma participação de 49%, conforme demonstra Coradi e Mondo (2016).

2.9. Banco Rural

O Banco Rural, um banco privado brasileiro com sede em Belo Horizonte, foi estabelecido em 1964 e liquidado em 13 de agosto de 2013. Durante seu funcionamento, a família Rabelo controlava o banco, possuindo 65% do capital das contas ativas.

De acordo com Coradi e Mondo (2016), o Banco Rural ocupava a 18ª posição entre os 40 maiores bancos privados em ativos, segundo dados do Banco Central. Com um patrimônio líquido de 678 milhões de reais, o Banco Rural se tornou conhecido pelo público brasileiro. No entanto, ganhou notoriedade por estar envolvido em grandes escândalos de corrupção, como o caso do Mensalão. Em abril de 2006, Antônio Fernando de Souza, Procurador-Geral da República, denunciou quatro diretores do Banco Rural por crimes contra o mercado financeiro.

Os autores também mencionam que em junho de 2011, o valor chegou a R\$ 402 milhões de reais, mas devido a prejuízos, diminuiu para R\$ 224,25 milhões de reais anos depois. Em 2012, Kátia Rebelo, ex-presidente do banco, foi condenada pelo Supremo Tribunal Federal por envolvimento em um esquema ilegal de movimentação de dinheiro.

2.10 Banco Cruzeiro do Sul

De acordo com Coradi e Mondo (2016), Marcelo Xandó, Marcio Dreher e Luís Octávio Índio Da Costa, sócios do Banco Cruzeiro do Sul, celebravam uma conquista impressionante em 2006: o banco havia gerido recursos que somavam um bilhão de reais. No entanto, sinais de problemas começaram a surgir no início de 2010, com números começando a mostrar discrepâncias significativas. Por exemplo, em 2011, enquanto o Banco Central do Brasil registrou um lucro de R\$ 55,6 milhões de reais, a Bloomberg, usando apenas o critério do IFRS (*International Financial Reporting Standards*), um padrão internacional de contabilidade, indicou um prejuízo de R\$ 98,4 milhões de reais.

Apesar dessas discrepâncias nos valores, os controladores conseguiram justificar o recebimento de dividendos substanciais entre meados de dezembro de 2010 e o final de janeiro de 2011. Foram autorizadas três diferentes provisões para os acionistas, totalizando R\$ 45,7 milhões de

reais. No entanto, essa distribuição de dividendos parecia ilógica, já que o banco estava novamente operando com prejuízo.

Em resposta a essa situação, os controladores começaram a registrar balanços intermediários e a pagar mais dividendos. Em outras palavras, os controladores do Banco Cruzeiro do Sul retiraram todo o dinheiro possível, criando balanços intermediários. Essa ação levou a auditoria do banco a protestar em seu parecer sobre os balanços publicados, como aponta Coradi e Mondo (2016).

O Banco Cruzeiro do Sul sempre teve um alto valor de mercado, com suas ações sendo negociadas na bolsa de valores de São Paulo e títulos securitizados vendidos para investidores brasileiros e estrangeiros. Segundo os autores supracitados, em 4 de julho de 2012, o Banco Central interveio no Banco Cruzeiro do Sul, afastou seus dirigentes e nomeou o Fundo Garantidor de Crédito como administrador do banco por um período de 180 dias.

Após esse incidente, o Banco Central decidiu colocar os bens dos administradores e controladores do Banco Cruzeiro do Sul em indisponibilidade. Isso significava que eles estavam proibidos de vender imóveis, veículos, ações e outros itens de seus ativos conforme descreve Coradi e Mondo (2016). Como resultado da intervenção do Banco Central, o Banco Cruzeiro do Sul passou por um processo de liquidação extrajudicial seguido por um pagamento eventual aos credores.

3. METODOLOGIA

Nesta seção, descrevemos os procedimentos e abordagens utilizados para conduzir a pesquisa, coletar dados e analisar informações. A metodologia empregada é fundamental para a validade e confiabilidade dos resultados. Nossa pesquisa é caracterizada como, pesquisa bibliográfica, que segundo Marconi e Lakatos (1996), serve para adquirir um entendimento

amplo do tema em questão, já que oferece uma visão geral das principais investigações já conduzidas nessa área de estudo.

O escopo da pesquisa bibliográfica foi cuidadosamente definido, focando na obtenção de uma compreensão aprofundada do tema em questão. O objetivo principal foi identificar as principais teorias, conceitos e tendências relacionadas ao tema, a fim de fornecer uma base sólida para o desenvolvimento deste artigo.

Andrade (2010, p. 25) ressalta a importância desse procedimento, afirmando que a competência para realizar pesquisas bibliográficas é imprescindível em cursos de graduação, sendo o marco inicial de qualquer atividade acadêmica. Assim, torna-se indispensável para investigações exploratórias, na determinação do tema de um trabalho ou pesquisa, na construção do conteúdo, nas referências e na elaboração das conclusões.

As fontes de informação utilizadas incluíram a Identificação e seleção de livros relevantes que abordam o tema específico, considerando tanto obras clássicas quanto publicações mais recentes. Além da busca em bases de dados acadêmicos para identificar artigos científicos pertinentes ao tópico em questão. Já os critérios de seleção incluíram a relevância do conteúdo e a qualidade da pesquisa, mediante a um levantamento de teses e dissertações acadêmicas que exploraram o tema da pesquisa, fornecendo uma perspectiva mais detalhada e aprofundada. Como também foram consideradas outras fontes, como relatórios técnicos, documentos governamentais, e materiais relevantes disponíveis em bibliotecas digitais e repositórios online.

De acordo com Fonseca (2002), esse processo destaca que a pesquisa bibliográfica é um componente crucial desde o início da investigação científica, pois facilita uma compreensão mais profunda do tópico que será discutido e proporciona uma visão de várias perspectivas sobre o mesmo tema. As informações coletadas foram submetidas a um processo de análise e síntese para identificar os principais conceitos, teorias e tendências

relacionadas ao tema. Isso envolveu a categorização, comparação e organização das informações em uma estrutura lógica para a compilação do desenvolvimento do artigo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio desta pesquisa, foi evidenciado que o controle interno em instituições financeiras é vital e pode ser um instrumento para impulsionar o negócio. Assim, seu sistema de controle interno deve ser eficiente e efetivo, auxiliando na prevenção de fraudes e riscos operacionais. É importante salientar que a alta administração tem um papel fundamental na implementação e monitoramento dos processos, sendo sua responsabilidade desenvolver a cultura do controle interno.

O mercado financeiro está constantemente exposto a riscos, por isso é essencial seguir a regulamentação nº 2.554 de 1998 e a regulamentação nº 3.380 de 2006 do Banco Central, ambas com o objetivo de criar um ambiente corporativo em conformidade, reduzindo assim a possibilidade de riscos operacionais voltados para processos, pessoas e serviços no cotidiano da instituição e garantindo que a implementação e implantação do sistema ocorram de maneira confiável.

Um ponto importante a destacar é que a contabilidade, quando alinhada ao sistema de controle interno, pode prevenir erros nas demonstrações contábeis, pagamentos e apurações de tributos. Atua como um mecanismo de controle, onde os contadores documentam a situação real da empresa por meio de relatórios e demonstrativos. Assim, a alta administração obtém uma visão clara do estado da empresa.

Com o passar dos anos, é evidente que as fraudes têm ganhado espaço dentro das instituições, como relatado no Banco COMIND, Banco Santos, Banco Panamericano, Banco Rural e Cruzeiro do Sul. As organizações devem considerar que as fraudes são inerentes à realização de suas atividades, por isso deve haver uma mobilização interna para que as ações, medidas e

controles sejam implementados com o objetivo de mitigar e prevenir de maneira mais rápida e eficiente, transformando assim o controle interno em uma ferramenta gerencial estratégica para reduzir possíveis danos futuros.

Portanto, recomenda-se que a política de controle interno seja mais atuante nas rotinas das instituições financeiras para que o desempenho das atividades seja realizado de maneira que agregue valor, transparência e confiança a todos os usuários. Este artigo analisou incidentes de fraudes relacionados a instituições financeiras que aconteceram antes da revogação da Resolução nº 2.554 de 1968. Para estudos futuros, recomenda-se a investigação de instituições financeiras que foram alvo de fraudes após a revogação da citada resolução, que foi posteriormente substituída pela Resolução nº 4.968 de 21 de novembro de 2021.

5. REFERÊNCIAS

AMERICAN INSTITUTE OF CERTIFIED PUBLIC ACCOUNTANTS – AICPA. Professional Standards – Vol.1 U.S. Auditing Standards – Attestation Standards, New York: AICPA, 1997.

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de Trabalhos na Graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

ASSI, Marcos. **Controles internos e Cultura Organizacional: Como Consolidar a Confiança na Gestão dos Negócios**. Saint Paul, 2009.

ASSI, Marcos. **Gestão de Riscos com Controles Internos**. Saint Paul Editora, 2021

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. Editora Atlas SA, 1985.

ATTIE, William. **Auditoria: Conceitos e Aplicações**. Editora Atlas SA, 2000.

BARALDI, Paulo. **Gerenciamento de Riscos Empresariais**. Cia do eBook, 2018.

BERGAMINI JUNIOR, Sebastião. **Controles Internos como um Instrumento de Governança Corporativa**. 2005.. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/13474> Acesso em: 12 de outubro de 2023.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução 2.554 de 24 de setembro de 1998. **Dispõe sobre a Implantação e Implementação de Sistema de Controles Internos.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1998/pdf/res_2552_v2_L.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

BRASIL. Banco Central do Brasil. Resolução 3.380 de 29 de junho de 2006. **Dispõe sobre a Implementação de Estrutura de Gerenciamento do Risco Operacional.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/2006/pdf/res_3380_v2_1.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

BRASIL. Conselho Monetário Nacional. Resolução 4.968 de 25 de novembro de 2021. **Dispõe sobre os Sistemas de Controles Internos das Instituições Financeiras e demais Instituições Autorizadas a Funcionar pelo Banco Central do Brasil.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cmn-n-4.968-de-25-de-novembro-de-2021-362739343>. Acesso em: 28 de outubro de 2023.

BRASIL. Lei nº 4.595/1964, de 31 de dezembro de 1964. **Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

BRASIL. NBC TI 01 21 de novembro de 2003. **Estabelece regras e procedimentos a serem observados quando da realização dos trabalhos.** Brasília, DF: Conselho Federal de Contabilidade, 2003. Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_986.pdf. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

Conselho Federal de Contabilidade [CFC]. (1972). Resolução nº 371, de [1972]. **Normas e Procedimentos de Auditoria.**

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Decreto-lei nº 9.295/46, de 27 de maio de 1946 do Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em: <https://cfc.org.br/legislacao>. Acesso em 12 outubro de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução 986 de 21 de novembro de 2003. **Aprova a NBC TI 01 – Da Auditoria Interna.** Disponível em: https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_986.pdf. Acesso em: 28 de outubro de 2023

CORADI, Carlos; MONDO, Douglas. **Dinheiro podre: a história das fraudes nas instituições financeiras do Brasil.** Matrix Editora, 2017.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria contábil: teoria e prática** 10. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

D'AVILA, Marcos Zähler. **Conceitos e técnicas de controles internos de organizações**. NBL Editora, 2002.

DIAS, Sergio Vidal dos Santos. **Auditoria de processos organizacionais**. São Paulo: **Atlas**, 2006.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio de Loureiro. **Auditoria Operacional e Gestão**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000

IMONIANA, Joshua Onome; NOHARA, Jouliana Jordan. **Cognição da Estrutura de Controle Interno: uma pesquisa exploratória**. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237594267_cognicao_da_estrutura_de_controle_interno_uma_pesquisa_exploratoria_cognition_of_internal_control_structure_an_exploratory_study. Acesso em 12 outubro de 2023.

MARCONI, M.A e LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

MARQUES, Wagner Luiz. **Controle de estoques para análise fundamental empresarial**. Clube de Autores, 2010.

PETER, M.G.A. e MACHADO, M.V.V. **Manual de Auditoria Governamental**. São Paulo: Atlas, 2003

RIBEIRO, O.M e COELHO, J.M.R. **Auditoria**. SARAIVA EDITORA.2018

SILVA, Joacir Martins da. **Controle interno transparência segurança. Contabilidade Pública-Unisul Virtual**, 2017.

A ÉTICA NA FORMAÇÃO E CONDUTA DO PROFISSIONAL DA CONTABILIDADE

Jackeline Silva dos Santos⁸
Fabiana Holler Baptista⁹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo oferecer uma análise sobre as origens e definições da ética e moral, ressaltando suas diferenças. A ética, originária do termo grego 'Ethos', é a teoria que estuda o comportamento humano em sociedade. Por outro lado, a moral, derivada do latim 'Morales', é um conjunto de normas que orientam as relações entre indivíduos e comunidades. O artigo explora as contribuições de filósofos como Sócrates e Kant para a compreensão da ética. Além disso, discute o papel crucial da ética e da moral na construção da sociedade, destacando que ambas são dinâmicas e se adaptam às transformações sociais. O texto enfatiza a relevância da educação ética desde a infância e investiga o papel da ética na formação do profissional de contabilidade. No âmbito profissional, a ética é responsável por moldar o caráter do contador e ensinar a importância da integridade. No mercado de trabalho, a presença da ética é essencial para manter a confiança do público na profissão. A ética na contabilidade é percebida não apenas como uma questão de conformidade, mas como uma demonstração de respeito pela profissão e seu impacto significativo na sociedade. Ademais, o artigo aborda a importância da ética na formação acadêmica e o papel fundamental das universidades na preparação de profissionais competentes. Destaca-se a necessidade de métodos de ensino inovadores que estimulem o aprendizado dos alunos, preparando-os adequadamente para a prática profissional no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Ética. Formação. Contabilidade.

ABSTRACT

This article aims to provide an analysis of the origins and definitions of ethics and morality, highlighting their differences. Ethics, derived from the Greek term 'Ethos', is the theory that studies human behavior in society. On the other hand, morality, derived from the Latin 'Morales', is a set of norms that guide relations between individuals and communities. The article explores the contributions of philosophers such as Socrates and Kant to the understanding of ethics. In addition, it discusses the crucial role of ethics and morality in building society, emphasizing that both are dynamic and adapt to social changes. The text emphasizes the relevance of ethical education from childhood and investigates the role of ethics in the formation of the accounting

⁸ Bacharel em Ciências Contábeis pela Cooperativa Educacional de Vilhena – Faculdade FAVOO (COOP). jackelines503@gmail.com

⁹ **Orientadora:** Bacharel em Economia, UNEMAT/ Universidade Estadual do Mato Grosso. Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, FAMA / Faculdade da Amazônia. Mestre em Ciências da Educação, UDS / Universidad de Desarrollo Sustentable. fabianahollerbaptista@gmail.com

professional. In the professional sphere, ethics is responsible for shaping the character of the accountant and teaching the importance of integrity. In the job market, the presence of ethics is essential to maintain public trust in the profession. Ethics in accounting is perceived not only as a matter of compliance but as a demonstration of respect for the profession and its significant impact on society. Furthermore, the article addresses the importance of ethics in academic training and the fundamental role of universities in preparing competent professionals. It highlights the need for innovative teaching methods that stimulate student learning, adequately preparing them for professional practice in the job market.

Keywords: Ethics. Formation. Accounting.

1. INTRODUÇÃO

A complexidade do conceito de ética, como observada por Valls (1994, p. 07), é inegável, sendo sua compreensão essencial para a formação e transformação da sociedade, uma vez que molda o comportamento individual de acordo com os valores e costumes da civilização em que o indivíduo está inserido.

No contexto contábil, a ética assume um papel de destaque, dado o impacto relevante dos contadores na gestão e na divulgação precisa das informações financeiras das organizações. Trata-se de um conjunto de princípios e normas que orienta o comportamento dos profissionais da contabilidade, visando garantir a integridade, transparência e confiabilidade das informações financeiras.

Este artigo tem como objetivo explorar o conceito de ética e moral ao longo da história, desde os tempos da Grécia Antiga, quando filósofos se dedicaram ao estudo das virtudes e deveres dos cidadãos, até os dias atuais, com ênfase na atuação profissional dos contadores e sua importância na sociedade. Para atingir essa finalidade, será adotada uma abordagem interdisciplinar com base em fontes bibliográficas e documentais. Além disso, serão consideradas as obras de filósofos como Sócrates e Kant, a fim de

proporcionar uma compreensão abrangente das diferentes perspectivas e aplicações desses conceitos ao longo do tempo.

A conduta ética na contabilidade é de suma importância para manter a confiança pública nas informações financeiras e preservar a integridade do mercado financeiro. Os contabilistas devem aderir a princípios éticos rigorosos para assegurar que suas ações estejam em conformidade com os mais elevados padrões de integridade e transparência.

Além disso, é fundamental destacar os benefícios de promover uma conduta ética desde a formação acadêmica, visando uma inserção mais eficaz dos futuros contadores no mercado de trabalho. Nesse contexto, é imperativo que os estudantes compreendam o papel da ética, uma vez que o aprendizado acadêmico tem o propósito de influenciar a postura ética dos futuros profissionais, que serão demandados por uma conduta profissional pautada pela ética em todas as suas atividades. Com base no que foi evidenciado, apresenta-se a pergunta norteadora deste trabalho: quais os fatores que podem influenciar a conduta ética do profissional contábil?

2. ÉTICA, MORAL E A SOCIEDADE

2.1 Ética e moral – origem e conceito

Antes de discutirmos ética e moral, é crucial entendermos suas origens e definições:

[...] *moral* vem do latim *mos* ou *mores* “costume” ou “costumes”, no sentido de conjunto de normas ou regras adquirida por hábito. A moral se refere, assim, ao comportamento adquirido ou modo de ser conquistado pelo homem. Ética vem do grego *ethos*, que significa analogicamente “modo de ser” ou “caráter”, [...] Assim, portanto, originariamente, *ethos* e *mos*, “caráter” e “costume”, assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas é adquirido ou conquistado pelo hábito (Vazquez, 2017, p. 24).

Embora esses conceitos sejam frequentemente usados como sinônimos, eles possuem diferenças significativas. De acordo com Vazquez

(2017, p. 23), “a ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade”. Ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano. A ética é mais do que uma simples conduta individual, é também uma área da filosofia que se dedica a analisar os fundamentos que regem o comportamento humano e a busca compreender os valores, as normas e as motivações que orientam as ações das pessoas em diferentes contextos sociais e culturais. Isso nos leva a uma reflexão sobre a moral.

Na visão de Vazquez a moral:

[...] é um sistema de normas, princípios e valores, segundo o qual são regulamentadas as relações mútuas entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade, de tal maneira que estas normas, dotadas de um caráter histórico e social, sejam acatadas livre e conscientemente, por uma convicção íntima, e não de uma maneira mecânica, externa ou impessoal (Valquez, 2006, p. 84).

Portanto, a moral é fundamental na formulação de leis e normas que asseguram a harmonia na convivência do indivíduo na sociedade. Tais normas, que são estabelecidas e modificadas com o passar do tempo, espelham os valores e princípios éticos de uma sociedade em um determinado período. Isso ressalta o caráter dinâmico da moral, que se transforma e se ajusta às mudanças nas atitudes e percepções sociais. Para uma compreensão mais profunda da essência e do significado da ética, é crucial examinar as contribuições de dois pensadores renomados que dedicaram suas vidas ao estudo deste tema: Sócrates e Kant.

Sócrates foi reconhecido como o precursor da moral, devido à sua abordagem ética que não se baseava apenas nos costumes do povo e dos antepassados, nem nas leis externas, mas sim em um processo de consulta à sua “voz interior” (como ele a chamava). Este processo tinha como objetivo compreender a justiça das leis (Valls, 1994). Nesse contexto é essencial esclarecer que, ao mencionar a “voz interior” ou “demônio interior”, Sócrates não se referia a um demônio no sentido contemporâneo da palavra. Esta

expressão fazia alusão ao que ele chamava de sua voz interior ou consciência. Em sua concepção, essa voz interna funcionava como um guia na busca pela verdade e pela justiça.

Logo, quando Sócrates falava em “tentar entender a justiça das leis”, ele estava se referindo ao seu processo de questionamento interno e reflexão sobre o que é verdadeiramente justo. Em vez de simplesmente aceitar as leis e costumes como eram, ele desafiava a norma estabelecida por meio de um exame crítico e genuíno de suas próprias convicções. Neste contexto, é possível destacar a influência das reflexões éticas de Sócrates na filosofia contemporânea brasileira, onde se observa a valorização do questionamento e da reflexão crítica como ferramentas fundamentais para a construção de uma ética robusta e contextualizada.

Valls (1994) ainda destaca a relevância do significado da ética para Kant em sua obra. Kant defendia uma ética de validade universal, alicerçada exclusivamente na igualdade fundamental entre os seres humanos. O fulcro das questões éticas residia no conceito de dever ou obrigação moral. De acordo com Kant, os princípios éticos não eram impostos externamente, mas derivavam da própria razão intrínseca de cada indivíduo. Dessa maneira, cada um de nós detém a estrutura do dever.

2..1.1.1 Ética e a moral na sociedade

A formação da sociedade se dá a partir da união de vários indivíduos com o mesmo propósito cultural, costumes, crenças, e se relacionam de maneira mútua e interdependente. Essas relações sociais podem gerar cooperação ou conflito, dependendo dos interesses, das necessidades e das expectativas de cada indivíduo e de cada coletividade. Assim, a sociedade é um fenômeno complexo e dinâmico, que se transforma constantemente sob a influência de fatores internos e externos.

Para Nalini (2009, p. 234):

[...] A sociedade é uma união moral estável de uma pluralidade de pessoas propostas a atingir finalidades comuns, mediante utilização de meios próprios. É um agrupamento permanente, não transitório. É uma união moral, vinculada por laços fortes de solidariedade, não meramente accidental. A sociedade surge de maneira natural, pois o homem é o animal político por excelência e só realiza seus objetivos individuais se conseguir aliar a própria força a dos demais.

Na sociedade, a ética e a moral servem como bússolas orientadoras, guiando indivíduos para comportamentos que promovem harmonia e respeito mútuo, fundamentados na compreensão de que todos compartilhamos uma igualdade fundamental em dignidade e direitos. No entanto, as mudanças que acontecem ao longo do tempo, desde os avanços científicos até a tecnologia atual, afetam a ética e a moral de diferentes maneiras. Esses conceitos não são estáticos, mas se adaptam às novas realidades e desafios que surgem na sociedade.

Segundo Corrêa e Ferreira (2005, p. 64):

[...] Esta mutabilidade de conceitos, por sua vez, não desvaloriza a formação espiritual, moral e mental do homem, pois a princípio todo ato a ser praticado não deve reverter em prejuízo ao indivíduo ou à coletividade, o que faz da ética um tema atual.

Nesse sentido, muitas pessoas subestimam a importância de estudar e compreender sobre a ética, principalmente no mundo de hoje, onde a sociedade está frequentemente corrompida pelo desejo de adquirir bens materiais e poder no mercado de trabalho. Esta tendência vem incentivando comportamentos antiéticos, criando competições e rivalidades no ambiente de trabalho.

A compreensão da ética é uma semente que deve ser plantada pelos pais desde a infância. É crucial enfatizar a importância de discernir o certo do errado, de agir corretamente diante de dilemas, de reconhecer e corrigir erros, de estabelecer limites e de servir como exemplo para as crianças. A

escola é um ambiente em que as crianças estão inseridas, pode ser uma fonte de influências tanto positivas quanto negativas.

Portanto, os ensinamentos teóricos recebidos em casa moldam a criança, que então tem a oportunidade de colocar em prática esses aprendizados no ambiente escolar. Este processo é fundamentado na moralidade, que define o que é permitido e o que não é, o que é certo e o que é errado. Nesse aspecto, os autores Casali, Pereira e Silva abordam que ao trabalhar o egocentrismo característico da infância, a criança tem a oportunidade de entender a realidade, cultivar uma consciência crítica e evitar uma percepção limitada e fragmentada do dia a dia. (Casali, 2001; Pereira, 2007; Silva, 2010).

É importante salientar que a educação ética, que se dedica à universalidade, e a moral, como um fenômeno específico, auxiliam no “desenvolvimento das habilidades dos estudantes, cada um com sua singularidade inalienável, em tensão dialética com as habilidades coletivas de seu grupo (particularidades) e de toda a humanidade (universalidade)”. (CASALI, 2001; PEREIRA, 2007; SILVA, 2010, p. 16).

Assim, quando esses indivíduos atingirem a maturidade e se tornarem profissionais, estarão munidos de um profundo senso de ética e moralidade. Em meio ao sistema competitivo, serão capazes de tomar decisões que respeitam os direitos e a dignidade dos outros. Dessa forma, conseqüentemente, poderão contribuir para uma sociedade de forma mais justa.

2.1.2 Ética e a formação do contador

Segundo Rios (2009, p. 13) a universidade é um ambiente institucional de aprendizado onde deveriam se integrar o ensino, a pesquisa e a extensão, com o propósito de formar profissionais críticos e inovadores. Estes

profissionais, por meio de seu trabalho, têm a capacidade de contribuir para a construção de uma sociedade democrática e solidária.

Ao considerarmos a profunda importância que o ensino possui na transformação do aluno, percebemos o vasto potencial que o ambiente educacional pode proporcionar através da troca de conhecimentos. As dinâmicas entre os professores e seus alunos envolvem não apenas a transmissão de informações, mas também a construção de valores, habilidades, atitudes e emoções.

De acordo com Santos (2003, p. 79):

[...] A arte de ensinar consiste em o educador saber escolher a técnica e os recursos mais adequados ao seu público. Neste aspecto, cabe ao educador perceber que os alunos são diferentes, inclusive na própria forma de captação de sua mensagem. Por exemplo, existem alunos mais auditivos, outros mais visuais, outros mais reflexivos, ou seja, são estimulados de diferentes formas para o aprendizado.

Como já observamos sobre a importância da introdução sobre a ética durante a infância. No entanto, é de igual importância que essa conscientização e compreensão da ética sejam ampliadas para o ambiente acadêmico. Por essa razão, as universidades devem adotar a inclusão da ética em seus currículos acadêmicos.

Para Corrêa e Ferreira (2005, p. 69):

[...] A função da universidade é atingir a excelência acadêmica em dois níveis de ensino: o específico, que auxiliará a formar um profissional competente, e o geral, que irá contribuir para formar um profissional educado. Para alcançar tais fins, as universidades devem elaborar planos de estudo para o aluno, propiciar um ambiente acadêmico adequado, promover seminários para discutir o papel das várias funções do profissional contábil, e antecipar as recompensas e as frustrações que poderá encontrar ao longo de sua vida profissional.

Deste modo, a introdução da disciplina de ética no currículo acadêmico e a criação de ambientes para discussões sobre ética no contexto acadêmico são medidas significativas para o incentivo dos alunos a adotar

comportamentos éticos em suas rotinas diárias. Portanto, é essencial que os professores estejam aptos e motivados para instruir seus alunos sobre o que significa ser ético dentro da sala de aula, respeitando as diferenças, colaborando com os colegas, obedecendo às regras e mantendo a honestidade nas avaliações. Essa orientação pode auxiliar no desenvolvimento de cidadãos conscientes e responsáveis perante a sociedade.

Segundo Marion (2001, p. 14) “a educação para os futuros contadores deveria produzir profissionais que tivessem amplo conjunto de habilidades e conhecimentos”. Isso significa que, além de dominar os princípios e as práticas contábeis, esses futuros contadores deverão ser equipados com uma variedade de habilidades e conhecimentos em outras áreas diversas como gestão de negócios, direito empresarial, tecnologia da informação, comunicação eficaz, pensamento crítico e ética profissional. A ideia é formar contadores com um perfil amplo, que possam lidar com a complexidade e as demandas variadas da profissão contábil no mundo real.

Por fim, Lima *et al.* (2014, p. 127) afirmam que:

[...]A questão ensino e aprendizagem devem ser ressaltadas de forma contínua, isto é, deve estar sempre procurando formas de ensino alternativas que estimulem e impulsionem o discente ao aprendizado, para que ele se sinta motivado para o exercício prático da profissão que escolheu.

Logo, os docentes devem sempre estar em busca de métodos diferentes de ensino para que possam estimular e impulsionar os alunos a aprender. A ideia é que essas abordagens inovadoras de ensino possam motivar os alunos a se envolverem mais profundamente com o conteúdo do curso e a se sentirem mais preparados para a prática da profissão contábil. Em outras palavras, o ensino deve ser processo dinâmico e adaptável, buscando sempre evoluir para melhor atender as necessidades dos alunos e prepará-los para o futuro que a profissão de contador oferece.

2.2 Desenvolvimento profissional e a ética no ambiente de trabalho

2.2.1 Desenvolvimento profissional

O desenvolvimento profissional do contador é um processo que deve ser contínuo e que exige atualizações e aprimoramentos constantes que requer investimento em conhecimentos, capacitação e habilidades para poder se adaptar às mudanças e exigências do mercado. A tecnologia e a globalização são fatores que impactam diretamente na atuação do contador.

Carvalho (1999, p. 8) ressalta a importância de uma visão abrangente do conhecimento, “chegamos à conclusão de que o profissional que só conhece contabilidade, e não enxerga o mundo à sua volta, está morto”. O autor enfatiza a importância do profissional de ter uma visão ampla e compreensiva do mundo ao seu redor, além de seu conhecimento técnico específico, pois se o profissional se limitar apenas ao seu campo de conhecimento sem considerar o contexto mais amplo em que está inserido, não será capaz de se adaptar ou responder efetivamente às mudanças e desafios que inevitavelmente poderão surgir.

Por esse motivo, Franco (2002, p. 33) descreve as habilidades necessárias que o contador deve possuir:

[...] iniciativa, liderança, criatividade, autodesenvolvimento, multifuncionalidade, agilidade, flexibilidade, gerenciar o risco, educador, lógico de raciocínio, prontidão para resolver problemas, habilidade para lidar com pessoas, trabalho em equipe, conhecimento de línguas, informática e resistência emocional.

Essas competências e características, que englobam a capacidade de se adaptar a uma variedade de situações e a habilidade de se comunicar de maneira eficaz, podem permitir que o profissional exerça sua função com maior eficiência e, conseqüentemente, alcance maior prestígio no exercício de sua profissão.

Atualmente, o mercado de trabalho valoriza cada vez mais essas habilidades, pois são altamente desejadas pelas empresas. Conforme Lemes e Miranda (2014, p. 299):

[...] As organizações buscam melhores níveis de competitividade por meio de novas práticas de gestão, novas formas de estruturação e construção de capacidades dinâmicas, e, conseqüentemente, profissionais qualificados. Nesse contexto, as organizações passam a exigir dos profissionais da área contábil um conhecimento que ultrapassa a questão técnica. O perfil desejado deve ser condizente com a atual dinâmica assumida pelas organizações, englobando competências diferenciadoras que permitam que o profissional entenda do “negócio”, orientando e participando das decisões da empresa de forma consciente.

As organizações estão buscando aumentar sua competitividade através de novas práticas de gestão, novas formas de estruturação e construção de capacidades dinâmicas, e, conseqüentemente, profissionais qualificados. Nesse cenário, as organizações estão exigindo dos profissionais da área contábil um conhecimento que vai além da questão técnica.

O perfil desejado pelos empregadores deve estar alinhado com a dinâmica atual das organizações, incluindo competências diferenciadoras que permitam ao profissional poder entender o negócio, orientando e participando das decisões da empresa de forma consciente. Isso significa que os profissionais de contabilidade precisam ter uma compreensão mais profunda do negócio em geral, além de suas habilidades técnicas, para que possam contribuir efetivamente para as decisões da empresa.

Embora as organizações busquem um perfil de conhecimento mais abrangente do profissional contábil para se manterem competitivas, o profissional não pode deixar de lado as diretrizes que orientam a conduta de sua profissão. Isso é fundamental, pois os contadores devem atuar como parceiros colaborativos uns dos outros. Isso se deve ao fato de que, em relação aos colegas de profissão, o item 16 da NBC PG 01 do código de ética do contador diz que: “a conduta do contador com relação aos colegas deve

ser pautada nos princípios de consideração, respeito, apreço, solidariedade e harmonia da classe”.

Por isso, é imprescindível para o contador ter conhecimento e familiaridade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente a NBC PG 01, de 7 de fevereiro de 2019. Esta norma estabelece normas e procedimentos de conduta que os profissionais da contabilidade devem observar e seguir para exercerem suas funções de maneira adequada.

Alves (2005, p. 265) afirma que:

[...] mesmo que sofra uma serie de imperfeições, o código de ética é importante, especialmente para servir como base para uma cultura própria para o profissional da contabilidade. Por definir os padrões de comportamento, o código minimiza ambiguidades, reduzindo a intensidade dos dilemas éticos e positivamente impactando no comportamento e no raciocínio do profissional de contabilidade.

Para que a profissão contábil possa cumprir efetivamente seu papel social e proteger os interesses de sua classe, exige que todos os seus profissionais sejam orientados por princípios éticos que moldam o comportamento dos membros da classe contábil. Isso evidencia que o código de ética tem o propósito de aprimorar o contador para servir à sociedade na qual está inserido de maneira fiel e responsável. Como complemento a essa ideia, Coelho (2019, p. 07) articula:

[...] O código de ética profissional permite que a classe dos profissionais contábeis exponha intenção de seguir as regras da sociedade servindo a mesma com lealdade e diligência. Fica claro que o código de ética tem como objetivo qualificar o contador a agir conforme os princípios éticos adotados pela sociedade. Tais critérios estão relacionados com a responsabilidade, qualidade, imparcialidade, integridade profissional, devendo buscar o aperfeiçoamento técnico, contribuindo para evolução e disseminação do conhecimento da profissão contábil.

Portanto, Código de Ética Profissional do Contador atua como um roteiro para o contador, estabelecendo claramente seus direitos e deveres, bem como suas responsabilidades e os limites de sua atuação. Este código é

de suma importância para garantir a qualidade dos serviços prestados, a integridade da profissão e o respeito aos interesses públicos e privados. Em essência, o Código de Ética Profissional do Contador é uma ferramenta indispensável que orienta a conduta dos contadores, assegurando que eles atuem de maneira ética e profissional em todas as circunstâncias. Ademais, é um instrumento crucial para a tomada de decisões em questões éticas.

2.2.2 A ética no mercado de trabalho

Embora um contador possa adquirir todas as habilidades e conhecimentos necessários em sua área de atuação, é fundamental que ele aja com honestidade, integridade, responsabilidade e competência em todas as suas atividades, sejam elas de auditoria, perícia, assessoria ou como contador em uma empresa de contabilidade. A ética profissional não é apenas um complemento, mas é um pilar fundamental para o exercício em qualquer profissão.

Correa, Ferreira (2005, p. 67) afirmam que:

[...] Uma vez escolhida a profissão, o indivíduo se compromete com todo o agregado de deveres éticos pertinentes à classe profissional à qual passa a pertencer. O primeiro dever ético em qualquer ramo de atividade diz respeito à capacidade do profissional, indispensável para o desempenho eficaz de suas tarefas. Um segundo complexo de deveres está relacionado à conduta a ser seguida. Este conjunto – capacidade e conduta – será responsável pelo conceito do profissional perante seus clientes, seu grupo, seus colegas, a sociedade, o estado, sua família e sua própria consciência.

Além disso, um profissional ético tem a consciência de seus limites e compreende a extensão de seus conhecimentos e especialidades. Eles estão cientes de suas capacidades e limitações, e não tentam ultrapassar esses limites sem a devida preparação ou conhecimento. Isso é especialmente relevante para os contadores, visto que é prescrito no NBC PG 01 do Código de Ética Profissional do Contador.

O contador deve respeitar as normas e os princípios contábeis, bem como as leis e os regulamentos que regem a profissão. Ele deve zelar pelo interesse público, pela confiança e pelo prestígio da classe contábil, evitando qualquer comportamento que possa prejudicar a sua reputação ou a dos seus colegas, ou que possa comprometer a qualidade dos seus serviços.

Além disso, a prática contábil exige independência, imparcialidade, objetividade e confidencialidade. O contador é responsável de relatar qualquer irregularidade ou ilegalidade que constatar no exercício da sua função, além de denunciar qualquer violação ao código de ética profissional

Portanto, o contador é um colaborador ativo para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da ciência contábil, podendo contribuir através de seus conhecimentos e habilidades para melhorar a contabilidade e, por extensão, a sociedade. Como diz Holland (1999, p. 8), “em primeiro lugar, não há maneira certa para fazer algo errado, nem travesseiro tão macio quanto uma consciência tranquila”.

Soares (2015, p. 28), ainda afirma que “[...] a ética profissional acompanha o cidadão bem antes mesmo de escolher ou exercer a sua profissão”. A ética começa a se formar nos primeiros anos de vida de uma criança e continua a se desenvolver à medida que a criança cresce, passando pela formação acadêmica e persistindo até a vida adulta na profissão escolhida. A ética do indivíduo deve estar em sintonia com a ética do ambiente profissional.

Isso destaca a importância da ética como um valor que se constrói ao longo da trajetória pessoal e profissional de cada indivíduo. A ética não é algo que se aprende apenas nos livros ou nas salas de aula, mas sim uma prática que se reflete nas atitudes e nas escolhas que fazemos diariamente. A ética profissional é, portanto, uma expressão da ética pessoal aplicada ao contexto de trabalho, respeitando os princípios e as normas que regem cada área de atuação.

3. METODOLOGIA

Neste trabalho, apresenta-se uma análise crítica da literatura sobre a ética na contabilidade, procurando identificar os principais problemas, desafios e soluções que se colocam para os profissionais da área. Para alcançar uma compreensão profunda e detalhada do tema em discussão, uma variedade de fontes bibliográficas fora examinada de forma meticulosa e criteriosa, como livros, artigos, teses e dissertações, que abordam o tema de diferentes formas e enfoques para poder estabelecer uma fundação robusta para a construção deste artigo. Além disso, consideramos outras fontes, como legislações e materiais relevantes disponíveis em bibliotecas digitais e repositórios online.

Andrade (2010) destaca a importância deste processo, afirmando que a habilidade de realizar pesquisas bibliográficas é essencial nos cursos de graduação, sendo o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica necessariamente uma pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monografias não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões

A partir da análise realizada, foi possível observar as principais lacunas, avanços e perspectivas da pesquisa sobre ética na contabilidade, bem como as suas implicações práticas e sociais. Já a análise da literatura é um passo fundamental para a elaboração do conhecimento científico, pois permite situar o problema de pesquisa no contexto da produção acadêmica existente, além de fornecer subsídios para a formulação de novas hipóteses e questões de pesquisa. Ademais, restringiu-se a pesquisa aos artigos disponíveis em português e inglês.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética e a moral, embora distintas, desempenham papéis fundamentais como orientadoras que guiam os indivíduos para comportamentos que promovem a harmonia e o respeito mútuo. A ética, mais do que uma simples conduta individual, é uma disciplina filosófica que se dedica a analisar os fundamentos que regem o comportamento humano e busca compreender os valores, as normas e as motivações que orientam as ações das pessoas em diferentes contextos sociais e culturais.

A moral, por sua vez, é um sistema de normas, princípios e valores que regulam as relações entre os indivíduos ou entre eles e a comunidade. Essas normas, que são estabelecidas e modificadas com o passar do tempo, refletem os valores e princípios éticos de uma sociedade em um determinado período.

Ambos, a ética e a moral, se adaptam e evoluem com o tempo, refletindo as mudanças nas atitudes e percepções sociais. Em um mundo cada vez mais competitivo e materialista, a necessidade de uma forte base ética e moral é mais importante do que nunca. Os pensamentos e contribuições de filósofos renomados como Sócrates e Kant fornecem uma base sólida para a compreensão da importância da ética na formação da sociedade. Eles destacam a necessidade de questionamento crítico, reflexão e igualdade fundamental entre os seres humanos.

A importância da ética e da moral na formação da sociedade é evidenciada desde a infância, quando os princípios éticos são plantados pelos pais. A escola, então, serve como um ambiente onde esses princípios são postos em prática, moldando a criança para se tornar um membro responsável e ético na sociedade. de igual importância que essa conscientização e compreensão da ética sejam ampliadas para o ambiente acadêmico. Por essa razão, as universidades devem adotar a inclusão da ética em seus currículos acadêmicos.

Entretanto, ao equipar os indivíduos com um profundo senso de ética e moralidade desde a infância, podemos prepará-los para se tornarem profissionais que respeitam os direitos e a dignidade dos outros. Dessa forma, eles podem contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A ética e a moral, portanto, são mais do que meros conceitos - são os alicerces sobre os quais uma sociedade próspera é construída.

Embora um contador possa adquirir todas as habilidades e conhecimentos necessários em sua área de atuação, é fundamental que ele aja com honestidade, integridade, responsabilidade e competência em todas as suas atividades. A ética profissional não é apenas um complemento, mas um pilar fundamental para o exercício de qualquer profissão.

Portanto, a importância da ética na formação e conduta do profissional da contabilidade não pode ser subestimada. É um pilar fundamental que sustenta a integridade do setor de contabilidade e, por extensão, a saúde da nossa economia. À medida que avançamos para um futuro cada vez mais globalizado e interconectado, a necessidade de profissionais de contabilidade éticos e bem-informados só aumentará. Assim, é imperativo que continuemos a enfatizar e promover a importância da ética em todos os níveis de formação e prática contábil.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco José dos Santos. **A adesão do contabilista ao código de ética da sua profissão: um estudo empírico sobre percepções**. 2005. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de Trabalhos na Graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BITTAR, Eduardo CB. **O Decreto nº 8.243/2014 e os desafios da consolidação democrática brasileira**. *Revista de informação legislativa*, v. 51, n. 203, p. 7-38, 2014

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. **Globalização exige novo perfil de contador**. São Paulo, Gazeta Mercantil, Caderno Administração & Marketing, 1999.

COELHO, Eduardo Palma. **Ética profissional e a evolução da profissão contábil**. 2019. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. RESOLUÇÃO CFC Nº 1.328/11. **Dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade**. Disponível < https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1328.pdf > Acesso em: 12 nov. 2023.

DALBERIO, O. **Ética, moral e valores do professor e do aluno**. Revista Triângulo, Uberaba - MG, v. 4, n. 1, 2012. DOI: 10.18554/rt.v4i1.228. Disponível em: <<https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/revistatriangulo/artic le/view/228>. acesso em: 1 out. 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANCO, Simon. **Criando o próprio futuro: O mercado de trabalho na era da competitividade total**. 6. ed. São Paulo: Futura, 2002.

KEIKO, S.; CORRÊA, DV; FERREIRA, CR. **Uma breve reflexão sobre a importância da ética na profissão contábil**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 3, pág. 57–72, 2005. Disponível <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2898025>> acesso em 01 out. 2023.

LEMES, Danielle Ferreira; Miranda, Gilberto. **Habilidades profissionais do contador preconizadas pela IFAC: um estudo com profissionais da região do triângulo mineiro**. Advances in Scientific and Applied Accounting, p. 293-316, 2014. Disponível <<https://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/121>> Acesso em: 4 nov. 2023.

LIMA, Maria Eduarda Barbosa et al. **Ética em contabilidade: um estudo sobre a percepção dos discentes acerca da ética profissional**. Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI, v. 1, n. 2, 2015.

MARCONI, M.A e LAKATOS, E.M. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Ed. Atlas, 1996.

Marion, José Carlos. **O Ensino da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. Ed. Revista dos tribunais, 2009.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Ética na docência universitária: a caminho de uma universidade pedagógica.** Cadernos de Pedagogia Universitária, v. 9, 2009.

SANTOS, Robertovatan dos. " **Jogos de empresas" aplicados ao processo de ensino e aprendizagem de contabilidade.** Revista Contabilidade & Finanças, v. 14, p. 78-95, 2003. Disponível < <https://doi.org/10.1590/S1519-70772003000100006>> Acesso em: 4 nov. 2023.

SILVA, Danielly Carvalho. **A aprendizagem moral e ética na infância: um desafio social escolar.** 2010. Disponível < <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/13438>> acesso em: 20 out. 2023.

SOARES, Tainara Figueiredo. **O perfil do contador e sua conduta Ética. UNEB–Universidade do estado da Bahia.** Barreiras–BA, 2015. Disponível <<https://conteudojuridico.com.br/open-pdf/cj055641.pdf/consult/cj055641.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

TEIXEIRA, Edvaldo Rogério Santos. Valls, Álvaro L.M **o que é ética.** São Paulo: brasiliense, 1994. Isbn 85-11-01177-3. Reveleto-Revista Eletrônica Espaço Teológico, v. 8, n. 14, p. 308-314, 2014.

VALLS, Álvaro l. M. **O que é ética.** 9ª ed. São Paulo: brasiliense, 1994. Isbn 85-11-01177- 3.

VAZQUEZ, A. S. **Ética.** Trad. de João Dell'Anna. 37. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

VAZQUEZ, A. S. **Ética.** Trad. de João Dell'Anna. 9. Ed. São Paulo: **Civilização Brasileira**, 2006.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E QUALIDADE DE VIDA

Leonir Gabriel Costa de Oliveira¹⁰

Fabiana Holler Baptista¹¹

RESUMO

Apesar de vivermos em um sistema econômico capitalista que visa a obtenção de lucros, pouco se fala quanto a educação financeira e a relevância das pessoas terem conhecimento e entendimento da mesma. Este artigo tem por objetivo relatar a situação atual e levantar uma discussão sobre a seriedade deste assunto, bem como, apontar a importância de um bom planejamento financeiro e a valor de se ter conhecimentos monetários básico desde a infância para se obter uma qualidade de vida. O artigo apresenta conceitos e informações fundamentadas em exposições de autores que possuem domínio do assunto, buscando a finalidade que é evidenciar como esses dois pontos, educação financeira e qualidade de vida, estão intimamente ligados, levando em consideração as realizações pessoais, alcance de metas, objetivos e vontades. Para a obtenção do levantamento de dados para a elaboração do texto, foram coletadas informações através de pesquisas bibliográficas e documentais, como artigos, revistas e livros, utilizando-se da pesquisa qualitativa para a coleta de dados trazendo um embasamento teórico a fim de se obter informações quanto a temática apresentada. As principais ideia deste artigo é de apresentar a educação financeira como um aprendizado contínuo, com início na infância, desenvolvendo a capacidade do ser humano de tomar decisões assertivas quanto ao dinheiro, com o propósito de alcançar uma vida estável e equilibrada, levando sempre em consideração que o processo é individual e relativo. Através das pesquisas realizadas para a elaboração desta obra, foi possível concluir que educação financeira e qualidade de vida estão intrinsecamente ligados.

Palavras-chave: Educação financeira. Bem-estar. Planejamento Financeiro.

ABSTRACT

Although we live in a capitalist economic system that aims to make profits, little is said about financial education and the relevance of people having knowledge and understanding of it. This article aims to report the current situation and raise a discussion about the seriousness of this issue, as well as pointing out the importance of good financial planning and the value of having basic knowledge from childhood to obtain a quality of life. The article presents concepts and information based on presentations by authors who have

¹⁰ Bacharel em Ciências Contábeis, FAVOO/ Cooperativa Educacional de Vilhena. leonir@coopevi.com.br

¹¹ **Orientadora:** Bacharel em Economia, UNEMAT/ Universidade Estadual do Mato Grosso. Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, FAMA / Faculdade da Amazônia. Mestre em Ciências da Educação, UDS / Universidad de Desarrollo Sustentable. fabianahollerbaptista@gmail.com

mastery of the subject, seeking to highlight how these two points, financial education and quality of life, are closely linked, taking into account personal achievements, achieving goals, objectives and desires. To obtain data collection for the preparation of the text, information was collected through bibliographic and documentary research, such as articles, magazines and books, using qualitative research to collect data, bringing a theoretical basis for the purpose of obtain information about the topic presented. The main idea of this article is to present financial education as continuous learning, starting in childhood, developing the human being's ability to make assertive decisions regarding money, with the purpose of achieving a stable and balanced life, always taking into account that the process is individual and relative. Through the research carried out to prepare this work, it was possible to conclude that financial education and quality of life are intrinsically linked.

Keywords: Financial education. Bem-estar. Financial Planning.

1. INTRODUÇÃO

A estabilidade financeira é um elemento crucial para o bem-estar das famílias, uma vez que desafios decorrentes da falta de educação financeira podem impactar negativamente suas vidas. Esses desafios englobam desde o endividamento excessivo até a ausência de planejamento e conflitos familiares relacionados a questões monetárias. Deste modo, este estudo tem como objetivo analisar de maneira sistemática a influência da educação financeira na qualidade de vida das famílias, bem como ressaltar a relevância da educação financeira, sua inserção na vida familiar e escolar e explorar estratégias para abordar esses desafios de forma eficaz, visando aprimorar a qualidade de vida das famílias.

Entende-se qualidade de vida, segundo Nahas (2006, p. 15), como “a percepção de bem-estar resultante de um conjunto de parâmetros individuais e socioambientais, modificáveis ou não, que caracterizam as condições em que vive o ser humano.”

Após a reunião de vários especialistas de várias partes do mundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) definiu a qualidade de vida como “a

percepção do indivíduo de sua inserção na vida, no contexto da cultura e sistemas de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações.” (THE WHOQOL GROUP, 1995, p. 34), podendo envolver bem-estar espiritual, saúde, educação, habitação, saneamento básico, dentre outros, e um dos mais importantes, bem-estar financeiro.

A famosa pirâmide que retrata a hierarquia de necessidades de Maslow, proposta pelo psicólogo americano Abraham H. Maslow, fundamenta-se no esforço em que cada ser humano realiza para satisfazer seus interesses pessoais e profissionais. Segundo Maslow (1954, p. 35), “as necessidades humanas estão estruturadas e colocadas em níveis, em uma escala de importância e de influência”.

Dentre as necessidades, a base da pirâmide traz as fisiológicas básicas para sobrevivência de um ser humano como comer, dormir e saúde e também necessidades de segurança, sociais, autoestima e a realização tanto pessoal, profissional ou financeira que também são pontos cruciais para se atingir o bem-estar humano.

Nos dias atuais, sabemos que a qualidade de vida está diretamente ligada as condições financeiras do indivíduo, deste modo, pode-se dizer que é necessária uma estabilidade financeira para que se possa atingir todas as etapas sugeridas na pirâmide de Maslow, sendo que a introdução da educação financeira é uma ferramenta crucial para tal objetivo.

Segundo os princípios e boas práticas de educação e conscientização financeira expostos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, educação financeira pode ser definida como:

[...] Processo pelo qual consumidores/investidores financeiros aprimoram sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução e/ou aconselhamento objetivo, desenvolvem as habilidades e a confiança para se tornarem mais conscientes de riscos e oportunidades

financeiras, a fazer escolhas informadas, a saber onde buscar ajuda, e a tomar outras medidas efetivas para melhorar seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 5).

A falta de planejamento financeiro figura como uma das principais barreiras para a obtenção da estabilidade financeira sendo que Macedo Junior (2010, p. 26) conceitua planejamento financeiro como sendo o “processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de atingir a satisfação pessoal”. Corroborando com o autor, Cherobim (2010, p. 29) esclarece que o “planejamento financeiro pessoal é a explicitação das formas como vamos viabilizar os recursos necessários para atingir nossos objetivos”.

Muitas famílias não estabelecem metas financeiras claras, não elaboram orçamentos mensais realistas e não monitoram regularmente suas despesas. Isso frequentemente resulta em gastos impulsivos, insuficiência de economias destinadas a objetivos de longo prazo e dificuldades inesperadas no orçamento.

Outro ponto a ser discutido é quanto ao consumo descontrolado, levando em consideração que a dívida nem sempre é considerado um fato negativo, por que a partir dela pode-se adquirir investimentos a curto, médio ou longo prazo ou bens, todavia ao adquiri-la, é necessário a certeza que terá condições de honrar com o compromisso sem causar danos às suas organizações pessoais

A educação financeira oferece métodos e ferramentas que aprimoram a compreensão das despesas e receitas familiares, evitando desequilíbrios financeiros e endividamentos excessivos que prejudicam a qualidade de vida. Peretti (2007, p. 01) observa que “saber gastar, ganhar, poupar, investir e saber doar é o fundamento da educação financeira, para que as pessoas possam ter melhor qualidade de vida”.

A implementação de estratégias de educação financeira possibilita uma abordagem mais racional das despesas e receitas, alinhando-as de

maneira eficiente com os objetivos financeiros e as obrigações familiares. Nesse contexto, a pesquisa busca responder à seguinte indagação: qual é o impacto da educação financeira na qualidade de vida das famílias?

2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A educação financeira abrange o processo de adquirir conhecimentos, competências e consciência para uma gestão eficaz das finanças pessoais. Ela engloba a capacidade de tomar decisões informadas e conscientes sobre como utilizar o dinheiro, economizar, investir e planejar o futuro financeiro. Alves (2007, p.15) afirma que “o problema financeiro das pessoas surge a partir da falta de educação financeira, tendo como base a falta de planejamento”. O planejamento financeiro, segundo Frankemberg (1999, p. 31), estabelece estratégia que deve ser seguida, deliberada e dirigida para a acumulação de bens e valores que irão formar o patrimônio de uma pessoa e de sua família.

Conforme os autores, Savoia, Saito, Santana, (2007) referenciado por Lizote, Simas e Lana (2012, p. 1122) a:

[...] Educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que permite o desenvolvimento de habilidades nos indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais. Quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar.

Educação financeira segundo Gallery *et al.* (2011, p. 288), é "a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro". E segundo a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2005) a:

[...] Educação financeira pode ser definida como: [...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro (OCDE, 2005, p. 13).

Nesse sentido, a educação financeira é vital para auxiliar as pessoas a evitarem dificuldades, otimizar o controle de suas finanças e alcançar metas de longo prazo. Ela desempenha um papel fundamental na construção de estabilidade e na redução do estresse associado às questões monetárias, tornando-se essencial buscar oportunidades de aprimoramento das habilidades financeiras ao longo da vida.

Francischetti *et al.* (2014) afirma que:

[...] A educação financeira pode ser entendida como um processo que estimula a busca pelo conhecimento em como aplicar e investir o dinheiro em nosso dia a dia, para poder transformar esse dinheiro em riqueza e segurança financeira para o futuro, possibilitando as pessoas a lidarem com a sua renda, com a gestão do dinheiro, a gestão de gastos e de empréstimos, aplicações na poupança e investimentos de curto e longo prazo (FRANCISCHETTI *et al.*, 2014, p. 36).

Neste contexto, educação financeira familiar diz respeito ao processo de ensinar e fomentar práticas financeiras saudáveis entre os membros de uma família. Pois, “o analfabetismo financeiro é um dos maiores problemas na tomada de decisões e na manutenção da saúde financeira” (Monteiro, Fernandes e Santos, 2011; Camargo, 2007, p. 3). Isso implica compartilhar conhecimentos e valores relacionados ao dinheiro e a gestão financeira estabelecendo bases sólidas para o bem-estar familiar.

[...] O planejamento financeiro pessoal pode ser o primeiro passo para a conquista de uma vida financeira tranquila, pois para ter sucesso é fundamental estar consciente da importância desse planejamento e a disciplina para o alcance dos objetivos individuais. As pessoas normalmente pensam que devem ganhar mais, independentes de sua renda, porém nunca se questionam se não

devem, na verdade, gastar melhor o seu dinheiro. Uma gestão eficiente dos recursos pessoais e o planejamento financeiro pessoal são capazes de gerar riqueza e trazer contribuições significativas às famílias (BRAIDO, 2014, p. 55).

Alguns elementos-chave desse processo incluem a comunicação aberta sobre finanças, a exemplificação de comportamentos financeiros responsáveis pelos pais, a criação de orçamentos familiares, envolvimento prático das crianças em atividades financeiras, ensinamentos sobre economia e investimento à medida que crescem, compreensão das implicações das dívidas e crédito, estabelecimento de metas financeiras familiares, reconhecimento da necessidade de aprendizado contínuo e a inclusão de todos os membros da família no processo de educação financeira, através de um planejamento.

Cerbasi (2004, p. 41) conceitua planejamento financeiro como uma “forma de lidar com as finanças de modo que se possa gastar menos do que se ganha, poupando a diferença”, sendo uma estratégia de prevenção para episódios inesperados, como um desemprego, por exemplo. Já, Santos (2014, p. 05), afirma que a utilização de instrumentos de planejamento financeiro adequado às necessidades ou metas de curto e longo prazo, permite que as decisões sejam tomadas com clareza, evitando o imediatismo e o investimento ou comprometimento do orçamento em projetos que não trarão os benefícios esperados.

2 QUALIDADE DE VIDA

A qualidade de vida é um conceito abrangente que engloba diversos aspectos do bem-estar de uma pessoa ou de uma comunidade. Ela se refere à percepção geral de satisfação e contentamento com a vida, levando em consideração uma série de fatores que influenciam o nosso dia a dia. Não se limita à ausência de doenças, mas abrange a presença de elementos que promovem o nosso bem-estar em todas as esferas da vida.

A Organização Mundial de saúde define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo sobre a sua posição na vida, no contexto da cultura e dos sistemas de valores nos quais ele vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (WHOQOL GROUP, 1994, p. 20). Podemos dizer que qualidade de vida de uma população pode depender do seu acesso a serviços econômicos e sociais como: emprego e renda, educação básica, alimentação adequada, acesso a serviços de saúde e saneamento básico, transporte de boa qualidade, etc. (ADRIANO *et al.*, 2000).

Esses aspectos incluem a saúde física, que vai além da mera ausência de doenças e engloba a capacidade de realizar as atividades diárias de forma eficaz. A saúde mental e emocional também desempenha um papel crucial, envolvendo a habilidade de lidar com o estresse, emoções e relacionamentos de maneira saudável. A qualidade de vida, segundo Almeida, Gutierrez e Marques (2012) não é influenciada apenas por um único fator, e sim um conjunto de fatores que tornam a vida do indivíduo melhor, sendo um deles, o fator econômico.

Além disso, o bem-estar financeiro desempenha um papel significativo na qualidade de vida, permitindo que atendamos às nossas necessidades básicas e alcancemos nossas metas pessoais, como é exposto na pirâmide de Maslow. Viver em um ambiente seguro, limpo e agradável, com acesso a recursos essenciais, como água potável, saneamento e moradia adequada, também é um componente importante. A educação e o aprendizado ao longo da vida são fundamentais para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional, contribuindo para uma melhor qualidade de vida. Ter um trabalho satisfatório que proporcione equilíbrio entre vida profissional e pessoal também é relevante nesse contexto.

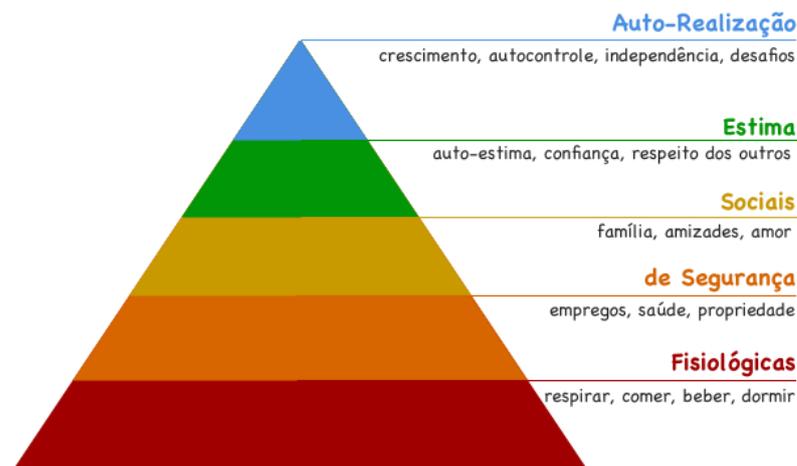


Figura 1. Adaptado de pirâmide de Maslow

Fonte: Ghermandi, Filippo 2018

O lazer e a cultura desempenham um papel na nossa qualidade de vida ao nos proporcionarem momentos de prazer e enriquecimento pessoal. Além disso, relacionamentos sociais saudáveis e significativos, seja com a família, amigos ou comunidade, contribuem para a nossa sensação de bem-estar.

Almeida *et al.* (2009, p. 17) coloca que o conceito de qualidade de vida, além de diversos fatores, está voltado a um conteúdo sociocultural relacionado à possibilidade de acesso aos bens materiais que determinada sociedade padroniza como sendo um ideal de conforto.

Dentre os vários autores que tratam do tema, Limongi-França (2004, p. 28-29) define qualidade de vida como “a percepção do indivíduo sobre sua posição na vida, no contexto da cultura e do sistema de valores nos quais ele vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”.

A qualidade de vida também está relacionada à autonomia e à capacidade de fazer escolhas pessoais que estejam alinhadas com nossos valores e objetivos. Marisa Guiareta (2011) fez um estudo ressaltando que o planejamento financeiro possibilita ao cidadão adequar sua renda às suas necessidades almejando a autorrealização.

Portanto, a qualidade de vida é um conceito subjetivo e multidimensional, influenciado por uma variedade de fatores culturais, econômicos, sociais e individuais. Promover a qualidade de vida envolve encontrar um equilíbrio em todas essas áreas, buscando o bem-estar global e a felicidade.

2.1. Administração financeira pessoal

Levando em consideração toda a revisão de literatura é evidente que qualidade de vida está intrinsecamente ligado a organização financeira. O controle financeiro pode ser realizado através de diversos métodos, no entanto, o básico também funciona, como uma simples anotação, pode-se se tornar um passo importante para uma boa organização.

Macedo Junior (2010, p. 36), afirma que poucos brasileiros têm o hábito de controlar no papel suas receitas e despesas. Em geral, as pessoas da classe média, quando solicitadas a dizerem para onde vai o salário, apenas conseguem lembrar de aproximadamente 80% daquilo que gastaram, ou seja, não conseguem discriminar 20% de suas despesas.

Macedo Junior (2010) afirma que “Quando as pessoas começam a anotar os gastos, já costumam reduzi-los em cerca de 12%. Isso acontece porque o ato de anotar faz você pensar duas vezes antes de gastar” (Macedo Junior, 2010, p. 36), uma forma rápida e simples de se organizar é através de planilhas feitas manualmente ou automatizadas, no qual se separa receitas e despesas anotando todos os dados relacionados ao orçamento, construindo um controle sólido de suas finanças.

Esse método trás diversas vantagens como maior organização financeira pessoal, analisando a evolução dos ganhos e gastos e podendo projetar os próximos passos em relação ao dinheiro. A ferramenta pode também auxiliar no pagamento de obrigações, traçar objetivos de curto,

médio e longo prazo e encontrar oportunidades para investir, poupar e guardar dinheiro melhorando assim a saúde financeira.

PLANILHA DE CONTROLE FINANCEIRO PESSOAL MOBILLS			
RENDAS			
	Orçamento	Anual	Diferença
Salário	2.000,00	1.500,00	(500,00)
Renda de Juros			--
Dividendos			--
Dinheiro inesperado			--
Reembolsos			--
Transferência de Poupança			--
Renda sobre			--
Outros			--
Renda Total	2.000,00	1.500,00	(500,00)
RESUMO DO ORÇAMENTO			
	Orçamento	Anual	Diferença
Renda Total	2.000,00	1.500,00	500,00
Despesas Totais	1.345,00	1.488,00	(143,00)
Resíduo	655,00	14,00	(641,00)
DESPESAS DE MORADIA			
	Orçamento	Anual	Diferença
Aluguel/Parcelas do imóvel	1.100,00	1.100,00	--
Seguros	50,00	57,00	(17,00)
Costa de Luz	43,00	52,00	(9,00)
Gasolina	7,00	7,00	--
VIDA DIÁRIA			
	Orçamento	Anual	Diferença
Supermercado			--
Suprimentos Pessoais			--
Roupas			--
Produtos de Limpeza			--
Educação			--
Jantins/Cafés Fora			--
Salão de Beleza			--
PetShop			--
Outros			--

Figura 2. Planilha de controle financeiro Mobills

Fonte: Terceiro, Carlos 2023.

Outro fator importante além da organização é a criação de reservas, que se trata de separar um montante exclusivamente para cobrir gastos de emergência, que não estejam previstos no orçamento. Essa reserva serve auxiliará na reorganização da vida, caso ocorra um imprevisto como, perda de emprego, emergências médicas, reparos da casa e do carro e dificuldades no negócio próprio.

Cerbasi (2009, p. 25) afirma que “Se você tem hábito de gastar enquanto o saldo do banco permite, a constatação é imediata: o uso do dinheiro em sua família é irresponsável, pois negligência a necessidade de reservas no futuro”.

O cuidado com o crédito é outra ferramenta indispensável sendo necessário adquirir conhecimento e entender como funciona, pois, conforme Cerbasi (2009, p. 87), “[...] como nossa limitada educação financeira faz do crédito um conceito vago e abstrato para a maioria das pessoas, e entorno do

mau uso destes que as instituições financeiras montam suas estratégias e realizam seus lucros no Brasil”.

O autor também comenta que os erros comuns cometidos pelas pessoas são, principalmente, ceder o nome a terceiros, emprestar dinheiro a parentes e amigos, decidir por impulso, não ler contratos e permitir o acúmulo de dívidas. Ele ainda recomenda que quanto ao crédito, as que mais terão efeito nas finanças serão a pesquisa entre alternativas, a atenção à taxa de juros e a análise do custo efetivo total.

O crédito quando usado de maneira correta e com cautela pode gerar benefícios. O autor Giannetti (2012, p. 127) fala que “[...] o devedor antecipa um benefício para desfrute imediato e se compromete a pagar por isso mais tarde, e quem empresta cede algo que dispõe agora na expectativa de receber um montante superior no final da transação”.

O consumismo é outro ponto importante a ser cuidado, pois segundo Tolotti (2007, p. 26), “compromete financeiramente, endivida e até mesmo escraviza as pessoas” devido a compras movidas pelo marketing imposta no momento atual. Conforme o autor “Em virtude disso muitas pessoas assumem uma posição que não podem sustentar, interpretam papéis para serem aceitas socialmente e, como estão parecendo ter, mas na verdade não têm, acabam entrando no circuito do endividamento” (TOLOTTI, 2007, p. 26).

Neste contexto, o equilíbrio entre o que se necessita e o que se quer é essencial. Cerbasi (2009) afirma que o maior desafio não é perceber o quanto se passa do limite, mas corrigir o problema. Vários autores recomendam alguns pequenos cuidados a serem tomados que podem fazer uma grande diferença no orçamento, como não ir ao supermercado com fome, ou sempre que estiver faltando algo, não comprar na primeira loja, pesquisar preços e definir objetivos.

Outro problema é o endividamento, quando uma pessoa não consegue honrar com seus compromissos financeiros. Segundo Macedo Junior (2007) dois terços da população brasileira está endividada, e ao fim do mês, grande parte não consegue cumprir com as suas obrigações financeiras por não saber lidar corretamente com o dinheiro.

Segundo Tolotti (2007), algumas medidas fazem diferença para não se tornar uma pessoa endividada como se educar financeiramente, não gastar mais do que se ganha, ter olhar crítico em relação a apelos comerciais, não utilizar cheque especial, pagar o cartão de crédito integral e fazer uma reserva, pode-se tornar as próximas compras mais vantajosas e lucrativas.

No Brasil, o governo ainda faz pouco em relação à educação financeira, deixando a tarefa para organizações privadas preencher essa lacuna. As instituições de ensino seguem o mesmo caminho, mas na prática não existe. Como o currículo atual abrange temas relacionados à educação financeira, os alunos graduação, sem conhecimentos básicos de finanças pessoais (LANA ET AL., 2011; SAVOIA, SAIO, SANTANA, 2007; PINHEIRO, 2012, p. 5)

Manson e Wilson (2000), citados por Dolvin e Templeton (2006), defendem que os programas de educação financeira estimulam o desenvolvimento de conhecimento, aptidão e habilidades, formando indivíduos críticos, informados sobre os serviços financeiros disponíveis e preparados para administrar as suas finanças de maneira eficaz. Como recomendações para futuros desenvolvimentos, o estudo realizado por Volpe, Chen e Liu (2006) demonstra que os programas educacionais deverão focar as principais áreas de finanças pessoais, em que os indivíduos têm conhecimento inadequado, incluindo planos de aposentadoria e conceitos básicos de investimentos.

Ainda em relação ao estudo realizado por Lana *et al.* (2011), é comprovado que os estudantes estão deixando as universidades e escolas sem o conhecimento necessário sobre finanças, desconhecendo o

funcionamento das operações financeiras como: aplicações, poupança, aposentadoria, previdência, investimento em ações, entre outros. Segundo Saito (2007) é necessário tomar decisões de investimentos, financiamento, consumo e administração de riscos para se alcançar objetivos. Deste modo é necessário ter conhecimento dos recursos financeiros e de mercado para se realizar com sucesso.

A educação financeira apresenta uma importância no bem-estar das pessoas pois permite quando ensinada a crianças e a adolescente o entendimento do valor do dinheiro e a importância de poupar, habilitando-os a viver de forma independente e quando adultos a planejarem o futuro, como uma compra da casa própria, sustento da família e aposentadoria, por exemplo.

Após uma organização financeira de qualidade é possível realizar investimentos, ponto crucial para a qualidade de vida. Investimento diz respeito a qualquer valor capaz de gerar um lucro quando aplicado corretamente, seja em um período de curto, médio ou longo prazo.

O conceito de investimento é definido por Gitman (2001) como aplicações de recursos como dinheiro ou títulos de crédito, com a expectativa de alcançar rendimentos financeiros no futuro. Macedo Junior (2007) conceitua investimento como aplicações que trazem retornos financeiros e por sua vez aumentam o patrimônio. O autor ainda ressalta a importância no estudo dos diversos tipos de investimentos presentes no mercado, para que assim possam proporcionar melhores resultados.

Não é necessário ser perito na área de finanças, para ter conhecimento sobre finanças pessoais. Qualquer pessoa, independente da área que atua, deve saber gerir seu próprio dinheiro: quanto poupar, escolher investimentos mais rentáveis, controlar despesas e administrar os possíveis riscos (Schimith, 2013; Bitencourt, 2004). Ferreira (2006, p. 43) afirma que “poupar é bom para a conquista da riqueza, e investir é excelente para acelerar seu crescimento”.

Para iniciar o entendimento sobre finanças, o indivíduo precisa refletir sobre como seus recursos estão aplicados e estabelecer uma distinção entre gastos realmente obrigatórios e aqueles considerados supérfluos (GOMES, SORATO, 2010).

No âmbito das finanças pessoais, a maximização da riqueza é o foco da gestão financeira. Para alcançar os objetivos o indivíduo precisa tomar decisões de investimento, financiamento, consumo e administração do risco. Sendo assim é necessário ter conhecimento dos instrumentos financeiros e de mercado (SAITO, 2007).

2.2 Educação financeira na infância

A desinformação financeira é um dos maiores problemas de planejamentos orçamentários, deste modo a fundamental que a educação financeira esteja inserida na rotina familiar, desde a infância, sendo trabalhada tanto dentro de casa quanto nas escolas.

A criança que não aprende sobre a importância do dinheiro é ultrapassada, de certa forma por outra com valores financeiros instruídos e alocados em sua vida mais cedo. Educação financeira não significa apenas ensinar como economizar e polpar, e sim a lidar com o dinheiro para ter uma vida estável. Conforme Rocha (2008), diz em sua obra que quando um determinado indivíduo tem as finanças em ordem, ele é capaz de tomar decisões com mais facilidade e enfrenta melhor as adversidades, e é interessante que o indivíduo cresça trabalhando essa ideia.

Cerbasi, (2004, p. 81), afirma que “O planejamento financeiro em família pode garantir a perpetuação da riqueza. Para isso, é preciso oferecer aos filhos uma boa educação financeira, incentivá-los a investir e compartilhar com eles planos, objetivos e sucessos de investimento.”

D' Aquino (2008) defende que ainda há muito que se descobrir quanto a educação financeira no Brasil, pois não está inserida no universo familiar e nem nas escolas. No entanto, levando em consideração a estabilidade econômica que o país se encontra é extremamente necessário se falar do assunto, sendo essencial e vantajoso quando inserido no cotidiano escolar e familiar.

Conforme D'Aquino (2008, p. 11), as bases do modelo financeiro são construídas, por volta, da idade de 5 anos. "O modo como manejamos nossa vida financeira foi, em larga escala, construído a partir do que ouvimos; deixamos de ouvir do que vimos ou deixamos de ver nossos pais fazerem ou dizerem a respeito do dinheiro" (D'AQUINO, 2008, p. 11).

A influência de compra está de certa forma mais direcionada para crianças que, por sua vez, querem comprar tudo que vê, criando um ser consumista que será um jovem e adultos com sérios problemas financeiros e pessoais. Contribuição a isso é a publicidade (CALDAS, 2011).

O objetivo da educação financeira na infância é construir bases para que na vida adulta esta criança venha a lidar bem com o dinheiro. D'Aquino (2008, p. 14), defende que há quatro principais princípios que devem ser passados às crianças quando o objetivo é ensiná-las a lidar adequadamente com o dinheiro: "como ganhar", "como poupar", "como gastar", e "como doar". Em primeiro lugar, "como ganhar". Ainda Segundo D'Aquino (2008, p. 4), "a função da educação financeira infantil deve ser somente criar as bases para que na vida adulta nossos filhos possam ter uma relação saudável, equilibrada e responsável em relação a dinheiro".

3. METODOLOGIA

A partir do estudo exposto, foram feitas pesquisas exploratórias e teóricas através do google acadêmico que dispõe de artigo, trabalhos de conclusão de curso e teses de mestrado provindos de outras universidades

do país, comparando esses artigos para fundamentar a ideia principal da relação entre educação financeira e qualidade de vida.

O método de pesquisa realizada para atingir o objeto deste estudo foi descritiva, um método onde são recolhidas informações mais específicas e detalhadas, descrevendo uma determinada realidade, que segundo Gil (2008), é desenvolvida com base em material já elaborado, principalmente em livros e artigos. Também é classificada como quantitativa, devido sua forma de abordagem. Gil (2008) afirma que a pesquisa quantitativa utiliza dados padronizados, e isso permite que o pesquisador elabore comparações e generalizações, baseado em estatísticas. Este tipo de pesquisa fornece resultados que são comprovados pelo número de vezes em que o fenômeno ocorre. Portanto este estudo tem por objetivo descrever, analisar e relacionar os fatos e variáveis.

Também foram usados dados estatísticos de pesquisas já feitas que são pertinentes ao estudo em questão, como por exemplo os índices de qualidade de vida, índice de desenvolvimento humano (IDH), pesquisas sobre conhecimento em educação financeira, consumismo, endividamento, qualidade de vida depressão entre outras.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo em questão foi relacionar o bem-estar com a educação financeira, ou seja, como os dois termos se associam, e mostrar a importância de se obter conhecimentos financeiros desde a infância. No decorrer do artigo foi exposto diversos conceitos, definições e dados estatísticos quanto ao assunto, a fim de se obter uma resposta indagada no início: qual é o impacto da educação financeira na qualidade de vida das famílias?

A partir do resultado das pesquisas realizadas, é notório que uma vida financeira estável e organizada reflete no bem-estar pessoal e familiar, uma vez que a ambição por conforto e realizações pessoais são na maioria das vezes o que o indivíduo mais almeja, podendo também ser vista como uma motivação e objetivo principal para se viver.

Vale ressaltar, no entanto, que a definição de bem-estar é relativa, podendo ser interpretada de diversas formas dependendo da percepção individual de cada um, devido a cultura ou região em que se habita, tornando-se assim subjetiva e pessoal, onde cada um tem uma visão distinta. Entretanto, atualmente, o dinheiro se tornou um meio indispensável para se viver, no qual através dele se obtém do básico, como alimentação, saúde e saneamento básico, ao luxo de bens materiais e realizações pessoais, encaixando no bem-estar de cada um, independentemente de seu conceito ou visão.

Generalizando essas visões distintas e levando em consideração a pirâmide de Maslow citada anteriormente, no qual traz a hierarquia das necessidades, pode se dizer que o dinheiro é a principal forma de se atingir qualquer que seja a etapa apontada na figura 1, seja ela necessidades fisiológicas, de segurança, sociais, autoestima ou autorrealizações. Queira ou não, o sistema social e econômico que nos encontramos atualmente nos obriga a ter poder aquisitivo para viver com qualidade.

Deste modo, a educação financeira entra como uma das ferramentas mais essenciais para formar uma boa organização financeira e atingir a qualidade de vida, sendo necessário a inclusão do assunto desde a infância, uma vez que a falta de planejamento financeiro figura como uma das principais barreiras para a obtenção da estabilidade financeira.

Sendo assim, pode-se concluir que educação financeira e bem-estar estão intrinsecamente ligados, sendo o primeiro uma forma de se obter o segundo.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L.; MARQUES, R. **Qualidade de vida: definição, conceitos e interfaces com outras áreas de pesquisa**. São Paulo: Escola de Artes, Ciências e Humanidades – EACH/USP, 2012.

ALVES, F. **Qualidade na educação fundamental pública nas capitais brasileiras: tendências, contextos e desafios**. 2007. 243 p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BRAIDO, Gabriel Machado. **Planejamento financeiro pessoal dos alunos de cursos da área de gestão: estudo em uma instituição de ensino superior do Rio Grande do Sul**. Revista Estudo & Debate. v. 21, n. 1, p. 37-58. Lajeado, 2014.

CALDAS, Savana. **Pais e mães enfrentam o consumismo infantil no Dia das Crianças**. Out. 2011. Disponível em: <https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-a-importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>. Acesso em 25 outubro de 2023.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. 82. ed. São Paulo: Gente, 2004.

CERBASI, Gustavo. **Como organizar sua vida financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CERBASI, Gustavo. **Dinheiro, os segredos de quem tem**. São Paulo: Gente, 2005.

CERBASI, Gustavo. **Investimentos inteligentes**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008.

CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **O planejamento financeiro pessoal e familiar**. In: CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo; ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci (Orgs.). **Finanças pessoais: conhecer para enriquecer!** São Paulo: Atlas, 2010b.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Elsevier Brasil, 2003

D'AQUINO, Cássia de. **Educação financeira infantil**. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2012. Entrevista concedida à Débora Patrícia de Souza.

D'AQUINO, Cássia de. **Educação financeira. Como educar seus filhos** .Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

D'Aquino, Cássia de. **História do dinheiro**. Abril, 2008. Disponível em: http://www.monitorinvestimentos.com.br/aprendizado.php?id_aprendizado=43. Acesso em 20 outubro 2023.

DOLVIN, S. D.; TEMPLETON, W. K. **Financial education and asset allocation**. Financial Services Review, v. 15, n. 3, p. 133, Summer 2006.

DOMINGOS, Reinaldo. **Educação financeira e finanças pessoais: qual a diferença?** Disponível em <<https://www.dsop.com.br/artigos/2014/04/educacaofinanceira-e-financas-pessoais-qual-diferenca/>>. Acesso em 10 outubro de 2023.

FERNANDES, B. V. R.; MONTEIRO, D. L.; DOS SANTOS, W. R. Finanças Pessoais: **Um Estudo dos seus Princípios Básicos com Alunos da Universidade de Brasília**. In: II Congresso Nacional de Administração e Ciências Contábeis-AdCont 2011.

Ferraz, J. C. (2021). **A educação financeira e sua importância na gestão financeira pessoal**. *Revista Ciência Da Sabedoria*, 2(2). Recuperado de <https://revista.faciencia.com.br/index.php/rcs/article/view/53>.

FERREIRA, R. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro: Manual de finanças pessoais**. 1a ed. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

FLECK, M.P.A. **O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas**. Rio Grande do Sul, *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(1):33-38, 2000.

FRANKENBERG, Louis. **Seu futuro financeiro: você é o maior responsável**. 16a Ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1999.

GIARETA, Marisa. **Planejamento Financeiro Pessoal: Uma Proposta de Controle de Fluxo de Caixa Para Orçamento Familiar**. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/77602>

GIL, Antonio Carlos. **Como classificar as pesquisas. Como elaborar projetos de pesquisa**, v. 4, p. 44-45, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GILL T.M. & Feisnten A.R. (1994). **A critical appraisal of the quality of quality-of life measurements**. *JAMA*, 272: 619-626.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

GOMES, D. M.; SORATO, K. A. D. L. **Planejamento e controle das finanças pessoais com enfoque na utilização das ferramentas e serviços contábeis: um estudo com profissionais autônomos**. Seminário de Ciências Sociais Aplicadas, v. 2, n. 2, 2010

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Qualidade de Vida no Trabalho – conceitos e práticas nas empresas da sociedade pós-industrial**. 2ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

LUCCI, C. R.; ZERRENER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. **A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos**. In: Seminários em Administração, 9, São Paulo, 2006. Anais... São Paulo, 2006.

MACEDO JUNIOR, Jurandir Sell. **A árvore do dinheiro: Guia para cultivar a sua independência financeira**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MASLOW, Abraham Harold. **Motivation and Personality**, 1. ed. New York: Harpe, 1954. 369 p.

MENDES, Juliana de Souza. **Educação Financeira para uma melhor Qualidade de Vida**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unisul. Disponível em < <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/TCC-JULIANA-DESOUZA-MENDES.pdf> > Acesso em 20 de outubro de 2023.

NAHAS, Markus Vinicius. **Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo**. 4. ed. Londrina: Midiograf, 2006.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). **OECD's Financial Education Project**. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <https://www.oecd.org/finance/financial-education/33865427.pdf>. Acesso em: 13 de novembro de 2023.

OCDE. directorate for financial and enterprise affairs. **Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness RECOMMENDATION OF THE COUNCIL**. 2005.

OCDE. Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. **The Importance of Financial Education**, 2005.

PERETTI, L. **Aprenda a cuidar do seu dinheiro**. 1. ed. Dois Vizinhos, PR. Impressul, 2007

PERETTI, L. **Educação financeira na escola e na família.** 2 ed. Dois Vizinhos, PR. Impressul, 2007.

PERETTI, L. **Educação financeira: gestão empresarial: Um guia para ajudar resolver seus problemas.** 1 ed. Dois Vizinhos, PR. Impressul, 2007

ROCHA, Ricardo Humberto. **Educação financeira em pauta.** Disponível em: <https://educacaofinanceira.com.br/wp-content/uploads/2021/11/tcc-a-importancia-da-educacao-financeira-infantil.pdf>. Acesso em: 10 outubro 2023.

SANTOS, Adla Carla; SILVA, Maciel. **Importância do planejamento financeiro no processo de controle de endividamento familiar: um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe.** Revista Formadores: Vivências e Estudos. v. 7, n. 1, p. 05-17, jun. Cachoeira, 2014.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; SANTANA, F. de A. **Paradigmas da educação financeira no Brasil.** Revista de Administração pública, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SCHIMITH, C. D. **Modelo de planejamento financeiro integrado ao planejamento estratégico pessoal.** Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2013.

TERCEIRO, Carlos. **Planilhas de controle financeiro: 11 modelos GRÁTIS para download!** Disponível em: <<https://www.mobills.com.br/blog/planilhas/planilha-de-controle-financeiro/>>. Acesso em : 6 de novembro de 2023.

The WHOQOL Group 1995. **The World Health Organization quality of life assessment (WHOQOL): position paper from the World Health Organization.** Social Science and Medicine 10:1403-1409.

The World Health Organization Quality of Live assessment: position paper from the World Health Organization, 1995. Organização Mundial da Saúde. Disponível em < <http://www.who.int/en/>>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

TOLOTTI, Márcia. **As armadilhas do consumo: acabe com o endividamento.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

Vieira, Erasmo Geraldo Fonseca. **Qualidade de vida e endividamento: estilos de vida associados 2012 ao descontrole financeiro e consequências na vida pessoal e profissional.** Dissertação de Mestrado – Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Empresar

A IMPORTÂNCIA DA ARTE NA EXPRESSÃO CRIATIVA

Raysla Nathieli Oliveira de Jesus¹²
Cleonice Faria da Silva Batista¹³
Ana Cristina Martins Silva¹⁴
Nair Faria da Silva¹⁵

RESUMO

Este artigo discute a importância da arte na expressão criativa da criança com o objetivo de analisar a prática pedagógica do professor do 1º ciclo/1º ano do ensino fundamental de uma escola da rede estadual de Barra do Garças/MT. Para o estudo abordou-se a metodologia a partir da pesquisa qualitativa, com observações na escola campo e entrevista com a professora. A fundamentação teórica pautou-se nos estudos de Mazzamatti (2012), PCNS (1997), dentre outros, que relatam a arte do desenho do processo de ensino e de aprendizagem. Os resultados da pesquisa foram importantes para o aprendizado, uma vez que permitiu compreender as diferentes propostas de atividades relacionadas ao desenho em sala de aula, na qual as crianças expressaram sua criatividade. Constatou-se, que algumas das atividades desenvolvidas pela professora estimulam a capacidade criadora da criança.

Palavras chaves: Ensino Fundamental. Criatividade. Arte. Desenho.

ABSTRACT

This article discusses the importance of art in children's creative expression with the aim of analyzing the pedagogical practice of teachers in the 1st cycle/1st year of elementary school at a state school in Barra do Garças/MT. For the study, the methodology was approached based on qualitative research, with observations in the field school and interviews with the teacher. The theoretical foundation was based on studies by Mazzamatti (2012), PCNS (1997), among others, which report the art of designing the teaching and learning process. The research results were important for learning, as it

¹² Licenciatura em Pedagogia, Centro Universitário Cathedral. Especialista em nível de Ensino Superior intitulado Informática na Educação - Faculdade Única de Ipatinga. raysla.jesus@edu.mt.gov.br

¹³ Licenciatura em Pedagogia, FACISA / Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia. Especialista em Psicopedagogia e Educação Especial- Universidade Candido Mendes. cleojb72@gmail.com

¹⁴ Licenciatura em Pedagogia /Centro Universitário Cathedral . especialista em Psicopedagogia e Educação Especial. Universidade Candido Mendes. alanaedouglas@hotmail.com

¹⁵ Licenciatura em Pedagogia, FACISA / Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia. Especialista em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia / Licenciatura em Pedagogia, FACISA / Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia. nairfaria1@gmail.com

allowed us to understand the different proposals for activities related to drawing in the classroom, in which children expressed their creativity. It was found that some of the activities developed by the teacher stimulate the child's creative capacity.

Keywords: Elementary Education. Creativity. Art. Design.

1. INTRODUÇÃO

A contribuição da arte no 1º ciclo/ 1º ano, do ensino fundamental faz parte da linguagem da criança por ter uma importância na ação criativa desde as primeiras comunicações, onde o mundo infantil é representado por garatujas. A cada representação que a criança realiza, passam a ser uma necessidade, e assim elas vão se descobrindo dentro do processo de aprendizagem e desenvolvimento na construção da escrita.

A criatividade é destaque na disciplina de Arte e está diretamente relacionada a produção que o aluno faz em sala de aula. É importante o incentivo à criatividade no contexto escolar, principalmente nas aulas de arte. Pode-se dizer que todas as pessoas são criativas, em sala de aula cabe ao professor planejar propostas que desenvolvam essa criatividade. Nessa perspectiva, ensinar e aprender arte é complexo, assim como toda ação pedagógica.

Entretanto, não se pode pensar no ensino de arte com o mesmo entendimento do ensino tradicional em que os professores priorizavam atividades repetitivas e desvinculadas da realidade de seus alunos, dando privilégio aqueles que desenhavam bem e os outros eram excluídos nas diferentes situações. Isso é preocupante, porque nem todos os trabalhos produzidos pelos alunos são expostos no mural da sala de aula, desvalorizando a produção artística de cada um.

Ao desenvolver o estágio supervisionado na escola campo, nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental e as leituras realizadas sobre o

assunto em algumas obras literárias disponíveis na escola, foi percebido que ainda há professores que não desenvolvem a criatividade artística dos alunos nas aulas de arte, repassando somente desenhos digitalizados e estereotipados.

Diante disso, este trabalho de pesquisa tem como tema “A importância da Arte na expressão criativa”, buscando analisar a prática pedagógica do professor do 1º ciclo/ 1º ano, do ensino fundamental de uma escola da rede pública de Barra do Garças – MT, onde foi levantada a seguinte questão: O ensino da arte contribui para desenvolver a criatividade dos alunos?

O objetivo principal dessa pesquisa foi compreender a prática pedagógica do professor em sala de aula. A hipótese inicial foi que o ensino de arte contribui para desenvolver a criatividade dos alunos do 1º ciclo/1º ano porque proporciona a aprendizagem significativa e desenvolve o senso crítico, a imaginação, a criatividade, a leitura e a escrita da criança. Assim, a arte de desenhar se torna uma atividade prazerosa.

Tendo em vista a explicitação do problema, a pesquisa será qualitativa por ter grande relevância e permitir ao pesquisador a leitura e análise de obras literárias sobre a importância da arte como expressão criativa no contexto escolar, desde os anos iniciais do ensino fundamental.

Já a pesquisa de campo teve as seguintes etapas: entrevista semiestruturada com a professora, a análise e observação da prática pedagógica e das atividades artísticas dos alunos da turma supracitada.

Como autores fundamentais para a realização dessa pesquisa, foram utilizados Brasil- Parâmetros Curriculares Nacionais - Arte (1997), Mazzamati (2013), entre outros.

Esse artigo aborda reflexões sobre história da arte e sua relação com a criatividade da criança, apresentando observação da prática pedagógica e o envolvimento das crianças com a arte de desenhar.

2 ARTE E A CRIATIVIDADE DA CRIANÇA

A história da arte varia de acordo com a época e a cultura, através do artesanato, ciência, religião e da tecnologia. Pode-se dizer que a arte é uma manifestação que está presente desde o início da história da humanidade, com as pinturas desenhadas nas cavernas.

Para os povos primitivos, arte, religião e ciência andavam juntas em forma de figuras, um processo criativo dos povos daquela época para se ter percepção, expressar emoções e ideias, portanto, a arte é a mais antiga manifestações e faz parte do desenvolvimento humano.

Assim, esta manifestação deve ser estimulada na busca de um desenvolvimento mais completo, seja por meio de desenhos, ou outro tipo de estímulo que complemente esse desenvolvimento. O ensino da arte é tarefa importante no processo de aprendizagem e na formação das crianças como instrumento de leitura do mundo e de si mesma.

Para entender melhor como surgiu o desenho será descrito uma breve passagem na história da arte, que varia de acordo com a época e a cultura com o surgimento do homem das cavernas.

Na pré-história no período paleolítico as principais expressões da arte eram muito simples, com desenhos do seu dia a dia, nas paredes das cavernas com argila. Depois, os artistas pré-históricos já com uma nova técnica começaram a desenhar e pintar animais utilizando sangue e gordura animal, carvão, terras vermelhas e pardas, seivas de plantas e até excremento de animais para conseguir obter as cores em suas pinturas.

A principal característica do desenho era o naturalismo com pinturas de animais na qual eles tinham uma determinada visão da natureza. Assim, a arte do homem daquele período era diferente de outros apenas retratando o

que via. Outra técnica que se usada naquela época eram as esculturas que representavam imagens de mulheres sempre gordas, pois estariam ligadas ao rito de fecundação, eram vistas como perpetuadoras da espécie.

Dessa forma, as obras de arte não devem ser encaradas como algo extraordinário dentro da cultura humana, mas sim integradas na cultura de um povo, pois retratam elementos do meio natural e social. Para Azevedo Júnior: **ia Junior**

[...] O mundo da arte é concreto e vivo podendo ser observado, compreendido e apreciado. Através da experiência artística o ser humano desenvolve sua imaginação e criação aprendendo a conviver com seus semelhantes, respeitando as diferenças e sabendo modificar sua realidade. A arte dá e encontra forma e significado como instrumento de vida na busca do entendimento de quem somos, onde estamos e o que fazemos no mundo (JUNIOR, 2007, p. 5).

A arte sempre fez parte do desenvolvimento humano, porém essa manifestação deve ser estimulada na busca de um desenvolvimento mais completo, seja por meio de desenhos, ou outro tipo de estímulo que complemente esse desenvolvimento. Segundo os Parâmetros Curriculares – PCNS.

[...] Desde o início da história da humanidade a arte sempre esteve presente em praticamente todas as formações culturais. O homem que desenhou um bisão numa caverna pré-histórica teve que aprender, de algum modo, seu ofício. E, da mesma maneira, ensinou para alguém o que aprendeu. Assim, o ensino e aprendizagem da arte fazem parte, de acordo com normas e valores estabelecidos em cada ambiente cultural, do conhecimento que envolve a produção artística em todos os tempos (BRASIL, 1997, p. 21).

Atualmente não é diferente, as crianças mesmo antes de irem para escola, já se comunicam através dos rabiscos. Quando vão para a aula ficam entusiasmadas e no início da aprendizagem seus desenhos são bastante comuns, representando o corpo humano e objetos de estimação de todos os tipos, cores e tamanhos, onde fantasia, vivencia e se projetam num só mundo. Essa é a forma que elas têm de expressar sua linguagem.

Desde a primeira LDB -Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/61, já contemplava o ensino de artes nos anos iniciais, mas com uma concepção limitada, era tratada como técnica aplicada de acordo com o sexo e idade. Conforme os seguintes artigos:

Art. 25. O ensino primário tem por fim o desenvolvimento do raciocínio e das atividades de expressão da criança, e a sua integração no meio físico e social.

Art. 26. O ensino primário será ministrado, no mínimo, em quatro séries anuais.

Parágrafo único. Os sistemas de ensino poderão estender a sua duração até seis anos, ampliando, nos dois últimos, os conhecimentos do aluno e iniciando-o em técnicas de artes aplicadas, adequadas ao sexo e à idade (BRASIL, 1961).

Em 1971, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5692/71 a arte é incluída no currículo escolar com o título de Educação Artística, mas é considerada “atividade educativa” e não disciplina, tratando o conhecimento de maneira indefinida.

Com a nova LDB Lei nº 9.394/96, revogam-se as disposições anteriores e a arte é considerada obrigatória na educação básica: “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos” (BRASIL, art. 26, parágrafo 2º).

A arte é uma disciplina, que trata da obra, dos acontecimentos culturais por meio da magia, e das representações humanas dos diferentes momentos históricos.

Sabe-se que o desenho para a criança é fundamental, estimula a sua livre expressão. O que ela faz é pôr representação da realidade do seu mundo e suas convivências. Portanto, o adulto não deve interferir no desenho da criança, pois fará com que o mesmo perca suas características.

O significado da palavra arte é muito amplo, ela se apresenta por meio das artes visuais, música, dança e teatro, expressando emoções e sentimentos culturais.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte (1997, p.07):
“As artes visuais, além das formas tradicionais, como pintura, escultura, desenho, gravuras, arquitetura, artefato, desenho industrial, incluem outras modalidades que resultam dos avanços tecnológicos e transformações estéticas a partir da modernidade fotografia, arte gráfica, cinema, televisão, vídeo, computação, performance”.

O desenho faz parte da imaginação e da criatividade da criança, onde ela trabalha a mente em busca de solução como a representação gráfica. Deste modo, ele representa o grafismo traçado de algo que ainda não existe, ou modificação através da transformação. O

PCN de arte afirma que:

[...] A imaginação criadora permite ao ser humano conceber situações, fatos, ideias e sentimentos que se realizam como imagens internas, a partir da manipulação da linguagem. E essa capacidade de formar imagens que torna possível a evolução do homem e o desenvolvimento da criança; visualizar situações que não existem, mas que podem vir a existir, abre o acesso a possibilidade é o que então além da experiência imediata (BRASIL, 1997, p. 41).

O ato de desenhar de forma espontânea faz com que a criança produza o seu próprio conhecimento, socializando uns com os outros na troca de materiais. Assim, o estímulo a prática do desenho faz aparecer o seu lado artístico.

No desenho o importante é o desenvolvimento e a construção de uma linguagem própria e criativa. A criatividade das crianças em sala de aula é um processo de construção da linguagem, onde desenvolvem sua potencialidade expressiva e cognitiva. Mazzamati escreve que:

[...] Para os alunos, o desenho é uma linguagem a ser desenvolvida. É linguagem porque, por meio dela, acontecem de modo livre e espontâneo importantes relações cognitivas, isto é, a criança desenvolve a capacidade de fazer e análises das formas e dos elementos do mundo, transformando-os graficamente (MAZZAMATI, 2013, p. 58).

O professor é a peça fundamental no processo de construção, proporcionando aos seus alunos a importância de experimentar, construir e fazer a diferença, pois a aula de arte é considerada uma atividade de várias formas de estímulos para a criatividade, sugestões e imaginações. Trabalhar com arte do desenho vai muito além do conhecimento artístico do aluno. Mazzamati aponta que:

[...] Desenhar é pensar por meio de formas e linhas. É observar e fazer relações. É acumular imagens, ocupar com elas um espaço, devolver as imagens para o mundo. Mesmo com a moderna tecnologia dos meios de comunicação, como os computadores ou a televisão, o ato de desenhar continua reproduzindo tal processo: captar a imagem da realidade, colocá-la em um determinado espaço, nesse caso a máquina, e projetá-la de volta para o mundo, redimensionada pelo olhar (MAZZAMATI, 2013, p. 27).

Por meio dos desenhos a criança brinca, inventa conforme a imaginação e ainda existem professores que em suas aulas trabalham com atividades de colorir desenhos prontos. A “[...] despeito dessas afirmações tão comuns, podemos dizer que todos são capazes de criar, basta termos as oportunidades e as ferramentas para isso. O conhecimento em arte pode ser aprendido e lapidado, não se trata de ter ou não dom ou talento; [...]” (MÖDINGER, 2012, p. 20).

A arte tem grande vantagem na educação dos alunos, mais do que a linguagem oral, pois, independentemente do idioma, poderá ser compreendida por todos, por ser uma ação direta. Portanto, o papel do professor é fundamental para que a criança desenvolva seu potencial artístico ao despertar a sua afetividade e sua criatividade. “Ensinar arte em consonância com os modos de aprendizagem do aluno, significa, então, não

isolar a escola da informação sobre a produção histórica e social da arte [...]” (BRASIL, 1997, p. 47).

Para isso, o professor precisa não só incentivar os alunos a ter curiosidade das diferentes culturas, mas também estimulá-los a desenvolverem o que já conhecem ou ouviram falar no seu cotidiano, despertando assim o interesse dos mesmos, bem como seus valores.

Sabe-se, também da importância que é dada ao desenvolvimento da espontaneidade da criança na produção artística, com as poucas oportunidades trabalhadas.

O professor ao desenvolver suas atividades didáticas em sala de aula tem que se considerar como um mediador entre os alunos e o conhecimento. Ser professor é manter-se informado sobre a produção cultural de sua região e do mundo. Pois cabendo a ele alimentar esse percurso de forma intencional, oferecendo propostas e experiências variadas. Em relação a isso, o PCN de Arte aponta que:

[...]o professor é incentivador da produção individual ou grupal; o professor propõe questões relativas à arte, interferindo tanto no processo criador dos alunos (como perguntas, sugestões, respostas de acordo com o conhecimento que tem de cada aluno, etc.) quanto nas atividades de apreciação de obras informações sobre artistas (buscando forma de manter vivo o interesse dos alunos, construindo junto com eles a surpresa, o mistério, o humor, o divertimento, a incerteza, a questão difícil, como ingredientes dessas atividades (BRASIL, 1997, p. 111).

Ao incentivar as ações das crianças, o professor torna-se um sujeito ativo. Sujeito que mantém atitude de avaliação sobre toda a construção e desenvolvimento dos trabalhos construídos. Entretanto, o aluno ao lidar com esta perspectiva de construção desenvolve suas capacidades junto à busca de soluções, age com autonomia, compromisso e é muito questionador, investigativo e criativo.

3. CAMINHOS DA PESQUISA

A pesquisa campo, foi realizada em uma escola da rede pública de Barra do Garças – MT, no período vespertino, com uma turma do 1º ciclo/ 1º ano, do ensino fundamental, que contava com vinte alunos matriculados, entre eles, dois inclusos e todos com idade entre 06 (seis) e 07 (sete) anos de idade.

A escola em questão oferece o ensino fundamental completo, está bem estruturada contendo quadra coberta, refeitório, parquinho recreativo, sala de articulação, biblioteca e uma horta. A sala de aula é bem conservada e ventilada, contendo dois ares-condicionados.

Ao iniciar a pesquisa de campo, foi realizada a observação da prática pedagógica de uma professora efetiva, licenciada em pedagogia, durante as aulas de arte. Neste momento, foi possível perceber que seu trabalho estava focado tanto nas atividades aplicadas no quadro branco quanto as digitalizadas, na qual todos continham desenhos para colorir. Esse processo é reafirmado no PCN de Arte: “Em muitas escolas ainda se utiliza, por exemplo, o desenho mimeografado com formas estereotipadas para as crianças colorirem[...]” (BRASIL, 1997, p.31).

Assim, as atividades já vinham prontas, e conforme iam terminando, como prêmio, as crianças podiam brincar com materiais pedagógicos levados pela professora na sala até o final da aula, a exemplo, jogo da memória, quebra-cabeça e outros materiais impressos. A cada atividade aplicada no quadro pôde-se perceber o envolvimento das crianças com o conteúdo, questionando a professora qual caderno iriam utilizar naquele momento, perguntando se era “o caderno de letras ou de números”.

Foi possível visualizar, também, como era o desenvolvimento dos alunos, bem como seus comportamentos, e percebeu-se que elas participaram de todas as atividades, eram mais desinibidas, tinham mais argumentação, demonstrando estarem atentos aos exercícios. Na referida

turma, tem dois alunos que apresentavam dificuldades em interagir com as outras crianças, e suas atividades ficavam inacabadas, eram mais tímidas e quase não participavam das aulas, quando não conseguiam concluir o proposto, rasgavam o papel impresso ou o amassavam e jogavam no lixo.

O processo de mediação da professora gerava novas expectativas, pois mediar não é fazer a atividade e sim mostrar como se faz. Essa mediação, além de colaborar no desenvolvimento das atividades escritas, contribui também nas aulas de arte. A esse respeito, os Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte destacam:

[...] Assim aprender com sentido e prazer está associado à compreensão mais clara daquilo que é ensinado. Para tanto, os conteúdos da arte não podem ser banalizados, mas devem ser ensinados por meio de citações e /ou propostas que alcancem os modos de aprender do aluno e garantam a participação de cada um dentro da sala de aula [...]. (BRASIL, 1997, p.47).

Durante o período de observação de campo, foram desenvolvidas atividades avaliativas antes do intervalo, ao retornarem para sala os alunos tiveram aula de arte, na qual a professora utilizou tampinhas de garrafas para que as mesmas desenvolvessem sua criatividade. Alguns questionaram o que fazer com o material, levando a professora a dar uma dica: desenhou no quadro branco um boneco em forma de círculos. Assim, todos os alunos desenharam o boneco sugerido, demonstrando não terem o costume de trabalhar com a intervenção do desenho, os que iam terminando a atividade ficavam brincando com as tampinhas, montavam objetos que vinham em suas mentes. Na aula prática, o desenho causou certa estranheza para as crianças, porém foi uma aula interativa. De acordo com Mazzamati:

[...] O uso de estratégias lúdicas para o ensino do desenho nos anos iniciais do ensino fundamental tem como objetivo desestruturar a ideia sedimentada de que o desenho tem finalidade chegar a um resultado estético determinado. A brincadeira traz em sua essência a imprevisibilidade (MAZZAMATI, 2013, p. 75).

Em relação à metodologia utilizada, a criatividade é destaque na disciplina de arte e está diretamente relacionada a produção que o aluno faz em sala de aula. Pode-se dizer que todas as pessoas que são criativas têm potencial de executar qualquer atividade e cabe ao professor planejar propostas que desenvolva a percepção, a imaginação e o autocontrole no momento de se fazer arte.

Outra atividade, desenvolvida foi a partir de um material impresso em que as crianças pintaram um desenho que continha as partes de um animal. Na sequência, recortaram e a partir de um modelo base, montaram as partes do quebra cabeça formando a figura de um gato.

Nessa atividade foi possível perceber o envolvimento das crianças tanto no momento da pintura, do recorte como também na montagem. Algumas dificuldades foram percebidas no que diz respeito a coordenação motora em recortar as peças seguindo a linha, a quantidade das peças (sete) na montagem da figura por cair no chão.

O que chama a atenção é a interação e a cooperação entre as crianças no empréstimo dos materiais e no querer pintar as partes da figura com a mesma cor que o colega estava usando.

Para ampliar a discussão sobre a temática, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a professora da turma pesquisada, questionando-a como vêm trabalhando o desenvolvimento da criatividade como alunos, e quais as atividades que mais expressam seus sentimentos. Sobre isso, a professora se manifestar:

[...] A forma como trabalho a criatividade dos alunos é deixá-lo criar e produzir seu trabalho artístico, a fim de expor suas ideias e expressões. Diante disso, as atividades que expressam o sentimento dos alunos vêm da própria produção e reprodução, como: desenho livre, modelagem com massinha, dobradura (leques, barquinho, avião), confecção de brinquedos e outros. (Informação verbal obtidos em 14/09/2016).

Nessa perspectiva, ensinar e aprender arte não é uma atividade complexa, assim como toda ação pedagógica realizada em sala de aula. Cabe destacar, também, quão importante é estimular os processos expressivos na criança, pois eles contribuem com o desenvolvimento do aprendizado tanto da leitura quanto da escrita. Uma vez que, o desenho é uma atividade prazerosa e, se bem conduzida, pode ser um momento mágico do trabalho pedagógico.

A partir das leituras dos referenciais teóricos e da pesquisa de campo, foi possível perceber que, apesar da professora relatar a importância da arte, na prática pedagógica, ainda trabalha como forma de “passar o tempo”.

Segundo Martins, para o professor fazer a diferença ele necessita, “Mais que quantidade de materiais, é preciso oferecer ricas oportunidades de aprendizagem. Para isso, é preciso selecionar meios acessíveis à realidade, inventar possibilidades para as matérias existentes, inovar, ousar.” (MARTINS, 2009, p. 135).

Compreende-se que a arte contribui para que o aluno cresça no conhecimento cultural, transformando a si próprio desenvolvendo autonomia, competência e entendimento de que é capaz de construir a sua própria arte.

Ao questionar a educadora de que forma desenvolve a relação entre educação e arte, ela argumentou que:

[...] A arte torna-se importante na educação quando o profissional é licenciado e habilitado na disciplina. Quando a arte trabalha historicamente contextualizada na educação, desenvolve o lado criativo trazendo ao aluno em sala de aula um momento de reflexão sobre todas as coisas já criadas sobre acontecimentos históricos da humanidade, despertando um olhar crítico para o mundo contemporâneo. A arte proporciona formas através de expressão em suas atividades em que o profissional habilitado na área tenha a capacidade de diagnosticar, ensinar e avaliar várias formas, onde as inteligências são múltiplas dos alunos. A arte como educação vem para despertar, analisar, criar, e socializar, reelaborar forma de como se sobressair diante de situações (INFORMAÇÃO VERBAL OBTIDOS, 14/09/2016).

Nesse sentido, pode-se dizer que, o trabalho com a arte é de fundamental importância num processo educacional, por ter uma linguagem acessível levando o aluno ao conhecimento e desenvolvimento, tanto individual como no coletivo, num processo integral.

A disciplina de arte é importante no currículo escolar, pois o aluno pode desenvolver habilidades independentemente do idioma oficial de sua cultura. Assim, foi questionado também, de que forma a professora percebe quando e como o ensino de arte contribui na aprendizagem de seus alunos ao dizer:

[...] Contribui no aprendizado trabalhando os três pilares de Ana Mãe Barbosa, porque a arte, não vem somente para desenhar ou pintar, ela tem como objetivo fazer sentido de todas as coisas e de todos os acontecimentos históricos na vida do aluno, só assim, a arte contribuirá para um aprendizado no ensino, levando o aluno a refletir, criar e expressar de forma inteligente onde ele possa expressar suas ideias de tudo e de todos no concreto, ou seja, através das habilidades artísticas. (INFORMAÇÃO VERBAL OBTIDOS,14/09/2016).

Para finalizar a entrevista, foi indagado de que maneira a educadora avalia as atividades de arte em sala de aula: “Analiso a prática dos alunos com atividades de arte em sala de aula e por meio do desempenho e participação das atividades propostas, observando e avaliando seus trabalhos no cotidiano.” (Informação verbal obtido em 14/09/2016).

Ressalta-se que no ensino fundamental é necessário que os profissionais tenham a compreensão da importância de se trabalhar com a arte no processo de ensino aprendizagem. A essa particularidade Azevedo Junior afirma:

[...] O mundo da arte é concreto e vivo podendo ser observado, compreendido e apreciado. Através da experiência artística o ser humano desenvolve sua imaginação e criação aprendendo a conviver com seus semelhantes, respeitando as diferenças e sabendo modificar sua realidade. A arte dá e encontra forma e significado como instrumento de vida na busca do entendimento de quem somos, onde estamos e o que fazemos no mundo (JUNIOR, 2007, p. 5).

Desta maneira, acredita-se que as aulas de arte contribuem na formação da criança, explorando o seu lado artístico. Pois o desenhar, para criança exprime o que ele conhece de representação, seja por meio de um objeto ou representação mental.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo baseou-se numa pesquisa qualitativa, a partir da construção da fundamentação teórica, de entrevista semiestruturada com a professora da turma pesquisada, bem como, da observação da prática vivenciada em sala de aula. Assim, compreendeu-se que a arte é importante para o desenvolvimento das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. Reafirmando essa concepção os autores estudados fazem uma análise crítica sobre a arte no ambiente escolar.

Considerando a arte essencial no desenvolvimento motor, cognitivo, intelectual e cultural permitindo que tais atividades revelam e ampliam a criatividade da criança e o modo de pensar, agir e interagir com os outros, possibilitando que a criança viaje no mundo da imaginação e adquira experiências pessoais, relacionando o que aprendeu com a arte na sua própria realidade.

Assim, foi possível identificar que, a arte tem o mesmo valor das outras disciplinas, sendo cada vez mais valorizada no currículo escolar. Com relação a isso, o professor bem com a proposta pedagógica da escola, precisam ser coerentes e oportunizar os alunos a desenvolver sua capacidade criatividade nos mais diversos momentos. Deste modo, evidencia-se a criação de saberes, expressões, bem como, o desenvolvimento de novas relações e experiências artísticas. Isso porque o professor é um dos responsáveis em aplicar a arte estrategicamente e observar atentamente os desenvolvimentos gráficos

obtidos pelas crianças, incentivando-as para o conhecimento e suas capacidades.

Ao considerar as reflexões realizadas no decorrer desta pesquisa, percebeu-se que o ensino da arte, mesmo utilizando alguns desenhos impressos, contribuiu no processo de expressão e evolução bem como na troca de conhecimento.

A criança por meio das formas e cores viaja no mundo da imaginação. Trabalhar com o desenho desde a educação infantil é importante, pois os movimentos que executam, seja com lápis ou qualquer outro material, são os primeiros exercícios que aprendem antes de irem para escola. O educador além de trabalhar com o desenho, pode também brincar com as cores explorando experiências e buscando diferentes tonalidades, que desenvolvem no aluno curiosidades e novas descobertas.

A pesquisa de campo, a realização da entrevista com a professora confirma a hipótese apresentada de que é possível, pelo ensino de arte, contribuir para desenvolver a criatividade dos alunos, pois a mesma proporciona a aprendizagem significativa e desenvolve a imaginação, a criatividade, a leitura e a escrita da criança.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Federal nº. 4024/61. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9493/96. Brasília: MEC, 1996

BRASIL. Lei Federal nº. 4024/61. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1961. Disponível em: Acesso em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm acesso, 2023.

BRASIL. LEI FEDERAL nº. 4024/61. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1961.

Disponível em: http://www.in.gov.br/mp._leis/leis_texto.asp. Acesso em 23/07/2009.

BRASIL. **Parâmetro Curriculares Nacionais:** arte/Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC / SEF, 1997. vl.6

Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 1961. Disponível em: http://www.in.gov.br/mp._leis/leis_texto.asp. Acesso em 23/11/2016.

JUNIOR, José Garcia de Azevedo. **Apostila de Arte:** Artes Visuais. São Luís: Imagética Comunicação eDesign, 2007.

MARTINS, Mirian Celeste. **Teoria e prática do ensino da arte.** A língua do mundo. São Paulo: FRD,2009.

MAZZAMATI, SucaMattos. **Ensino de desenho nos anos iniciais do ensino fundamental:** reflexões e propostas metodológicas. São Paulo: Brasil, 2013. <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/11624605/paragrafo-1-artigo-26-da-lei-n-4024-de-20-de-dezembro-de-1961> acesso, 2023.

ÉTICA E RESPONSABILIDADE SOCIAL NA CONTABILIDADE: ESTUDO SOBRE OS PRINCÍPIOS ÉTICOS E A RESPONSABILIDADE SOCIAL DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS

Lucas Varela Silva¹⁶
Fabiana Holler Baptista¹⁷

RESUMO

Este projeto explora a responsabilidade do contador na sociedade contemporânea, com ênfase na ética e na responsabilidade social inerentes à profissão contábil. A evolução do papel do contador vai além da mera manipulação de números e desempenha um papel multifacetado e fundamental nas organizações e na sociedade em geral. A ética na contabilidade é abordada em detalhes, ressaltando seu papel na manutenção da credibilidade das informações financeiras e na proteção dos interesses dos clientes. A responsabilidade social dos contadores, mostra como as empresas modernas são avaliadas não apenas por seus resultados financeiros, mas também por seu impacto na sociedade e no meio ambiente. Os contadores desempenham um papel vital na divulgação das atividades de Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e na promoção de práticas éticas e responsáveis nas organizações. A metodologia utilizada neste estudo, incluiu uma pesquisa bibliográfica abrangente em plataformas científicas de busca, como SCIELO e portal do CAPES. Além disso, adotou-se uma abordagem qualitativa para a análise dos dados, visando compreender os princípios éticos e a responsabilidade social na atuação dos profissionais contábeis. Por fim, a importância da ética e da responsabilidade social na profissão contábil, enfatiza seu papel na construção de um mundo empresarial mais responsável e ético. Aprofundar esses princípios não apenas fortalece a integridade da profissão, mas também contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade e das organizações. A responsabilidade do contador vai além dos números; é um compromisso com o bem-estar da sociedade como um todo.

Palavras-chave: Contabilidade. Responsabilidade do Contador. Ética Profissional.

¹⁶ Bacharel em Ciências Contábeis, FAVOO/ Cooperativa Educacional de Vilhena.
lk_varela@hotmail.com

¹⁷ **Orientadora:** Bacharel em Economia, UNEMAT/ Universidade Estadual do Mato Grosso. Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, FAMA / Faculdade da Amazônia. Mestre em Ciências da Educação, UDS / Universidad de Desarrollo Sustentable. fabianahollerbaptista@gmail.com

ABSTRACT

This project explores the accountant's responsibility in contemporary society, with an emphasis on the ethics and social responsibility inherent in the accounting profession. The evolution of the accountant's role goes beyond mere number manipulation and plays a multifaceted and fundamental role in organizations and society as a whole. Ethics in accounting is detailed, highlighting its role in maintaining the credibility of financial information and protecting the interests of clients. The social responsibility of accountants shows how modern companies are evaluated not only for their financial results but also for their impact on society and the environment. Accountants play a vital role in disclosing Corporate Social Responsibility (CSR) activities and promoting ethical and responsible practices within organizations. The methodology used in this study included comprehensive bibliographic research on scientific search platforms such as SCIELO and CAPES portal. Additionally, a qualitative approach was adopted for data analysis to understand the ethical principles and social responsibility in the actions of accounting professionals. Finally, the importance of ethics and social responsibility in the accounting profession emphasizes its role in building a more responsible and ethical business world. Deepening these principles not only strengthens the integrity of the profession but also contributes to the sustainable development of society and organizations. The accountant's responsibility goes beyond numbers; it is a commitment to the well-being of society as a whole.

Keywords: Accounting. Accountant's Responsibility. Professional Ethics.

1. INTRODUÇÃO

A contabilidade é uma disciplina essencial no mundo dos negócios, desempenhando um papel crucial na coleta, análise e comunicação de informações financeiras e econômicas. Além de seu papel tradicional de registro e relatório de dados financeiros, os profissionais contábeis também enfrentam novas demandas e desafios em um cenário empresarial em constante evolução. Esta evolução trouxe à tona questões cruciais relacionadas à ética e responsabilidade social dos contadores, tornando-se um tema de grande relevância nos dias de hoje.

O tema "Promoção da Ética e Responsabilidade Social na Contabilidade: Fortalecendo a Conduta Profissional e a Confiança nas

Informações Financeiras" aborda a importância de princípios éticos e responsabilidade social na prática contábil. Nesse aspecto o artigo busca destacar a necessidade de conscientizar os profissionais contábeis sobre esses princípios, ressaltando a importância de treinamentos e capacitações, como também o estabelecimento de diretrizes claras, com propósito de fortalecer a ética e responsabilidade social na prática.

Além disso, serão consideradas as teorias e práticas relevantes sobre responsabilidade social corporativa, desenvolvimento sustentável e o papel da contabilidade nesse contexto. A fundamentação teórica será estruturada de forma a fornecer uma base sólida para a análise e interpretação dos resultados da pesquisa, bem como para embasar as recomendações e diretrizes propostas na pesquisa.

O objetivo central do estudo é analisar as principais lacunas ou desafios existentes na aplicação dos princípios éticos e de responsabilidade social na contabilidade com propósito de melhorar a qualidade das informações financeiras. Ao alcançar esse objetivo, espera-se promover uma conduta ética e responsável profissão contábil, garantindo a transparência, a integridade e a confiabilidade das informações financeiras, além de promover uma maior conscientização sobre o impacto social e ambiental das atividades contábeis.

Portanto essa investigação é de suma importância devido às implicações significativas que a conduta ética e a responsabilidade social têm no contexto da profissão contábil e na confiabilidade das informações financeiras. Nesse sentido a ética é um pilar fundamental da profissão contábil, pois os profissionais devem atuar com integridade, honestidade e imparcialidade ao fornecerem informações financeiras para tomadas de decisão. Assim a pesquisa permitirá uma melhor compreensão dos princípios éticos que regem a conduta profissional e sua aplicação na prática contábil, respondendo o questionamento: Qual a importância da ética e responsabilidade social na contabilidade?

2. SURGIMENTO DA CONTABILIDADE

A contabilidade teve sua origem na necessidade do ser humano de quantificar seus bens e registrar suas realizações. Segundo Iudícibus e Marion (2018), é razoável afirmar que o início do campo de conhecimento que mais tarde se consolidaria como Contabilidade (ou *Accounting* em inglês, e *Ragioneria* em italiano) remonta a cerca de 4.000 anos a.C.

Com o decorrer do tempo, a contabilidade tem passado por um processo contínuo de evolução, e seus registros tornaram-se mandatórios. Seu propósito fundamental é fornecer informações econômicas e financeiras que capacitam os gestores a planejar e administrar seus empreendimentos de forma eficaz e segura.

Segundo Iudícibus e Marion (2018, p.10):

[...] A Contabilidade não se enquadra no âmbito das ciências exatas. Ela é uma ciência social aplicada, uma vez que são as ações humanas que geram e modificam os fenômenos patrimoniais. No entanto, a contabilidade faz uso de métodos quantitativos, como matemática e estatística, como suas principais ferramentas.

Isso é feito com o propósito de fornecer informações que possam guiar os usuários na tomada de decisões.

Para realizar os registros contábeis, emprega-se o método das partidas dobradas, amplamente adotado e inicialmente apresentado pelo frei franciscano Luca Pacioli. Essa abordagem viabiliza o controle abrangente de todos os elementos do patrimônio, assim como das mudanças no patrimônio líquido que podem resultar em lucro ou prejuízo.

Essencialmente, a contabilidade é uma ferramenta que auxilia as organizações a alcançarem seus objetivos financeiros e comerciais. Através do planejamento contábil, as empresas podem definir metas financeiras realistas e estratégias para atingi-las. O controle contábil permite que as

organizações monitorem seu desempenho em relação a essas metas, identificando áreas que precisam de ajustes e correções (IUDÍCIBUS *et al.*, 2018).

No contexto da tomada de decisão, a contabilidade fornece informações financeiras precisas e oportunas que são cruciais para os gestores e proprietários. Essas informações incluem demonstrações financeiras, balanços patrimoniais, demonstrações de resultados e relatórios de fluxo de caixa, entre outros. Com base nesses dados, os líderes empresariais podem tomar decisões informadas sobre investimentos, expansões, reduções de custos e muitas outras áreas que afetam a saúde financeira da organização (IUDÍCIBUS *et al.*, 2018).

Além disso, a contabilidade desempenha um papel importante na comunicação financeira com partes interessadas externas, como acionistas, investidores, credores e autoridades reguladoras. Essa transparência financeira é fundamental para estabelecer a confiança e o crédito no mercado, o que pode afetar a capacidade da empresa de obter financiamento e crescer (IUDÍCIBUS *et al.*, 2018).

Assim, a contabilidade vai além de simplesmente refletir a situação econômico-financeira das empresas. Ela desempenha um papel estratégico, ajudando as organizações a alcançarem seus objetivos, tanto a curto quanto a longo prazo. Essa disciplina fornece não apenas um instantâneo da saúde financeira, mas também insights valiosos sobre tendências, eficiência operacional, oportunidades de crescimento e riscos financeiros. Portanto, a contabilidade é uma ferramenta que não apenas fornece informações precisas, mas também capacita as empresas a tomar medidas proativas para melhorar seu desempenho e alcançar o sucesso sustentável. É uma linguagem universal dos negócios que permite a comunicação eficaz entre todas as partes interessadas, tanto internas quanto externas, contribuindo assim para a tomada de decisões informadas e o crescimento das organizações.

2.1 Profissional contábil

Segundo Marion (2009) define-se técnico em contabilidade a pessoa que cursou contabilidade em nível técnico (médio), para se tornar bacharel em contabilidade é necessário ter curso de nível superior (3º grau). As duas modalidades profissionais podem ser chamadas de contabilistas e ambos podem legalmente serem responsáveis pela contabilidade das empresas, no entanto algumas atividades somente o bacharel em contabilidade poderá exercer.

Desse modo a Lei nº. 9.295/46, especificamente em seus artigos 25 e 26, apresenta as atribuições profissionais do Contabilista:

Artigo 25 - São considerados trabalhos técnicos de contabilidade:

- a) Organização e execução de serviços de contabilidade em geral;
- b) Escrituração dos livros de contabilidade obrigatórios, bem como de todos os necessários no conjunto da organização contábil e levantamento dos respectivos balanços e demonstrações;
- c) Perícias judiciais ou extrajudiciais, revisão de balanços e de contas em geral, verificação de haveres revisão permanente ou periódica de escritas, regulações judiciais ou extrajudiciais de avarias grossas ou comuns, assistências aos Conselhos Fiscais das sociedades anônimas e quaisquer outras atribuições de natureza técnica conferidas por lei aos profissionais de contabilidade.

Art. 26. Salvo direitos adquiridos ex-vi do disposto no art. 2º do Decreto nº 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, as atribuições definidas na alínea c do artigo anterior são privativas dos contadores diplomados.

A contabilidade exerce um papel de suma importância na sociedade, e os profissionais contábeis têm a capacidade de desempenhar diversas funções em diferentes vertentes da profissão, conforme destacado por Marion (2007). De acordo com essa visão, esses profissionais assumem o papel de agentes de transformação e precisam demonstrar uma ampla gama de habilidades. Eles são como os guardiões das empresas, adquirindo um profundo conhecimento que lhes possibilita contribuir de maneira significativa para a continuidade e o crescimento das organizações.

Os profissionais contábeis têm a oportunidade de trabalhar em diferentes áreas, conforme explicado por Ludícibus e Marion (2008):

- a) Auditoria: Podem ser Auditores Independentes, não vinculados à empresa auditada, ou Auditores Internos, funcionários preocupados com o controle interno;
- b) Analista Financeiro: Analisam a situação econômico-financeira da empresa com base em relatórios fornecidos pela organização;
- c) Perito Contábil: Em perícias judiciais, os contadores verificam registros contábeis e outros aspectos, quando designados para essa função;
- d) Consultor Contábil: Oferecem consultoria financeira e contábil, incluindo consultoria fiscal, processamento de dados e comércio exterior;
- e) Professor de Contabilidade: Podem lecionar em níveis técnicos ou superiores, e com pós-graduação, ministrar cursos de contabilidade, administração e economia;
- f) Pesquisador Contábil: Os que optam pela carreira acadêmica têm a oportunidade de desenvolver pesquisas científicas na área contábil;
- g) Cargos Públicos: Podem participar de concursos públicos em esferas municipal, estadual e federal;
- h) Cargos Administrativos: Além disso, podem ocupar cargos de assessoria, chefia, gerência e diretoria, e também atuar como executivos empresariais.

Portanto, os profissionais contábeis têm diversas opções de atuação e devem adotar uma conduta ética e moral, uma vez que a ética na contabilidade é regulamentada por um código próprio, com normas específicas para garantir a integridade e a confiabilidade dos serviços prestados.

2.2 Ética na contabilidade

As palavras gregas *ethos*, que representa a ética, e a palavra latina *mores*, que denota a moral, ambas compartilham o significado de hábitos e costumes. A moral pode ser considerada sinônima da ética, abrangendo um conjunto de normas estabelecidas em uma sociedade específica, que orientam o comportamento humano e são amplamente aceitas. Tanto a ética quanto a moral estão relacionadas à ideia inerente do comportamento natural dos seres humanos, sendo fundamentadas nos princípios do pensamento normal e saudável (Lisboa, 2006).

O código de ética profissional desempenha um papel fundamental ao definir os direitos e responsabilidades dos profissionais em seus respectivos campos de trabalho. Este código estabelece as normas e diretrizes que devem ser seguidas por essas profissões, desempenhando um papel crucial na manutenção do equilíbrio e na promoção de comportamento ético dentro da classe. Portanto, a imposição de regras torna-se essencial para assegurar um comportamento ético adequado. Os profissionais têm a responsabilidade de aderir e comprometer-se com essas regras de conduta, uma vez que seu cumprimento não afeta apenas a si mesmos, mas também todo um grupo de indivíduos que possam estar representados nessa comunidade profissional.

Conforme Alonso (2006, p. 18), o profissional ético precisa demonstrar seu comprometimento com suas atividades e responsabilidades ao aderir aos padrões estabelecidos para sua respectiva classe. Essa aderência é essencial para que ele possa ser reconhecido como um verdadeiro profissional, conquistando, assim, a confiança daqueles para os quais presta seus serviços e da associação à qual pertence.

Para Alves e Souza Junior (2017), a regulamentação de uma profissão, apesar de suas imperfeições, requer a existência de um código de ética especialmente destinado a harmonizar diferentes culturas envolvidas. Uma vez que esse código opera em um âmbito federal, abrange todas as culturas presentes em um país e, portanto, prioriza a integridade da classe profissional. Mesmo quando os profissionais pertencem a culturas diversas, o código atua como um elemento unificador, buscando conciliar os princípios éticos e morais que orientam a conduta profissional.

Além de desempenhar sua função social, o Código de Ética também orienta a conduta ética dos profissionais contábeis, incentivando-os a adotar determinadas posturas no exercício de sua profissão. Conforme destacado por Sá (2019), a consciência ética impõe um senso de responsabilidade em relação a essas posturas. Isso pode ser referido como um "dever ético" ou

dever moral, que ressalta a importância de cumprir o que é considerado útil e necessário para a convivência harmônica, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, abrangendo a sociedade como um todo. Nesse contexto, o autor enfatiza que o cumprimento dessas normas é uma obrigação fundamental no contexto das regras de convivência.

Assim, a aplicação do Código de Ética não apenas influencia a conduta do profissional contábil, mas também o orienta a agir de forma a preservar os valores éticos e morais que regem sua profissão. Isso significa que, além de ser um conjunto de regras a serem seguidas, o código representa um compromisso moral e social para com a sociedade, os colegas de profissão e os clientes.

É importante ressaltar que a ética na contabilidade não se limita apenas ao cumprimento das normas e regulamentos estabelecidos, mas também envolve a responsabilidade em tomar decisões que considerem o bem-estar geral, a transparência nas informações financeiras e a integridade no exercício da profissão. Portanto, o Código de Ética serve como um guia constante para o profissional contábil, lembrando-o de suas obrigações e incentivando-o a agir com responsabilidade, honestidade e integridade em todos os aspectos de seu trabalho.

Com o propósito de promover a convivência harmoniosa na sociedade, foi elaborado o código de conduta profissional, destinado a regulamentar a atuação de cada profissional em suas respectivas áreas. Esse código, fundamentado nos princípios éticos e morais, estabelece diretrizes que servem como orientação para os profissionais contábeis superarem os desafios cotidianos, ao mesmo tempo em que contribuem para a coesão e o fortalecimento da classe (WACHHOLZA *et al.*, 2014). O principal objetivo do código de ética profissional é assegurar que os profissionais atuem com discernimento e profissionalismo em suas relações com seus pares.

Segundo Borges e Medeiros (2007, p. 64), a ética profissional pode ser descrita como a união de normas técnicas e sociais que são estipuladas pelas associações profissionais pertinentes. A adesão a essas normas é o que identifica um profissional como ético, resultando na realização dos objetivos e na aceitação tanto pela sociedade quanto pela sua própria categoria.

Considerando o que foi apresentado até agora, a reflexão sobre ética desempenha um papel significativo no desenvolvimento humano. Nesse contexto, é crucial destacar que a ética influencia atitudes, comportamentos e princípios, gerando ações, ponderações e debates sobre seu significado, relevância e conexões com a vida humana e o mundo que a cerca.

Dado seu papel fundamental na vida humana, a investigação da ética como comportamento visa estabelecer padrões de convivência que sejam considerados adequados tanto pela sociedade quanto pelos indivíduos que dela fazem parte (LISBOA, 2006). De acordo com Silva (2016, p. 10):

[...] Contudo, o esclarecimento do que seja certo ou errado, bom ou mau, ajuda a servir de guia para aquele que, em algum momento, se acha perdido. Não se pode obrigar a alguém a ser ético, isso dependerá dos valores morais de cada pessoa, mas o que se pode fazer é deixar explícito aquilo que é certo e o que não é, assim caberá a cada um a escolha do caminho a seguir.

Conforme Sá (2019, p. 111), "Dentro de uma mesma categoria profissional, os indivíduos podem desempenhar suas funções como empresários, autônomos, associados, e assim por diante, e também podem se envolver em áreas de conhecimento mais ou menos especializadas". O autor enfatiza que profissionais contábeis, pertencentes à mesma categoria, têm a flexibilidade de atuar em diversas áreas, não ficando restritos a uma única atividade.

É importante destacar que a ética adquire diversos significados conforme o contexto da sociedade, variando ao longo do tempo e no espaço em que orienta o comportamento humano, tanto nas esferas pessoais quanto nas profissionais.

Cada profissão é regulamentada por códigos de ética profissional que estabelecem padrões de comportamento para os indivíduos. Em relação ao comportamento, Lopes de Sá (2019) argumenta que, em qualquer campo de atuação, a conduta de um profissional só é considerada íntegra, respeitável e ética se estiver em conformidade com o código que governa a profissão e se basear nos costumes estabelecidos pela classe profissional. Assim que alguém escolhe uma profissão, assume o compromisso de seguir todos os deveres éticos associados à respectiva classe profissional à qual agora pertence (CORRÊA; FERREIRA; SHINZAKI, 2005).

De acordo com Dutra (2004), as habilidades essenciais de um profissional são cuidadosamente delineadas e organizadas para formar um conjunto ideal de conhecimentos, qualificações técnicas, valores e atitudes éticas, que resultam em um desempenho superior no trabalho. Portanto, é evidente que para desenvolver suas competências, o contador deve adquirir conhecimento e adotar uma postura ética, agindo com integridade e responsabilidade.

A profissão contábil, que já foi conhecida no passado como "guarda-livros", evoluiu ao longo do tempo e ganhou uma influência significativa no processo decisório. Atualmente, é uma das profissões mais demandadas, pois é essencial para todas as entidades e organizações. Isso ressalta a grande responsabilidade dos profissionais contábeis, sendo fundamental que mantenham uma conduta ética para se tornarem profissionais íntegros e inspirarem confiança em seu trabalho.

No Brasil, o Código de Ética do Profissional Contábil foi estabelecido pela Resolução nº 803/96 com o propósito de regular e fiscalizar a profissão. Além disso, em conjunto com os códigos de ética empresarial, busca promover a ética e a correção no trabalho tanto dos profissionais quanto das instituições (Nascimento *et al.*, 2010). Por esse motivo, as discussões em torno

da ética assumem uma importância significativa no cenário atual do mercado empresarial capitalista (Lisboa, 2006).

O Conselho Federal de Contabilidade - CFC estabelece, no Artigo 2º, os seguintes compromissos e obrigações para o profissional contábil:

- I - Exercer a profissão com zelo, diligência e honestidade, observar a legislação vigente e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais;
- II - Guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, inclusive no âmbito do serviço público, ressalvado os casos previstos em lei ou quando por autoridades competentes, entre estas os Conselhos Regionais de Contabilidade;
- III - Zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo;
- IV - Comunicar, desde logo, ao cliente ou empregador, em documento reservado, eventual circunstância adversa que possa influir na decisão daquele que lhe formular consulta ou lhe confiar trabalho, estendendo-se a obrigação a sócio e executores;
- V - Inteirar-se de todas as circunstâncias, antes de emitir opinião sobre qualquer caso;
- VI - Renunciar às funções que exerce, logo que se positive falta de confiança por parte de cliente ou empregador, a quem deverá notificar com trinta dias de antecedência, zelando, contudo, para que os interesses dos mesmos não sejam prejudicados, evitando declarações públicas sobre os motivos da renúncia;
- VII - Se substituído e suas funções, informar ao substituto sobre fatos que devam chegar ao conhecimento desse, a fim de habilitá-lo para o bom desempenho das funções exercidas;
- VIII - Manifestar, a qualquer tempo, a existência de impedimento para o exercício da profissão;
- IX - Ser solidário com os movimentos de defesa da dignidade profissional, seja propugnando por remuneração condigna, seja zelando por condições de trabalho compatíveis com o exercício ético-profissional da contabilidade e seu aprimoramento técnico.

Portanto, Oliveira (2005) define responsabilidade como a obrigação de responder por ações, tornando alguém responsável por seus atos e estabelecendo a responsabilidade de remediar quaisquer violações cometidas. Ele ressalta que a culpa ou o dolo e o dano são elementos essenciais para determinar a responsabilidade do profissional contábil. De acordo com Alves (2017, p. 85):

[...] O profissional de contabilidade obteve grande destaque no mercado ao longo dos tempos, o que fez com que ele passasse a ter

um maior comprometimento no exercício de suas funções, visto que esta profissão passou também a exercer funções de destaque, como supervisor, por exemplo, sendo assim responsável por transmitir informações relevantes.

Quando indivíduos ou organizações procuram um contador, estão em busca, acima de tudo, da confiança, pois esse profissional terá acesso a informações altamente confidenciais dentro da empresa. O segredo dos negócios e das instituições é uma responsabilidade crucial do contador, uma vez que envolve informações de grande importância. Do ponto de vista ético, a manutenção do sigilo é vista como algo confiado a esse profissional, e a preservação desse sigilo é uma obrigação (Sá, 2019).

“Nos casos de documentações, registros contábeis, pesquisas científicas, em suma, de fato que, por natureza, devem ser mantidos em sigilo, a revelação deles pode representar sérios problemas para a empresa ou pessoa cliente do profissional” (SÁ, 2019, p. 186).

É essencial, portanto, compreender os princípios relativos à ética e à responsabilidade do profissional contábil no que diz respeito ao acesso a informações confidenciais em várias áreas da empresa. Essas informações são compartilhadas com o contador, e a manutenção do sigilo reforça a conduta ética do profissional, contribuindo para um relacionamento de confiança contínua e apoiando o processo de tomada de decisões da empresa.

2.3 Da responsabilidade civil

A responsabilidade civil teve origem da necessidade de reconhecer e compensar danos causados por terceiros a outras pessoas. Conforme Diniz (2010), nos primórdios da civilização, o conceito de responsabilidade não se assemelhava ao que conhecemos atualmente. Não havia meios eficazes para atribuir culpa a alguém pelo que havia acontecido. Em vez disso, o que

predominava era a chamada "vingança privada", onde a regra era "olho por olho, dente por dente".

Para Nader (2016), a vingança pessoal e a aplicação da Pena de Talião eram características da fase da justiça privada. No entanto, foi com a Lei das XII Tábuas que surgiu o embrião dos princípios da responsabilidade civil. Posteriormente, a *Lex Aquilia* delineou os primeiros princípios orientadores da responsabilidade extracontratual.

De forma semelhante, Venosa (2007) ressalta a importância da *Lex Aquilia* como um divisor de águas na evolução da responsabilidade civil. No sistema romano de responsabilidade, esse marco possibilitou a aplicação do princípio de punição, independentemente da existência de uma relação contratual preexistente. Assim, originou-se a responsabilidade extracontratual baseada na culpa, permitindo a reparação dos danos causados a terceiros. No entanto, foi o Direito Francês que aprimorou as ideias romanas relacionadas à responsabilidade civil, criando um ambiente onde danos causados por terceiros poderiam ser reconhecidos e tratados de forma mais eficaz.

Segundo Gagliano e Filho (2017), a palavra "responsabilidade" tem suas raízes no verbo "*Respondere*". Ela representa a obrigação imposta a alguém para reparar danos decorrentes de suas próprias ações, imposição legal ou as consequências jurídicas de sua atividade. Portanto, do ponto de vista do Direito, a responsabilidade é uma obrigação que surge a partir de um dever jurídico subsequente, envolvendo uma gama de consequências que podem variar, incluindo a reparação de danos ou a punição do agente responsável.

Gagliano e Filho (2017) fazem uma distinção clara entre a responsabilidade civil e a responsabilidade criminal. Na responsabilidade civil, o foco está na reparação do dano causado pelo agente, que pode ser de natureza patrimonial ou moral. Em contrapartida, na responsabilidade penal,

o agente que comete um ato ilícito está sujeito a sanções de natureza penal, que podem incluir penas privativas de liberdade, medidas restritivas de direitos ou multas.

Vale ressaltar que o Código Civil, em seu artigo 935, estabelece que "a responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando essas questões já estiverem decididas no âmbito do processo criminal". Isso significa que a responsabilidade civil e a criminal podem ser tratadas separadamente, e uma decisão no âmbito criminal não afeta necessariamente o processo de responsabilização civil.

Coelho (2012) esclarece que a responsabilidade civil implica na obrigação do sujeito ativo de exigir a reparação de danos do sujeito passivo, caso tenha sofrido prejuízos decorrentes das ações deste último. Portanto, a responsabilidade civil está intrinsecamente relacionada às obrigações que um indivíduo assume, tendo seus fundamentos fundamentais ancorados na noção de culpa e no risco resultante das decisões tomadas. A culpa pode se manifestar por meio de imprudência, negligência ou imperícia, enquanto o risco advém das ações ou omissões em que se assume uma responsabilidade.

Nesse contexto, as regras contidas nos artigos 186, 187 e 927 do Código Civil estabelecem os requisitos essenciais para a configuração da responsabilidade civil:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes. [...] Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

A responsabilidade civil desempenha um papel essencial na garantia da reparação de direitos prejudicados e na regulamentação das relações entre indivíduos ou entidades comerciais. De acordo com Sarlet (2006, p. 183), "a função original e fundamental da responsabilidade civil é, portanto, reparar danos materiais ou compensar danos extrapatrimoniais".

Conforme destacado por Diniz (2010), para uma análise adequada da responsabilidade civil, é crucial compreender seus elementos fundamentais, que servem como diretrizes básicas para fundamentar a responsabilidade civil sempre que ocorrerem eventos que possam configurá-la. A responsabilidade civil é composta por quatro elementos essenciais: conduta humana, culpa, nexo de causalidade e dano:

Tabela 1. Elementos para caracterização da Responsabilidade civil.

Aspecto	Definição
Conduta Humana	<ul style="list-style-type: none">- Pode ser causada por meio de ação (conduta positiva) ou omissão (conduta negativa).- Pode ser voluntária, resultante de negligência, imprudência ou imperícia.- A voluntariedade é essencial, pois as escolhas do agente, com discernimento adequado, são fundamentais para configurar a conduta humana.
Culpa	<ul style="list-style-type: none">- A culpa é um elemento subjetivo da conduta, compreendendo tanto a culpa em sentido amplo (Lato Sensu) quanto a culpa em sentido estrito (Stricto Sensu).- Dolo representa uma violação intencional com o propósito de prejudicar outra pessoa.- A culpa, em sentido amplo, inclui o dolo (intenção voluntária) e, em sentido estrito, abrange a imprudência, negligência ou imperícia.
Nexo de Causalidade	<ul style="list-style-type: none">- O nexo de causalidade é fundamental para estabelecer a responsabilidade civil.- Ele representa a relação de causa e efeito entre a conduta culposa, o risco criado e o dano sofrido pela vítima.- Deve preceder a produção do resultado, seguindo a teoria da causalidade adequada.
Dano	<ul style="list-style-type: none">- A existência de dano é indispensável para configurar a responsabilidade civil.- O dano pode ser tanto material quanto moral, sendo necessário compreender o ato ilícito para determinar a indenização.

- Geralmente, o ônus da prova do dano recai sobre o autor da ação.

Fonte: autoria própria com base na obra de Diniz (2010).

Esses elementos constituem a base da responsabilidade civil e são essenciais para avaliar e determinar as obrigações e consequências em casos de danos causados por condutas humanas.

2.4 Responsabilidade do contador

Após a modificação do Código Civil por meio da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, novas responsabilidades foram atribuídas ao profissional contábil. Agora, esse profissional assume uma responsabilidade solidária com as sociedades empresárias e empresários. Nesse contexto, a responsabilidade civil abrange os riscos e as sanções que o profissional contábil pode enfrentar ao violar a legislação vigente, incluindo penalizações relacionadas a erros técnicos resultantes de incapacidade, incompetência ou inabilidade. Portanto, antes de aceitar um determinado trabalho, o profissional contábil deve assegurar-se de que possui a capacidade técnica necessária para desempenhá-lo, como destacado por Vargas (2012).

Portanto, o Código de Ética do profissional contábil delinea a conduta esperada do mesmo, estabelecendo diretrizes nos deveres do profissional contábil, como expresso em seu artigo 2º:

[...] Exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissionais.

Considerando o que foi anteriormente discutido sobre a responsabilidade do profissional contábil em relação a terceiros, o Código

Civil estabelece as obrigações que recaem sobre os profissionais contábeis durante o exercício de sua profissão, destacando o profissional contábil como o representante encarregado da contabilidade das sociedades empresárias ou dos empresários:

Art. 1.177. Os assentos lançados nos livros ou fichas do preponente, por qualquer dos prepostos encarregados de sua escrituração, produzem, salvo se houver procedido de má-fé, os mesmos efeitos como se o fossem por aquele.

Parágrafo único. No exercício de suas funções, os prepostos são pessoalmente responsáveis, perante os preponentes, pelos atos culposos; e, perante terceiros, solidariamente com o preponente, pelos atos dolosos.

Art. 1.178. Os preponentes são responsáveis pelos atos de quaisquer prepostos, praticados nos seus estabelecimentos e relativos à atividade da empresa, ainda que não autorizados por escrito.

Parágrafo único. Quando tais atos forem praticados fora do estabelecimento, somente obrigarão o preponente nos limites dos poderes conferidos por escrito, cujo instrumento pode ser suprido pela certidão ou cópia autêntica do seu teor.

Dorneles e Barichello (2004) esclarecem que, de acordo com o Código Civil, o profissional contábil é considerado um preposto de seus clientes. Nessa posição, ele é responsável perante os preponentes (seus clientes) pelos atos culposos que cometer no exercício de sua profissão. Além disso, ele responderá perante terceiros solidariamente com o preponente pelos atos dolosos que praticar.

É importante ressaltar que o preposto pode ser um auxiliar direto, empregado, subordinado ou qualquer pessoa que receba ordens de outra parte, enquanto o preponente pode ser o indivíduo denominado como patrão, empregador ou titular do negócio.

O Código Civil também regulamenta a responsabilidade com base na natureza dos atos praticados:

Atos culposos ocorrem devido a imprudência, negligência ou imperícia, quando o profissional comete erros por descuido ou má aplicação da lei, prejudicando terceiros. Nesse caso, o profissional contábil responde perante o titular da organização, sócios, diretores

e administradores, e esses, por sua vez, respondem perante terceiros pelos danos causados.

Atos dolosos ocorrem quando o agente age com intenção de produzir um resultado específico ou assume o risco. Se o profissional contábil age de forma dolosa, ele responderá solidariamente com o preponente (sócios, diretores, administradores). Em caso de processo judicial, eles serão igualmente responsáveis, e o patrimônio do profissional contábil pode ser utilizado para quitar dívidas decorrentes dos atos praticados.

Essa distinção entre atos culposos e dolosos reflete as diferentes formas de responsabilidade perante terceiros e as implicações legais associadas a cada uma delas.

De acordo com Cortez e Lonardoni (2006), o profissional contábil desempenha a função de organizar e executar serviços de contabilidade em geral, incluindo a realização de perícias e outras atividades, aplicando sua expertise técnica para atender às necessidades de seus clientes. Portanto, caso o profissional contábil cause prejuízo ao cliente ou a terceiros por culpa ou dolo, ele estará sujeito às regras da responsabilidade civil e, conseqüentemente, deverá reparar os danos resultantes de sua conduta inadequada.

Do ponto de vista legal, o Código Civil aborda a atuação do profissional contábil, estabelecendo diretrizes para sua conduta e atuação, de modo a garantir a integridade e a responsabilidade em suas atividades profissionais.

A responsabilidade do profissional contábil é de extrema importância, uma vez que ele lida com informações financeiras e contábeis que impactam diretamente as decisões empresariais e a conformidade com as leis fiscais e regulamentações. Caso haja erros ou condutas inadequadas por parte do contador, isso pode resultar em prejuízos financeiros significativos para seus clientes ou terceiros. Portanto, é essencial que os contadores atuem com diligência, ética e competência em todas as suas atividades profissionais.

2.5 Responsabilidade social

Mesmo em uma era moderna, a sociedade ainda enfrenta questões relacionadas à pobreza e a uma série de necessidades sociais fundamentais persistem. Embora a responsabilidade da empresa não seja diretamente resolver os problemas sociais que a cercam, é viável alinhar estratégias que promovam benefícios sociais e, ao mesmo tempo, sejam lucrativas para a empresa (Fedato, 2006).

No Brasil, as questões sociais e iniciativas sociais ganharam maior destaque e começaram a ser formalmente organizadas a partir do final da década de 1980. Durante os anos 80 e 90, surgiram importantes fundações, institutos e organizações da sociedade civil com vínculos empresariais, que tinham como foco principal a ética empresarial, em particular, o comportamento ético e responsável das empresas. Durante os anos 90, os resultados das ações sociais começaram a ser refletidos nos relatórios ou balanços sociais anuais das empresas. Os esforços para implementar essas ações sociais precisavam ser documentados e comunicados, inicialmente, por meio de controles internos e, posteriormente, de forma mais ampla, por meio dos canais de comunicação e da própria publicidade corporativa (TORRES, 2003).

A responsabilidade social engloba um amplo espectro de organizações, abrangendo empresas de todos os tamanhos, incluindo pequenas, médias e grandes corporações, bem como entidades governamentais, instituições sem fins lucrativos, universidades, hospitais, associações de classe, organizações religiosas e outras. No entanto, o termo "responsabilidade social da administração" frequentemente se torna sinônimo de "responsabilidade social das empresas", em parte devido ao fato de que a administração exerce um controle significativo sobre o comportamento dessas empresas (Oliveira, 1984).

Segundo Almeida (2008, p. 49), a responsabilidade social é:

[...] comprometimento permanente dos empresários com a adoção de um comportamento ético e um desenvolvimento econômico que contemple a melhoria da qualidade de vida de empregados e suas famílias, das comunidades nas quais as empresas operam e da sociedade como um todo. Os valores embutidos na noção de Responsabilidade Social Corporativa (RSC) são o respeito aos direitos do bem-estar da comunidade e do progresso social.

As empresas devem não apenas buscar crescimento, mas também se esforçar para melhorar a qualidade de vida de seus colaboradores e da comunidade ao seu redor, desempenhando seu papel de forma responsável na sociedade. No contexto da responsabilidade social empresarial, é crucial adotar ações que promovam o incentivo à educação, a prevenção e punição do assédio sexual para erradicá-lo, a eliminação de discriminação com base em sexo, idade ou raça, bem como preocupações relacionadas ao gerenciamento de resíduos e a possibilidade de substituir materiais de produção por materiais reciclados, entre outras medidas igualmente relevantes. Em resumo, é essencial que as empresas analisem continuamente a implementação de ações que contribuam para a melhoria da vida em sociedade e da própria sociedade como um todo. Nesse sentido, os profissionais contábeis devem buscar especialização para desempenhar um papel de apoio em todas as etapas desse tema, caso seja necessário para a empresa.

O papel do contador na sociedade atual é muito mais abrangente do que no passado, pois ele desempenha um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico. À medida que sua expertise profissional evolui, seu campo de atuação se expande cada vez mais. O contador contemporâneo não é mais apenas um manipulador de números; ele é visto como um profissional que agrega valor, possui um espírito investigativo, uma consciência crítica e uma sensibilidade ética apurada.

Esse novo papel do contador está intrinsecamente ligado ao cenário de negócios atual, que é globalizado e altamente competitivo. Nesse contexto, a demanda por conhecimento e competência por parte dos profissionais é

constante e crescente. A sociedade e o mercado reconhecem a importância crucial do contador como um consultor confiável, cuja principal missão é coletar e analisar dados de diversas naturezas e fornecer informações econômicas e financeiras vitais para a sobrevivência e o sucesso das organizações (TRINDADE; BRONDANI, 2005).

Além de suas responsabilidades tradicionais, os contadores contemporâneos estão cada vez mais envolvidos na elaboração de relatórios de sustentabilidade. Eles ajudam as organizações a medir e comunicar seus impactos ambientais e sociais. Isso inclui o acompanhamento e a divulgação de fatores como emissões de carbono, uso de recursos e iniciativas sociais. Esse compromisso com a sustentabilidade está alinhado com a crescente ênfase global na responsabilidade ambiental e social.

Além disso, os contadores desempenham um papel central na gestão de riscos. Eles avaliam os riscos e oportunidades financeiras para as organizações, ajudando-as a tomar decisões informadas que não apenas protegem seus interesses financeiros, mas também consideram o impacto mais amplo na sociedade. Essa abordagem reflete uma mudança em direção a uma visão mais holística da responsabilidade corporativa.

Em resumo, o contador contemporâneo desempenha um papel multifacetado e estratégico na sociedade e no mundo dos negócios, indo além das tarefas tradicionais de contabilidade. Ele é um agente de transformação, um conselheiro valioso e um ativo indispensável para as organizações que buscam prosperar em um ambiente cada vez mais complexo e dinâmico (TRINDADE; BRONDANI, 2005).

A responsabilidade social tornou-se um tema cada vez mais difundido no cenário empresarial global. Os gestores não apenas gerenciam seus negócios, mas também se preocupam com o bem-estar da sociedade em geral. Isso inclui a promoção da inclusão social e o reconhecimento dos problemas socioculturais e econômicos que afetam a comunidade em que

operam. Essa mudança de perspectiva é uma resposta à sociedade globalizada, que demanda benefícios, atenção às suas necessidades e, sobretudo, transparência por parte das organizações (MERLO; PERTUZATTI, 2005).

A contabilidade desempenha um papel fundamental nesse contexto, pois é responsável por coletar e analisar dados das organizações, fornecendo informações cruciais para a tomada de decisões tanto no gerenciamento dos negócios quanto nas ações relacionadas à responsabilidade social. Essa responsabilidade é significativa e deve ser realizada com integridade pelos profissionais contábeis, que devem orientar-se pelos valores morais da sociedade em que atuam.

O Código de Ética Profissional do Contabilista, aprovado em 1970, desempenha um papel fundamental na regulamentação da profissão contábil. Seu principal objetivo é estabelecer diretrizes claras para a conduta dos contadores em seu exercício profissional. Cumprir esse código é uma questão de responsabilidade social, pois ele define a maneira pela qual os contadores devem se comportar no desempenho de suas funções. Isso vai além do simples cumprimento da lei; trata-se de agir de acordo com os mais altos padrões éticos e morais (MERLO; PERTUZATTI, 2005).

Um aspecto relevante da responsabilidade social do contador é atuar na sociedade dentro dos limites da legislação vigente e contribuir para a continuidade e o sucesso das organizações. Isso envolve não apenas a busca por resultados financeiros, mas também o reconhecimento da importância de proteger, preservar e controlar o patrimônio humano e ambiental. Os contadores desempenham um papel essencial ao criar mecanismos contábeis eficazes que orientam as empresas na tomada de decisões que atendam às necessidades tanto da empresa quanto da sociedade em geral (MERLO; PERTUZATTI, 2005).

Além disso, a responsabilidade fiscal é um princípio ético crucial na profissão contábil. A conscientização tributária desempenha um papel essencial para orientar os contribuintes e empresas a cumprir suas obrigações fiscais de forma adequada. O profissional contábil não apenas desempenha um papel fundamental no cumprimento das obrigações fiscais, mas também atua como exemplo de profissionalismo e conduta ética e moral. Valorizar a responsabilidade social é um compromisso sério de honrar a relação contratual entre o profissional, o cliente e a sociedade como um todo.

Historicamente, o desenvolvimento social e econômico está intrinsecamente ligado à organização entre os povos. O Estado desempenha um papel fundamental na direção desse processo, financiando-se por meio da cobrança de tributos das organizações e dos cidadãos para garantir as condições básicas de sobrevivência da sociedade civil. O profissional contábil desempenha um papel crucial como ponto de controle, precisão e confiança nesse sistema (TRINDADE; BRONDANI, 2005).

Em tempos modernos, o contador atua como uma conexão vital entre a sociedade, as empresas e o Estado. Sua função como intermediário entre o fisco e o contribuinte é de grande responsabilidade, e cabe a ele despertar a conscientização tributária. Os conceitos de tributo, responsabilidade social e conscientização tributária estão intrinsecamente ligados à profissão contábil. É fundamental que o profissional conheça o sistema tributário e cumpra seu dever de educar e corrigir os usuários da contabilidade para garantir uma relação ética e responsável entre todas as partes envolvidas.

2.5 Os desafios do profissional contábil

Como mencionado anteriormente, ao longo dos anos, a função do profissional contábil nas organizações passou por uma notável evolução. De acordo com as observações de Fari e Nogueira (2007), o perfil do contador

contemporâneo foi gradualmente moldado à medida que a tecnologia se desenvolveu. Esse processo foi influenciado por uma combinação de fatores facilitados por diferentes momentos históricos, destacando-se, sobretudo, o século XX, marcado pelo desafio representado pela Revolução Industrial e continuando até os primeiros anos do século XXI.

Uma das mudanças significativas inclui o advento da informática, que, de acordo com Vasconcellos (1997), disponibiliza um conjunto de tecnologias capazes de atender a diversos usuários, incluindo a área contábil. Essa tecnologia, com sua capacidade de processar dados em grande detalhe, tem sido uma ferramenta valiosa para os contadores, automatizando tarefas que anteriormente eram executadas manualmente.

No entanto, essa tecnologia de ponta também traz desafios adicionais. Ela lida com informações detalhadas e, embora simplifique o trabalho contábil em relação à geração de informações financeiras, exige um conhecimento mais profundo da organização e de suas atividades. Isso se deve ao fato de que as informações contábeis agora estão intrinsecamente ligadas às informações fiscais, requerendo uma compreensão completa da entidade e suas operações para evitar omissões e erros nos relatórios apresentados ao governo (MARAGON; TUCUNDUVA; SOUZA; FRANCHIN, 2017).

Nesse sentido, é responsabilidade dos profissionais da contabilidade buscar uma posição de destaque, especialmente diante das complexidades do cenário globalizado em que atuam, como destacado por Cordeiro e Duarte (2006). Como enfatiza Silva (2007, p. 3), os profissionais contábeis devem ser reconhecidos como comunicadores de informações cruciais para a tomada de decisões, pois sua capacidade de avaliar eventos passados, compreender os cenários atuais e prever eventos futuros desempenha um papel fundamental no sucesso das empresas.

Na atualidade, não basta apenas realizar registros contábeis de acordo com as exigências fiscais; é essencial estar qualificado para atender às diversas demandas dos diversos usuários da contabilidade (FARI; NOGUEIRA, 2007).

A função primordial do contador é fornecer e gerenciar informações relevantes para seus usuários, auxiliando-os na tomada de decisões. Dessa forma, o profissional desempenha o papel de um comunicador crítico e abrangente no contexto em que atua (LEAL; SOUZA, 2008).

Nesse contexto, o contador detém todas as habilidades técnicas necessárias para realizar seu trabalho de forma eficaz. Sá (2007) enfatiza que a busca pelo conhecimento é essencial para o exercício da profissão contábil, e o profissional deve estar constantemente atualizado e buscando aprimorar suas habilidades de acordo com as demandas do mercado de trabalho.

Farias e Lima (2009) afirmam que a realização profissional está relacionada à associação dos objetivos pessoais com a escolha da profissão e ao desejo de se destacar na atividade escolhida. Além da capacidade técnica, a valorização do contador depende de seu comportamento ético.

A expansão do conhecimento desempenha um papel fundamental na ascensão profissional. Sá (2007) destaca a importância de ampliar o conhecimento em áreas científicas, tecnológicas e éticas. Além disso, para alcançar o sucesso na profissão, o contador deve construir uma imagem positiva que o torne único, oferecendo produtos e serviços distintos, compreendendo as necessidades dos clientes e mantendo-se informado sobre as tendências e perspectivas do mercado em que atua.

Conforme Pereira (2005), o que não se pode aceitar é fazer uma escolha e não ter noção se esta está gerando lucro ou prejuízo. O principal objetivo do contador é fornecer informações relevantes aos usuários da contabilidade para auxiliá-los na tomada de decisões. Caso as decisões tomadas não

estejam embasadas em informações precisas, pode resultar em prejuízos em vez de lucros. As empresas constantemente buscam vantagens competitivas para expandir a oferta de seus produtos ou serviços. Portanto, elas dependem das informações contábeis de forma consistente para orientar suas decisões.

Nesse contexto de intermediação, Chiavenato (1999) conclui que o objetivo fundamental de qualquer empresa é fornecer um produto ou serviço que atenda às necessidades dos clientes. Para que as ações adotadas gerem lucro, é fundamental aplicar os princípios e conceitos de mensuração contábil, uma tarefa desempenhada pelo gestor contábil. Isso ressalta a importância da profissão contábil no mundo dos negócios, como observado por Pereira (2005).

Os profissionais de contabilidade enfrentam inúmeros dilemas éticos em sua prática profissional, relacionados a conceitos como dever, direito, justiça, responsabilidade, consciência e vocação. Portanto, é fundamental enfatizar a perspectiva de Schawez (2001) sobre o desempenho e os desafios dos profissionais contábeis. De acordo com essa perspectiva, o contador tradicional está evoluindo e, no novo cenário, as empresas exigem que os profissionais tenham

Destarte, o profissional contábil do século XXI é um comunicador crítico e abrangente, capaz de fornecer informações precisas e relevantes para a tomada de decisões. Ele deve buscar constantemente o aprimoramento de suas habilidades técnicas e éticas, além de se manter atualizado em um ambiente de constante evolução tecnológica. Ao enfrentar esses desafios e superá-los, o contador moderno desempenha um papel fundamental no sucesso das organizações e na geração de valor para seus clientes e empregadores.

3. METODOLOGIA

Este projeto se dedica inteiramente a uma revisão bibliográfica abrangente de estudos conduzidos com o propósito de analisar os princípios éticos e a responsabilidade social inerentes à profissão contábil. Com o objetivo de fornecer uma base teórica sólida, será realizado um levantamento de artigos e pesquisas que ofereçam uma abordagem esclarecedora e fundamentada na temática da responsabilidade dos profissionais de contabilidade. Durante esta revisão, serão minuciosamente examinadas as complexidades enfrentadas e as estratégias adotadas para a aplicação dos princípios éticos na atuação desses profissionais.

Para Lakatos e Marconi (2003, p. 183), “a pesquisa bibliográfica, ou fontes secundárias, abrange toda biografia já tornada pública em relação ao tema estudado como: boletim, jornais, revistas, monografia etc. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com o que foi escrito [...]”.

Além da pesquisa bibliográfica, este estudo adotou uma abordagem de natureza qualitativa. Conforme delineado por Creswell et al. (2010, p. 206), “a pesquisa qualitativa abraça várias perspectivas filosóficas, estratégias investigativas e métodos para coletar, analisar e interpretar dados.” Dentro dessa abordagem, a pesquisa qualitativa não se concentra em dados quantitativos, mas sim nas questões essenciais dentro do domínio científico. Nessa perspectiva, a ênfase recai não na quantificação, mas sim na compreensão do objeto de estudo, embasada em observações e experiências do pesquisador.

Foram efetuadas pesquisas bibliográficas em plataformas científicas de busca, incluindo *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e portal do CAPES. Os termos de busca utilizados foram: Contador, Ética, responsabilidade do contador, responsabilidade social, responsabilidade civil. Assim, foram abordados autores de referência e também questões

legais contemporâneas. Para orientar este estudo, foram escolhidos artigos científicos e publicações relevantes na área da contabilidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel do contador na sociedade contemporânea é, sem dúvida, multifacetado e de extrema importância. Ao longo dos textos analisados, fica evidente que essa profissão não se limita à mera manipulação de números, mas se estende para áreas fundamentais, incluindo responsabilidade civil, ética, e, especialmente, responsabilidade social.

A responsabilidade civil do contador é um tópico crítico, já que o profissional contábil desempenha um papel central na gestão das informações financeiras e contábeis das empresas. Qualquer erro ou conduta inadequada pode resultar em sérios prejuízos financeiros para clientes e terceiros. Portanto, é fundamental que os contadores atuem com diligência, ética e competência, considerando tanto os atos culposos quanto os dolosos, e estejam cientes das implicações legais associadas a cada um deles.

A ética e a responsabilidade social desempenham papéis cruciais na contabilidade, e sua importância é inegável. Esses princípios não são apenas diretrizes abstratas; eles têm um impacto prático e tangível em como os profissionais contábeis conduzem seus trabalhos e nas organizações que servem. Ética na contabilidade é essencial para manter a credibilidade e a confiança nas informações financeiras. Investidores, acionistas e partes interessadas dependem dessas informações para tomar decisões de investimento e gerenciamento. Quando os contadores aderem a padrões éticos rigorosos, asseguram que os relatórios contábeis sejam precisos, imparciais e confiáveis.

Além disso, a ética desempenha um papel fundamental na proteção dos interesses dos clientes. Os contadores têm a responsabilidade ética de agir

no melhor interesse de seus clientes, garantindo que estejam em conformidade com as leis e regulamentos fiscais. Isso não apenas evita problemas legais e financeiros, mas também constrói relacionamentos de confiança de longo prazo.

A responsabilidade social também é um aspecto vital. As empresas modernas são cada vez mais avaliadas não apenas por seus resultados financeiros, mas também por seu impacto na sociedade e no meio ambiente. Os contadores desempenham um papel importante na divulgação das atividades de Responsabilidade Social das Empresas de forma precisa e transparente. Isso contribui para o bem-estar da sociedade e fortalece a reputação das organizações.

Outro ponto crucial é a prevenção de fraudes e irregularidades financeiras. A ética na contabilidade é um escudo contra práticas antiéticas que podem prejudicar gravemente as empresas. Contadores éticos são vigilantes na detecção e denúncia de atividades suspeitas, protegendo assim os ativos e a integridade das empresas.

A integridade e a imagem da profissão contábil estão intimamente ligadas à ética. Comportamentos antiéticos podem manchar a reputação dos contadores e abalar a credibilidade da profissão como um todo. Portanto, agir com integridade é essencial para preservar a confiança que a sociedade deposita nos contadores.

A ética e a responsabilidade social também estão ligadas à conformidade regulatória. Órgãos reguladores estabelecem diretrizes éticas e legais que os contadores devem seguir. O cumprimento dessas regulamentações é crucial para garantir a conformidade e evitar penalidades. Além disso, esses princípios contribuem para a sustentabilidade e eficiência das organizações. Práticas éticas e responsáveis podem melhorar o desempenho a longo prazo e evitar problemas legais e reputacionais que podem ser prejudiciais aos negócios.

Em última análise, a profissão contábil evoluiu significativamente e abraçou uma responsabilidade social mais ampla. Os contadores contemporâneos não são apenas profissionais de números, mas também defensores da ética nos negócios, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável. Eles têm um impacto positivo que se estende muito além dos registros financeiros, contribuindo para a construção de um mundo empresarial mais responsável e ético, que busca o bem-estar das comunidades e da sociedade como um todo. Neste contexto, a responsabilidade social e ética são agora pilares inseparáveis da profissão contábil, reforçando seu papel fundamental na construção de um futuro mais justo e equitativo.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando. **Responsabilidade Social e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

ALONSO, Augusto Hortal. **Ética das Profissões**. 1 ed. São Paulo: LOYOLA 2006.

ALVES, Aline; SOUZA JÚNIOR, Walter Alves. **Normas e ética contábeis**. Porto. Alegre: SAGAH, 2017.

BORGES, Erivan; MEDEIROS, Carlos. **Comprometimento e ética profissional: um estudo de suas relações juntos aos contabilistas**. Revista Contabilidade e Finanças USP, São Paulo, n. 44, p. 60-71, mai. /ago. 2007.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946**. Cria o Conselho Federal de

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002.

BRASIL. **Resolução CFC Nº 803, de outubro de 1996**. Aprova o Código de Ética Profissional do Contabilista – CEPC. Disponível em: http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=1996/000803. Acesso em: 14 ago. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, v. 8, 1999.

COELHO, Fabio Ulhoa. **Curso de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De19295.htm. Acesso em: 15 ago. 2023.

CORDEIRO, J. S.; DUARTE, A. M. P. **O Profissional Contábil Diante Da Nova Realidade**. Qualitas - Revista Eletrônica - ISSN 1677- 4280 – Vol. 1 - 2006/nº 1.

CORRÊA, D. V.; FERREIRA, C. R.; SHINZAKI, K. **Uma breve reflexão sobre a importância da ética na profissão contábil**. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 2, n. 3, p.57-72, 2005.

CORTEZ, Maria Cristina de Oliveira; LONARDONI, Mário. **A responsabilidade civil do contabilista: Aspectos legais dos atos e omissões praticados no exercício da profissão**. Enfoque: Reflexão Contábil. v. 25, n. 1. 2006.

CRESWELL, J. W., SHOPE, R., PLANO CLARK, V. L., & GREEN, D. O. **How interpretive qualitative research extends mixed methods research. Research in the Schools**, 13(1), 1-11. 2010.

DINIZ, Maria Helena. **Curso Direito Civil brasileiro**. Editora Saraiva, 2010.

DORNELES, Joaquim Luiz Rodrigues; BARICHELLO, Stefania Eugenia. **A reponsabilidade civil do contabilista após o novo código civil brasileiro**. Revista Eletrônica de Contabilidade. v. 1, n. 1. 2004.

DUTRA, J. S. **Competências: Conceitos e Instrumentos para a Gestão de Pessoas na Empresa Moderna**. São Paulo: Atlas, 2004.

FARI, M. A.; NOGUEIRA, V. **Perfil do profissional contábil: relações entre formação e atuação no mercado de trabalho**. Perspec. Contemp.: Campo Mourão, v.2, n. 1, jan./jun.2007. ISSN: 1980-0193.

FARIAS, F. N.; LIMA, M. O. **A atividade contábil e a questão da ética profissional**. Jus Vigilantibus. 2009.

FEDATO, Maria Cristina Lopes. **Responsabilidade Social Corporativa: benefício social ou vantagem competitiva**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FILHO, Rodolfo Pamplona; GAGLIANO, Pablo Stolze. **Manual de Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

IUDICIBUS, Sergio de; MARION, Jose Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen Charles; RAMOS, Alkíndar de Toledo; CASTILHO, Edison; BENATTI, Luiz; FILHO, Eduardo Weber; JUNIOR, Ramon Domingues. **Contabilidade Introdutória**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 5-6.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, J. Carlos; FARIA, A. C. **Introdução à teoria da contabilidade: para graduação**. 6. ed. – [2. Reimpr.]. – São Paulo: Atlas, 2018.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. v. 5, 2003.

LEAL, E. A.; SOUSA, E. G. **Perspectivas dos formandos do curso de ciências contábeis e as exigências do mercado de trabalho**. In: Revista Contemporânea de Contabilidade, v.1, nº10, p. 147-159, jul/dez. 2008.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. São Paulo, SP: 2ª ed. Editora Atlas, 2006.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. **Curso de Direito Civil**. vol. V, 4ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1996.

MARAGON, F. A.; TUCUNDUVA, N. S.; SOUZA, T. C. D.; FRANCHIN, V. C. **Os desafios do contador frente à tecnologia na contabilidade**. Rev. Conexão Eletrônica – Três Lagoas, MS - Volume 14 – Número 1 – Ano 2017.

MARION, Jose Carlos. **Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MERLO, Roberto; PERTUZATTI, Elizandra. **Cidadania e responsabilidade social do contador como agente da conscientização tributária das empresas e da sociedade**. Chapecó, SC, 2005.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Forence, 2016.

NASCIMENTO, C., BEZERRA, T. L., ESPEJO, M. M. D. S. B., PACHECO, V., & ANTONOVZ, T. **O tema “ética” na percepção dos alunos de graduação de ciências contábeis em universidades da região sul do Brasil**. Revista Contemporânea de Contabilidade, 7(14),75- 96. 2010.

OLIVEIRA, Celso Marcelo de. **Responsabilidade Civil e Penal do Profissional de Contabilidade**. São Paulo: IOB-Thomson, 2005.

OLIVEIRA, José Artmatés de. **Responsabilidade social em pequenas e médias empresas**. 1984.

PEREIRA, E. **Fundamentos da contabilidade**. Ed. Pearson Prentice Hall, 2005.

SÁ, A. L. **Perícia contábil**. Ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SÁ, Antônio Lopes de. **Ética Profissional**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SARLET, Ingo Wolfgang. **O novo Código Civil e a Constituição**. Porto Alegre. Editora Livraria do Advogado, 2006.

SCHAWEZ, N. **Responsabilidade social: meta e desafio do profissional da Contabilidade para o próximo milênio**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n. 130, p. 71-83, jul./ago. 2001.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro. **Abordagens éticas para o profissional contábil**. 2016.

SILVA, M. D. M. **Mediações éticas na prática cotidiana dos assistentes sociais**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 92, p. 97-117, nov. 2007.

TORRES, Ciro. **Responsabilidade social das empresas**. Fórum Responsabilidade e balanço social: Coletânea de textos. SESI, 2003.

TRINDADE, Larissa; BRONDANI, Gilberto. **A contabilidade e sua responsabilidade social**. Santa Maria, RS, 2005.

VARGAS, Otavio Augusto Alves. **Ética contábil: os limites da reponsabilidade do profissional contábil**. LUME: Repositório Digital. 2012.

VASCONCELLOS, Marco Túlio de Castro. **Impactos da Internet sobre a Evolução da Ciência Contábil**. Revista do Conselho Regional do Estado de São Paulo. São Paulo, n.01, mar. /abr.1997.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**, São Paulo: Atlas, 2007.

WACHHOLZA, A. B. L.; BELOTOA, J. N.; RECHA, M.; BERLATTO, O. **As contribuições que o código de ética exerce nas instituições contábeis**. In: VIII Seminário de Iniciação Científica de Ciências Contábeis da FSG, v. 5, n. 1, p. 474-483, 2014. Anais... Bento Gonçalves, 2014.

OS DIREITOS DA MULHER NO PERÍODO DA LICENÇA MATERNIDADE

Simone Neres Pereira Willmbrink¹⁸
César Henrique Marson de Andrade¹⁹
Fabiana Holler Baptista²⁰

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo a análise dos direitos conferidos às mulheres no âmbito da licença-maternidade, com enfoque no contexto específico do Brasil. Os desdobramentos específicos deste escopo incluem a investigação da trajetória histórica da evolução desses direitos no período da licença-maternidade, a análise das políticas públicas concebidas para salvaguardar a continuidade do emprego durante tal período, bem como a explanação dos direitos correlacionados, tais como a questão remuneratória, o afastamento laboral e suas repercussões na trajetória profissional da mulher. A pesquisa em torno dos direitos das mulheres durante o período de licença-maternidade reveste-se de uma significativa pertinência, visto que a maternidade consubstancia um marco crucial na existência feminina e, por conseguinte, suscita a necessidade premente de proteção, promoção da igualdade de gênero e preservação do bem-estar. Ademais, a licença-maternidade assume um papel substancial na promoção de igualdades de oportunidades no contexto do mercado de trabalho, bem como na concepção de políticas públicas mais efetivas voltadas ao desiderato supramencionado. Por conseguinte, se propõe a contribuir para a elucidação dos direitos inerentes ao período da licença-maternidade, bem como para identificação das eventuais deficiências e desafios passíveis de enfrentamento nessa esfera. O arcabouço metodológico abraçado para a consecução deste escopo consistirá em uma pesquisa teórica sobre a temática, englobando uma análise dos principais pontos das legislações e políticas pertinentes. A interpretação dos dados compilados se dará por intermédio de uma abordagem qualitativa dedutiva, com intuito de contextualizar os direitos e políticas em vigor destinados à tutela da mulher no decurso da licença-maternidade.

¹⁸Bacharel em Ciências Contábeis, FAVOO/ Cooperativa Educacional de Vilhena. simonewillmbrink@gmail.com

¹⁹ **Orientador:** Bacharel em Ciências Contábeis, CESD/ Centro de Ensino Superior de Dracena. Especialista em Gestão Econômica e Financeira, CESD/ Centro de Ensino Superior de Dracena. Mestre do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito, UNIJUI/ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Mestrado Interinstitucional, FAVOO(Coop)/ Cooperativa Educacional de Vilhena. cesar@coopevi.com.br

²⁰ **Orientadora:** Bacharel em Economia, UNEMAT/ Universidade Estadual do Mato Grosso. Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, FAMA / Faculdade da Amazônia. Mestre em Ciências da Educação, UDS / Universidad de Desarrollo Sustentable. fabianahollerbaptista@gmail.com

Palavras-chave: Direitos da Mulher. Licença Maternidade. Proteção do Emprego.

ABSTRACT

The aim of this article is to analyze the rights granted to women in the context of maternity leave, with a focus on the specific context of Brazil. The specific developments of this scope include the investigation of the historical trajectory of the evolution of these rights during the maternity leave period, the analysis of public policies designed to safeguard job continuity during such period, as well as the explanation of related rights, such as the issue of remuneration, labor leave and its repercussions on the woman's professional trajectory. Research around women's rights during the maternity leave period is of significant relevance, as motherhood constitutes a crucial milestone in female existence and, therefore, raises the pressing need for protection, promotion of gender equality and preservation of well-being. Furthermore, maternity leave plays a substantial role in promoting equal opportunities in the job market context, as well as in the design of more effective public policies aimed at the aforementioned desideratum. Therefore, it proposes to contribute to the elucidation of the rights inherent to the maternity leave period, as well as to the identification of possible deficiencies and challenges to be faced in this sphere. The methodological framework embraced for the achievement of this scope will consist of a theoretical research on the theme, encompassing an analysis of the main points of relevant legislation and policies. The interpretation of the compiled data will be carried out through a deductive qualitative approach, with the aim of contextualizing the rights and policies in force aimed at protecting women during maternity leave.

Keywords: Derechos de las mujeres. Protección del Empleo. Licencia de maternidad.

1 INTRODUÇÃO

A licença-maternidade é um direito fundamental das mulheres que visa assegurar sua proteção, saúde e bem-estar durante o período pós-parto. Apesar dos progressos legislativos e sociais alcançados ao longo dos anos, ainda existem desafios significativos relacionados a este período crucial na vida das mulheres.

A justificativa para a análise dos direitos da mulher durante e após o período de licença-maternidade reside na necessidade de garantir a

proteção e o bem-estar das mulheres durante um período crucial de suas vidas. A maternidade é um momento de mudanças significativas, tanto físicas quanto emocionais, e requer atenção especial em termos de cuidados de saúde, apoio emocional e proteção dos direitos trabalhistas.

Além disso, a licença-maternidade é um direito fundamental que promove a igualdade de gênero no local de trabalho. No entanto, apesar dos avanços legislativos, ainda existem desafios significativos relacionados à proteção dos direitos das mulheres durante e após a licença-maternidade. Esses desafios incluem discriminação no local de trabalho, falta de flexibilidade no trabalho e dificuldades na reintegração ao trabalho.

Portanto, é essencial analisar os direitos das mulheres durante e após a licença-maternidade para identificar lacunas nas políticas existentes e desenvolver soluções eficazes. Neste aspecto, esta análise pode contribuir para a criação de um ambiente de trabalho mais inclusivo e igualitário, promovendo o bem-estar das mulheres e o desenvolvimento socioeconômico em geral. Além disso, pode fornecer insights valiosos para formuladores de políticas, empregadores e defensores dos direitos das mulheres para melhorar as condições de trabalho e promover a igualdade de gênero.

O objetivo desta pesquisa é analisar as políticas e regulamentações existentes em relação à duração da licença-maternidade, a fim de identificar variações e analisar se há diferentes modelos adotados. A pesquisa também visa identificar a eficácia das políticas de proteção do emprego durante a licença-maternidade, analisando os mecanismos legais disponíveis em casos de demissão discriminatória.

Por fim, será realizada uma busca sistemática em bibliotecas digitais, bases de dados acadêmicas, periódicos científicos, livros, documentos governamentais, teses e dissertações relacionadas aos direitos da mulher no período de licença-maternidade. As fontes selecionadas devem fornecer informações substanciais para embasar a pesquisa e responder aos objetivos

estabelecidos. As informações coletadas serão analisadas de forma crítica, identificando tendências, padrões, lacunas e divergências nos estudos.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS DIREITOS DA MULHER

Ao longo da história, a evolução dos direitos das mulheres durante a licença-maternidade reflete a busca contínua por igualdade e o reconhecimento do valor intrínseco do trabalho materno. A trajetória histórica demonstra avanços significativos, mas também revela desafios persistentes (Calil, 2007).

No século XIX, em muitos países, as mulheres eram frequentemente excluídas do mercado de trabalho durante a maternidade, sem garantias legais ou sociais que permitissem um afastamento para cuidar de seus filhos recém-nascidos. Era comum que as mulheres retornassem ao trabalho logo após o parto, sem qualquer suporte ou proteção, impactando negativamente sua saúde física e emocional (Martins, 2022).

A partir do século XX, movimentos feministas e lutas sociais em prol dos direitos das mulheres começaram a influenciar a legislação e as políticas públicas. O reconhecimento da necessidade de um período de descanso e cuidado materno levou à introdução das primeiras leis de licença-maternidade em alguns países, embora ainda fossem limitadas em termos de duração e remuneração (SIQUEIRA, 2021):

[...] Em âmbito federal, o Regulamento do Departamento Nacional de Saúde Pública (Decreto n.º 16.300, de 21 de dezembro de 1.923), facultava às mulheres, empregadas em estabelecimentos industriais e comerciais, descanso de trinta dias antes e outros trinta dias mais após o parto (CALIL, 2007 p. 17-18).

Na década de 70, o movimento feminista ganhou força e trouxe à tona demandas por maior igualdade de gênero e proteção dos direitos das mulheres no trabalho e na maternidade. Esse período foi marcado por conquistas importantes, com muitos países ampliando a duração da licença-

maternidade e garantindo benefícios financeiros durante esse período (SILVA, 2019).

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 trouxe avanços significativos para os direitos das mulheres durante a licença-maternidade. Foi estabelecido um período mínimo de 120 dias de afastamento remunerado do trabalho, garantindo a proteção do emprego durante esse período. Posteriormente, em 2008, a Emenda Constitucional nº 72 ampliou a licença-maternidade para 180 dias para as servidoras públicas (ROCHA, 2020).

No contexto da promoção da dignidade humana da mulher, é imperativo reconhecer que a licença-maternidade vai além de uma mera concessão legal. Ela representa um avanço significativo na proteção da maternidade como um direito inalienável. Conforme apontado por Calil (2007), a licença-maternidade é um mecanismo que reconhece a singularidade do papel feminino na gestação e nos cuidados iniciais com a criança, contribuindo para a construção de uma sociedade mais equitativa.

Ao estender o olhar para o recém-nascido, percebe-se que a licença-maternidade desempenha um papel crucial na promoção de um início de vida saudável e afetivo. Rocha (2020) destaca que o contato constante com a mãe durante os primeiros meses de vida é essencial para o desenvolvimento cognitivo e emocional da criança. Dessa forma, a licença-maternidade não apenas salvaguarda a saúde física da mãe, mas também estabelece as bases para um ambiente familiar favorável ao crescimento saudável da criança.

A relação entre a licença-maternidade a dignidade humana da mulher e do recém-nascido é, portanto, evidente. Ela não é apenas uma concessão legal, mas uma expressão concreta do reconhecimento da importância da maternidade na sociedade. Ao promover a proteção e o cuidado, ela se alinha aos princípios fundamentais de respeito à dignidade humana, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (VIANA, 2013).

Apesar desses avanços, ainda existem desafios significativos. A licença-maternidade ainda é vista por muitos empregadores como um ônus, podendo resultar em discriminação e dificuldades na reintegração ao trabalho. Além disso, persistem disparidades de gênero no mercado de trabalho e desigualdades salariais, evidenciando a necessidade contínua de políticas e práticas que promovam a igualdade de gênero (VERONESE, 2015).

Em suma, a evolução histórica dos direitos da mulher durante a licença-maternidade reflete o reconhecimento gradual da importância do cuidado materno e dos direitos das mulheres na sociedade. Embora tenham ocorrido avanços significativos, ainda há desafios a serem superados para garantir uma licença-maternidade adequada, remuneração justa e proteção efetiva dos direitos das mulheres (CALIL, 2007).

2.1 Política pública de proteção ao emprego da mulher

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece diretrizes e obrigações para as mulheres que entram na maternidade, mas cada país tem suas próprias políticas e regulamentos em relação à licença-maternidade. Uma dessas regulamentações é a Lei nº 11.770/2008, que instituiu o Programa Empresa Cidadã, permitindo a extensão da licença-maternidade para até 180 dias para empresas que aderem ao programa (Siqueira Neto, 2021).

As políticas regulatórias diferem bastante de um país para outro. Enquanto alguns países, como a Suécia, adotam uma política mais inclusiva, oferecendo às mulheres até 480 dias de licença-maternidade com 80% do salário, outros países podem ter períodos de licença-maternidade mais curtos e com remuneração reduzida. Portanto, é necessário realizar uma análise comparativa para identificar essas variações e desigualdades (MARTINS, 2021).

No cenário internacional, existem convenções e acordos que visam promover os direitos das mulheres durante este período. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), por exemplo, adotou a Convenção nº 183 sobre a Proteção da Maternidade, que estabelece diretrizes para a proteção do emprego e a garantia de benefícios durante a licença-maternidade. Esta convenção incentiva os países a implementarem políticas que garantam uma licença adequada e remunerada.

Araújo (2007) destaca que a presença de políticas e regulamentos nacionais e internacionais relacionados à licença-maternidade representa um avanço significativo na promoção dos direitos das mulheres. Tais iniciativas têm como objetivo assegurar que as mulheres possam experienciar a maternidade de forma saudável e equilibrada, sem que isso afete suas trajetórias profissionais ou as exponha a situações de discriminação.

Contudo, Novais (2021) ressalta que ainda existem desafios na implementação dessas políticas. Em muitos casos, a legislação vigente não é plenamente respeitada, e as mulheres podem encontrar obstáculos para exercer seus direitos. Ademais, as políticas podem não tratar adequadamente de outras questões relacionadas à licença-maternidade, como a proteção contra demissões discriminatórias ou a promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho.

Abaixo, será apresentada uma tabela comparativa que destaca a quantidade de dias de licença-maternidade remunerada em alguns países, abrangendo diferentes regiões do mundo. Essa comparação visa oferecer uma visão abrangente das políticas adotadas em relação ao tempo concedido para licença-maternidade. Os dados são baseados em informações disponíveis até o meu último treinamento em janeiro de 2022 e podem estar sujeitos a alterações.

País	Duração da Licença-Maternidade Remunerada (em dia)
Alemanha	14 semanas

Brasil	120 dias
Canadá	17 semanas
Espanha	16 semanas
Estados Unidos	12 semanas
França	16 semanas
Itália	21 semanas
Reino Unido	39 semanas (com parte paga)
Suécia	68 semanas (80% do salário)
Argentina	90 dias
México	12 semanas

Fonte: Elaborado pelo Autor (2023)

2.2 Remuneração, afastamento e licença maternidade

A licença-maternidade, um direito essencial conquistado pelas mulheres, é caracterizada por um período de afastamento remunerado do trabalho após o nascimento de um filho, com o objetivo de permitir que as mães possam se dedicar integralmente ao cuidado de seus recém-nascidos. Este período é de suma importância, pois possibilita a formação de laços afetivos, a prática da amamentação, a recuperação física e a adaptação à nova configuração familiar (MANUS, 2021).

Além de proporcionar um espaço para o cuidado direto com o bebê, a licença-maternidade tem um papel crucial na promoção da saúde física e mental das mães. Durante este intervalo, as mulheres têm a oportunidade de se recuperar do processo de parto, lidar com as flutuações hormonais e emocionais e se adaptar às novas responsabilidades maternas.

Além disso, a licença-maternidade tem uma conexão profunda com a saúde e o desenvolvimento das crianças. Nesse período, as mães podem oferecer cuidados e estímulos vitais para o desenvolvimento saudável de seus filhos. A licença-maternidade facilita a amamentação exclusiva nos primeiros meses de vida do bebê, trazendo benefícios nutricionais, imunológicos e emocionais para a criança (CALIL, 2007).

Paulo e Alexandrino (2020) destacam a importância da licença-maternidade na defesa da igualdade de gênero e dos direitos femininos. Eles argumentam que, ao garantir um período pago de licença, as mulheres têm a oportunidade de equilibrar suas responsabilidades maternas com suas metas profissionais. Isso ajuda a reduzir as disparidades de gênero no local de trabalho e a fomentar uma sociedade mais justa.

A mais recente convenção, numerada como 183, abrange todas as mulheres empregadas, inclusive aquelas que desempenham modalidades não convencionais de trabalho subordinado. Essa regulamentação garante a essas trabalhadoras uma licença-maternidade de pelo menos quatorze semanas, sendo obrigatório o gozo de, no mínimo, seis semanas após o parto. Caso o nascimento ocorra após a data prevista, o período pré-natal da licença-maternidade será estendido até a data do parto, sem qualquer redução nas seis semanas compulsórias de licença após o parto.

[...] Determina a Convenção nº 183 que durante a licença maternidade a mulher fará jus a prestações pecuniárias em valor suficiente para proporcionar-lhe, e a seu filho, condições de saúde apropriadas e um nível de vida adequado. Com o objetivo de proteger a situação das mulheres no mercado de trabalho, as prestações relativas à licença-maternidade deverão ser financiadas por um seguro social obrigatório ou por fundos públicos. Ademais, se o valor da prestação for vinculado à remuneração da mulher antes do afastamento do trabalho, não poderá ser inferior a dois terços desta (OIT, 2017).

É importante enfatizar que a relevância da licença-maternidade vai além do âmbito individual e assume um papel central na formulação de políticas públicas voltadas para a saúde, e bem-estar social. Ao reconhecer e promover esse direito, os governos e a sociedade demonstram o reconhecimento da importância do cuidado com as mães e os bebês, bem como a necessidade de oferecer suporte e proteção às famílias.

2.3 Carreira profissional e a licença maternidade

Um desafio iminente no contexto global relacionado à licença-maternidade reside na insuficiência da sua duração. Estudos acadêmicos têm enfatizado que períodos mais curtos de licença-maternidade frequentemente não são suficientes para atender às necessidades das mulheres durante o processo de adaptação à maternidade, a promoção da amamentação exclusiva e a formação de vínculos com o recém-nascido. Portanto, é de extrema importância promover a extensão desses períodos a fim de garantir um lapso temporal adequado para o cuidado da criança e seu desenvolvimento saudável (MANUS, 2021).

Outra provocação de grande relevância está associada à questão da remuneração durante o período de licença-maternidade. Muitas mulheres enfrentam significativas perdas salariais ao optarem por se dedicar à maternidade, o que pode ter repercussões negativas na sua situação financeira e contribuir para a perpetuação de desigualdades sociais. Portanto, é imperativo a implementação de políticas que assegurem uma remuneração justa e adequada durante a licença-maternidade, de modo a evitar que as mulheres sofram prejuízos financeiros ao exercerem o seu direito à licença.

Adicionalmente, um desafio notável está relacionado à necessidade de proteção contra demissões discriminatórias. Mesmo com leis de proteção em vigor, algumas mulheres ainda enfrentam o risco de perder seus empregos ou sofrer retaliações após retornarem da licença-maternidade. Assim, torna-se essencial reforçar a implementação e fiscalização dessas leis e promover uma cultura organizacional que valorize a maternidade e respeite os direitos das mulheres (Martins, 2021).

Outra questão crucial diz respeito à carência de políticas eficazes para reintegrar as mulheres ao mercado de trabalho após a licença-maternidade. Muitas mulheres enfrentam obstáculos significativos ao tentar retomar suas

funções anteriores ou procurar novas oportunidades profissionais após esse período. Portanto, torna-se fundamental promover medidas que facilitem a conciliação entre a maternidade e a carreira, incluindo a implementação de programas de flexibilidade no trabalho, apoio à creche e o desenvolvimento de políticas de inclusão e equidade:

[...] Então, quando chega ao fim a licença-maternidade e, somado a isso, a hora do reingresso no mercado de trabalho e na vida social, conforme propõe Jerusalinsky (2009), as mulheres não conseguem reinvestir da mesma maneira esses dois espaços; seja pelo temor de faltarem excessivamente ao seu bebê, seja por não saberem dosar a presença/ausência com seu filho, assim como a mãe ideal deve saber fazer, ou por não poderem realizar viagens de trabalho inesperadas, horas extras ou levar tarefas para o lar (BELTRAME; DONELLI, 2012 p. 5).

É fundamental tratar das desigualdades de gênero que podem ser perpetuadas durante a licença-maternidade. Certas políticas e práticas podem, sem intenção, reforçar estereótipos de gênero, colocando um fardo desproporcional sobre as mulheres. Portanto, é essencial incentivar uma distribuição equitativa das responsabilidades parentais, promovendo a participação ativa dos pais no cuidado dos filhos e estabelecendo um ambiente favorável à igualdade de gênero.

2.4 Direitos e desafios legais para mães adotantes

Os direitos e desafios legais enfrentados por mães adotantes representam uma faceta importante do sistema jurídico que busca promover a igualdade e proteção dos direitos das famílias adotivas. A adoção é um processo que envolve várias etapas e regulamentações legais, e as mães adotantes enfrentam uma série de direitos e desafios ao longo dessa jornada (MARTINS, 2022).

Em termos de direitos, as mães adotantes têm o direito de solicitar a adoção e passar por um processo de avaliação que visa garantir que estão aptas a cuidar de uma criança. Os órgãos de adoção devem seguir procedimentos legais para garantir que a criança seja colocada em um

ambiente seguro e amoroso. As mães adotantes também têm direitos em relação ao processo de adoção em si, incluindo o direito à privacidade e o direito de serem informadas sobre o histórico médico e social da criança (SUSSEKIND, 2018).

A atualização da legislação através da Lei nº 10.421, de 15 de abril de 2002, estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1 de maio de 1943, e a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991.

Esse avanço abrange duas áreas distintas. Primeiramente, no Artigo 2º da Consolidação das Leis do Trabalho, o direito à licença-maternidade é estendido a funcionárias que adotam ou obtêm guarda judicial para adoção de uma criança, com durações específicas com base na idade da criança adotada. O Artigo 392-A estabelece que a licença varia de 120 dias para crianças com até 1 ano de idade, 60 dias para crianças de 1 a 4 anos e 30 dias para crianças de 4 a 8 anos, condicionada à apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

Além disso, o Artigo 3º da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 também é atualizado, introduzindo o Artigo 71-A. Esse artigo garante o direito ao salário-maternidade para seguradas da Previdência Social que adotam crianças ou obtêm guarda judicial para fins de adoção, com durações similares com base na idade da criança adotada: 120 dias para crianças com até um ano, 60 dias para crianças de um a quatro anos e 30 dias para crianças de quatro a oito anos de idade.

Contudo, durante esse processo, as mães adotivas podem se deparar com obstáculos legais. Um dos principais é a complexidade do sistema de adoção, que pode variar consideravelmente entre países e, em alguns casos, entre estados. As leis e regulamentos de adoção podem ser complexos e

difíceis de entender e seguir, representando um desafio para as mães adotivas (Penido, 2006).

Além disso, as mães adotivas podem enfrentar desafios legais relacionados à discriminação de gênero ou orientação sexual. Em alguns locais, as leis de adoção podem não ser totalmente inclusivas, criando barreiras adicionais para mães adotivas que não se enquadram nos padrões familiares tradicionais (ROCHA, 2020).

Outro desafio legal frequente é o processo de adoção internacional, que pode envolver uma interação complexa entre as leis de dois países diferentes. As mães adotivas que desejam adotar uma criança de outro país precisam lidar com os requisitos legais de ambos os países, o que pode ser um processo longo e complicado (SILVA, 2019).

2.5 Duração e Benefícios da Licença-Maternidade para Mães Adotantes

Martins (2022) ressalta que a duração e os benefícios da licença-maternidade para mães adotivas são aspectos vitais que podem diferir de acordo com a legislação de cada país e, em alguns casos, com as políticas de emprego de certas organizações. Essa licença tem como objetivo proporcionar às mães adotivas o tempo necessário para cuidar de seus filhos recentemente adotados e estabelecer um vínculo forte com eles, além de fornecer o apoio necessário durante a transição para a nova dinâmica familiar.

Silva (2019) discute que a duração da licença-maternidade para mães adotivas pode variar significativamente. Alguns países oferecem um período fixo, enquanto outros permitem mais flexibilidade. Em muitos casos, a duração pode ser semelhante à licença-maternidade para mães biológicas, geralmente variando de algumas semanas a vários meses. Isso permite que as mães adotivas tenham tempo para atender às necessidades específicas de

seus filhos recém-adotados, adaptar-se à nova rotina e criar um ambiente acolhedor.

Penido (2006) menciona que os benefícios associados à licença-maternidade para mães adotivas incluem proteção do emprego, manutenção do salário e a garantia de que a mãe adotiva possa se afastar do trabalho sem sofrer discriminação ou consequências negativas. É crucial que as mães adotivas tenham a certeza de que podem cuidar de seus filhos durante esse período crítico sem prejudicar sua segurança financeira ou posição no mercado de trabalho.

No entanto, Rocha (2020) destaca que é importante salientar que nem todas as mães adotivas têm acesso igualitário a benefícios e direitos, o que pode ser um desafio. O acesso igualitário à licença-maternidade para mães adotivas nem sempre é uma realidade, e a legislação e as políticas de emprego podem variar significativamente de um lugar para outro.

Martins (2022) reforça que em alguns países, a licença-maternidade para mães adotivas pode não ser suficientemente abrangente, e as mães adotivas podem enfrentar dificuldades financeiras durante o período de licença. Isso pode ser especialmente preocupante ao considerar a necessidade de atender às demandas especiais de uma criança recém-adotada.

2.6 Desafios psicológicos e emocionais para mães adotantes

Os desafios emocionais e psicológicos que as mães adotivas enfrentam são uma parte importante do processo de adoção. Embora o anseio de formar uma família e o amor pela criança adotada sejam sentimentos fortes, a experiência da adoção pode trazer consigo uma série de desafios que impactam a saúde mental e emocional das mães adotivas. É crucial

reconhecer e entender esses desafios para que as mães adotivas possam receber o suporte adequado.

Siqueira Neto (2021) discute que um dos desafios mais comuns para as mães adotivas é o estresse emocional associado à incerteza durante o processo de adoção. Desde a decisão de adotar até a aprovação final, as mães adotivas frequentemente enfrentam longos períodos de espera e incerteza. Esse estresse pode ser exacerbado por preocupações sobre a saúde da criança, histórico familiar e a possibilidade de a adoção não ser aprovada.

Além disso, Calil (2007) explica que após a adoção, as mães adotivas podem lidar com sentimentos complexos de ambivalência. Embora amem profundamente a criança adotada, podem sentir culpa, ansiedade ou tristeza, às vezes devido à ausência de uma conexão biológica. É vital que as mães adotivas recebam apoio emocional e compreensão durante esses momentos.

Martins (2022) destaca que os desafios emocionais e psicológicos podem ser intensificados por experiências passadas, como infertilidade ou abortos anteriores, que podem deixar cicatrizes emocionais. O processo de adoção pode trazer à tona memórias dolorosas e desafios de enfrentamento, exigindo suporte psicológico adicional.

Veronese (2015) reforça que a possibilidade de enfrentar estigma ou discriminação de outras pessoas por causa da adoção é uma preocupação para muitas mães adotivas. É crucial criar um ambiente de apoio e compreensão em torno das famílias adotivas para reduzir o estresse emocional e psicológico.

Para lidar com esses desafios, Rocha (2020) sugere que é essencial que as mães adotivas busquem apoio psicológico e emocional. Ter acesso a grupos de apoio, terapia ou aconselhamento pode ser extremamente benéfico. Além disso, é importante que amigos e familiares estejam cientes

dos desafios emocionais associados à adoção e ofereçam apoio e compreensão às mães adotivas durante essa jornada.

2.7 Apoio Social e Psicológico para Mães Adotantes

Martins (2022) destaca que o apoio social e psicológico é crucial para o bem-estar das mães adotivas. A jornada da adoção pode ser intensa e desafiadora emocionalmente, e o suporte adequado é essencial para ajudar as mães adotivas a enfrentar esses desafios e construir lares amorosos e estáveis para seus filhos adotados recentemente.

O autor, ainda enfatiza que o apoio social é fundamental no momento da decisão de adotar. Muitas mães adotivas procuram o apoio de amigos, familiares e grupos de apoio à adoção para compartilhar suas esperanças, medos e dúvidas. Esta rede de apoio pode oferecer conforto emocional e um espaço seguro para discutir as complexidades da adoção.

Sussekind (2018) acrescenta que durante o processo de adoção, o apoio de assistentes sociais e organizações de adoção é vital. Profissionais treinados podem fornecer orientação, esclarecer dúvidas e garantir que as mães adotivas estejam cientes de todos os aspectos do processo. Este suporte ajuda a reduzir o estresse e a incerteza associados à adoção.

Já Silva (2019) ressalta que o apoio psicológico também desempenha um papel importante. Muitas mães adotivas podem enfrentar sentimentos complexos de ambivalência, ansiedade e tristeza durante o processo de adoção. Ter acesso a terapeutas ou psicólogos que entendem as questões específicas da adoção pode ser fundamental para ajudar as mães adotivas a enfrentar esses desafios emocionais.

[...] Além do psicólogo estar em contato direto com o adotante, durante e após o processo de adoção, o papel que este desempenha, enquanto profissional, é crucial, pois o mesmo corrobora com a saúde mental dos envolvidos, ao realizar sessões o interessado em adotar, sanado as dúvidas que podem surgir durante o processo,

criar um ambiente de diálogo e escuta diante dos anseios, medos e expectativas que a família ou indivíduo pretende adotar (SANTOS; VITAL, 2021 p. 46).

No entanto, após a adoção, o apoio psicológico pode ser fundamental para ajudar as mães adotantes a criar laços saudáveis e fortes com seus filhos recém-adotados. A terapia familiar pode ser uma ferramenta valiosa para promover a compreensão e o vínculo entre a mãe adotante e a criança (Calil, 2007). Como também é importante reconhecer que o apoio social e psicológico pode ser vital para o enfrentamento do estigma e da discriminação que algumas mães adotantes enfrentam. Ter uma rede de apoio sólida ajuda a criar um ambiente de compreensão e aceitação em torno da adoção (ROCHA, 2020).

3. METODOLOGIA

Para compreender os direitos da mulher no período da licença maternidade, adotamos uma abordagem metodológica que está fundamentada na pesquisa teórica, revisão extensiva da literatura jurídica, sociológica e de gênero, bem como na análise de documentos legais e materiais relevantes. Conforme Lakatos e Marconi (2017) destacam, a pesquisa bibliográfica é uma técnica fundamental na coleta de informações e na revisão do conhecimento existente sobre um determinado tema. Essa abordagem nos permitiu examinar as contribuições de vários autores e estudiosos nas áreas de direitos das mulheres e licença maternidade, possibilitando uma compreensão abrangente das questões envolvidas.

Além da pesquisa bibliográfica, também recorreremos a fontes oficiais, como leis trabalhistas, regulamentos e tratados internacionais relacionados aos direitos das mulheres durante a licença maternidade. De acordo com Gil (2008), a utilização de fontes oficiais é uma prática essencial na pesquisa, pois fornece dados e informações confiáveis, respaldando as conclusões do

estudo. Essas fontes legais e internacionais são cruciais para embasar a análise das políticas e regulamentações relacionadas aos direitos da mulher na licença maternidade.

A análise das informações coletadas foi conduzida com profundidade, seguindo os princípios da pesquisa qualitativa. Como Lakatos e Marconi (2017) apontam, a pesquisa qualitativa é adequada para explorar questões sociais e culturais complexas, como aquelas relacionadas à implementação dos direitos da mulher. Aprofundar a análise nos permitiu identificar nuances e desafios específicos enfrentados pelas mulheres nesse contexto.

Em resumo, nossa abordagem metodológica, fundamentada em autores renomados como Lakatos, Gil e outros, assegurou que a pesquisa fosse conduzida de maneira abrangente, confiável e ética. Isso nos permitiu obter uma compreensão sólida dos direitos da mulher no período da licença maternidade e das questões que afetam sua implementação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa revelou que, apesar dos notáveis avanços nas legislações e na conscientização sobre os direitos da mulher durante o período da licença maternidade, ainda subsistem obstáculos a serem superados. Persistem desigualdades econômicas e de gênero que afetam muitas mulheres, e a aplicação das leis de licença-maternidade pode variar significativamente de acordo com a região e a cultura. Ademais, as mães adotantes frequentemente enfrentam desafios emocionais que demandam apoio adicional.

Dessa forma, torna-se imperativo continuar progredindo na promoção dos direitos da mulher durante a licença maternidade. Isso implica não apenas na elaboração de políticas e regulamentos abrangentes que assegurem igualdade de oportunidades, mas também na disponibilização de

suporte social e psicológico adequado. Nesta empreitada, a sociedade desempenha um papel essencial, garantindo compreensão e apoio a todas as mães, independentemente de seus caminhos individuais em direção à maternidade.

Em última análise, a garantia dos direitos da mulher durante esse período não apenas fomenta a igualdade de gênero, mas também fortalece as estruturas familiares, proporcionando um ambiente amoroso e estável para as crianças. A proteção da maternidade e da paternidade representa um investimento no futuro, assegurando que as gerações vindouras cresçam em um mundo mais igualitário e acolhedor.

5. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Adriane Reis de; Mourão, Tânia Fontenele. **Trabalho de mulher: mitos, riscos e transformações**. São Paulo: LTr, 2007.

BARROS, Alice Monteiro de. **A mulher e o direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2019.

BELTRAME, Greyce Rocha; DONELLI, Tagma Marina Schneider. **Maternidade e carreira: desafios frente à conciliação de papéis**. Aletheia, Canoas, n. 38-39, p. 206-217, dez. 2012 Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942012000200017&lng=pt&nrm=iso> Acesso em 22/10/2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

BRASIL. Lei nº 10.421, de 15 de abril de 2002. **Estende à mãe adotiva o direito à licença-maternidade e ao salário-maternidade, alterando a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da União, Brasília, Direitos Sociais E Trabalhistas Relacionados À Gestação Apoio Técnico Em Monitoramento E Avaliação De Ações De Saúde Do Serviço De Saúde Comunitária**. Distrito Federal, 2002. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110421.htm>. Acesso em 22/10/2023.

CALIL, L a Elisa Silingowschi. **Direito do trabalho da mulher: a questão da igualdade jurídica ante a desigualdade f tica**. São Paulo: LTr, 2007.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **Direito do trabalho da mulher: ontem e hoje.** São Paulo: LTr, 2007.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **História do Direito do Trabalho da Mulher: aspectos históricos-sociológicos do início da República ao final deste século.** São Paulo: LTr, 2000.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.** São Paulo: Saraiva, 2018.

CARRION, Valentin. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho.** São Paulo: Saraiva, 2018.

CONVENÇÃO n.º 187 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre o Quadro Promocional para a Segurança e a Saúde no Trabalho. Diário da República, 1.ª série — N.º 163 — 24 de agosto de 2017. Disponível em: <https://files.diariodarepublica.pt/ls/2017/08/16300/0502405029.pdf>. Acesso em 22/10/2023.

FEDERAL, Constituição. Lei n.º 11.770/2008 - **prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal**, e altera a Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991.

FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva; NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho.** São Paulo: LTr, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008.

JERUSALINSKY, Julieta et al. **A criação da criança: letra e gozo nos primórdios do psiquismo.** 2009. Disponível em <<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/15847>> Acesso 23/10/2023.

LUZ, France. **O trabalho da mulher no direito brasileiro.** São Paulo: LTr, 2020.

MANUS, Pedro Paulo Teixeira. **Direito do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2018.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2022.

MARTINS, Sergio Pinto. **Fundamento de Direito do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, Sergio Pinto. **Práticas discriminatórias contra a mulher e outros estudos**. São Paulo: LTr, 2021.

NOVAIS, Denise Pasello Valente. **Discriminação da mulher e direito do trabalho: da proteção à promoção da igualdade**. São Paulo: LTr, 2021.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito constitucional descomplicado**. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

PENIDO, Laís de Oliveira. **A igualdade dos gêneros nas relações de trabalho**. Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2006.

PEREIRA, Ari Alves. **Os Principais Direitos da Mulher**. Curitiba: Ari Alves Pereira, 2018.

ROCHA, Sílvia Regina da. **O trabalho da mulher à luz da Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

SAAD, Eduardo Gabriel. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2023.

SANTOS, Gisla Marquise Jesus; VITAL, Jannykelle Silva Oliveira, **A saúde mental dos adotantes durante o processo de adoção**. 2021 Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16034>>. Acesso em 22/10/2023.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. São Paulo: Malheiros, 2019.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. **Direito do trabalho & democracia**. São Paulo: LTr, 2021.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Direito Constitucional do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2018.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito Penal Juvenil e Responsabilização Estatutária: Elementos aproximativos e/ou distanciadores? – o que diz a Lei do Sinase – a inimputabilidade penal em debate**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

VIANA, Márcio Túlio. **70 anos da CLT: uma história de trabalhadores**. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 2013.

PERÍCIA CONTÁBIL NAS ORGANIZAÇÕES

Thayara de Lima Cardoso²¹

Fabiana Holler Baptista²²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo a apresentação sucinta da auditoria interna e sua importância no âmbito organizacional, sendo que a perícia vem da expressão fiel na qual se deriva do latim perito que é um conhecimento ao se consegue por meio da experiência, e assim o contador precisa buscar aprimora esse conhecimento no cotidiano, e buscando que a auditoria interna ocupa uma posição de destaque nas empresas e instituições, desempenhando um papel essencial na otimização de processos e na promoção da uniformidade na comunicação interna. O seu escopo inclui a avaliação da confiabilidade e relevância das informações, além de servir como uma atividade voltada para a identificação de ameaças e oportunidades, destacando os pontos fortes e fracos da organização, o que auxilia os gestores na tomada de decisões. A interação entre indivíduos e organizações é complexa, devido às diferentes interpretações da realidade de acordo com os interesses pessoais. É crucial identificar os problemas que causam insatisfação entre investidores e administradores. Neste contexto, a pergunta orientadora desta pesquisa é esclarecer: Qual é a importância da auditoria interna para empresas e organizações? A auditoria precisa ser realizada com muito empenho por parte do profissional de contabilidade, sendo que se conclui que a auditoria interna desempenha um papel significativo no processo decisório dos gestores, permitindo a alocação eficiente de recursos em conformidade com os princípios fundamentais da contabilidade. Além disso, a auditoria interna fornece informações de vital importância não apenas para os contadores, mas também para outros usuários interessados aos quais querem que os objetivos sejam alcançados no decorrer do processo.

Palavras-chave: Auditoria Interna. Informações. Contabilidade.

ABSTRACT

This article aims to succinctly present internal auditing and its importance in the organizational context, with expertise coming from the faithful expression in which it derives from the Latin expert, which is knowledge achieved through experience, and so the accountant needs seeking to improve this knowledge in everyday life, and seeking to ensure that internal audit occupies

²¹ Bacharel em Ciências Contábeis, FAVOO/ Cooperativa Educacional de Vilhena. thayaralimacardoso@gmail.com

²² **Orientadora:** Bacharel em Economia, UNEMAT/ Universidade Estadual do Mato Grosso. Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, FAMA / Faculdade da Amazônia. Mestre em Ciências da Educação, UDS / Universidad de Desarrollo Sustentable. fabianahollerbaptista@gmail.com

a prominent position in companies and institutions, playing an essential role in optimizing processes and promoting uniformity in internal communication. Its scope includes assessing the reliability and relevance of information, in addition to serving as an activity aimed at identifying threats and opportunities, highlighting the organization's strengths and weaknesses, which helps managers in decision-making. The interaction between individuals and organizations is complex, due to different interpretations of reality according to personal interests. It is crucial to identify the problems that cause dissatisfaction among investors and managers. In this context, the guiding question of this research is to clarify: How important is internal auditing for companies and organizations? The audit needs to be carried out with great commitment on the part of the accounting professional, and it can be concluded that internal auditing plays a significant role in the decision-making process of managers, allowing the efficient allocation of resources in accordance with the fundamental principles of accounting. Furthermore, internal auditing provides vitally important information not only for accountants, but also for other interested users who want objectives to be achieved throughout the process.

Keywords: Internal Audit. Information. Accounting.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo visa elucidar, de forma clara e objetiva, a importância da auditoria interna para as organizações. A auditoria interna é um componente crucial para a operação eficaz de uma organização, pois facilita um controle e planejamento efetivos, levando a resultados otimizados. A motivação para a escolha deste tema decorre da importância crescente da auditoria em anos recentes.

A auditoria interna confere segurança aos administradores que buscam transparência e confiabilidade nas informações patrimoniais da organização. Ela atua como um mecanismo preventivo contra perdas irreparáveis e auxilia na obtenção de recursos financeiros de alta qualidade. Emergindo da necessidade de confirmação dos valores patrimoniais das empresas por parte dos investidores e administradores.

No Brasil, o desenvolvimento da auditoria foi impulsionado quando o BACEN (Banco Central do Brasil) instituiu normas oficiais de auditoria em 1972 para supervisionar o sistema financeiro. A sua obrigatoriedade teve início na Bolsa de Valores por meio da Lei 6.385/76, tornando-se parte integrante de um diagnóstico organizacional que permite uma visão global do estudo a ser conduzido. Tem por objetivo a identificação de problemas ou disfunções que estão impactando os resultados da organização e fornece indicadores para ações interventivas que auxiliem na resolução das queixas.

A dinâmica entre pessoas e organizações é complexa e sempre haverá divergências, pois, cada indivíduo interpreta a realidade de acordo com seus interesses pessoais. Portanto, é imprescindível identificar os principais problemas que estão causando insatisfação entre os investidores e administradores para que, por meio deste estudo, sejam encontradas as causas subjacentes. Neste aspecto, a questão norteadora desta pesquisa é elucidar: Qual é a importância que a auditoria interna tem para empresas e organizações?

Este artigo é estruturado em quatro tópicos. O primeiro tópico serve como introdução, enquanto o segundo apresenta o referencial teórico que embasa este trabalho. O terceiro tópico discute o tema em questão, reiterando a importância da auditoria interna na organização. O quarto e último tópico traz considerações finais, concluindo o artigo.

2 DEFINIÇÃO DE AUDITORIA

A auditoria é uma prática essencial no mundo dos negócios, desempenhando um papel vital na avaliação e validação das informações financeiras de uma empresa. No Brasil, a auditoria é orientada por princípios e normas estabelecidos por órgãos reguladores, como a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Podemos definir a auditoria como um processo sistemático e independente de análise das demonstrações financeiras, registros, transações e operações de uma entidade, com o propósito de emitir uma opinião sobre a sua conformidade com as normas contábeis, legislação em vigor e práticas de mercado. Este processo tem como objetivo garantir a integridade e a confiabilidade das informações divulgadas pela empresa.

[...] Perícia Contábil é um serviço especializado, com bases científicas, contábeis, fiscais e societárias, para a qual se exige formação de nível superior e averigua questões judiciais e extrajudiciais e é utilizada como elemento de prova, ou reveladora da verdade em temas fisco-contábeis e tem por intuito a demonstração de um fato ou ato, a qual deve ser realizada com maior rigor possível e baseada na mais pura e seleta expressão da verdade (HOOG E PETRENCO, 2003, p. 2).

A auditoria é vista como uma subdivisão da contabilidade, uma técnica que verifica a precisão dos registros e demonstrações contábeis e tudo que esteja relacionado ao controle do patrimônio da organização. Boynton, Johnson e Kell (2002) caracterizam a auditoria como um processo sistemático que visa realizar uma avaliação centrada em eventos associados a questões econômicas, disponibilizando resultados para os envolvidos no processo.

Segundo Franco e Marra (2001), a auditoria incorpora no processo elementos importantes como o exame de livros, registros e documentos, obtenção de informações, inspeções e confirmações com o objetivo de medir o estado atual de cada elemento submetido ao exame na auditoria. É crucial entender que a auditoria é indispensável nas organizações contemporâneas, pois proporciona um tipo de balanço em relação às questões econômicas.

A Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) é uma legislação importante no Brasil que torna a auditoria obrigatória em certas situações, proporcionando transparência e segurança aos investidores e outros *stakeholders*. Além disso, as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) emitidas pelo CFC são um conjunto de diretrizes que orientam a atuação dos

auditores, estabelecendo padrões e procedimentos a serem seguidos durante o processo de auditoria.

A auditoria pode ser dividida em diferentes categorias, como auditoria interna e auditoria externa. A auditoria interna é realizada por profissionais da própria organização, com o objetivo de avaliar e aprimorar os processos internos, a gestão de riscos e o controle interno. Por outro lado, a auditoria externa é conduzida por auditores independentes, geralmente de uma empresa de auditoria externa, e tem como objetivo fornecer uma avaliação objetiva e imparcial das demonstrações financeiras para garantir a sua conformidade com as normas contábeis e requisitos legais.

Em suma, a auditoria desempenha um papel fundamental na garantia da transparência e confiabilidade das informações financeiras das empresas no contexto brasileiro. A conformidade com as normas e regulamentos estabelecidos pelos órgãos reguladores, juntamente com os princípios éticos e técnicos dos profissionais de auditoria, contribui para a credibilidade do mercado financeiro e para a tomada de decisões informadas por parte dos investidores e outros interessados.

2.1 Auditoria interna

A Auditoria Interna garante a qualidade e a confiabilidade dos dados da empresa através de avaliações periódicas, pois os principais ativos de uma empresa são suas informações e os recursos humanos que as utilizam, assegurando a proteção do patrimônio. Nesse sentido, a Auditoria Interna é vista como um instrumento que promove o autoconhecimento da organização, não se limitando apenas às atividades de fiscalização e controle.

Assim, a auditoria deve ter seu espaço respeitado, ou seja, ter a liberdade de realizar seu trabalho de forma independente, buscando fazer um diagnóstico e avaliação do ambiente empresarial. É uma atividade de

avaliação independente dentro da empresa, destinada a revisar as operações como um serviço prestado à administração. “Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles” (Crepaldi, 2009, p. 41). A auditoria é de extrema importância para a manutenção da organização nos aspectos econômico, financeiro e administrativo.

[...] Este profissional, que detém notória sabedoria contábil, explora um nicho de mercado, ou seja, um segmento restrito do mercado, não atendido por todos os lidadores ou pelas ações clássicas de publicidade e que oferece oportunidades não corriqueiras de negócio, em decorrência do alto nível de conhecimento da ciência e da política contábil que são exigidos (HOOG E PETRENCO, 2003, p. 125).

Atualmente, o planejamento empresarial é de suma importância, uma vez que as organizações estão enfrentando um período de crise financeira com a valorização do dólar, resultando em uma diminuição do consumo. Portanto, é essencial definir claramente a missão da empresa para evitar esforços desnecessários. Neste contexto, Lopes (1976, p. 54) afirma:

[...] A sofisticação tecnológica, os imensos mercados que se abriram e as maneiras de se chegar a eles, a produção em massa, a concepção de tecnoestrutura empresarial, a acirrada competição inter e intranacional exigem do administrador extraordinária atenção a necessidade de, com razoável antecedência, estabelecer missões e objetivos da empresa, estudar e selecionar os caminhos alternativos, implantar a estrutura e implementar os planos e ideias escolhidas. Em outras palavras PLANEJAR.

Entende-se que a auditoria visa desenvolver um plano de ação que auxilie a organização a atingir seus objetivos, adotando uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gestão de riscos, com o intuito de agregar valor e aprimorar as operações e resultados da organização. Para os autores Franco e Marra “A vantagem da auditoria interna é a existência, dentro da própria organização, de um departamento que exerce controle permanente - prévio, concomitante e subsequente - de todos os atos da administração” (1991, p. 175). Portanto o

planejamento é uma ferramenta muito poderosa para o mercado empresarial de modo geral, como destaca Lacombe (2009, p. 28):

[...] Planejamento é a determinação da direção a ser seguida para se alcançar um resultado desejado. É a determinação consciente de cursos de ação e engloba decisões com base em objetivos, em fatos e estimativa do que ocorreria em cada alternativa disponível.

Contudo, Sá (2007) define a auditoria interna como um instrumento importante que realiza um controle com ampla liberdade dentro da organização, gerando confiança nas questões relacionadas aos controles internos e promovendo um processo de trabalho mais eficiente para a empresa, que terá seus dados atualizados e verificados para minimizar possíveis impactos negativos e maximizar a satisfação dos empresários que buscam lucro para manter suas atividades.

Logo, Attie (1992) enfatiza que a Auditoria Interna desempenha um papel fundamental na realização de uma avaliação no ambiente organizacional, desempenhando um papel essencial na gestão e governança das organizações, garantindo que operem de forma eficiente, transparente e em conformidade com normas e regulamentos, contribuindo para sua sustentabilidade e sucesso a longo prazo.

Nesse sentido, a auditoria interna é de grande importância para aprendermos como gerir dados e informações da empresa com eficiência e competência. A auditoria e perícia têm ganhado cada vez mais destaque nas empresas do país, pois, devido à crise, tornou-se necessário buscar conhecimentos que nos ajudem a fazer a diferença no dia a dia. Os recursos financeiros podem ser maximizados com a implementação de uma auditoria eficiente, podendo gerar um resultado positivo para a organização.

2.2 As organizações e a importância da auditoria interna

Com a globalização e o contínuo desenvolvimento das empresas, bem como a diversificação de suas atividades econômicas, a auditoria interna tem se tornado uma ferramenta essencial para avaliar a eficiência dos gestores e garantir a confiabilidade das informações apresentadas. A implementação de um departamento de auditoria interna em uma empresa é necessária devido ao curto período de tempo que o auditor externo tem para realizar seus trabalhos, além disso, seu trabalho é totalmente voltado para o exame das demonstrações contábeis. Pagliato (2011) destaca que para satisfazer as necessidades da administração da empresa, é imprescindível uma auditoria com maior regularidade para conduzir avaliações mais profundas nos controles internos.

Nesse sentido, a auditoria interna é de grande relevância para o controle interno das organizações, fornecendo à alta administração informações sobre a instituição e identificando áreas que precisam de melhorias. Ela destaca a importância de identificar desvios que afetam o processo decisório na organização e busca planejar atividades. Com os resultados de uma auditoria, o empresário pode identificar áreas que requerem maior atenção ou onde os custos podem ser reduzidos para obter resultados mais satisfatórios ao longo do ano.

Segundo Hoog (2004, p. 55):

[...] A perícia contábil tem por objetivo a verificação de atos das empresas ou fatos ligados a sua riqueza, objetivando oferecer opinião científica contábil, prova cabal, mediante a solução de questões propostas. Para tal opinião, laudo ou pareceres reveladores da prova, realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramento, procedimento necessário à pretensão científica contábil da opinião.

Portanto pode apresentar sugestões e ideias para melhorias que podem ser implementadas na organização, como também pode fornecer recomendações para redução de custos, diminuição de desperdícios, aumento da produtividade e melhoria da qualidade. Essas medidas podem

ser avaliadas por meio dos resultados obtidos por uma consultoria prestada à alta administração em relação às normas internas e à legislação aplicável.

Esse processo de investigação tem o papel de garantir que tanto a rotina quanto os controles possam ser executados corretamente, pois os dados relacionados à contabilidade devem ser tratados com confiança e responsabilidade, refletindo realisticamente na instituição e buscando cumprir a legislação e manter um bom controle interno. De acordo com Sá (2002, p. 89) ressalta que:

[...] O epicentro da função pericial deriva da função social do conhecimento contábil, sendo esta a de prover o equilíbrio da justiça para assegurar uma verdadeira prestação de serviço jurisdicional a todo o cidadão, independentemente da situação financeira, política, raça ou credo e esta ímpar função só se realiza pela independência.

A auditoria coordena o relacionamento com os órgãos de controle governamental; avalia, de forma independente, as atividades desenvolvidas pelos diversos órgãos da empresa e por empresas controladas e coligadas; auxilia a administração na busca por eficiência e melhor desempenho nas funções operacionais e na gestão dos negócios das organizações.

Deste modo, podemos afirmar que a auditoria interna é uma ferramenta de controle sobre as informações, registros, ações e funções existentes nas organizações, auxiliando administradores e proprietários na tomada de decisões ao identificar problemas e sugerir soluções.

2.3 Planejamento de auditoria interna

O planejamento da auditoria interna é um processo indispensável para assegurar que a função de auditoria cumpra os objetivos da organização, identificando e avaliando riscos, promovendo a eficiência operacional e contribuindo para a melhoria contínua dos processos internos. No Brasil, a auditoria interna é guiada por normas emitidas pelo Instituto dos Auditores

Internos do Brasil (IIA Brasil), que alinham as práticas aos padrões internacionais.

Estabelecimento de Objetivos e Escopo: O início do planejamento da auditoria interna envolve a definição precisa dos objetivos a serem cumpridos e o escopo da auditoria. Isso pode abranger a revisão de processos específicos, áreas de risco ou conformidade com políticas internas.

Avaliação de Riscos: A avaliação de riscos é uma etapa fundamental, que envolve a identificação e análise dos riscos potenciais que podem impactar a realização dos objetivos da auditoria. As Normas Internacionais para o Exercício Profissional da Auditoria Interna (IIA) podem ser usadas como referência para orientações sobre a avaliação de riscos.

Elaboração de Programas de Auditoria: Com base nos objetivos e riscos identificados, são elaborados programas de auditoria detalhados. Esses programas incluem procedimentos específicos que os auditores devem executar para obter evidências de auditoria suficientes e adequadas.

Distribuição de Recursos: O planejamento envolve a distribuição eficaz de recursos, como pessoal, tecnologia e tempo, para garantir a execução correta dos procedimentos de auditoria. A eficácia da auditoria interna está fortemente relacionada à capacidade de distribuir recursos de forma estratégica.

Comunicação e Coordenação: Durante o planejamento, é essencial estabelecer canais eficazes de comunicação e coordenação com as partes interessadas internas. Isso inclui a comunicação clara dos objetivos da auditoria, prazos e resultados esperados.

Revisão e Atualização Contínua: O processo de planejamento não é estático. É essencial revisar e atualizar o plano de auditoria conforme necessário, levando em consideração mudanças nas condições do ambiente de negócios ou nas prioridades da organização. Ao seguir essas etapas e

considerar as normas e diretrizes do IIA Brasil e das Normas Internacionais, as organizações brasileiras podem fortalecer a eficácia de suas auditorias internas, promovendo uma cultura de controle interno e governança robusta.

Um bom planejamento é a base para que se possa estabelecer um programa de trabalho eficiente. Para isto é necessário analisar cada caso, não é aconselhável elaborar um programa único, o auditor deverá estudar cada caso e as condições da empresa, e elaborar um programa adequado para cada caso. Conforme a resolução do CFC (2003), que trata no item 1.2.2.1.2 para elaborar um planejamento de auditoria interna deve se considerar fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

Conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade;

O conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade;

A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade

A existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos de auditoria interna;

O uso de trabalho de especialista;

O risco de auditoria quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações;

O conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação aos trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;

As orientações e as expectativas externadas pela administração aos auditores internos;

O conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade;

Ao seguir essas etapas e considerar as normas e diretrizes do IIA Brasil e das Normas Internacionais, as organizações brasileiras podem fortalecer a eficácia de suas auditorias internas, promovendo uma cultura de controle interno e governança sólida.

2.4 Procedimentos de auditoria

O processo de auditoria interna requer a utilização de ferramentas de trabalho que possibilitem alcançar os objetivos pré-estabelecidos. Objetivando realizar um trabalho satisfatório, os auditores devem aplicar determinados procedimentos de auditoria interna.

Conforme Resolução CFC (2003) em relação aos procedimentos de auditoria que, “consistem em exames e investigações, incluindo testes de observância e Testes substantivos, que permitem que o auditor interno obtenha subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da entidade”.

Logo, é necessário demonstrar as ferramentas de trabalho utilizadas pelos auditores que possibilitam a formação de opinião, já que por meio dos resultados é possível contribuir para que haja uma tomada de decisão mais concreta baseada em dados verídicos da atual situação em que se encontra a organização.

Os procedimentos de auditoria são de grande importância, pois através destes o auditor é capaz de buscar subsídios para fundamentar sua conclusão, pois como dito acima terá informações que possibilitará que se chegue a algumas conclusões da organização por uma visão mais globalizada.

Portanto, a construção de cenários prospectivos com a auditoria é muito relevante para a organização, por meio do modelo de análise prospectiva, demonstrou ser um instrumento efetivo numa melhor orientação das decisões estratégicas em longo prazo. O estudo pôde contribuir para destacar a importância que a devida análise antecipada a fatores como economia, mercado e concorrência possuem no mundo dos negócios.

Durante as rodadas, a rapidez em que as situações reais ocorrem foi simbolizada pelas rápidas tomadas de decisões durante as rodadas. Com a auditoria percebem que as informações e dados enfatizam que devem ser acertadas, analisadas e que, ao mínimo erro, podem comprometer a situação financeira da empresa por muito tempo. Foi indicado que a formulação de cenários mediante a análise de dados passados para tomada de decisões no futuro possui certa medida de incerteza, porém há possibilidade de acertos com o auxílio de estudos e percepção.

2.5 Riscos da auditoria interna

A auditoria interna tem o objetivo de examinar as informações geradas pela empresa, verificando se os mecanismos de controle interno estão sendo feitos corretamente. E ainda auxilia os gestores no cumprimento de suas responsabilidades. Sendo assim poderão surgir alguns riscos ou irregularidades que não foram detectados no processo de auditoria.

Existem três circunstâncias em que os riscos da auditoria podem se manifestar:

O erro ou irregularidade ocorreu nos registros ou nas demonstrações contábeis, dando origem ao chamado risco inerente ou implícito;

O erro ou irregularidade não foi detectado no sistema de controle interno a entidade auditada, gerando o chamado risco de controle.

Ao aplicar os procedimentos de auditoria, o auditor não detecta erros, advindo então o chamado risco de detecção.

Os riscos da auditoria interna devem ser verificados na fase do planejamento, assim podendo buscar procedimentos adequados e exames mais efetivo par detectá-los.

2.6 Papéis de Trabalho

Papéis de trabalho são documentos que comprovem os procedimentos adotados pelo auditor, onde o auditor registra informações obtidas e ordenadas, que servirão de subsídios para formular seu parecer. A resolução do CFC (2003) diz que, “os papéis de trabalho constituem documentos e registros de fatos, informações e provas, obtidas no curso de auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações”.

Alguns objetivos dos papéis de trabalho de auditoria:

Atender às normas de auditoria geralmente aceitas;

Acumular provas necessárias para dar suporte ao parecer do auditor;

Auxilia o auditor durante a execução de seu trabalho;

Facilita a revisão;

Serve de base para avaliação dos auditores;

Ajuda no trabalho da próxima auditoria;

Representar na justiça, no caso de ser movida uma ação contra o auditor ou a firma auditada, as evidências do trabalho executado;

Os papéis de trabalho devem ser completos, objetivos, concisos, lógicos e limpos, são de suma importância para o processo de auditoria. Algumas normas e procedimentos devem ser seguidos para garantir a integridade das informações geradas, o auditor deve tomar o máximo de cuidado com os papéis de trabalho.

3. METODOLOGIA

Este artigo resulta de uma pesquisa bibliográfica descritiva, envolvendo a análise de fontes que incluem livros, artigos científicos e recursos na internet. A pesquisa foi conduzida com o propósito de enriquecer as habilidades de comunicação no ambiente de trabalho. A escolha da pesquisa bibliográfica foi motivada pela necessidade de realizar uma análise detalhada e criteriosa, exigindo a seleção rigorosa de referências teóricas e a coleta de dados (Gil, 1999).

O estudo se desdobrou em três etapas de planejamento. A primeira fase envolveu a decisão do tema e a definição do problema de pesquisa. A segunda fase consistiu na elaboração do plano de pesquisa e na coleta de referências bibliográficas relevantes. Na terceira fase, os dados foram analisados e as ideias foram organizadas.

Com relação ao tema central da pesquisa, foram selecionadas as fontes que estavam alinhadas com os objetivos e problemas de pesquisa estabelecidos. A obtenção de informações incluiu a exploração de fontes na internet e a análise de legislação específica relacionada à auditoria. Para esse fim, palavras-chave como "auditoria", "auditoria interna" e "contabilidade" foram utilizadas.

A metodologia empregada neste estudo foi de natureza explicativa e fundamentada em pesquisas bibliográficas em campos como contabilidade,

auditoria e administração. O artigo incorpora as contribuições de diversos estudiosos, incluindo Almeida (2008), Attie (2007), Franco (2005) e outros.

Para a conclusão deste artigo, foi essencial estabelecer um sólido embasamento teórico, alcançado por meio de pesquisa bibliográfica, com foco nas áreas de conhecimento relacionadas à auditoria. O objetivo foi atender às metas previamente estabelecidas e fornecer insights relevantes no contexto das organizações, considerando as diversas demandas e implicações do tema.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a auditoria desempenha um papel crucial na garantia da confiabilidade e qualidade dos dados de uma organização empresarial em um determinado período. Ela reconhece a importância dos ativos para instituições e empresas, promovendo, por meio da auditoria, maior segurança para todo o patrimônio. Portanto, a auditoria não se restringe apenas à fiscalização da empresa, mas também abre novas perspectivas para o seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a auditoria é caracterizada como um processo que estabelece procedimentos para identificar os aspectos relevantes dos objetivos sujeitos a avaliação e parâmetros para a comparação com os elementos examinados no contexto empresarial. A Auditoria Interna se destaca ao criar esses parâmetros e procedimentos, analisar eventos econômicos, identificar disfunções e sugerir melhorias nos controles examinados.

Portanto, compreendemos que, para uma empresa se manter competitiva no mercado atual, é fundamental realizar etapas essenciais, como o planejamento e a auditoria, além de adotar uma abordagem estratégica e gerencial, entre outros aspectos. Nesse contexto, o comprometimento e a

dedicação dos profissionais de contabilidade desempenham um papel crucial.

5. REFERÊNCIAS

ATTIE, Willian. **Auditoria Interna**. São Paulo: Atlas, 2007. ALMEIDA, Marcelo Cavalcante.

BRASIL. **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**: Site oficial: <http://www.cvm.gov.br/>. Acesso em 12 de out. 2023.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC 1203/09- NBC 200 (**Objetivos gerais do auditor independente e a condução da auditoria em conformidade com normas de auditoria**).

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE- **Princípios fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria e Perícia**. Brasília: CFC, 2003.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2009.

FRANCO, Hilário. MARRA, Ernesto. **Auditoria Contábil**. 2. ed.; São Paulo; Ed. Atlas; 1991.

FRANCO, Hilário; MARRA **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2001.

FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto, **Auditoria Contábil**. São Paulo: Atlas, 2000.

FRANCO, Hilário; MARRA. **Auditoria Contábil**. São Paulo. Atlas, 1995.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

HOOG, Wilson Alberto Zappa. **Perícia Contábil: Normas Brasileiras**. 2.ed. Curitiba: Juruá, 2004

INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL (IIA Brasil): Site oficial: <https://www.iiabrasil.org.br/>. 24 de set. 2023.

LACOMBE, Francisco. **Teoria geral da administração**. Saraiva, 2009.

LEI DAS SOCIEDADES POR AÇÕES (Lei nº 6.404/76):Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404consol.htm. Acesso em 12 de out. 2023.

LOPES, Carlos T. **Planejamento e estratégia empresarial**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1976.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE (NBCs) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC):Disponível em: <http://www.cfc.org.br/normas-contabeis>. Acesso em 12 de out. 2023.

NORMAS INTERNACIONAIS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA AUDITORIA INTERNA (IIA): Disponível em: <https://na.theiia.org/standards-guidance/Pages/Standards-and-Guidance-Red-Book.aspx>. Acesso em 12 de set. 2023.

PAGLIATO, Wagner. **Manual de Auditoria**. Rio de Janeiro: Editora Ciências Modernas, LTDA. 2011.

SÁ, Antônio Lopes de. **Curso de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2007.

A IMPORTÂNCIA DA BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Valdinéia Marques dos Santos²³
Vagner Marques dos Santos²⁴
Elaine de Oliveira²⁵
Sebastiana Divina de Oliveira²⁶

RESUMO

Este artigo relata a importância e a contribuição das brincadeiras no processo ensino aprendizagem para uma turma do Pré I de uma escola da rede pública municipal de Barra do Garças/MT e teve como objetivo principal identificar a importância da brincadeira e do jogo e sua contribuição no processo ensino aprendizagem, tendo como problema: De que modo os jogos e brincadeiras contribuem no processo de aprendizagem das crianças na educação infantil? Para tanto, fez-se uso da pesquisa qualitativa que possibilitou a análise por meio de instrumentos, da pesquisa bibliográfica pautada em autores Antunes (2012), Marinho (2007), Kishimoto (2011), além dos documentos, RCNE (1998), PCN (2006) entre outros, que deram sustentação ao tema e a pesquisa de campo realizada por meio da análise documental, com o objetivo de buscar e ampliar a investigação, da observação da realidade de uma sala de aula e uma entrevista com a professora regente sobre o que pensa a respeito do tema. Partindo da hipótese inicial de as brincadeiras e os jogos desenvolvidos na Educação Infantil têm contribuído para o ensino aprendizagem de forma significativa, concluiu-se que as brincadeiras tem papel fundamental no desenvolvimento da linguagem, na promoção de relações saudáveis, cognitivo, assim como, os jogos pedagógicos estimulam o raciocínio, a participação, as interações, concentração, a motivação, aprendem a trabalhar em equipe, a superação dos desafios, tornando um adulto mais equilibrado, sendo assim, contribuem para uma aprendizagem mais significativa.

Palavra-chave: Brincadeira. Jogos. Educação Infantil. Aprendizagem.

²³ Licenciatura em Pedagogia, LiUniCathedral / Centro Universitário Cathedral. Especialista em Educação Infantil e Alfabetização, Invest- Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia. valdineiamarks@gmail.com.

²⁴ Licenciatura em Letras-Português e Inglês, Universidade Cruzeiro do Sul. Especialista em Docência no ensino de Letras-Inglês, Faculdade Faculminas. wagnermarks2022@gmail.com

²⁵ Licenciatura em Pedagogia /Centro Universitário Cathedral. Especialização em Educação Infantil e Alfabetização/ Faculdade Invest de Ciências e Tecnologia. elaine2014bg@outlook.com

²⁶ Licenciatura em Pedagogia, FACISA / Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia. Especialização em Educação Inclusiva, FACISA - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia. divinabg_oliver@hotmail.com

ABSTRACT

This article reports the importance and contribution of play in the teaching-learning process for a Pre I class at a municipal public school in Barra do Garças/MT and its main objective was to identify the importance of play and games and their contribution to teaching-learning process, with the problem: How do games and activities contribute to the learning process of children in early childhood education? To this end, qualitative research was used, which enabled analysis through instruments, bibliographical research based on authors Antunes (2012), Marinho (2007), Kishimoto (2011), in addition to documents, RCNE (1998), PCN (2006) among others, who supported the theme and the field research carried out through documentary analysis, with the aim of seeking and expanding the investigation, observing the reality of a classroom and an interview with the regent teacher about what you think about the topic. Starting from the initial hypothesis that play and games developed in Early Childhood Education have contributed to teaching and learning in a significant way, it was concluded that play has a fundamental role in the development of language, in the promotion of healthy relationships, cognitive, as well as, the Pedagogical games stimulate reasoning, participation, interactions, concentration, motivation, learning to work as a team, overcoming challenges, making a more balanced adult, thus contributing to more meaningful learning.

Keyword: Joke. Games. Child education. Learning

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discorre sobre a importância das brincadeiras e dos jogos e como estes estão sendo utilizados nas práticas pedagógicas na Educação Infantil.

O interesse pelo tema surgiu no decorrer do curso de Pedagogia, mais especificamente nas disciplinas de Fundamentos e Metodologia da Alfabetização e Pedagogia do Movimento, no quarto semestre, quando foi realizado um projeto interdisciplinar, em escolas da rede municipal, que visava utilizar brincadeiras e jogos. Os mesmos foram confeccionados e pôde-se observar que as crianças interagiram com muito interesse e foram muito receptivas às atividades.

Ainda no decorrer dos estágios supervisionados, percebeu-se que as atividades lúdicas são pouco utilizadas como recurso de aprendizagem, apesar dos educadores terem a consciência de sua importância na formação da criança. A partir dessas experiências, surgiu o problema da pesquisa: de que modo os jogos e brincadeiras contribuem no processo de aprendizagem das crianças na educação infantil?

Partindo dessa hipótese, as atividades desenvolvidas na Educação Infantil têm contribuído para o ensino e aprendizagem de forma significativa. A pesquisa teve como objetivo principal identificar a importância da brincadeira e do jogo e sua contribuição no processo ensino e aprendizagem das crianças. Como objetivos específicos, analisar a importância da brincadeira como recurso metodológico e reconhecer que se contextualizada desperta a curiosidade nas crianças.

Como metodologia, utilizou-se a pesquisa qualitativa, por meio de instrumentos como a pesquisa bibliográfica, que deu sustentação ao tema; a pesquisa documental, com o objetivo de ampliar a investigação e comprovar os fatos; e a pesquisa de campo, realizada em um Centro de Educação Infantil, da rede municipal de Barra do Garças, com a turma do Pré I, na qual foi observada a realidade da sala de aula, como a professora faz uso das brincadeiras no cotidiano e uma entrevista com a mesma, para compreender o que pensa sobre o tema.

Para melhor compreender sobre o tema, fundamentamo-nos em autores como Antunes (2012) que aponta o jogo como elemento essencial da criança; Marinho (2007), que trata sobre a importância das brincadeiras e jogos na aprendizagem das crianças; Kishimoto (2011) aponta o jogo como promotor da aprendizagem e do desenvolvimento; além de documentos como o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil - RCNEI –e os Parâmetros Nacionais para Educação Infantil, - PCN, entre outros.

Nesse artigo, o tema foi organizado em três sessões. Na primeira, relata sobre a importância da brincadeira na Educação Infantil; na segunda, aborda-se sobre a utilização de jogos como ensino e aprendizagem; e por fim, na terceira sessão, os resultados da pesquisa de campo.

Espera-se que essas informações possam levar às reflexões no meio educacional a partir do reconhecimento da importância do brincar e a utilização de jogos educativos na promoção de uma aprendizagem significativa.

2 A BRINCADEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No século XVII, a criança era concebida como se fosse um adulto em miniatura, pois, na época, assumiam as mesmas responsabilidades de trabalho que os adultos e, além disso, nas famílias em que havia escassez de bens e recursos, a criança não tinha direito a educação, suas características específicas de desenvolvimento humanas, físicas e cognitivas eram pouco consideradas.

Em meados do século XVIII, a partir de teorias que constituíram um novo conceito de infância, a criança passou a ser vista como capaz de aprender dentro das suas possibilidades, ter suas necessidades atendidas e passa então a ter suas características respeitadas pela família e pela sociedade. Essas novas perspectivas sobre a criança e a infância, possibilitaram, no final do século XIX, o surgimento dos jardins de infância, locais que assistiam aos pequenos, enquanto as mães trabalhavam. Ainda nesse período, devido às condições precárias de algumas famílias, muitas crianças acabavam abandonadas, sendo deixadas na roda dos expostos.

Então, com a Revolução Industrial, no final do século XVIII e início do século XIX, houve um crescimento econômico, a urbanização se expandiu e as mães saem para o trabalho deixando seus filhos nas creches e pré-escolas, locais que tinham a função de acolher as crianças.

Em relação às brincadeiras, do século XVIII até o século XIX, eram vivenciadas por meio de vários brinquedos tais como: bolas de tecido, bonecas de madeira e porcelanas, pano, louça, e reproduções de animais, até uma planta servia de espécie de brinquedo, mesmo sendo rústicos não faltava imaginação e criatividade nas brincadeiras. Entretanto, não eram vistas como um instrumento de ensino e aprendizagem, apenas lazer e recreação. Sendo assim, o brincar sempre fez parte do cotidiano da criança, mas nem sempre foi dada a importância a essas atividades.

Já no século XX, a criança se encontra em outro patamar de direitos, inclusive nas creches e pré-escolas, começam a fazer parte do cotidiano, assumindo as funções de cuidar e educar. A definição da educação básica para todos é a da Educação Infantil como atendimento específico às características dessa faixa etária, possibilitando o desenvolvimento integral, a assistência à alimentação, a higiene, as práticas educativas e a utilização do lúdico como uma importante metodologia para sua inserção à sociedade.

Com o progresso tecnológico, surgiram novos brinquedos e os modelos anteriores foram ampliados, incorporados e conseqüentemente foram substituídos. O importante é que as crianças brinquem, pois, a infância é a fase das descobertas, do novo; as relações tornam-se mais afetivas, as ações do seu próprio corpo vão se adaptando, estabelecendo contato com os objetos, surgindo o jogo simbólico e as trocas de experiências. O brincar se inicia nos primeiros momentos de vida do bebê, nos quais já interage com o mundo exterior, sente, toca, balbucia sons, é estimulado com a convivência entre os adultos participando do seu espaço e recriando as descobertas. Dando sequência as fases de desenvolvimento, as atividades ficam mais complexas e proporciona maior amplitude de movimento, maior manipulação de objetos. Nesse sentido, seus objetos passam a ter significado, surge o período da imitação, as relações das representações que elas fazem, promove uma interação. Quando vão amadurecendo as brincadeiras mudam, passam a

ter outra significância, novas possibilidades, um maior enriquecimento em suas ações.

Por essa razão, é importante que a curiosidade da criança, ao manipular os objetos, seja respeitada, deixando-os que os toquem, sintam a textura, tamanho e tudo que demonstrarem interesse, pois desenvolverá a mobilidade motora, visual, cognitiva e afetiva. A brincadeira deve ser estimulada desde cedo, porque, pelas brincadeiras, se relacionam, repartem seus brinquedos e determinam cenas da própria fantasia.

Nesse contexto, o faz de conta é um importante momento de observação para educadores e familiares, pois é nessas situações que a criança expressa suas percepções da realidade. Para oportunizar o faz-de-conta, é necessário que brinquem a sua maneira, a fim de que as relações interpessoais sejam mais prazerosas, usem a criatividade e desenvolvam a autonomia. À essas interpretações da realidade, por parte da criança, partindo do objeto real, trazendo para sua imaginação diversos papéis, surgindo o de jogo simbólico.

A construção do faz de conta surge à medida que incorporam os movimentos corporais atingindo uma amplitude de ideias, tomam decisões, compartilham, numa interação entre o ambiente externo, e vão construindo sua formação, novas relações se internalizam.

Para que o processo de ensino e aprendizagem seja bem-sucedido é necessário que o educador permita encontros grupais, pois a criança desenvolva a capacidade de memória, o processo cognitivo, dando a oportunidade das brincadeiras, tanto as que eles conhecem como as que forem dirigidas em sala de aula, permitindo uma interação com os demais.

Devem-se levar em consideração que a execução das brincadeiras infantis, desenvolve a linguagem oral, graças às experiências que cada criança traz as sensações experimentadas e as experiências trocadas. É a

partir deste instante que aprendem umas com as outras, aprendem valores com suas brincadeiras.

O brinquedo lúdico sendo parte integrante da sua vida cotidiana cria relações entre o pensamento e as situações reais e, ao manipulá-lo, o contato passa ser de pura magia, uma forma de exploração. A partir do momento que a criança está com o brinquedo, ao manuseá-lo, transfere sentimentos carregados de pura emoção. Para a criança, o brinquedo funciona como algo pessoal, somente seu, a partir do instante que tocam seus brinquedos, exploram seu lado afetivo à medida que vão brincando. Segundo o Referencial Curricular para a Educação Infantil – RCNEI - referente ao brinquedo, encontramos que:

[...] Os brinquedos constituem-se, entre outros, em objetos privilegiados da educação das crianças. São objetos que dão suporte ao brincar e podem ser das mais diversas origens materiais, formas, texturas, tamanho e cor. Podem comprados ou fabricados pelos professores pelas próprias crianças, podem também ter vida curta, quando inventados e confeccionados pelas crianças em determinada brincadeira e durar várias gerações, quando transmitida de pai para filho. Nessa perspectiva, as instituições devem integrá-los ao acervo de materiais existentes nas salas, prevendo critérios de escolha, seleção e aquisição de acordo com a faixa etária atendida e os diferentes projetos desenvolvidos na instituição (BRASIL, 1998, p. 70).

Assim, podemos compreender que brinquedos e brincadeiras sempre existiram, e até mesmo quando não os têm, as crianças brincam porque faz parte da vida, tornando o mundo mais colorido, espelhando o mundo dos adultos por meio de situações imaginárias, trazendo para as suas brincadeiras vários papéis com os quais interagem.

Sendo assim, nas brincadeiras, que fazem como sendo reais, os diálogos, as determinações de papéis, as regras impostas, as controvérsias, as representações, a experimentação de saberes, ocasionarão o seu desenvolvimento. Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, o brincar:

[...] é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O fato de as crianças, desde muito cedo poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais (BRASI, 1998, p. 22).

Assim, um aspecto importante numa instituição de Educação Infantil é a coerência entre o cuidar e educar, visando o atendimento aos direitos da criança e à função de promoverem o desenvolvimento e preparação para a sociedade. Sendo assim, cabe ao docente observar os conhecimentos que a criança traz para dentro da sala de aula e garantir que o espaço escolar propicie um ambiente agradável, respeitando a individualidade de cada um.

Por conseguinte, o professor, como mediador, precisa interagir e promover situações lúdicas, atentando-se para cada faixa etária, oferecendo oportunidades de escolha nas brincadeiras, sem interferir diretamente, apenas auxiliando, quando ocorrer dúvidas ou situações de conflitos.

Ao brincarem, as crianças compartilham suas emoções na medida em que vivenciam situações como, por exemplo, imitar a mãe, assumindo papéis, a responsabilidade de cuidar da casa e brincam de casinha; ou quando os meninos imitam o pai como figura de chefe, atribuindo diversos papéis, desempenhando funções a cada nova brincadeira. Assim, é possível percebermos a maneira como as crianças expressam a imaginação, transformando suas ações e atitudes em momentos de descontração.

Partindo desse pressuposto, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para a Educação Infantil, no que diz respeito ao uso das brincadeiras, apontam que é de responsabilidade que o professor da Educação Infantil:

[...] alternar brincadeiras de livre escolha das crianças com aquelas propostas por elas ou eles, bem como intercalam momentos mais agitados com outros mais calmos, atividades ao ar livre com as

desenvolvidas em salas e as desenvolvidas individualmente com as realizadas em grupos. (BRASIL, 2006, p. 39).

Dessa forma, trazer a ludicidade é de fundamental importância porque quando chegarem à fase adulta saberão superar as perdas, os ganhos, se tornarão mais equilibrados, sabendo enfrentar uma sociedade em constantes modificações.

Por outro lado, no aspecto cultural, algumas brincadeiras estão sendo esquecidas ou modificadas, devido aos novos hábitos da geração tecnológica. Nesse parâmetro, cabe também a escola as perpetuar, utilizar o repertório de brincadeiras cantadas, assim, como as de roda, versinhos, rimas, parlendas, trava-língua, brincadeiras de rua e também os brinquedos populares, o pião, bolinha de gude, peteca, chocalho de bebês dentre outros.

Assim, cabe ao professor articular brincadeiras distinguindo suas diferenças, trazendo culturas antigas para dentro do contexto atual, relacionando suas diferenças, mostrando como é divertido explorar outras fontes de brincadeiras. Nesse contexto, Kishimoto aponta que:

[...] Por ser um elemento folclórico, a brincadeira tradicional infantil assume características de anonimato, tradicionalidade, transmissão oral, conservação, mudança e universalidade. Não se conhece a origem da amarelinha, do pião, das parlendas, das fórmulas de seleção. Seus criadores são anônimos. Sabe-se, apenas, que provêm de práticas abandonadas por adultos, de fragmentos de romances, poesias, mitos e rituais religiosos (KISHIMOTO, 2011, p. 43).

Por isso, e considerando que as brincadeiras são indispensáveis para o desenvolvimento integral da criança, é essencial uma educação que valorize o brincar, propiciando situações de ensino aprendizagem significativas, favorecendo laços de amizade e interação mais consolidados, aprendendo a respeitar limites e a conviver em sociedade.

2.1 A utilização de jogos como ensino aprendizagem

No período greco-romano, a educação dos povos se constituía nas instruções doutrinárias para substituir o raciocínio; era administrada somente para os homens livres. Assim, mais de 90% da população não tinha acesso ao ensino. A educação da criança era a cargo da família, o menino era o companheiro de seu pai, a mulher como figura do lar, a criança aos cuidados de amas e escravos, logo em seguida, eram entregues ao pedagogo, ou seja, aquele que conduzia a escola aprendia músicas, artes, ofícios, negócios públicos.

Em outro contexto, surgem os sofistas uma nova classe de professores que ensinavam as ciências, artes, história, dialética, por meio do diálogo, e em oratória em discursos públicos. No período do Renascimento, no século XVI e XVII, uma nova concepção nas atividades específicas da humanidade, uma educação nas artes, literatura, salto, corrida, os jogos daquela época era visto, nas suas festividades religiosas como recreação, surgindo vários tipos de jogos.

Nesse âmbito, já no século XVIII, o jogo era ligado aos jogos de azar; autoridades se aproveitavam do jogo como fonte de renda e as regras dos jogos eram impostas, não sendo atividades para crianças.

Neste resgate histórico, percebe-se que os jogos fazem parte história da humanidade e, até hoje, contribuem, tanto para as crianças como para os adultos, sendo um recurso que transmite culturas de geração a geração. Por isso, a definição de jogo é tão complexa, pois depende como ele é visto, em certas regiões pode ser identificado como não sendo jogo, há diferentes visões e a cultura de cada povo atribui contextos e significados.

Na atualidade, o jogo para a criança parte do significado real, por meio da representação simbólica dos objetos, que recreiam situações cotidianas e a imitação de papéis dos adultos. De acordo com Piaget, no período ente 0-2

anos, a criança não separa o imaginário do real, é a fase da curiosidade; dos 3-5 anos surge o jogo faz de conta e jogos de papéis; entre 6-8 anos, a linguagem já é bem desenvolvida, com um aumento nas representações.

Quando a criança chega à idade pré-escolar, vivencia um cenário de descobertas, de socialização, um maior número de linguagens, o cognitivo mais aguçado, como também o movimento que reproduzem pelo corpo, ampliando seu horizonte de saberes. É nessa fase que o educador pode utilizar os jogos para tornar a aprendizagem mais significativa.

Na Educação Infantil, um dos pontos fundamentais, para que o docente venha obter resultados mais específicos na utilização de jogos, é passar as instruções específicas de normas e regras, os desafios e assim certamente alcançarão os objetivos propostos.

Nesse sentido, o jogo estabelece motivação aos obstáculos, superando as opiniões contrárias aprendendo sobre o que o cerca, pois há uma troca de experiências, interação entre suas ideias, e essa convivência partilhada fará com que os alunos tenham um maior entrosamento favorecendo a socialização. Nessa perspectiva, Marinho diz que:

[...] O jogo é educativo e imprescindível, pois possibilita à criança uma aprendizagem através de vivências corporais, por meio dos quais pode experimentar sensações e explorar as possibilidades de movimento do seu corpo e do espaço, adquirindo um saber globalizado a partir de situações concretas (MARINHO, 2007, p. 83).

Partindo dessas considerações, é vasta a variedade de jogos que podem ser utilizados dentro e fora de aula e que possibilitam as crianças do Pré I o desenvolvimento como um todo e a construção do conhecimento, tais como: jogos de damas, um verdadeiro jogo de estratégias; jogo coelho sai da toca, que oferece a possibilidade de construção de um sistema de trocas; jogo da amarelinha que, por sua vez contribui com a participação dos grupos, com concentrações e obedecerem às regras; jogos com as cartas, o valor desses possibilitam o desenvolvimento lógico da criança; já os jogos de

tabuleiro servem de estímulos para as crianças pensarem comunicação e estratégia.

O jogo, quando ofertado em sala de aula com um objetivo específico, proporciona um elemento fundamental para um maior entrosamento, estabelecendo a linguagem cultural e social, aumenta as possibilidades de discordarem da ação do jogar com as regras.

Para tanto, é papel de o educador ser o mediador, planejar suas atividades lúdicas, de forma que favoreçam o crescimento da autonomia, aprendizado, observando a conduta dos grupos, enquanto jogam brincando e, além disso, deve ter conhecimento da sua turma, acompanhar os ritmos de aprendizagens, envolvimento, tornando suas aulas mais prazerosas e dinâmicas. Nesse contexto, Marinho aponta que: “O educador, ao planejar e organizar sua prática pedagógica deve selecionar as técnicas e as estratégias mais adequadas para a situação de ensino, tendo como objetivo maior viabilizar da melhor forma o processo de ensino-aprendizagem.” (MARINHO, 2007, p. 97). Dessa forma, o jogo como instrumento de ensino, possibilita a estimulação do raciocínio em diversas dimensões, passam a perceber sensações de prazer, à comunicação com o outro torna mais prazerosa, a competição, as regras, uma grande diversidade de descobertas, garantindo uma aprendizagem significativa desse universo. Segundo Antunes:

[...] Jogos bem-organizados ajudam a criança a construir novas descobertas, a desenvolver e a enriquecer sua personalidade, e é jogando que se aprende a extrair da vida o que a vida tem de essencial. Nesse sentido, toda essência do jogo se sintetiza em suas regras, pois é operando dentro de algumas regras e percebendo com clareza sua essência que vivemos em e nos relacionamos com o mundo. Jogar é plenamente viver (ANTUNES, 2012, p. 11).

Nesse sentido, quando a criança joga, desvenda inúmeras oportunidades de enriquecer seu potencial, enfrentar os desafios à cooperação, concentração, diversão e ações e das regras impostas durante o momento do jogo.

Por isso, o jogo é parte fundamental no desenvolvimento, porque sucedem as trocas, a dinâmica dos movimentos, o momento de reconhecer quando surge a dificuldade, manipular os objetos, a formação de conceitos, entre outros, constituintes que podem ser adquiridos desde o instante que é ofertado em sala de aula.

2.2 As brincadeiras e jogos na sala de aula

A pesquisa de campo foi realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil de Barra do Garças, situada em um bairro periférico do município, que acolhe 175 (cento e setenta e cinco) crianças de três (3) a cinco (5) anos de idade, assim distribuídas: o período matutino (das 7 h às 11 h): Creche III “A”, Pré I A e B e Pré II “A”, e vespertino (das 13 h às 17 h): Creche III “B”, Pré I “C” e Pré II “B e C”, sendo ofertada também educação em tempo integral.

A escola está inserida em local de fácil acesso, sendo que a entrada é toda murada, calçada para as crianças terem acesso aos corredores que vai até o pátio na parte externa. Logo na entrada há um pequeno jardim, tanto do lado direito como do esquerdo, lixeiras recicláveis, mensagem de boas-vindas.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP, a escola tem como proposta filosófica: “a construção do saber integral da criança nos aspectos afetivos, cognitivos e social, fundamentada nos pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, e aprender a ser, traduzidas em ações lúdicas interdisciplinares” (PPP, 2018, p. 09).

Em relação à estrutura física, a escola conta com quatro (4) salas de aula, uma brinquedoteca, dois bebedouros, três banheiros, dois almoxarifado, uma secretaria, uma sala de professores, duas salas do soninho, um depósito de materiais pedagógicos, um depósito de limpeza, um refeitório

organizado com seis mesas retangulares, as paredes são decoradas, seis janelas, duas lixeiras, três lavatórios, iluminação adequada, ao lado contém um pequeno quintal, uma casinha de bolinha. Conta também com um parquinho de areia, com quatro balanços e um escorregador, onde as crianças divertem e trocam seus brinquedos.

A escola oferece ambientes com equipamento e material didático de acordo com a faixa etária e diferentes atividades para atender às crianças. No contraturno, o acompanhamento é feito por monitores que tenham, no mínimo, formação na área de educação e especialização em áreas específicas de música, artes, educação física (recreação) e outro idioma (inglês e/ou espanhol), sendo tais atividades ofertadas para melhorar o processo de ensino aprendizagem.

A sala de aula da turma observada, o Pré I, tem vinte (20) alunos, é climatizada, as paredes são decoradas com alfabeto, calendário, dois armários, duas estantes, quadro de lousa, uma mesa para a professora, três janelas com cortinas, um cesto de lixo, cartazes numéricos, iluminação adequada, mesas para um total de vinte alunos, adequados a essa faixa etária.

A professora regente é Pedagoga, com especialização, em Alfabetização, Gestão e Organização da Escola, Curso de Atendimento Educacional Especializado (AEE), atua na Educação Infantil há 19(dezenove) anos, e está na creche há dois anos.

Nessa escola, há acolhida todo dia, sendo feito com um revezamento entre as professoras das turmas. Nesse momento, todas as turmas se reúnem no refeitório, as crianças são acompanhadas, pela coordenadora pedagógica, monitora e professoras.

Durante o período de observação, verificamos que a educadora, antes de iniciar a acolhida, distribui brinquedos pedagógicos, peças de construção, tampinhas de garrafas que indica, a cada dia, uma criança para auxiliar em

suas atividades, para que não fiquem dispersos e os ensinando a terem responsabilidades.

Em um dos momentos de observação, a professora utilizou metodologias variadas, conferiu as agendas dos alunos, iniciou contando uma história da letra P, mostrando as figuras para os alunos, em seguida, uma roda de conversa sobre a mesma. No caderno de Língua Portuguesa, orientou as crianças a realizarem uma colagem com a letra P, com objetivo de desenvolver a coordenação motora-fina; foi percebido que a maioria conseguiu desenvolver atividades.

Dando continuidade, no caderno de artes, as crianças deveriam recontar a história por meio do desenho desenvolvendo sua imaginação, transpondo suas emoções e revivendo a história através das imagens criadas por eles. Em outro momento, a educadora distribuiu vários tipos de jogos pedagógicos, quebra cabeças, jogos para a coordenação motora, cores e formas geométricas, e jogos de matemática para identificarem os números, com o objetivo de desenvolver o raciocínio, concentração.

Os alunos foram organizados em dupla para interagir e, assim, uns ajudando umas as outros, a maioria conseguiu desenvolver a atividade proposta, exceto no jogo de matemática, para o qual a professora formou duplas entre aqueles que têm mais facilidade para interagir com aqueles que têm dificuldade. O trabalho com jogos pedagógicos estimula a interação, o docente deve observar as eventuais divergências na adaptação do jogo, no momento da perda e ganho. Partindo dessa premissa, ao ser questionado sobre como seus alunos superaram suas expectativas, a professora afirma que:

[...] Na experiência que tenho a dezenove anos de profissão você vai aprendendo com seus erros. Hoje os meus alunos não têm essa divergência no perder ou ganhar, temos os combinados antes de começar as brincadeiras com jogos (ENTREVISTA REALIZADA COM A PROFESSORA EM 16/10/2018).

A educadora explicou que os jogos educativos sempre estão presentes em suas aulas, e que são importantes por possibilitarem motivação e interesse quando ofertado em sala.

Percebeu-se que a professora realiza os jogos com as crianças de maneira interativa; enquanto jogavam trocavam seus jogos, uma interação recíproca não ocorre divergências, a disciplina entre eles bem-organizada, garantindo autonomia nos alunos. Ao ser questionada sobre o uso de jogos como metodologia, a professora afirma que “sempre que é proposto um jogo, antes é necessário falar que é uma brincadeira divertida que terá um vencedor e um perdedor, para que depois, não haja choro e frustração.”

Em outro momento da observação, a docente contou a história do Pequeno Polegar, que possuía 07 (sete) irmãos e, por isso, solicitou que separassem sete tampinhas de cores diferenciadas e formasse o número sete; a educadora conferiu a contagem das crianças. A professora perguntou às crianças quantos filhos contam na história. Responderam em coro, que pelo visto prestaram atenção, em seguida, colocou uma corda, no chão formando o número sete, pediu que cada um pisasse na corda, enquanto isso, ela dizia cuidado com o tubarão, jacaré. Essa atividade tem por objetivo desenvolver o movimento, equilíbrio e concentração.

Pouco depois, propôs outra atividade de escrever o número sete, pintar as figuras, e desenhar sete coisas. Percebeu-se que, de modo geral, os discentes conseguiram desenvolver com facilidade, porém quando sentiam dificuldades corrigia e explicava. Nesse ínterim, a docente realizou uma dinâmica acertar a bola dentro do balde, assim, duas crianças de frente pra outra mantendo certa distância jogava a bola, atrás tinha uma linha que deviam respeitar o espaço, possibilitando executar a lateralidade, limite, concentração e coordenação motora.

A relação da professora com os discentes é de afetividade, interação, ponto fundamental para desenvolvimento da criança, possibilitando trocas de ideias e momentos de descontração.

No dia seguinte, a acolhida foi diferente, a professora levou uma caixa de som para que todos acompanhassem nas músicas, as quais as crianças gostaram muito, participavam de todos os movimentos. A seguir, os levou para a brinquedoteca, que dispõe de uma enorme diversidade de brinquedos.

Dentro desse espaço, as paredes decoradas, os brinquedos são distribuídos em cima de um tatame, um balde grande, uma caixa organizadora, uma casinha de fantoche, ar condicionado, e uma televisão. A professora relatou que “só utiliza a tevê quando passa um vídeo, sendo com um valor pedagógico, no entanto, sua turma não demonstra muito interesse, portanto, a coordenadora solicitou que levassem seus alunos, pelo menos duas vezes da semana na brinquedoteca”.

Dos brinquedos disponíveis, observou-se que um dos mais disputados pelas crianças era o carrinho de supermercado, então a professora organiza um rodízio para não ocorrer desentendimentos e os deixa livres para escolherem, não interferindo em suas brincadeiras, apenas observa. Percebeu-se também que entre eles não existe separação de brinquedos, de meninos e de meninas, compartilham, trocam, criam cenários, discutem, sabem respeitar o tempo do outro.

Em outro canto, um grupo de crianças, brinca com um caminhão de bombeiro, utilizando muito a imaginação para simula situações reais, e outras situações possíveis, e logo, partem para outro tipo de brinquedo. Outro grupo da sala brincava de casinha, separavam os objetos, cada uma organizava uma tarefa. Enquanto, uma penteava os cabelos da boneca, outra cuidava da comida, colocava a boneca pra dormir, vestem roupas e sapatos, uma verdadeira magia, trocavam suas experiências, e ajudava umas às outras.

Também havia um grupo que utilizava a tartaruga de formas geométricas, cada um encaixava um dos objetos e passavam a vez para o colega, havendo interação e colaboração, despertando o riso e alegria. Eventualmente, algumas delas se desentendiam, então a professora intervinha e colocou-os para descansar por dez minutos, explica que devem saber por que estão descansando, em certas situações impõe limite para prepará-los a socialização.

Na hora de guardar os objetos, eles não fazem objeções, entendem que acabou esse momento, e deixam a sala bem-organizada para que a próxima turma venha utilizar. A docente mencionou que a instituição procura diversificar os objetos, preocupa-se com a necessidade do brincar e que alguns materiais pedagógicos são confeccionados por ela e por outros profissionais.

Ao retornarem para sala de aula, a educadora pediu que pegassem o caderno de Língua Portuguesa; atividade foi uma Parlenda da letra P, em seguida, pintar as letras P da parlenda, enquanto isso pegou agenda para devida anotações esperou um tempo para fazerem a atividade e correção.

Então, após o encerramento das atividades, foi proposto para os discentes à brincadeira de amarelinha dentro da sala de aula, este sendo confeccionado pela educadora e percebeu-se a participação de todos. Quando alguma criança sentia dificuldade, a professora orientava-a, enquanto pulavam as crianças batiam palmas, a diversão foi geral; este tipo de brincadeira proporcionou a coordenação motora, lateralidade e o equilíbrio.

A partir da observação da rotina da sala de aula, pode-se perceber que a professora utiliza a ludicidade, tanto as dirigidas quanto as livres, responsabiliza-se em motivá-las, pois é na brincadeira que as crianças exteriorizam os sentimentos.

A entrevista foi realizada com a professora da turma, com o intuito de entender suas percepções a respeito da importância das brincadeiras no processo de aprendizagem. Ao ser questionada sobre o lúdico como instrumento de aprendizagem, ela respondeu afirmativamente:

[...] Entendo que o lúdico é de suma importância para que as crianças aprendam de forma significativa. É por meio da ludicidade a criança irá sempre querer ir para creche escolar. O lúdico veio para que o ensino seja consolidado de uma forma prazerosa e significativa.” (Entrevista realizada com Professora em 18/10/2018).

De acordo com a rotina da creche, a um dia da semana em que todas as crianças podem trazer de casa seu brinquedo preferido. Então, quando chegavam à sala, logo retiram da mochila e mostram aos colegas, expõem as características atribuídas a cada uma das personagens, exteriorizando suas emoções. As relações das crianças são satisfatórias, trocam seus brinquedos, demonstram a intimidade que tem com o seu brinquedo, imitando suas histórias e fantasias.

Um aspecto interessante observado é que eles atribuem aos seus brinquedos nomes específicos; encontram-se carros, helicóptero, telefone, seus heróis como o Batman, SuperMen, a Flor Sereia, a Bela e Fera, robôs Transformers, inúmeros personagens que aguçavam a imaginação entusiasmo nas brincadeiras contagiava seus olhares e sorrisos.

Pouco depois, a professora comunicou que era hora de irem para o parque, formou-se a fila e, antes de liberá-los impõem as regras, adverte sobre a necessidade de cumprir os combinados. A docente frisou que este momento é a oportunidade de elas extrapolar suas energias, de sujarem as mãos, complementou que a Educação Infantil é fase que aprendem brincando, e que se tirarem delas esses momentos, não terão prazer de irem à creche.

Durante o período em que permaneceram no parquinho, a educadora permanecia atenta para ter plena certeza de que todos ficariam bem. A

energia que contagiava as crianças, mesmo com toda correria, permitia uma diversão saudável e segura. Quando desejavam beber água, ia um por vez sem criar tumulto, respeitando uns aos outros.

Nesse sentido, percebe-se que o planejamento da professora está de acordo com o que aponta o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola ao apontar que: [...] Vivenciar por meio de brincadeira, jogos, ginástica e danças, as habilidades locomotoras de caminhar, correr, pular, galopar, saltitar, escorregar, rolar (PPP, 2018, p. 25).

Percebe-se, a partir do exposto, a importância das brincadeiras na Educação Infantil e no cotidiano da criança, sendo então essencial, que sejam proporcionadas pelo educador permitindo a exploração das capacidades corporais acesso às diversas descobertas e garantindo uma infância saudável.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, entender a importância das brincadeiras e jogos como suporte ao desenvolvimento da criança é um processo fundamental para os educadores. Nessa perspectiva, a pesquisa propôs-se averiguar a realidade de uma sala de aula em uma escola campo, por meio da observação da turma e como a professora utiliza esses instrumentos em sua prática pedagógica.

Para tanto, abordou-se o valor da criança em seu contexto histórico, o brincar como necessidade para que a criança desenvolva suas potencialidades, habilidades cognitivas e afetivas, o brincarem como elemento de entrada a novos conhecimentos, a possibilidade de relações saudáveis, construindo, respeitando as limitações do outro, seus pontos de vistas, exporem suas emoções, independência e autonomia.

Percebeu-se que interesse da criança pelas brincadeiras, tanto as livres quanto as dirigidas depende muito das estratégias utilizadas pelo

educador, preparando aulas planejadas e o fazer da sua prática uma atuação que valorize os aspectos da criança, garantindo a liberdade de pensamento, o encantamento pelos objetos, aceitação pelas diferenças, estimulá-las e prepara-las à socialização, porque é brincando que aprendem umas com as outras.

Assim como as brincadeiras, o uso de jogos pedagógicos que contribuem ao desenvolvimento do raciocínio, concentração e a motivação das crianças, auxiliam as crianças a compreenderem as formas de organização social e aprendem a se relacionarem.

A partir dos estudos realizados, da observação e da entrevista com a professora foi possível confirmar a hipótese inicial de que as brincadeiras e os jogos desenvolvidos na educação infantil têm contribuído para o ensino aprendizagem de forma significativa, visto que trabalhar a ludicidade proporcionará o desenvolvimento das crianças em conjunto e de cada uma em particular permitindo a capacidade perceptivo-cognitiva, suas capacidades de uso das linguagens, afetivos e sociais.

Espera-se que os dados apontados contribuam para levar os profissionais do meio educacional a refletirem sobre o valor das brincadeiras e jogos para facilitador do desenvolvimento integral da criança e uma aprendizagem significativa.

4 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. **O jogo e a educação infantil**. 8. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, Vozes, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC\SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Nacionais de qualidade para Educação Infantil**. Brasília: MEC\SEB, 2006.

FACISA. **Normas para Elaboração de trabalhos Acadêmicos**: Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas do Araguaia – Curso de Pedagogia, 2016.

GONÇALVES, Cacilda Velasco. **Brincar o Despertar Psicomotor**. ed.sprint. ISBN - 85-7332-010-9: Rio de Janeiro, 1996.

KAMII, Constance. **Jogos em grupos na educação infantil**: implicações da teoria de Piaget/ Constance Kamii, RhetaDevries.prefácio Jean Piaget: tradução Marina Célia Dias Carranqueira. – ed. Ver. Porto Alegre: Artmed, 2009.

KISHIMOTO, TizukoMorchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação** / Tizuko M. kishimoto(org.) (*et al*); 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARINHO, Hermínia Regina Bugeste. **Pedagogia de Movimento** (*et al*) 2. ed. Curitiba: Ibplex, 2007.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **O trabalho do professor na Educação infantil**. 1.ed. São Paulo: Biruta, 2012.

PPP, **Projeto Político Pedagógico da escola Campo**, 2018.

VIGOTSKI, Lev Semenovich.**A formação Social da mente**. (*et al*) 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

APROVEITAMENTO DE CRÉDITO DO ICMS SOBRE O ATIVO IMOBILIZADO NO ESTADO DE RONDÔNIA

Jéssica Jeane Batista Martins Freitas²⁷

Cleiton Luiz de Souza Bertocco²⁸

Fabiana Holler Baptista²⁹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal discutir o diferencial de alíquotas e o aproveitamento de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) no Estado de Rondônia. Além disso, busca esclarecer os procedimentos corretos para o aproveitamento de créditos sobre os Ativos Imobilizados adquiridos pelas empresas. Para tanto, foi necessário caracterizar os principais conceitos que envolvem o ativo imobilizado, identificar os benefícios fiscais proporcionados às empresas que adquirem seus ativos e demonstrar os procedimentos legais para o aproveitamento de crédito do ICMS. A metodologia utilizada para alcançar o resultado foi a pesquisa teórica que envolve a análise da legislação e jurisprudência. Embora o procedimento seja complexo, o planejamento e conhecimento buscam melhorar financeiramente as empresas, uma vez que o crédito apurado é debitado sobre o imposto a pagar no referido mês. Este estudo procura saber qual a forma correta que ocorre esse aproveitamento de crédito sobre os ativos imobilizados e em que momento pode ser utilizada. Embora o assunto seja complexo, é de grande relevância para os profissionais de contabilidade e empresas que realizam operações interestaduais, já que é preciso atenção redobrada aos detalhes da legislação vigente. Esperamos que este artigo possa contribuir para um melhor entendimento do tema e auxiliar na tomada de decisões relacionadas ao aproveitamento de créditos do ICMS.

Palavras-chave: Crédito. Aproveitamento. ICMS.

ABSTRACT

The main objective of this article is to discuss the difference in rates and the use of credits from the Tax on Circulation of Goods and Provision of Services (ICMS) in the State of Rondônia. In addition, it seeks to clarify the correct

²⁷ Bacharel em Ciências Contábeis pela Cooperativa Educacional de Vilhena – Faculdade FAVOO (COOP). jeeh-ane@hotmail.com

²⁸ **Orientador:** Bacharel em Ciências Contábeis, AVEC/ Associação Vilhenense de Educação e Cultura. Especialista em Gestão de Marketing e Negócios, AVEC/ Associação Vilhenense de Educação e Cultura. cleiton_vilhena@yahoo.com.br

²⁹ **Orientadora:** Bacharel em Economia, UNEMAT/ Universidade Estadual do Mato Grosso. Especialista em Gestão Empresarial e Recursos Humanos, FAMA / Faculdade da Amazônia. Mestre em Ciências da Educação, UDS / Universidad de Desarrollo Sustentable. fabianahollerbaptista@gmail.com

procedures for using credits on Fixed Assets acquired by companies. To do so, it will be necessary to characterize the main concepts that involve fixed assets, identify the tax benefits provided to companies that acquire their assets and demonstrate the legal procedures for the use of ICMS credit. The methodology used to achieve the result was theoretical research that involves the analysis of legislation and jurisprudence. Although the procedure is complex, planning and knowledge seek to improve companies financially, since the calculated credit is debited on top of the tax payable in that month. This study seeks to find out the correct way in which this use of credit on fixed assets occurs and when it can be used. Although the subject is complex, it is of great relevance for accounting professionals and companies that carry out interstate operations, since redoubled attention is needed to the details of current legislation. We hope that this article can contribute to a better understanding of the subject and help in making decisions related to the use of ICMS credits.

Keywords: Credit. Exploitation. ICMS.

1. INTRODUÇÃO

O ICMS, sigla para Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, é considerado o imposto de maior arrecadação do país. Regulamentado pela Lei Kandir, é um imposto estadual que incide quando ocorre a circulação de um produto ou serviço tributável entre cidades ou estados.

Inserido no âmbito da competência tributária específica dos Estados e ao Distrito Federal, o ICMS está delineado nas disposições normativas contidas no inciso II e no parágrafo 2º do art. 155 da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988 (BRASIL, 1988). Nos referidos dispositivos constitucionais, encontram-se determinados os traços e características fundamentais desse imposto, no sentido de nortear o trabalho do legislador, consistente em sua instituição, bem como estão articulados os princípios, diretrizes e categorias que disciplinam sua operatividade sistêmica.

A importância em estudar este tema é que ele tem grande relevância em nossa atualidade. Apesar do procedimento ser complexo, o planejamento e conhecimento buscam melhorar financeiramente as empresas, nesse sentido, a utilização do crédito ou creditamento do ICMS é um direito garantido ao contribuinte pela Constituição Federal de 1988. O objetivo desse direito é evitar a cumulatividade do tributo, permitindo ao contribuinte abater do seu débito tributário o crédito sobre as suas aquisições de bens e materiais. Dando ao contribuinte o direito de utilizar o crédito do ICMS para reduzir o valor do imposto a pagar. (NELSON, 2006; PEIXOTO, 2013).

No entanto, embora esse tema seja muito relevante em nosso cenário atual conforme apresentado nos estudos dos autores Nelson e Peixoto, cada um em seu respectivo ano, foram encontrados poucos trabalhos que discutem essa temática sob o ponto de vista teórico e contextual, de tal modo que, as informações mais importantes foram compiladas em 2014 por Yamao e 2019 por Moreira.

Assim, é significativo salientar que é fundamental compreender como funciona esse imposto, bem como o seu sistema de crédito, pois é incluído dentro do princípio da não cumulatividade, ou seja, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou por outro Estado, conforme art. 19 da LC 87/96 (BRASIL, 1996). Para isso o conhecimento e a gestão dos créditos obtidos pelo ICMS tornam-se imprescindível na obtenção de melhorias e diminuição na carga tributária das empresas.

Diante do exposto, este artigo tem como objetivo principal discutir o diferencial de alíquotas e o aproveitamento de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) no Estado de Rondônia, como também esclarecer os procedimentos corretos para o

aproveitamento de créditos sobre os Ativos Imobilizados adquiridos pelas empresas. Para tanto, fez-se necessário caracterizar os principais conceitos que envolvem o ativo imobilizado, identificando os benefícios fiscais proporcionados às empresas que adquirem seus ativos e demonstrando os procedimentos legais para o aproveitamento de crédito do ICMS.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO – DO IVM AO ICMS

Após a primeira guerra mundial descobriu-se uma nova fonte de arrecadação. Acontecimentos tais como a devastação dos povos durante a guerra, os comércios enfraquecidos e também a abertura do comércio entre as nações culminaram no surgimento do primeiro tributo denominado imposto sobre vendas mercantis – IVM, fato que solucionou o problema de arrecadação após a guerra, passando a tributar assim sobre os bens de consumo que circulavam além-mar, sendo no primeiro momento, um imposto de jurisdição da União.

Com a vigência da nova Constituição de 1934 o IVM deixava de incidir somente sobre as operações de compra e venda e passava a recair também sobre as operações de consignação, incidindo dessa forma sobre todas as operações da cadeia gerando o “efeito cascata”, efeito que ocorre quando um produto ou serviço é tributado mais de uma vez atravessando vários estágios da cadeia, desde o estágio da produção até o estágio de varejo e passava a ser denominado como Imposto sobre Vendas e Consignações – IVC (BRASIL, 1934).

Culminada com algumas alterações, na nova fase tributária nacional através da Constituição Federal de 1967 alterou e criou-se limitações a incidência do IVC convertendo-o em um novo Imposto denominado como Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias – ICM, aplicando-se a ele o princípio da não-cumulatividade, ao qual deduzia o valor

pago em cada operação realizada anteriormente do imposto devido, assim também como as operações interestaduais (BRASIL, 1967). Outra importante mudança em relação ao ICM foi a estipulação constitucional de limites para as alíquotas aplicáveis ao produto, instituindo que a alíquota deveria ser igual para o mesmo produto em todo território nacional.

A atual Constituição Federal – CF promulgada em 1988, converteu o ICM finalmente no novo e atual imposto ICMS – Imposto de Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações.

De acordo com o art. 155 da Constituição Federal de 1988:

Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

- I - Transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- II - Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- III - propriedade de veículos automotores. (Constituição Federal do Brasil, 1988).

Em seu parágrafo 2º especifica:

§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

- I - Será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal;
- II - A isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação:
 - a) não implicará crédito para compensação com o montante devido nas operações ou prestações seguintes;
 - b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;
- III - poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços;
- IV - Resolução do Senado Federal, de iniciativa do Presidente da República ou de um terço dos Senadores, aprovada pela maioria absoluta de seus membros, estabelecerá as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação;

V - é facultado ao Senado Federal:

a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros;

b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

VI - Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, nos termos do disposto no inciso XII, "g", as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser inferiores às previstas para as operações interestaduais;

VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual;

VIII - a responsabilidade pelo recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de que trata o inciso VII será atribuída:

a) ao destinatário, quando este for contribuinte do imposto;

b) ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto;

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988).

Ou seja, continua sendo um imposto de competência dos estados, conforme art. 155, II - CF, com regras gerais instituídas através da Lei Complementar 87/96 e regulada por meio de leis ordinárias estaduais que se convertem nos chamados Regulamentos do ICMS – RICMS, mantendo o princípio da não-cumulatividade e proporcionando créditos que são descontados do montante devido ao ente tributante, após apuração das entradas e saídas de mercadorias (BRASIL, 1988).

E já no art. 158, em seu quarto parágrafo declara o seguinte:

Pertencem aos Municípios:

IV - Vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Parágrafo único. As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:

I - 65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;

II - até 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com o que dispuser lei estadual, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 10 (dez) pontos percentuais com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos. (Constituição Federal do Brasil, 1988).

Yamao (2014) ainda complementa que: “a transição do IVM para o IVC não ocasionou grandes mudanças, porém após uma real reforma tributária instituindo assim o ICM e, efetivamente, o sistema tributário nacional, que tornou o tributo menos oneroso ao consumidor final e com mais fluidez”, que é quem de fato arca com o encargo tributário.

Por fim, considera-se o ICMS, por sua vez, um imposto que sempre teve como essência a tributação do consumo, gerando assim uma inicial inexpressiva arrecadação, mas se mostrando cada vez mais importante a se tornar a maior fonte de arrecadação tributária do país.

Conforme o Boletim de Arrecadação de Tributos Estaduais (CONFAZ, 2023), o ICMS é o tributo de maior arrecadação, em um comparativo realizado no estado de Rondônia entre o ano de 2021 e 2022 houve uma variação de 5,11%, passando de um total de R\$ 6.256.244.682 (seis bilhões, duzentos e cinquenta e seis milhão, duzentos e quarenta e quatro mil e seiscentos e oitenta e dois reais) em 2021 para R\$ 6.576.206.919 (seis bilhões, quinhentos e setenta e seis milhões, duzentos e seis mil e novecentos e dezenove reais) no ano de 2022 atingindo um percentual de 90,62% da arrecadação do estado de Rondônia no ano de 2022 (CONFAZ, 2023).

Mesmo em sua versão atual, ainda não é considerada a forma ideal de tributação pela sua complexidade, mas continua sendo a melhor forma de arrecadação para os estados obterem recursos para sua manutenção. Assim, destaca-se a seguir, o crédito tributário que garante a não cumulatividade do

ICMS, uma vez que o crédito apurado é debitado sobre o imposto a pagar no referido mês de competência.

2.2 Crédito tributário

O Crédito tributário é uma obrigação que consiste no valor ao qual o contribuinte tem a obrigação de pagar ao Estado decorrente da prática do fato gerador de um determinado tributo devido. É constituído por três fatores, sendo eles: a previsão legal, fato gerador e o lançamento tributário.

Segundo o Código Tributário Nacional (CTN), em seu artigo 139 define: “O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.” E de acordo com o § 1º do artigo 113 “a obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária (...)”

Elucidando a definição da previsão legal considera-se como a norma que estabelece as características e as condições do tributo, como sua natureza, base de cálculo, alíquota, sujeito passivo e o seu sujeito ativo.

Assim, no que diz respeito acerca dos sujeitos ativos e passivo, Rêgo (2008, p. 21) declara que “o sujeito ativo é sempre uma pessoa jurídica de direito público (União, Estados, Municípios ou Distrito Federal) que detém a competência tributária, e o sujeito passivo pode ou não ter relação direta com o fato gerador. Na visão de Rêgo (2008, p. 6) “analisando, inicialmente, o direito positivo, tem-se no CTN, artigo 114, que fato gerador da obrigação “é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência”.

O fato gerador do ICMS é a situação ao qual faz surgir a obrigação de pagar este imposto, em geral, acontece na ocasião da saída da mercadoria do estabelecimento do contribuinte, ou no caso dos serviços ocorre na ocasião da prestação de determinado serviço. O valor sobre o qual incide o ICMS é

denominado como base de cálculo, e pode variar conforme o tipo de operação ou prestação, mas geralmente é o valor da operação ou do serviço realizado.

Já a alíquota do ICMS é o percentual que será aplicado sobre essa base de cálculo para obter o valor do imposto, e as alíquotas também variam conforme o estado e o tipo de operação ou prestação, mas em geral, as alíquotas internas são de 17% ou 18% e as alíquotas interestaduais são de 7% ou 12% dependendo da região de origem e destino conforme está previsto na lei complementar nº 87 de 13 de setembro de 1996 (BRASIL, 1996).

Por fim, o lançamento tributário é o ato administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador, identifica o sujeito passivo, determina o valor do tributo devido e aplica a penalidade cabível, podendo ser feito por ofício, declaração, por homologação ou arbitramento. No caso do ICMS o lançamento mais utilizado é por homologação que é realizado pelo próprio contribuinte, que calcula e recolhe o tributo antecipadamente, sem a prévia fiscalização da autoridade, e assim, posteriormente, a autoridade fiscal confirma ou não o lançamento.

Dessa forma conclui-se de que o intuito do lançamento seria a de criar uma relação jurídica ao qual formaliza-se a obrigação tributária constituindo assim, o crédito tributário. Permitindo, dessa forma, ao contribuinte abater do seu débito tributário o crédito sobre as suas aquisições de bens sobre o ativo imobilizado, decorrente do direito de utilizar o crédito.

2.3 Ativo Imobilizado

Em 2005 através da resolução nº 1.055/05, foi criado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) tendo como objetivo a emissão de pronunciamento técnicos e a divulgação de informações sobre procedimentos de contabilidade, visando a

centralização e uniformização da emissão de normas dessa natureza, convertendo-se assim aos padrões internacionais. Atualmente são cerca de mais de 50 pronunciamentos contábeis.

Dentre os mais diversos CPC criados, temos o CPC de nº 27 - Ativo Imobilizado ao qual destaca os principais pontos a serem relevantes na contabilização do ativo imobilizado. Para Carmo e Silva (2016, p. 3) “os pontos principais a serem considerados na sua contabilização são o reconhecimento dos ativos, a determinação dos seus valores contábeis e dos valores de depreciação e perdas com a desvalorização a serem reconhecidas”. Assim, os usuários das demonstrações contábeis possam diferenciar as informações sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados.

O CPC 27 (2009, p. 9) define o Ativo Imobilizado como o item tangível que é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e se espera utilizar por mais de um período. Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. De um modo mais simplificado, Dornelles (2011, p. 5) declara que: “o ativo imobilizado é caracterizado por bens corpóreos que representam a capacidade de gerar benefícios econômicos, para a entidade que o controla durante a sua vida útil econômica.”

Alguns bens classificados no ativo imobilizado, podemos citar os terrenos, edifícios, máquinas, móveis e utensílios, computadores e veículos. Vale ressaltar que há um valor mínimo para que o ativo imobilizado seja considerado assim. Com o advento da Lei 12.793 de 2014, de acordo com o art. 15 do Decreto 1.598/1977, a partir de 2014 (BRASIL,2014) passou a vigorar a seguinte informação:

Art. 15. O custo de aquisição de bens do ativo não circulante imobilizado e intangível não poderá ser deduzido como despesa operacional, salvo se o bem adquirido tiver valor unitário não superior a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) ou prazo de vida útil não superior a 1 (um) ano.

Na visão de Dornelles (2011, p. 9), é importante “perceber que os ativos, para serem classificados como imobilizado, devem atender, além dos requisitos de gerar benefícios futuros, serem bens tangíveis (corpóreos), não destinados à venda e que a entidade espera utilizar por mais de um período.”

Logo, o profissional contábil deve estar seguro ao reconhecer esses bens nas contas de ativo imobilizado, pois cabe a ele a reponsabilidade de observar os princípios para que esses valores refletem aos investimentos realizados na busca por benefícios futuros ao qual garantem o bom funcionamento da entidade.

2.4 O ICMS no Estado de Rondônia

No estado de Rondônia o Imposto sobre Operações Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) foi instituído através da Lei nº 688 de 27 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) através do art. 1º que especifica que:

Art. 1º Fica instituído o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior, com base no inciso II, do artigo 155, da Constituição da República Federativa do Brasil, e no artigo 1º, da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

E em seu Capítulo I da referida Lei (LC 87/1996), no que diz a respeito da incidência declara o seguinte:

Art. 2º O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, de competência dos Estados, incide sobre:

- I - Operações relativas à circulação de mercadorias, inclusive o fornecimento de alimentação e bebidas em bares, restaurantes e estabelecimentos similares;
- II - Prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;
- III - Prestações onerosas de serviços de comunicação, por qualquer meio, inclusive a geração, a emissão, a recepção, a transmissão, a retransmissão, a repetição e ampliação de qualquer natureza;
- IV - Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios;
- V - Fornecimento de mercadorias com prestação de serviços sujeitos ao imposto sobre serviços, de competência dos Municípios, quando a lei complementar aplicável expressamente o sujeitar à incidência do imposto estadual.

Parágrafo único. O imposto incide também:

- I - Sobre a entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade;
- II - Sobre o serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;
- III - Sobre a entrada, no território do Estado, de petróleo, inclusive lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e de energia elétrica, quando não destinados à comercialização ou à industrialização, decorrentes de operações interestaduais;
- IV - Sobre a entrada, no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria oriunda de outra unidade da Federação, destinada ao uso ou consumo ou ao ativo imobilizado;
- V - Sobre serviços, recebidos por contribuintes do imposto, cuja prestação se tenha iniciado em outra unidade da Federação e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente.
- VI - Nas operações e prestações iniciadas em outra unidade da Federação que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do imposto localizado neste Estado.

O ICMS no estado de Rondônia foi instituído pela lei de nº 688/1996, porém está regulamentado pelo decreto 8321/98 no âmbito estadual que dispõe sobre as normas gerais do imposto. Foi publicado no Diário Oficial do Estado de Rondônia em 30 de abril de 1998 entrando em vigor na mesma data.

Desde então, o decreto 8321/98 foi alterado por outros decretos, o qual foi revogado pelo decreto 22721 publicado em 05 de abril de 2018 com efeitos a partir de 01 de maio de 2018 (SEFIN, 2018), introduzindo mudanças em alguns artigos, anexos e tabelas, o qual está vigente até nos dias atuais considerado como RICMS/RO.

A incidência do ICMS ocorre em todo o território brasileiro. Sua regulamentação ocorre através da Lei Kandir de nº 688/1996, conforme mencionado acima, desempenhando um importante papel no financiamento de políticas públicas e investimentos em áreas, como a saúde, educação, infraestrutura e segurança.

Vale ressaltar que o ICMS repassa seu ônus ao decorrer da cadeia produtiva, até chegar ao consumidor final por meio do preço dos produtos, sendo que ele é um imposto indireto. Dessa forma, cada vez que realizamos uma compra, estamos contribuindo para a arrecadação desse imposto, que possui como objetivo promover o desenvolvimento social por meio da destinação de recursos para a sociedade.

De um modo mais simplificado, podemos citar como exemplo, o arroz que você consome, provavelmente foi colhido em um estado, produzido em outro e distribuído em outro, assim em cada uma dessas etapas, há a incidência do ICMS, e por consequência, o preço mais alto. É importante saber que o fato gerador desse imposto é basicamente a saída da mercadoria dos estabelecimentos de origem ou o início da prestação de serviço.

A alíquota cobrada vai depender do local de origem e de destino, conforme tabela a seguir, e o preço que pagamos nos produtos ou serviços que nós compramos já vem acrescido desse tributo.

		DESTINO																												
		AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MT	MS	MG	PA	PB	PR	PE	PI	RN	RS	RJ	RO	RR	SC	SP	SE	TO	IM	
O R I G E M	AC	19	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4	
	AL	12	19	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	AM	12	12	20	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	AP	12	12	12	18	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	BA	12	12	12	12	19	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	CE	12	12	12	12	12	18	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	DF	12	12	12	12	12	12	18	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	ES	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	GO	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	MA	12	12	12	12	12	12	12	12	12	20	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	MT	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	MS	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	17	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	MG	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	18	7	7	12	7	7	7	12	12	7	7	12	12	7	7	4
	PA	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	19	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	PB	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	18	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	PR	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	19	7	7	7	12	12	7	7	12	12	7	7	4
	PE	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	18	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	PI	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	21	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	RN	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	20	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	RS	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	17	12	7	7	12	12	7	7	4
	RJ	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	12	20	12	12	12	12	12	12	4
	RO	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	4
	RR	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	20	12	12	12	12	4
	SC	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	12	12	7	7	17	12	7	7	4
	SP	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	7	12	7	7	12	7	7	7	12	12	7	7	12	18	7	7	4
	SE	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	22	12	4
TO	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	12	20	4	
IM	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	

Fonte: De autoria própria/2023.

Observa-se na tabela que nas operações e prestações interestaduais realizadas nas regiões sul e sudeste (exceto o estado do Espírito Santo) as alíquotas são de sete por cento e nas demais regiões como norte, nordeste, centro-oeste e ao estado do espírito santo, as alíquotas são de doze por cento, devendo tomar como ponto de partida da seguinte forma: na coluna vertical estão destacados os Estados de origem das operações; e na coluna horizontal destacam-se os Estados de destino das operações de comercialização, dos produtos, das mercadorias, dos serviços prestados; e os quadros destacados em azul referem-se às alíquotas das operações internas. É importante mencionar que nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas no exterior, a alíquota será de 4% (quatro por cento).

Vale destacar neste mesmo sentido o diferencial de alíquotas ou popularmente conhecido como DIFAL – que surgiu com o intuito de equilibrar

a arrecadação do ICMS entre os estados de origem e destino, sendo calculado pela diferença entre essas alíquotas, é o que abordaremos adiante.

2.5 O DIFERENCIAL DE ALÍQUOTA

Em se tratando do DIFAL – Diferencial de alíquotas que é considerado um imposto consistido em grandes polêmicas a respeito de sua cobrança, embora a emenda constitucional 87/2015 e o convênio ICMS 93/2015 o torna ainda mais confuso para os contribuintes. Diante disso, destaca-se que o DIFAL requer uma devida atenção, especificamente, quando se fala do recolhimento do ICMS, realizado a partir da circulação de mercadorias, cuja obrigação tributária surge a partir da emissão de nota fiscal.

Em síntese, o diferencial de alíquota de ICMS surgiu como uma obrigação tributária instituída pelo governo para minimizar impactos da disputa tributária que ocorria entre os estados de origem e destino em suas transações comerciais, promovendo uma divisão tributária mais justa entre as unidades federativas no Brasil. Em sua finalidade trata-se da diferença obtida entre as alíquotas interestaduais do ICMS e alíquota interna do estado de destino, com base no valor da operação, com o intuito de balancear a cobrança tributária a partir do recolhimento do ICMS.

2.5.1 Demonstração do cálculo

O exemplo a seguir descrito trata-se da forma de como é realizado o cálculo do diferencial de alíquotas – DIFAL em uma empresa especializada no ramo de transportes de cargas, localizada no estado de Rondônia. Este exemplo abrange a compra de um ativo imobilizado (processo de entrada do crédito) que apresenta utilização direta na produção de sua atividade principal e foi adquirido em uma revenda localizada no estado de São Paulo.

Desta forma, os dados do bem ficam descritos no corpo do documento fiscal de compra emitido pelo vendedor da seguinte maneira, conforme destacado na primeira figura e o cálculo do difal representado na segunda figura:

Compra do imobilizado

NF 123

Série 002

Natureza da operação									
6102 - Venda de mercadoria									
Cód.	Descrição	NCM	CFOP	UN	QUANT	VLR TOTAL	BC ICMS	VLR ICMS	ALIQ ICMS
xxx	SCANIA R500 6X4 RETARDER CAMINHÃO R 540 CAVALO TRAÇADO	99999999	6102	PÇ	1	490.000,00	490.000,00	34.300,00	7%

Fonte: De autoria própria/2023

Cálculo do Diferencial de Alíquota		
A	VALOR TOTAL NFE	R\$ 490.000,00
B	ALÍQUOTA INTERESTADUAL	7%
C	VALOR ICMS NA ORIGEM (A x B)	R\$ 34.300,00
D	(=) VALOR DEDUZIDO (A - C)	R\$ 455.700,00
E	ALÍQUOTA INTERNA	17,50%
F	FÓRMULA DE APLICAÇÃO: (E/100)-1	0.825
G	NOVA BASE DE CÁLCULO (D/F)	R\$ 552.363,63
H	VALOR ICMS DESTINO (G x E)	R\$ 96.663,64
I	DIFAL (H-C)	62.363,63

Fonte: De autoria própria/2023.

Como demonstrado na primeira figura, o valor total da aquisição desse bem destinado ao ativo imobilizado é de R\$ 490.000,00 (quatrocentos e noventa reais), estimando um valor de ICMS de R\$ 34.300,00 (trinta e quatro

mil e trezentos reais), baseado na alíquota interestadual do estado de São Paulo, estado ao qual foi realizado a compra.

Este valor no campo da nota fiscal denominado “valor do ICMS” é o valor alusivo ao crédito fiscal, pois é o valor do imposto gerado na entrada do bem. Esse valor foi retido e pago pelo revendedor ao fisco, constituindo assim, o lançamento do crédito.

Já na segunda figura é descrito de forma detalhada o cálculo do diferencial de alíquota, este cálculo inicia-se considerando A (valor total da NFE) multiplicando-se por B (alíquota interestadual - SP), isso faz com que se chegue a C (valor do ICMS na origem), é importante lembrar que o valor de C foi pago ao fisco no estado de São Paulo, considerado a origem.

Assim, para descobrir o valor deduzido, é realizado a subtração de A (valor total da NFE) com o valor de C (valor do ICMS na origem), considerando-se esse novo valor de D multiplicando pela alíquota interna de 17,5% do estado de Rondônia – local de destino, dividindo pelo numeral 100 (cem) e subtraindo o valor de 1 (um), nova fórmula de aplicação considerada como cálculo por dentro, surge então, G (nova base de cálculo do ICMS).

Através de G (nova base de cálculo do ICMS) é feito a multiplicação por E (alíquota interna de RO) e assim, é definido H (valor do ICMS de destino). Por fim, o valor final do imposto do diferencial de alíquota é definido por H (valor do ICMS de destino) subtraindo-se o valor de C (valor do ICMS de origem), portanto, o valor do DIFAL a recolher no estado de Rondônia será de R\$ 62.363,63 (sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos).

Como se trata de um ativo imobilizado o crédito deve ocorrer em parcela de 1/48 (um quarenta e oito) avos por mês, conforme redação dada pela Lei complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, devendo ser informado

no CIAP – Controle de Crédito do ICMS do ativo permanente, de forma mensal.

2.6 CIAP – Controle de crédito do ICMS do ativo permanente

O Controle dos créditos do ICMS do ativo permanente, ou ativo imobilizado – CIAP, é o controle utilizado para legalizar o crédito de ICMS aquisições de mercadorias destinadas ao ativo imobilizado que estejam ligadas a produção e/ou comercialização de mercadorias ou prestação de serviços tributados pelo ICMS. Compreende ao direito de aproveitamento de crédito que as empresas têm ao comprar um bem para o seu ativo imobilizado. De acordo com esse controle é possível recuperar o crédito do ICMS e assim reduzir o débito tributário do ICMS ao final do período de apuração (Rede Jornal Contábil, 2021).

Para Machado e Moreira (2019, p. 9) “o CIAP é apenas uma obrigação acessória instituída para facilitar a fiscalização da correção do cálculo do crédito”. Porém, além de uma simples obrigação é considerado como um benefício fiscal que permitem as empresas aproveitar o crédito de ICMS sobre as aquisições de bens do ativo imobilizado.

O Controle do Crédito do ICMS do ativo permanente foi instituído pelo Ajuste SINIEF 08/97, sendo posteriormente alterado pelo Ajuste SINIEF nº 03/01, com o objetivo de possibilitar aos contribuintes de ICMS a apropriação do crédito na aquisição destinadas ao ativo imobilizado, ficando instituído em sua cláusula primeira, para o contribuinte que adquirir bem para compor o ativo permanente, o documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP, que deve ser utilizado nos modelos adiante indicados, conforme a data de aquisição do bem.

E nos termos do art. 20, § 5º, da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (BRASIL, 1996), na redação dada pela Lei complementar nº 102, de 11 de julho de 2000, deverá ser observado o seguinte (BRASIL, 2000):

I – A apropriação será feita à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento;" (AC)

II – Em cada período de apuração do imposto, não será admitido o creditamento de que trata o inciso I, em relação à proporção das operações de saídas ou prestações isentas ou não tributadas sobre o total das operações de saídas ou prestações efetuadas no mesmo período;" (AC)

III – Para aplicação do disposto nos incisos I e II, o montante do crédito a ser apropriado será o obtido multiplicando-se o valor total do respectivo crédito pelo fator igual a um quarenta e oito avos da relação entre o valor das operações de saídas e prestações tributadas e o total das operações de saídas e prestações do período, equiparando-se às tributadas, para fins deste inciso, as saídas e prestações com destino ao exterior;" (AC)

IV – O quociente de um quarenta e oito avos será proporcionalmente aumentado ou diminuído, pro rata die, caso o período de apuração seja superior ou inferior a um mês;" (AC)

V – Na hipótese de alienação dos bens do ativo permanente, antes de decorrido o prazo de quatro anos contado da data de sua aquisição, não será admitido, a partir da data da alienação, o creditamento de que trata este parágrafo em relação à fração que corresponderia ao restante do quadriênio;" (AC)

VI – Serão objeto de outro lançamento, além do lançamento em conjunto com os demais créditos, para efeito da compensação prevista neste artigo e no art. 19, em livro próprio ou de outra forma que a legislação determinar, para aplicação do disposto nos incisos I a V deste parágrafo; e" (AC)

VII – Ao final do quadragésimo oitavo mês contado da data da entrada do bem no estabelecimento, o saldo remanescente do crédito será cancelado" (AC).

Neste referido ajuste estão dispostos os termos gerais para acompanhamento. Bem como a forma de tomada de crédito do ICMS sobre o ativo, com sua distribuição mensal através de uma metodologia de cálculo.

Conforme mencionado, a figura a seguir descreve o controle de créditos do ICMS referente ao ativo permanente:

CONTROLE DE CRÉDITOS DO ICMS DO ATIVO PERMANENTE						ANO:2023	
1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO							
EMPRESA: CARGAS E TRANSPORTES LTDA			CNPJ: 99.900.900/0001-99		MUNICÍPIO: VILHENA		
ENDEREÇO: AV. AGOSTINHO			BAIRRO: SÃO GONÇALO		ESTADO: RONDÔNIA		
2. DEMONSTRATIVO DA BASE PARA APROPRIAÇÃO DO CRÉDITO							
IDENTIFICAÇÃO DO BEM				VALOR DO ICMS			
Cód.	Data	Nota Fiscal	Descrição resumida	Entrada de crédito	Saída de crédito	Fração	Total do crédito a apropriar
xxx	12/04/2023	123	SCANIA R500 CAVALO TRAÇADO	R\$ 96.663,63	R\$ 0,00	1 48	R\$ 2.013,82

Fonte: De autoria própria/2023.

Através da entrada do bem destinado ao ativo imobilizado, totaliza-se uma entrada de crédito no valor de R\$ 96.663,63 (noventa e seis mil, seiscentos e sessenta e três reais e sessenta e três centavos) ao qual é a soma do crédito de entrada da nota fiscal de nº 123 conforme figura 01 e o valor do diferencial de alíquotas – DIFAL a recolher, demonstrado na figura 02.

No entanto, divide-se o valor total da entrada de crédito por 48 meses, resultando assim, no valor do crédito a apropriar sendo de R\$ 2.013,82 (dois mil, treze reais e oitenta e dois centavos). De um modo geral, a primeira etapa envolve o formulário na parte nº 1 ao qual se resume na identificação do estabelecimento e na parte de nº 2 o demonstrativo da base de cálculo onde se detalham as compras de imobilizado informadas cada uma ocorridas no mês referente. E por fim, à apuração mensal total com valores creditados mês a mês e onde se apura o cálculo demonstrado na figura acima.

Portanto, lança-se o valor de R\$ 2.013,82 (dois mil, treze reais e oitenta e dois centavos) que será apropriado adiante. Sendo informado no CIAP de forma mensal.

Vale lembrar que o crédito permitido da parcela gerada pelo CIAP só poderá ser utilizado na sua integridade se as operações de saídas da empresa forem também tributadas na sua totalidade para o Estado de Rondônia, respeitando o que reza o próprio inciso II do art. 20 § 5 da LC 87/1996, ou seja, caso não haja tributação nas saídas, não é permitido o crédito da parcela do

ICMS no referido mês, podendo apenas ser aproveitada na parte contábil como perdas de créditos.

3. METODOLOGIA

Os métodos são as diretrizes que orientarão o autor para que todas as etapas alcancem respostas significativas dentro dos seus objetivos. Lakatos e Marconi (2003, p. 83) definem método como “o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.”

No entanto, a metodologia científica consiste em demonstrar como o pesquisador irá desenvolver suas atividades na obtenção do resultado científico. Uma vez estabelecidos o objetivo geral e específicos, a metodologia deve ser planejada a fim de identificar quais ferramentas e técnicas serão aplicadas ao abordar o assunto e atingi-los.

Este artigo foi elaborado com o propósito de esclarecer sobre o tema de utilização de créditos referentes ao imposto ICMS sobre ativos imobilizados, pelos contribuintes no Estado de Rondônia. Para este fim, apresenta-se o embasamento do tema e os elementos fundamentais para que esse procedimento fiscal e contábil seja realizado conforme as normas vigentes.

Quanto ao procedimento, a pesquisa científica se baseia no estudo das informações encontradas nas legislações estaduais, nas federais e na Constituição Federal. Além de pesquisas complementares em artigos científicos sobre o tema. Quanto à abordagem do problema, a pesquisa é do tipo qualitativa, por meio de pesquisas bibliográficas em livros que abordam a questão tributária e contábil, nas legislações.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003, p. 183) “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Ainda, ao utilizar a pesquisa bibliográfica como meio para embasamento teórico, Gil (2002, p. 44) destaca que “A pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Evidentemente, este tipo de pesquisa envolve modalidades amplas, pois além de materiais impressos, como livros, jornais, teses, dissertações e artigos, ainda nos deparamos com a disseminação tecnológica que passou a predominar com informações a tempos real deixando os formatos impressos para o digital. O produto final dessa pesquisa se prende ao fato de o mesmo estar em linha com a área de atuação da pesquisadora, o que irá contribuir sobremaneira com o enriquecimento do desempenho profissional e acadêmico e resultará na produção de um artigo científico como requisito obrigatório para a conclusão de curso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crédito tributário é um mecanismo que assegura que o Estado possa recolher os recursos necessários para financiar suas atividades e fornecer serviços públicos à sociedade, como segurança, saúde, transporte, cultura, infraestrutura, lazer e educação.

Este estudo ressaltou a complexidade e a relevância do ICMS e do seu crédito sobre os ativos imobilizados. Para se beneficiar deste recurso, é imprescindível que os contribuintes estejam familiarizados com as leis que regulam o imposto e os procedimentos corretos para aproveitar os créditos sobre os ativos imobilizados, permitindo o reconhecimento de seus direitos e

obrigações, a fim de cumprir suas obrigações acessórias e evitar multas e penalidades.

Adicionalmente, é importante acompanhar as alterações na legislação e jurisprudência do referido imposto, mantendo-se sempre atualizado, pois podem afetar o cálculo e a escrituração do crédito. Saber como identificar a carga tributária nas notas fiscais e como exigir a transparência e a fiscalização dos órgãos competentes é a maneira correta de exercer a sua cidadania fiscal.

O imobilizado utilizado na operação é uma parte integral e indispensável da atividade da empresa. A utilização deste bem pelo contribuinte é necessária para a manutenção e o desempenho do seu processo corporativo, sendo importante o aproveitamento dos créditos dos tributos não cumulativos oriundos da sua aquisição.

Com esta pesquisa, observamos que o preenchimento do CIAP (Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente) é um dos maiores problemas para as empresas quando se trata de creditamento de ICMS, devido à dificuldade na interpretação tributária, bem como à existência de diversas obrigações acessórias.

Por este motivo, este trabalho buscou esclarecer a evolução legislativa da forma de creditamento do ICMS incidente na aquisição dos bens para compor o ativo imobilizado, a sua correta conceituação, a forma de calcular o crédito a ser apropriado, bem como as obrigações acessórias a serem observadas pelos contribuintes.

Além disso, como o aproveitamento do crédito se prolonga por 48 meses, o Contribuinte, além da escrituração normal do documento de aquisição, deve preencher o “Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente” (CIAP) e, atualmente, informá-lo na “Escrituração Fiscal Digital” (EFD), para sua devida apuração – observadas todas as regras atinentes a esta

obrigação acessória, sob pena de inibir o creditamento e sujeitar o Contribuinte a multas pelo descumprimento de obrigações acessórias.

No que diz respeito ao diferencial de alíquotas – DIFAL, esta modalidade de cobrança do ICMS tem sua importância para os Estados, que buscam por meio desta cobrança nas compras de mercadorias para uso ou consumo, bens para ativo imobilizado ou contratação de serviço de transporte sem vinculação com operação ou prestação subsequente em outra unidade da federação, evitar que seus contribuintes movimentem a economia dos outros Estados, prejudicando assim a economia interna dos Estados de destino.

Este trabalho teve como referência a legislação do ICMS vigente até a data de sua conclusão, podendo sofrer alterações em decorrência de novas normas ou leis editadas pelos entes federativos ou pelos órgãos competentes.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ajuste SINIEF 03/01, de 06 de julho de 2001. Altera o Ajuste SINIEF 08/97, de 12 de dezembro de 1997, **que institui documento destinado ao controle de crédito de ICMS do ativo permanente**. Goiânia. GO. 2001. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/2001/AJ_003_01 Acesso em 08/09/2023.

BRASIL. Ajuste SINIEF 08/97. 12 de dezembro de 1997. **Institui documento destinado ao controle de crédito de ICMS no ativo imobilizado**. Rio de Janeiro. RJ. 1997. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/ajustes/1997/AJ_008_97. Acesso em 08/09/2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro. RJ. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm Acesso em 15/08/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília. DF, Senado. 1967. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>
Acesso em 30/08/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado. 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 87, de 16 de abril de 2015. Altera o § 2º do art. 155 da Constituição Federal e inclui o art. 99 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para tratar da sistemática de cobrança do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação incidente sobre as operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado.** Brasília. DF. Senado. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc87.htm> Acesso em 08/09/2023.

BRASIL. **Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977. Altera a legislação do imposto sobre a renda.** Brasília. DF. 1977. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del1598.htm> Acesso em 22/09/2023.

BRASIL. **Lei nº 102, de 11 de julho de 2000. Altera dispositivos da Lei Complementar no 87, de 13 de setembro de 1996, que "dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências".** Brasília. DF. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp102.htm> Acesso em 09/09/2023.

BRASIL. **Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins.** Brasília. DF. 2014. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12973.htm#art2> Acesso em 07/09/2023.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.** Brasília. DF. 1966. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm> Acesso em 25/09/2023

BRASIL. Lei nº 688, de 27 de dezembro de 1996. **Institui o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), e dá outras providências.** Palácio do Governo do Estado de Rondônia. 1996. Disponível em: <<https://legislacao.sefin.ro.gov.br/textoLegislacao.jsp?texto=128>> Acesso em 22/09/2023.

BRASIL. Lei nº 87, de 13 de setembro de 1996. **Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.** Brasília. DF. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp87.htm>. Acesso em 30/08/2023.

BRASIL. Resolução CFC nº 1.055, de 07 de outubro de 2005. **Cria o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), e dá outras providências.** Brasília. DF. 2005. Disponível em: <<https://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm>> Acesso em: 25/09/2023

CARMO, Maria de Fátima do; SILVA, Ana Paula Ferreira da. **Nível de conformidade do tratamento dados ao grupo ativo imobilizado, as orientações dadas pelo CPC 27: um estudo nos maiores bancos brasileiros.** 2016. Disponível em: <<https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/299/151>> Acesso em 08/09/2023.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 16.** 2009.

CONFAZ. Ministério da Fazenda. **Boletim de arrecadação dos tributos estaduais.** 2023. Disponível em: <<https://www.confaz.fazenda.gov.br/boletim-de-arrecadacao-dos-tributos-estaduais>> Acesso em +21/09/2023.

CONFAZ. Ministério da Fazenda. Convênio ICMS 93, de 17 de setembro de 2015. **Dispõe sobre os procedimentos a serem observados nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final não contribuinte do ICMS, localizado em outra unidade federada.** Brasília. DF. Senado. 2015. Disponível em: <https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2015/CV093_15> Acesso em 17/08/2023.

DORNELLES, Daniel dos Santos. **CPC 27: Os reflexos do novo tratamento contábil dos investimentos em ativo imobilizado.** 2011. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34993/000784621.pdf?squence=1&isAllowed=y> Acesso em 08/09/2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa.** 4º Edição. Editora Atlas. São Paulo. 2002.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Decreto 8321, de 30 de abril de 1998. **Regulamento do Imposto sobre Operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS.** Revogado. Palácio do Governo do Estado de Rondônia. 1998. Disponível em: <https://legislacao.sefin.ro.gov.br/textoLegislacao.jsp?texto=626> Acesso em 27/08/2023.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Decreto nº 12419, de 19 de setembro de 2006. **Altera o RICMS/RO para disciplinar o tratamento a ser dado ao crédito fiscal relativo ao ativo imobilizado. Palácio do Governo do Estado de Rondônia.** 2006. Disponível em: <https://www.sefin.ro.gov.br/portalsefin/anexos/893.013764389923D06-12419-CREDITO%20-%20ATIVO%20IMOBILIZADO.PDF> Acesso em 20/09/2023.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Decreto nº 22.721, de 05 de abril de 2018. **Aprova o regulamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de mercadorias e sobre Prestações de serviços de transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências.** Palácio do Governo do Estado de Rondônia. 2018. Disponível em: <https://legislacao.sefin.ro.gov.br/textoLegislacao.jsp?texto=213> Acesso em 27/08/2023.

INFORSYSTEM TECNOLOGIA. **Tabela de alíquotas internas e interestaduais** 2023. Disponível em: <https://www.inforsystem.com/artigos/42-san-solucao-e-automacao-de-negocios/documentos-fiscais/189-tabela-de-aliquotas-de-icms-internas-e-interestaduais-2023> Acesso em 03/10/2023.

MACHADO, Marina Soares; MOREIRA, André Mendes. **Apuração de créditos de ICMS pela aquisição de ativos imobilizados: CIAP e o alcance do art. 20, §5º da LC 87/96. 2019.** Disponível em: <https://sachacalmon.com.br/wp-content/uploads/2020/09/2019-moreira-andre-mendes-machado-m-s-apuracao-de-creditos-de-icm.pdf> Acesso em 03/10/2023.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 5º Edição. Editora Atlas s. A. São Paulo. 2003

MOREIRA, André Mendes; MACHADO, Marina Soares. **Apuração de créditos de ICMS pela aquisição de ativos imobilizados: CIAP e o alcance do art. 20, §5º da LC 87/96.** 2019.

NELSON, Daniel Earl. **Os créditos do ICMS no Sistema Tributário Nacional.** Dissertação. UFRGS, 2006.

PAIM, Luís Henrique Pacheco. **Aproveitamento de créditos de ICMS em virtude do princípio da não-cumulatividade: um estudo numa empresa atacadista.** UFRGS. 2012.

PEIXOTO, Selmira Gomes. **Crédito tributário de ICMS: Aproveitamento sobre ativos imobilizados.** 2013.

REDE JORNAL CONTÁBIL. **Ciap: Controle do Crédito do ICMS do Ativo Permanente.** 2021. Disponível em:
<https://www.jornalcontabil.com.br/ciap-controlado-credito-do-icms-do-ativo-permanente/#google_vignette> Acesso em 23/09/2023.

RÊGO, Adriana Gomes. **A origem do crédito tributário.** Monografia. Universidade de Brasília. Pós-graduação em Direito Processual Tributário. 2008

YAMAOKA, Celina. **A história do imposto sobre circulação de mercadorias – do IVM ao ICMS.** 2014.

ABORDANDO A DISCALCULIA: ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR A APRENDIZAGEM MATEMÁTICA

Célia Garcias dos Santos ³⁰

RESUMO

Este artigo traz por objetivo: analisar como está sendo abordado a discalculia por meio de estratégias para melhorar a aprendizagem matemática. Foi desenvolvida uma pesquisa descritiva, qualitativa e bibliográfica. Nos últimos anos, o processo de ensino-aprendizagem na disciplina de matemática tem sido complexo e tedioso. Por isso, é fundamental utilizar estratégias metodológicas que ajudem a melhorar a capacidade de aprendizagem dos alunos. O objetivo fundamental da disciplina de matemática é o desenvolvimento de habilidades críticas, lógicas, analíticas e reflexivas. Além disso, busca aumentar a faculdade de raciocínio e abstração para resolução de problemas. O problema levantado surge da preocupação do baixo desempenho que os alunos têm em relação à matemática, como consequência do uso de estratégias tradicionais, que levar à memorização nos alunos. Porém, deve-se levar em conta que nem todos têm o mesmo interesses, motivações, aspirações e possibilidades; inclusive. As condições pessoais do ambiente familiar influenciam nos resultados do processo ensino-aprendizagem. O resultado do estudo apresentou que as estratégias metodológicas desempenham um papel importante no processo de ensino-aprendizagem da matemática, uma vez que contribuem para o desenvolvimento do pensamento lógico das crianças. Portanto, a utilização de estratégias pedagógicas adequadas e inclusivas pode ser fundamental para superar os desafios apresentados pela discalculia e melhorar a aprendizagem matemática, tornando-a mais eficaz e significativa para todos os alunos.

Palavras-chave: Matemática. Ensino-Aprendizagem. Estratégias Metodológicas.

ABSTRACT

This article aims to: analyze how dyscalculia is being addressed through strategies to improve mathematical learning. A descriptive, qualitative and bibliographical research was developed. In recent years, the teaching-learning process in mathematics has been complex and tedious. Therefore, it

³⁰**Graduação:** Licenciatura em Matemática - UFAM- Universidade Federal Do Amazonas; **Pós-graduação:** Educação Matemática - Faculdade TÁHIRIH. **Mestrado:** Mestrado em Ciências da Educação -UNIDA -Universidad de La Integración de Las Américas. Doutoranda em Ciências da Educação-UNIDA- Universidad De La Integración De Las Américas. celiagarciadossantos@gmail.com

is essential to use methodological strategies that help improve students' learning capacity. The fundamental objective of the mathematics discipline is the development of critical, logical, analytical and reflective skills. Furthermore, it seeks to increase the faculty of reasoning and abstraction for problem solving. The problem raised arises from the concern about the low performance that students have in relation to mathematics, as a consequence of the use of traditional strategies, which lead to memorization in students. However, it must be taken into account that not everyone has the same interests, motivations, aspirations and possibilities; inclusive. The personal conditions of the family environment influence the results of the teaching-learning process. The result of the study showed that methodological strategies play an important role in the mathematics teaching-learning process, as they contribute to the development of children's logical thinking. Therefore, the use of appropriate and inclusive pedagogical strategies can be fundamental to overcoming the challenges presented by dyscalculia and improving mathematical learning, making it more effective and meaningful for all students.

Keywords: Mathematics. Teaching-Learning. Methodological Strategies.

1. INTRODUÇÃO

A discalculia como condição neurológica dificulta a compreensão correta da matemática e das habilidades envolvidas nesta disciplina, segundo Cortez e Faria (2020) a discalculia é um distúrbio de aprendizagem numérica em que as pessoas afetadas podem enfrentar problemas de compreensão das bases teóricas mais básicas da matemática até problemas complexos de cálculo.

Sabe-se que a Matemática oferece instrumentos fundamentais para a compreensão e preparação para a vida e o trabalho, permitindo que os estudantes dominem desafios na vida profissional e social. A capacidade de utilizar os conceitos matemáticos de forma contextualizada auxilia os estudantes a inserirem-se na sociedade de forma íntegra e produtiva, com

capacidade de exercer no mundo o papel de cidadão crítico e letrado. A falta de domínio dos conhecimentos matemáticos dificulta a vida escolar e social.

Esse transtorno infelizmente não tem cura e não se refere a uma fase da vida estudantil, mas sim à forma como o cérebro do indivíduo resolve a matemática. É conhecido como dificuldade de aprendizagem. A melhor opção sempre será buscar apoio de profissionais, especialistas na área para implantar elementos e mecanismos que dão suporte ao longo da vida, (BRUM, 2020).

As dificuldades de aprendizagem representam uma preocupação constante para todos os envolvidos no processo de aprendizagem. Ciasca (2006) refere-se às dificuldades de aprendizagem como uma dificuldade no aprender que não se deve a fatores orgânicos e que podem ser superados. Assim, algumas dificuldades podem estar relacionadas à maneira como os conteúdos estão sendo desenvolvidos em sala de aula, evidenciando uma falha no processo pedagógico, ou ainda podem estar ligadas a eventuais problemas na família.

O não aprendizado da Matemática pode ser proveniente de um transtorno específico de aprendizagem, o qual pode ocasionar danos nas situações reais da vida de um sujeito. A Discalculia consiste num transtorno da aprendizagem “[...] que afeta as habilidades matemáticas, causado, provavelmente, por uma deficiência específica das funções cerebrais” e, de acordo com pesquisas recentes realizadas, afeta entre 3% e 6% da população (RANPURA *et al.*, 2020). De maneira geral, os sujeitos com Discalculia apresentam dificuldades em reconhecer padrões ao adicionar, subtrair, multiplicar ou dividir, dificuldades na compreensão de conceitos relacionados ao tempo, na organização de problemas, entre outras. Nesse contexto, o professor é um dos profissionais que, teoricamente, podem identificar precocemente tais dificuldades e auxiliar na evolução do tratamento desse processo.

A identificação precoce e a realização de um diagnóstico preciso e correto da Discalculia, feito por profissionais especializados, são passos imprescindíveis para buscar medidas interventivas que possam auxiliar no processo de aprendizagem dos sujeitos que possuem o transtorno específico de aprendizagem. Segundo Matos e Santos (2021, p. 71), as crianças que não recebem tratamento precoce têm seu desenvolvimento global escolar comprometido, além de se tornarem inseguras. “O adulto que cresce sem que tenha recebido algum tratamento ao longo da sua vida tem sérias dificuldades em utilizar a matemática em seu dia a dia”.

Urge a necessidade do diálogo permanente entre as áreas de educação e saúde, para que todas as etapas aconteçam de maneira contínua, desde a identificação precoce por parte do docente, o diagnóstico feito por um profissional da área de saúde, seguido de um acompanhamento psicológico, psicopedagógico e/ou de áreas afins que sejam necessárias, de acordo com a necessidade de cada sujeito. Fica evidente a importância da equipe multidisciplinar e a atuação de todos os profissionais envolvidos nesse contexto.

Para a correta aprendizagem dos conteúdos matemáticos é fundamental o domínio dos adultos encarregados de transferir conhecimentos aos seus alunos, considerando também as ferramentas que oferecem e a forma como o fazem. Por isso, esta pesquisa busca a correta interatividade pedagógica e a formação de professores para que os problemas de aprendizagem da matemática possam ser identificados desde cedo e seja garantida uma abordagem correta dos mesmos. Nesse contexto o objetivo do estudo consiste em analisar como está sendo abordado a discalculia por meio de estratégias para melhorar a aprendizagem matemática

2. DEFINIÇÃO DE DISCALCULIA

Definição de Discalculia segundo os critérios de Ferreira (2020), ele menciona que:

[...] Os primeiros estudos sobre discalculia começaram em 1920 pelo neurologista Solomon Henschen. Ele considerou o termo acalculia, que significa incapacidade de usar números. Isso ocorreu após extensa pesquisa aplicada a um número maior de 260 pacientes, que sofriam de discalculia. suas habilidades numéricas; expressando que: “A capacidade de calcular é uma função cerebral complexa que resulta da colaboração de diversas áreas posteriores do hemisfério esquerdo, (FERREIRA, 2020, p. 34).

Como explicou Ferreira (2020), os primeiros estudos sobre discalculia, conduzidos pelo neurologista Solomon Henschen na década de 1920, foi importante marco no entendimento dessa condição. Henschen cunhou o termo "acalculia" para descrever a incapacidade de utilizar números. Sua pesquisa envolveu uma amostra significativa de mais de 260 pacientes que sofriam de discalculia, o que demonstra o rigor e a abrangência do estudo. Uma das principais conclusões de Henschen foi a compreensão de que a capacidade de calcular envolve um processo cerebral complexo, que requer a colaboração de diversas áreas no hemisfério esquerdo do cérebro. Essa observação pioneira lançou as bases para estudos posteriores que buscaram aprofundar o conhecimento sobre a discalculia e suas causas neurobiológicas.

Segundo Fonseca e Barbosa (2020), na última década, a aplicação de técnicas relacionadas à imagem e ao estudo das bases genéticas em crianças com dificuldades de aprendizagem forneceram dados relevantes sobre a relação entre o desenvolvimento neuro anatômico do cérebro e o desenvolvimento de processos cognitivos básicos para leitura e matemática; além de destacar as principais causas envolvidas no Transtorno Específico de Aprendizagem com dificuldades de leitura e matemática.

Segundo Tavares (2022): Dificuldades em aprender as habilidades para realizar cálculos matemáticos podem manifestar algum tipo de distúrbio de aprendizagem denominado Discalculia o Dificuldade em Aprender

Matemática, este distúrbio apresenta-se como uma incapacidade em crianças e jovens de realizar operações numéricas.

Assim, a discalculia “tem sido caracterizada como uma dificuldade específica de aprendizagem que afeta a capacidade de aquisição de habilidades aritméticas. Afeta cerca de 3 a 7% da população. Discalculia como um distúrbio da aprendizagem do cálculo tem levado a inúmeras pesquisas que visam encontrar uma resposta para este tipo de dificuldade de aprendizagem, propõe-se que os estudos sejam ter como objetivo a detecção precoce da idade. Almeida (2020) afirma que “Durante os anos pré-escolares, as crianças em risco de enfrentar futuros problemas em matemática apresentam uma compreensão tardia do significado das palavras numéricas e dos algarismos arábicos” (p. 3).

Bonadio e Mori (2018) afirmam que um grande número de pesquisadores contribui para o estudo de casos em escolares com discalculia, onde são realizadas pesquisas a partir da neuropsicologia, visando encontrar as causas, sintomas, classificação e características desses escolares de grande importância para seu diagnóstico, oferecendo a primeira definição quando expressa que a discalculia é considerada como: Um distúrbio estrutural das habilidades matemáticas que tem sua origem em um distúrbio genético ou congênito das partes do cérebro que são o substrato anatomofisiológico direto da maturação de habilidades matemáticas adequadas à idade, sem distúrbio simultâneo das funções mentais gerais.

2.1. Estratégia de ensino de matemática

Segundo Fonseca e Barbosa (2020), os professores de matemática e de outras áreas do conhecimento científico se deparam frequentemente com demandas didáticas mutáveis e inovadoras, o que exige maior atenção por parte das pessoas que se dedicam à pesquisa na área de ensino de matemática e, sobretudo, , o desenvolvimento de unidades de aprendizagem

para o tratamento de uma variedade de tópicos dentro e fora da matemática. Os profissionais que trabalham com o ensino da matemática consideram que os alunos devem adquirir diversas formas de conhecimento matemático e para diferentes situações, tanto para sua posterior aplicação como para fortalecer estratégias didáticas no processo de aprendizagem e ensino. Isto exige obviamente um aprofundamento nos métodos de aprendizagem correspondentes e, muito particularmente, nas técnicas adequadas ao desenvolvimento do ensino.

Segundo os critérios de Carara (2018), mudanças significativas são observadas no dia a dia na dinâmica educacional. Neste processo são introduzidos novos conceitos filosóficos e curriculares que são objeto constante de estudo.

Para propor estratégias de ensino de matemática, Barbosa (2018). recomenda levar em consideração alguns critérios de seleção das atividades que serão realizadas:

- ✓ Deve-se levar em consideração o conteúdo; Propõe-se também uma adaptação de estratégias gerais que permite, por um lado, pensar em termos do desenvolvimento cognitivo dos alunos;
- ✓ Analisar as atividades de aprendizagem matemática e as atividades de avaliação;
- ✓ Necessidade de adaptação de estratégias gerais. Essa adaptação pode ser vista de duas maneiras. Em primeiro lugar, as estratégias devem ser adaptadas para atender às necessidades individuais dos alunos, considerando o desenvolvimento cognitivo de cada um. Isso implica reconhecer que os alunos têm diferentes ritmos de aprendizagem e estilos cognitivos, e as estratégias de ensino devem ser flexíveis o suficiente para atender a essa diversidade;
- ✓ Criação de atividades que sejam apropriadas para os alunos com discalculia, de modo a tornar o processo de aprendizagem mais acessível. Também é importante adaptar as atividades de avaliação

para que reflitam de maneira precisa o entendimento dos alunos em relação ao conteúdo matemático.

Entre as recomendações que se destacam de Cortez e Faria (2020):

- ✓ Coleta: Obtenção de informações iniciais por meio de observações quantificável, fazendo medições. Altere os códigos (verbais, numéricos ou gráficos) mantendo idênticos os significados matemáticos iniciais;
- ✓ Inferir: informações parciais completas. Transformar: Expanda os significados matemáticos modificando parcialmente uma situação inicial.
- ✓ Inventar: Crie um problema matemático que não existia anteriormente;
Aplicar: Use fórmulas, algoritmos e outras propriedades matemáticas;
- ✓ Representar: Utilizar modelos matemáticos e instrumentos de cálculo, medição e design gráfico;
- ✓ Antecipar: Emita previsões e hipóteses matemáticas e estime possíveis erros cometidos;
- ✓ Escolha: Opte por soluções alternativas;
- ✓ Organizar: Apresentar a realidade matemática de forma estruturada através das sub-habilidades de ordenação e classificação;
- ✓ Relacionar: Abstrair e relacionar os atributos de fenômenos e expressões matemáticas;
- ✓ Memorizar: Retenha informações matemáticas;
- ✓ Argumentar: Justificar resoluções de problemas matemáticos;
- ✓ Avaliar: Atribuir valores qualitativos ou quantitativos em relação a uma ação ou afirmação matemática;
- ✓ Verificar: Verifique o processo resolução e resultados;
- ✓ Transferência: Comunicar e generalizar conhecimentos matemáticos específicos para outras áreas curriculares e extracurriculares.

As estratégias metodológicas apresentadas por Cortez e Faria (2020), permitem identificar critérios, princípios e procedimentos, onde se configuram a aprendizagem e a forma de atuação dos professores. Porém, no início das aulas, o professor deve explorar com seus alunos o propósito de

aprender determinada habilidade ou tema, que eles incentivam a participação estabelecendo objetivos para a aula ou unidade, sugerindo estratégias e procedimentos.

As diversas técnicas ou estratégias de ensino visam orientar e direcionar a aprendizagem para os resultados desejados, procedendo de forma inteligente e ordenada para alcançar o aumento do conhecimento. Chiarello (2019) menciona que:

[...] A educação matemática deve ser valorizada e resgatada pelos matemáticos, pois é claro que deve aliar muito boa solidez e conhecimentos matemáticos às teorias pedagógicas e focar a nossa atenção no desenvolvimento, ou pelo menos na utilização adequada e crítica, de metodologias que permitam a nossos alunos aprenderem ao longo da vida, a aprender a aprender, a aprender a empreender, a aprender a ser, a aprender a conhecer, a aprender a trabalhar colaborativamente, a valorizar o contexto histórico-cultural (p. 266).

Segundo Cortez e Faria (2020), as estratégias metodológicas promovem a aprendizagem e podem ser classificadas em três modalidades: estratégias metodológicas focadas na transmissão de informações, estratégias metodológicas focadas na atividade do aluno e estratégias metodológicas focadas no processo de aplicação. A estratégia metodológica voltada para a transmissão de informações baseia-se na emissão de conhecimento do professor para o aluno e parte do conhecimento em geral até chegar ao específico. Seu principal objetivo é a integração e globalização do conhecimento.

Conforme Fonseca e Barbosa (2020), a estratégia metodológica focada no processo de aplicação visa promover a criatividade e o pensamento crítico baseado no questionamento ou problemas que o aluno deve resolver, quando o professor apresenta conteúdo teórico, ou seja, quando os professores procuram uma forma de o aluno fazer explicações, deduções e até mesmo pode aplicar o corpo teórico, esta metodologia aplica métodos demonstrativos, interrogativos e de caso.

A estratégia metodológica centrada na atividade estudantil visa a participação dos estudantes, onde procuram informação, analisam situações diversas, tiram conclusões e resolvem problemas com base na reflexão e na sua criticidade.

As estratégias buscam garantir que os alunos obtenham uma aprendizagem significativa por meio de procedimentos e competências que ocorrem ao longo do processo educativo. As estratégias devem garantir que o aluno seja capaz de resolver problemas colocados pelos professores de forma reflexiva e crítica.

Ferreira (2020) garante que os professores devem ser capacitados para utilizar e avaliar estratégias metodológicas com o objetivo de fazer ajustes que se adaptem às necessidades dos alunos. O professor deve influenciar o processo de aprendizagem utilizando estratégias funcionais e significativas para os alunos, daí Fonseca e Barbosa (2020) deduzem que “os procedimentos de ensino a serem seguidos pelos professores estabelecem diretrizes e sugerem o uso de metodologias para tornar o processo de aprendizagem mais eficiente. “aprendizagem nos alunos” (p. 366)

Abaixo estão os domínios de conhecimento definidos nos Padrões de Qualidade Educacional definidos por Ferreira (2020):

a) números e funções Neste domínio o aluno descreve, constrói e argumenta o padrão de formação de objetos e figuras e sequências numéricas crescentes e decrescentes;

b) álgebra e geometria Neste domínio, o aluno entende a álgebra como um instrumento de generalização e um meio de representar e modelar contextos através de estruturas algébricas. Desenvolver argumentos matemáticos e estabelecer relações de medição geométrica;

c) estatística e probabilidade Neste domínio o aluno lê, compreende e interpreta informação estatística através de tabelas, gráficos e suportes. Coleta, organiza e exibe informações com medidas estatísticas;

Nesse sentido, cada domínio busca desenvolver uma habilidade como descrever, construir, argumentar, modelar e até interpretar as informações fornecidas. Ou seja, os padrões de aprendizagem são a referência comum relativamente aos conhecimentos que os alunos devem adquirir ao longo do seu percurso escolar. Portanto, para o correto processo de ensino-aprendizagem, devem ser definidas algumas estratégias metodológicas que ajudem a distinguir vários critérios tanto do professor quanto do aluno.

Dessa forma, as estratégias metodológicas são processos por meio dos quais são selecionadas, coordenadas e aplicadas todas as competências que o indivíduo possui. Essas estratégias metodológicas estão vinculadas à aprendizagem significativa, ao aprender a aprender. Portanto, para aplicar corretamente as estratégias metodológicas, deve levar em conta as dificuldades que surgem em relação à matemática.

A aprendizagem da matemática é fundamental na educação, visto que tem um caráter instrumental relacionado ao conteúdo, vai além dos processos mecânicos ou automatizados, implica um alto nível de aprofundamento dos conceitos nos procedimentos matemáticos. O professor de matemática deve ser capacitado para colocar problemas verbais antes dos numéricos para adequar a linguagem matemática à realidade dos alunos; Porém, a inserção inadequada de estratégias de ensino-aprendizagem gera rejeição imediata da disciplina matemática nos alunos.

Daí surge a preocupação com as dificuldades de aprendizagem, devido à elevada percentagem de reprovações dos alunos, provocando “outros problemas associados como a dificuldade específica de algumas pessoas no processamento de números, cálculo aritmético e resolução de problemas”.

As dificuldades na aprendizagem da matemática (apresentadas pelo sujeito) podem ser devidas a fatores internos ou externos; quando os fatores

externos causam dificuldades na aprendizagem da matemática, falamos de discalculia; enquanto, quando as dificuldades na aprendizagem da matemática são devidas a fatores internos são referidos A discalculia é um distúrbio de aprendizagem, Ferreira (2020) a define como “um distúrbio estrutural das habilidades matemáticas que tem sua origem em um distúrbio genético ou congênito das partes do cérebro que são o substrato do modelo anatômico fisiológico direto do maturação de habilidades matemáticas apropriadas à idade” (p. 165).

Em relação à discalculia, Ferreira (2020) define-a como “distúrbios neurobiológicos adquiridos em consequência de uma lesão cerebral sofrida após o domínio das habilidades aritméticas” (p. 11), este tipo de distúrbio é raro, no qual influenciam fatores internos; Portanto, dentre as dificuldades de aprendizagem da matemática, a grande maioria se deve a fatores externos que têm a ver com o ambiente escolar ou familiar. Em outras palavras, a discalculia é um distúrbio de aprendizagem sem lesão externa que limita as habilidades de cálculo.

Embora a matemática seja frequentemente considerada uma tarefa tediosa e árdua, nem todas as dificuldades estão associadas a problemas cognitivos. Em muitas ocasiões, ocorrem situações particulares em que os alunos sentem grande ansiedade, apesar de compreenderem o conteúdo da matemática; Por esse motivo, grande parte dos estudantes vivencia ansiedade, angústia, estresse e inquietação diante desse assunto. Este problema tem sido descrito como ansiedade matemática, Ferreira (2020) explica que “a ansiedade matemática é um distúrbio que pode surgir em pessoas discalculias como consequência das dificuldades geradas por este distúrbio de aprendizagem, mas também em pessoas saudáveis, o que pode levar a um diagnóstico errado” (p. 46).

2.2. Diagnóstico e abordagem da discalculia

O desconhecimento do problema e a inexperience da comunidade educativa dificultam o progresso da resolução do mesmo nos alunos; estes apresentam dificuldade no domínio dos números, na execução de processos cognitivos como sequenciação, sistematização e dedução de processos matemáticos.

Ferreira (2020) estabelece que o uso e o ensino de representações numéricas da realidade permitem ao sujeito interagir com o mundo que o rodeia, uma vez que grande parte das situações e cenários cotidianos são amparados pela análise lógica matemática, por exemplo: Economia doméstica, instalações tecnológicas, contagem de trocos de supermercado, são atividades que se baseiam nisso.

O principal conflito no diagnóstico da discalculia é que ela geralmente é confundida com dislexia ou tratada como uma dificuldade temporária de aprendizagem. Psicólogos clínicos especializados em neurodesenvolvimento infantil destacam que o diagnóstico precoce da discalculia é extremamente importante para garantir um bom prognóstico. Este profissional determina que para se chegar a um diagnóstico correto é necessário ir além das operações matemáticas básicas, o profissional de pedagogia deve fazer testes de contagem numérica, sucessivamente e de trás para frente, a capacidade do aluno de ler números, números com vários dígitos e escrever corretamente pequenas quantidades.

Nesse sentido, deve-se destacar que não se trata apenas de complicações na resolução de uma operação matemática, mas também de uma extensa lista de dificuldades aritméticas. Para uma análise correta é necessário que o profissional faça um diagnóstico diferenciado por descartar complicações em outros ramos como a linguagem, desta forma estimar-se-á que os principais obstáculos para o aluno se concentram na matemática e não

apenas na resolução de operações, mas em uma ampla gama de variações de cálculo.

2.2.1. Tipos de discalculia escolar

a) Discalculia Natural:

Esta é a dúvida que os alunos têm no início do aprendizado do cálculo e está relacionada à sua primeira dificuldade específica:

- Obstáculos nos conceitos digitais.
- Falha em uma sequência de números.
- Escala
- Operação
- Cálculo mental
- Problemas.

São erros que são corrigidos de forma gradual e natural, até que no primeiro semestre o aprendizado seja efetivamente superado e normalizado. A discalculia natural, como o próprio nome sugere, é uma consequência natural e lógica da dinâmica da aprendizagem e não deve ser considerada patológica, obrigando os professores a seguir um plano de ensino comum e a acreditar firmemente que o processo de revisão e correção devem ser padronizadas (FERREIRA, 2020).

b) Discalculia verdadeira:

Quando não se observa uma evolução favorável das características da discalculia natural no segundo semestre do ano letivo, pelo contrário, quando esta persiste e ocorrem erros, encontrar-nos-emos numa verdadeira discalculia escolar, que obriga os alunos a planejarem o início reeducação. Ocorre apenas em crianças com inteligência normal, acompanhada de um ou

mais sinais ou obstáculos e não afetará a aprendizagem normal de outras disciplinas (FERREIRA, 2020).

c) **Discalculia Secundária:**

Apresenta-se como síntese de outra condição mais complexa, caracterizada por um déficit de aprendizagem mais global. A discalculia soma-se às dificuldades observadas nas seguintes áreas (FERREIRA, 2020):

- 1) Discalculia do ensino médio com baixa visão
- 2) Discalculia escolar para alunos com dislexia escolar

A discalculia acadêmica que não for tratada precocemente será agravada por uma série de doenças e pode transformar dificuldades de leitura e escrita em verdadeiros déficits de aprendizagem. Os alunos podem ser confundidos com uma falsa retardo mental devido ao desempenho. Defeitos de comportamento e pintura, (FERREIRA, 2020).

A aptidão matemática que o destacava deteriorou-se a tal ponto que o professor não lhe deu nenhuma nota porque confundiu os números, os inverteu ou não os atribuiu às posições correspondentes na sequência numérica ao ler ou escrever incorretamente. Quantidade em operação; incapaz de realizar aritmética mental ou realizar cálculos em pânico, (FERREIRA, 2020).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A matemática é fundamental para o desenvolvimento intelectual de crianças e adolescentes, o que ajuda a desenvolver o pensamento lógico e até mesmo a razão de forma ordenada para ter habilidades críticas e reflexivas, onde se configuram atitudes e valores que contribuem para a solidez da aprendizagem.

As matemáticas Fazem parte do nosso cotidiano e são necessários em todas as suas vertentes, pois têm infinitas aplicações, relacionadas com a política, a economia e as diversas ciências, sendo a matemática o único elo para compreender o ambiente que nos rodeia, visto que é um pilar fundamental na nossas vidas diárias.

No entanto, a matemática nas escolas é geralmente a disciplina mais complexa e tediosa porque muitas das estratégias de ensino aplicadas na sala de aula não motivam uma aprendizagem eficiente da matemática. Dentro do processo educativo, o aluno deve ter um papel ativo na aprendizagem, onde os conhecimentos adquiridos servem de padrão para enfrentar a sua realidade de forma lógica e coerente. No processo de formação, são diversas as dificuldades que limitam o aluno a ter um aprendizado significativo. Por um lado, essas dificuldades podem ser específicas de uma pessoa, como a discalculia, mas também podem se desenvolver em pessoas saudáveis, como ocorre com a ansiedade matemática e até com problemas neurológicos como a acalculia.

Outro ponto importante dentro da aprendizagem é a motivação, pois um aluno motivado em relação a um tema ou matéria obtém melhores resultados e não apresenta tantas deficiências em seu processo educacional, o que leva a um adequado processo de formação do aluno. A motivação do professor de matemática da metodologia de ensino da matemática em sala de aula, só assim será possível reduzir os índices de fracasso escolar, repetência ou abandono escolar.

As estratégias metodológicas ajudam o professor a orientar-se no seu dever educativo. Portanto, o educador deve estar sempre em constante atualização e buscando novas estratégias para aplicar em sala de aula, as mesmas que tentarão despertar o interesse de seus alunos pelo assunto. As estratégias de aprendizagem incluem a implementação de exercícios complementares, exposições, oficinas. e até mesmo o uso de dispositivos digitais como calculadoras, celulares ou computadores. Por fim, o uso

adequado de estratégias de aprendizagem desenvolve nos alunos o pensamento formal, orientado para a resolução de problemas, aprofundamento de conceitos matemáticos, ações que levam à ruptura de esquemas tradicionalistas em que a memorização mecânica de procedimentos matemáticos prevalece.

É necessário ter em mente que as estratégias de aprendizagem são intencionais e direcionadas a um objetivo relacionado à aprendizagem; requerem técnicas e métodos para gerar aprendizagem significativo. Torna-se essencial considerar novas abordagens, tendências e perspectivas sobre estratégias de aprendizagem e estratégias de ensino que permitam potencializar e desenvolver processos cognitivos, operações mentais e habilidades cognitivas que ajudem a conscientizar e resolver problemas necessários à compreensão do conhecimento matemático.

A discalculia, por ser uma doença congênita, pode se manifestar em idade precoce, portanto o diagnóstico precoce é uma ferramenta poderosa para enfrentá-la e melhorar o prognóstico do indivíduo que a sofre, conforme mencionado por Tavares (2022), a discalculia não tem cura, mas uma descoberta precoce pode abrir muitas portas para o aluno que a sofre.

Isso pode ser agravado por fatores externos à escola, bem como por uma abordagem incorreta, por isso é fundamental que, dentro da sala de aula, o professor da creche saiba reconhecer os sinais desse transtorno para começar a utilizar as técnicas necessária para combatê-la e reduzir os níveis de complexidade matemática, bem como melhorar a qualidade de vida do aluno que a apresenta, isso coincide com o que foi afirmado por Matos e Santos (2021) de que o correto apoio ao ensino é essencial para que o aluno poder desenvolver as habilidades que estão estagnadas pela falta de diagnóstico precoce em sala de aula.

O uso de figuras, cores vivas, desenhos familiares, músicas curtas, jogos didáticos e linguagem simples impactam favoravelmente no tratamento

de escolares com discalculia, demonstrando que a margem de erro nas respostas as operações matemáticas simples são muito menores do que sem as uso dessas ferramentas, como mencionam Bonadio e Mori (2018), o ambiente correto na sala de aula também inclui as ferramentas necessárias para abordar o transtorno de discalculia.

Portanto, é importante e necessário um diagnóstico precoce, bem como uma abordagem correta da discalculia, para garantir o sucesso na melhora do aluno em idade precoce, com prognóstico favorável, mesmo em longo prazo, como menciona Tavares (2022) em seu estudo. onde enfatiza os sinais e sintomas da discalculia, portanto, o diagnóstico não é suficiente, pois é necessário tratar o distúrbio, pois é inútil reconhecê-lo se nada for feito para melhorá-lo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Amanda; *et al.* **Manual para tratamento de disgrafia.** 1ª edição. São Paulo. Ed. Abril, 2020.

BARBOSA, Priscila de Souza. **Dificuldades de aprendizagem,** 2018. Disponível em: <oincrivelze.com.br/>. Acesso 2023.

BONADIO, RAA., and MORI, NNR. **Transtorno de déficit de atenção/ hiperatividade: diagnóstico da prática pedagógica** [online]. Maringá: Eduem, 2018, 251 p. ISBN 978-85-7628-657-8. Available from SciELO Books.

BRUM, Everlise Sanches; LARA, Isabel Cristina Machado de. **Discalculia do Desenvolvimento: um mapeamento sobre intervenções pedagógicas e psicopedagógicas.** *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2013155, 2020 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100107&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 set. 2023. Epub 26-Mar-2020. <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.13155.007>. Acesso 2023.

CARARA, Mariane Lemos. **Dificuldades de aprendizagem e vulnerabilidade social sob a percepção da comunidade escolar,** 2018. Disponível em: <www.uniedu.sed.sc.gov.br>>. Acesso 2023.

CHIARELLO, Mariluce Paolazi. **Dificuldades e transtornos da aprendizagem.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 04, Vol. 04, pp. 102-120 Abril de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/dificuldades-e-transtornos>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/dificuldades-e-transtornos Acesso 2023.

CIASCA, S. M. Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar (Org.). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 19 - 32. Como citar o PNE 2014 nas referências.

CORTEZ, Renata Veloso de Moraes; FARIA Moacir Alves. **Distúrbios de aprendizagem e os desafios da educação escolar.** Revista eletrônica **saberes da educação.** Vol. 02, nº 1, 2020. Disponível em: <www.docs.uninove.br/>. Acesso em 2023.

DIAS, M. de A. H., PEREIRA, M. M. de B., & VAN BORSEL, J. Avaliação do conhecimento sobre a discalculia entre educadores, 2013. *Audiology Communication Research*, 18(2),93-100. doi: 10.1590/S2317-64312013000200007.

FERREIRA, Cláudia. **Transtornos da aprendizagem: Da teoria á prática.** 3º Edição. Belo Horizonte. Uni Duni editora de livros LTDA, 2020.

FONSECA, R. C. .; BARBOSA , C. A. N. . **A relação ensino-aprendizagem dos alunos com discalculia.** Scientia Generalis, [S. l.], v. 1, n. S1, p. 27–27, 2020. Disponível em: <http://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/83>. Acesso em: 24 set. 2023.

MATOS, Edneia Felix de; SANTOS, Daniela Miranda Fernandes. **Discalculia e educação: quais conhecimentos os professores possuem acerca deste tema.** Rev. psicopedag., São Paulo, v. 38, n. 116, p. 272-283, ago. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862021000200011&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 set. 2023. <http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20210015>. Acesso 2023.

RANPURA A., ISAACS E., EDMONDS C., ROGERS M., Lanigan J., SINGHAL A., et al. (2013). Developmental trajectories of grey and white matter in dyscalculia. *Trends Neurosci. Educ.* 2, 56–64. 10.1016/j.tine.2013.06.007 [CrossRef] [Google Scholar]

TAVARES, Sabrina Cardoso. **Estudos sobre discalculia e instrumentos de avaliação psicopedagógica.** Rev. psicopedag., São Paulo, v. 39, n. 118, p. 61-82, abr. 2022. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862022000100007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 24 set. 2023. <http://dx.doi.org/10.51207/2179-4057.20220006>. Acesso 2023.

